



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

**TICIANA KILPP LEIRIA**

**O PRINCÍPIO É O VERBO:**  
UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO VERBAL NO DOCUMENTO *VIDAS DE*  
*SANTOS DE UM MANUSCRITO ALCOBACENSE*

Salvador

2022

**TICIANA KILPP LEIRIA**

**O PRINCÍPIO É O VERBO:  
UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO VERBAL NO DOCUMENTO *VIDAS DE  
SANTOS DE UM MANUSCRITO ALCOBACENSE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Edivalda Alves Araújo

Salvador

2022

Dados internacionais de catalogação-na-publicação  
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Leiria, Ticiania Kilpp.

O princípio é o verbo: uma análise do comportamento verbal no documento Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense / Ticiania Kilpp Leiria. - 2022.  
194 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Edivalda Alves Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2022.

1. Linguística histórica. 2. Língua portuguesa - Brasil - História. 3. Língua portuguesa - Português arcaico - Até 1400. 4. Língua portuguesa - Português antigo - Séc. XV-XVI - Verbos. 5. Língua portuguesa - Português antigo - Séc. XV-XVI - Sintaxe. I. Araújo, Edivalda Alves. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.09

CDU - 81'367.625(81)

**TICIANA KILPP LEIRIA**

**O PRINCÍPIO É O VERBO:**

**UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO VERBAL NO DOCUMENTO *VIDAS DE SANTOS DE UM MANUSCRITO ALCOBACENSE***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Banca examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edivalda Alves Araujo - UFBA (Orientadora)

---

Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva - UESB

---

Profa. Dra. Risonete Batista de Souza – UFBA

Salvador

2022

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o comportamento sintático dos verbos que compõem o *corpus Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* – cópias do século XV, com edições disponíveis no site *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM) –, investigando as relações entre os verbos e seus complementos e buscando as variações existentes. Para isso, foi feito um levantamento manual das realizações dos verbos utilizados e a identificação do seu comportamento sintático em conformidade com o significado de suas ocorrências e dos elementos ao seu redor em todos os sete textos que compõem o corpus escolhido; a seguir, foram feitas as classificações seguindo os estudos da área, numa proposta de conjunção de perspectivas – a tradicional e a gerativista –, quando possível. Ao todo, foram levantadas, analisadas e classificadas 4.740 ocorrências, as quais contaram com 420 verbos diferentes. Esse levantamento nos permitiu verificar, ao menos, 32 verbos que apresentaram variações em seus comportamentos, sendo construídos de formas diferentes ao longo dos sete textos lidos, podendo alternar entre a presença e ausência de complementos ou variando as preposições escolhidas, por exemplo. Acerca de alguns deles, foi possível levantar hipóteses para suas variações a partir de pistas entregues pelas ocorrências retiradas do texto, como o complemento escolhido e o seu traço semântico, e também a partir de estudos já feitos por outros pesquisadores da história da língua portuguesa. Baseando-se nas ideias trazidas por Saussure (2012 [1916]) e Coseriu (1979 [1958]), a presente pesquisa pode ser classificada, em parte, como uma sincronia, visto que se debruça sobre um mesmo período – um recorte de língua –, ao mesmo tempo que desvenda construções permitidas em uma época ainda sem normatização e revela um fazimento linguístico, também podendo ser considerada como uma pesquisa diacrônica. O presente trabalho, portanto, encontra-se na história da língua, trazendo à luz algumas características sintáticas do período arcaico, as quais também podem vir a explicar fenômenos do português moderno e contribuir para os estudos históricos da língua.

**Palavras-chave:** Linguística histórica. Português arcaico. Sintaxe. Verbo.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the syntactic behavior of the verbs that compose the *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense corpus* – copies from the 15th century, with editions available on the *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM) website –, investigating the relationships between the verbs and their complements and looking for the existing variations. For this, a manual collection of the occurrences of each verb used was carried out, as well as the identification of their syntactic behavior in accordance with the meaning of their occurrences and the with elements around them in all seven texts that make up the chosen corpus; then, the verbs were classified following the studies of the area, in a proposal of conjunction of perspectives - the traditional and the generativist -, when possible. In all, 4,740 occurrences were gathered, analyzed and classified, with 420 unique verbs. This collection allowed us to verify at least 32 verbs that presented variations in their behavior, being constructed in different ways throughout the seven texts read, being able to alternate between the presence and absence of complements or varying the chosen prepositions, for example. About some of them, it was possible to raise hypotheses for their variations from clues given by the occurrences taken from the text, such as the chosen complement and its semantic trait, and also from studies already carried out by other researchers in the history of the Portuguese language. Based on the ideas brought by Saussure (2012 [1916]) and Coseriu (1979 [1958]), the present research can be classified, in part, as a synchrony, since it focuses on the same period - a cut of language -, at the same time that it unveils constructions allowed in a specific time still without standardization and reveals a linguistic performance, and can also be considered as a diachronic research. The present work, therefore, is in the history of the language, bringing to light some syntactic characteristics of the archaic period, which can also explain modern Portuguese phenomena and contribute to the studies in the history of the language.

**Keywords:** Historical linguistics. Archaic Portuguese. Syntax. Verb.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 O OBJETO DE PESQUISA .....	11
1.2 O PROBLEMA.....	12
1.3 AS HIPÓTESES.....	13
1.4 A JUSTIFICATIVA.....	14
1.5 OS OBJETIVOS.....	15
1.6 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	16
1.7 A ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	18
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	20
2.1 A METODOLOGIA APLICADA.....	20
2.2 A ESCOLHA DO <i>CORPUS</i> .....	21
2.3 O <i>CORPUS</i> E SUA EDIÇÃO.....	22
2.4 OS TEXTOS.....	23
2.4.1 <b>Vida de Eufrosina</b> .....	24
2.4.2 <b>Vida de Santa Maria Egipcíaca</b> .....	24
2.4.3 <b>Vida de Santa Pelágia</b> .....	25
2.4.4 <b>Vida de Tarsis</b> .....	26
2.4.5 <b>Visão de Túndalo</b> .....	27
2.5 O PROCESSO METODOLÓGICO.....	27
<b>3 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	30
3.1 O PERCURSO DA LÍNGUA.....	30
3.2 QUESTÕES DE PERIODIZAÇÃO.....	35
<b>4 A LINGUÍSTICA E A HISTÓRIA</b> .....	38

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	38
4.2 SINCRONIA OU DIACRONIA?.....	40
4.2.1 <b>Diacronia X História</b> .....	43
4.3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	50
<b>5 O ESTUDO DO VERBO DA TRADIÇÃO GRAMATICAL.....</b>	<b>57</b>
5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	57
5.2 AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	60
5.2.1 <b>Fernão de Oliveira [1536]</b> .....	61
5.2.2 <b>João de Barros [1540]</b> .....	62
5.2.3 <b>D. Jerónimo Contador de Argote [1721 / 1725]</b> .....	64
5.2.4 <b>Comentários</b> .....	65
5.3 AS GRAMÁTICAS MODERNAS.....	66
5.3.1 <b>Epiphanio Dias [1876 / 1881 / 1894]</b> .....	67
5.3.2 <b>Júlio Ribeiro [1881 / 1885]</b> .....	68
5.3.3 <b>Said Ali [1923 / 1966]</b> .....	70
5.3.4 <b>Comentários</b> .....	72
5.4 AS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL.....	73
5.4.1 <b>Rocha Lima ([1972] / 2011) e Cunha e Cintra ([1985] / 2017)</b> .....	73
5.5 <b>SÍNTESE</b> .....	76
<b>6 O ESTUDO DO VERBO NA VISÃO GERATIVISTA.....</b>	<b>78</b>
6.1 A TEORIA GERATIVISTA.....	79
6.1.1 <b>O gerativismo, a sintaxe e os dados</b> .....	83
6.2 AS CLASSIFICAÇÕES GERATIVISTAS.....	87
6.2.1 <b>Transitivos</b> .....	88
6.2.2 <b>Intransitivos</b> .....	91



6.2.3 <b>Inacusativos</b> .....	93
6.2.4 <b>Existenciais</b> .....	95
6.2.5 <b>Copulativos</b> .....	96
6.3 <b>SÍNTESE</b> .....	98
<b>7 A ANÁLISE: OS VERBOS QUE NÃO VARIARAM</b> .....	99
7.1 <b>SOBRE OS VERBOS ENCONTRADOS</b> .....	101
7.2 <b>VERBOS QUE NÃO VARIARAM</b> .....	102
7.2.1 <b>Verbos transitivos diretos</b> .....	102
7.2.1.1 <i>Transitivo direto com objeto preposicionado</i> .....	105
7.2.1.2 <i>Transitivo direto causativo</i> .....	107
7.2.1.3 <i>Transitivo predicativo</i> .....	107
7.2.2 <b>Verbos transitivos indiretos</b> .....	108
7.2.3 <b>Verbos bitransitivos</b> .....	111
7.2.4 <b>Verbos ergativos</b> .....	112
7.2.5 <b>Verbos intransitivos</b> .....	113
7.2.6 <b>Verbos inacusativos</b> .....	114
7.2.7 <b>Alguns comportamentos interessantes</b> .....	116
7.2.7.1 <i>As unidades fraseológicas</i> .....	117
7.3 <b>SÍNTESE</b> .....	118
<b>8 A ANÁLISE: OS VERBOS QUE VARIARAM</b> .....	119
8.1 <b>VERBOS COPULATIVOS</b> .....	119
8.2 <b>VERBOS EXISTENCIAIS</b> .....	121
8.3 <b>CASOS ESPECIAIS</b> .....	123
8.3.1 <b>A variação entre “haver” e “ter” no sentido de posse</b> .....	123
8.3.2 <b>A variação entre “haver”, “ser” e “estar” no sentido impessoal</b> .....	127

8.3.2.1 “Haver”, “ser” e “estar” como sinônimo de “existir” .....	127
8.3.2.2 “Haver” e “ser” como sinônimo de “acontecer” .....	129
8.3.2.3. <i>Comentários</i> .....	131
8.3.2 <b>Alternância dativa</b> .....	131
8.3.3 <b>Os verbos polissêmicos</b> .....	136
8.3.3.1 <i>Dar</i> .....	136
8.3.3.2 <i>Deitar</i> .....	138
8.3.3.3 <i>Deixar</i> .....	139
8.3.3.4 <i>Demandar</i> .....	142
8.3.3.5 <i>Escapar</i> .....	143
8.3.3.6 <i>Esperar</i> .....	144
8.3.3.7 <i>Fazer</i> .....	146
8.3.3.8 <i>Ferir</i> .....	148
8.3.3.9 <i>Ficar</i> .....	149
8.3.3.10 <i>Mandar</i> .....	151
8.3.3.11 <i>Partir</i> .....	152
8.3.3.12 <i>Passar</i> .....	153
8.3.3.13 <i>Perecer</i> .....	155
8.3.3.14 <i>Pôr</i> .....	156
8.3.3.15 <i>Tornar</i> .....	157
8.3.4 <b>Variações de classificação com o mesmo significado</b> .....	159
8.3.4.1 <i>Andar</i> .....	159
8.3.4.2 <i>Chorar</i> .....	160
8.3.4.3 <i>Crer</i> .....	162
8.3.4.4 <i>Desprezar</i> .....	163

8.3.4.5 <i>Fugir</i> .....	164
8.3.4.6 <i>Gostar</i> .....	167
8.3.4.7 <i>Trazer</i> .....	168
8.4 ALGUMAS LOCUÇÕES VERBAIS.....	169
8.4.1 <b>Dever</b> .....	169
8.4.2 <b>Começar</b> .....	170
8.4.3 <b>Merecer</b> .....	173
8.4.4 <b>Soer</b> .....	173
8.5 SÍNTESE.....	175
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
10 REFERÊNCIAS.....	181
<b>APÊNDICE A</b>	
<b>APÊNDICE B</b>	

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 O OBJETO DE PESQUISA

Por ser a língua portuguesa atual derivada de um português desenvolvido há muitos séculos, e considerando que “nada, ou quase nada, na língua se perde, tudo se transforma” (MATTOS E SILVA, 2015, p. 16), é justo pensarmos que grande parte das características que o português tem, atualmente, esconde explicações que só a história da língua pode trazer. E, como é no século XIII que a língua portuguesa começa a ser documentada pela escrita, é então a partir desses documentos que podemos pesquisar a história da língua, debruçando-se sobre as diversas variações que estavam em uso na época, reveladas pelos textos antigos.

O fenômeno da variação linguística é uma característica marcante dos textos arcaicos em português, recaindo em todos os níveis da língua. Uma das muitas variações encontradas, porém ainda não analisada, é acerca dos comportamentos dos verbos e da relação com os seus complementos. Esse tipo de fenômeno podia ser encontrado não só no que se refere ao significado verbal, mas também sobre o uso – ou na falta – de complementos preposicionados e até mesmo na troca de preposições para um mesmo verbo, causando, diversidade em sua classificação, como podemos ver com os exemplos abaixo:

(01) “ainda que receba e **goste a morte corporal** nũa depois mais morrerá” (MSJ\_f92v)<sup>1</sup>

(02) “coymas comigo p(er)a **gostares** agora hũu pouco desto que eu trouxe” (VSME\_f64v)

Acima, temos duas possíveis construções a partir do verbo **gostar** durante o período arcaico da língua portuguesa, o qual estava sendo utilizado no sentido de *experimental*. No exemplo em (1), vemos que, além do sujeito que pode ser encontrado pelo contexto ou flexão verbal, o verbo **gostar** também está acompanhado por um objeto direto, “a morte corporal”. No exemplo em (2), entretanto, o mesmo verbo aparece com um complemento relativo, “desto que eu trouxe”. Assim, vemos que o verbo **gostar**, ainda que carregasse o mesmo significado, podia ser construído de duas formas diferentes e, conseqüentemente, ter duas classificações: *gostar algo*, com o verbo se comportando como *transitivo direto*, e *gostar de algo*, com o verbo se comportando como *transitivo indireto*.

---

<sup>1</sup> Referências dos exemplos expostos em relação ao *corpus* analisado: o exemplo em (1) encontra-se no fólio 92v do texto *Morte de São Jerônimo*, enquanto o exemplo em (2) está no fólio 64v do *Vida de Santa Maria Egípcíaca*. As notações dos exemplos encontram-se na seção da Metodologia.

Por ainda não existirem muitas pesquisas sobre o tema, o presente trabalho se propôs, então, a desvendar essa variação no comportamento dos verbos no período arcaico. Para isso, foi tomado como base o documento *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*, disponível no site *Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)*<sup>2</sup>, do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, e aí registrado como um conjunto de textos pertencentes ao século XV. Assim, buscou-se levantar as variações existentes na documentação e fazer uma análise sobre o comportamento dos verbos no período arcaico da língua portuguesa, na esperança de trazer contribuições para os estudos da linguística histórica e, principalmente, para o enriquecimento da história da língua portuguesa.

## 1.2 O PROBLEMA

Na língua latina, as várias desinências de caso bastavam para identificar as diversas funções sintáticas dentro das frases, fazendo com que a palavra fosse sintaticamente autônoma. Com o passar do tempo e devido aos contatos linguísticos a que essa língua esteve exposta, essas desinências sofreram enfraquecimento e, conseqüentemente, desaparecimento fonético, deixando de ser a marcação para a representação das diferentes funções sintáticas. Com essa perda, o latim “vulgar” começou a recorrer às preposições para identificação de algumas dessas funções, o que acabou por resultar na vitória do uso da preposição sobre as variações desinenciais. (RONCAGLIA, 1977 *apud* CASTRO, 1991, p. 120)

Segundo Câmara Jr. (1976, p. 175), assim que as línguas românicas perderam suas flexões casuais, a marca da subordinação ao verbo passou então a recair exclusivamente na preposição. Dessa forma, o papel das preposições aumentou consideravelmente, passando elas a ser elemento básico da sintaxe do português, sendo utilizadas para marcar, com exceção do sujeito e do objeto direto, todas as outras funções sintáticas – complementos verbais e nominais e adjuntos adverbiais e adnominais. Assim, quando a língua portuguesa começa a aparecer documentada, essa reestruturação descrita já tinha se processado e o sistema de preposições já funcionava como hoje, com diferenças no inventário e na seleção delas (MATTOS E SILVA, 2015, p. 162).

Como os primeiros documentos em língua portuguesa começaram a ser escritos séculos antes das primeiras gramáticas da língua, pode-se concluir que, quando surgiram, essas

---

<sup>2</sup> Disponível no site: <http://cipm.fsh.unl.pt/>

gramáticas se baseavam em um português que já estava sendo falado e escrito livremente. A história da língua, contudo, revela que essas classificações e normas não condiziam com certos usos reais da língua, visto que alguns textos arcaicos parecem apresentar características e variações que não foram refletidas nas gramáticas nascidas tempos depois. Um desses casos, já citado superficialmente por Coutinho (1954), Mattos e Silva (2015 [2006]) e Nascimento (2009), é a existência de uma variação na regência verbal arcaica.

Apesar das classificações que começariam a surgir no século XVI, algumas pesquisas apresentam indícios de que um mesmo verbo poderia aparecer acompanhado de preposições diferentes ou até mesmo sem preposições, em um mesmo documento, para completar o seu sentido. Essa variação na regência verbal arcaica, entretanto, pouco foi pesquisada e analisada amplamente nos estudos da linguística histórica. Dessa forma, a partir das considerações dos estudiosos da área e de pesquisas já realizadas – ou até mesmo da falta delas sobre o tema em questão –, procuramos responder os questionamentos que nortearam o presente trabalho:

- a) O que revelam os textos arcaicos em relação ao comportamento do verbo e seus complementos?
- b) Existia, de fato, uma variação na regência verbal?
- c) Se sim, quais fatores poderiam ter contribuído para a sua ocorrência?

### 1.3 AS HIPÓTESES

A partir dos questionamentos listados, levantam-se as seguintes hipóteses:

- Acreditamos que os textos selecionados do período arcaico revelam comportamentos flexíveis dos verbos em relação aos seus complementos. Dessa forma, cremos que serão encontradas algumas variações quanto à regência verbal nos documentos selecionados, com os mesmos verbos aparecendo com complementos introduzidos de diferentes formas: sem preposição, com preposição ou com preposições diferentes.
- Há dois fatores que supomos contribuir mais para a ocorrência da variação na regência verbal arcaica: a falta de uma normatização e controle gramatical, que começaria a acontecer apenas no século XVI com as primeiras gramáticas, e a herança heterogênea

formada, no seu processo histórico, por contatos entre diversas línguas até a constituição do português arcaico.

#### 1.4 A JUSTIFICATIVA

As documentações arcaicas do português escondem informações significativas para uma maior compreensão do percurso histórico da língua e da sua identidade, podendo iluminar o português atual e sugerir possíveis pistas acerca de suas características e motivos para suas mudanças. Isso acontece pelo fato de haver disponíveis, nos documentos arcaicos, diversas variações em uso na época, e essas variações são “indicadores para mudanças que depois vieram a ocorrer e que, a partir da normatização gramatical, a documentação escrita exclui, já que serão sempre algumas variantes as selecionadas para o uso escrito normativizado das línguas” (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17). Assim, uma vez que a fala da época não tinha normas para obedecer e corria livremente, a escrita baseava-se então em uma oralidade naturalmente variada, e analisar essas variações que existiam é também analisar o processo histórico da língua portuguesa e de suas mudanças, buscando explicações para usos que persistiram ou que, provavelmente, desapareceram com o surgimento das normas gramaticais.

Apesar de todos os estudos feitos no campo da linguística histórica, há, como já dito, uma possível característica que ainda não recebeu muitas atenções: a variação nas regências verbais no período arcaico. Essa falta de pesquisa acerca de um possível traço do período arcaico do português deixa, então, uma brecha nos estudos históricos da língua, a qual serve de justificativa para a existência deste trabalho. Além disso, vale também ressaltar que Mattos e Silva (2015, p. 154), ao tratar sobre os predicados intransitivos e transitivos em seu livro *O Português Arcaico: Fonologia, Morfologia e Sintaxe*, acrescentou que “um estudo sobre esses predicados no período arcaico ainda merece uma pesquisa extensiva”, deixando um incentivo direto e a dica de um tema pertinente a ser estudado.

É preciso salientar que, quando a língua portuguesa começou a ser documentada, o sistema de preposições já funcionava como hoje<sup>3</sup> – salvo diferenças no inventário e nas seleções –, portanto, a análise e o estudo desses documentos puderam revelar as escolhas dos complementos verbais daquele período. Além disso, esta pesquisa colheu dados que também

---

<sup>3</sup> Conforme citado por Mattos e Silva (2015, p. 162)

servem para alimentar os estudos na área da história da língua, confirmando ou confrontando teorias que se debruçam sobre a variação e as mudanças linguísticas do português.

Por último, a escolha dos documentos arcaicos selecionados – *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* – deu-se, principalmente, por dois motivos: pela possibilidade de eles apresentarem uma grande variedade de verbos, pois trazem informações diversas sobre as vidas que contam, e pela probabilidade de eles envolverem séculos diferentes. Isso acontece porque, apesar de se tratar de textos datados do século XV, acredita-se que eles eram cópias de documentos ainda mais antigos, havendo dúvidas a respeito de sua fidelidade. Assim, as análises que aqui foram feitas entregaram um novo conjunto de informações que poderão ser utilizadas para uma melhor compreensão acerca da época do *corpus* em questão, bem como em pesquisas que busquem comparar as cópias aqui analisadas com os possíveis textos mais antigos que serviram de base.

O desenvolvimento deste projeto, portanto, justificou-se pela lacuna de pesquisas acerca do objeto de estudo proposto, em defesa de que a análise da regência verbal arcaica e das suas variações permite uma melhor compreensão da sintaxe da língua portuguesa da época. Como “essa variação documentada fornece dados significativos para o processo histórico de mudança da língua e para melhor apreensão e compreensão de variantes que persistiram para além do período arcaico” (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17), a análise aqui proposta pode ajudar a traçar os caminhos evolutivos do português e, também, a entender melhor seu funcionamento atual.

## 1.5 OS OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é investigar, em documentos arcaicos, o comportamento sintático dos verbos em relação aos seus complementos, buscando compreender os fatores que podem interferir na regência verbal e causar variações. A partir do objetivo geral, os nossos objetivos específicos foram:

- a) Fazer um levantamento dos verbos utilizados e de seus complementos para que pudéssemos montar um banco de dados.
- b) Identificar e sinalizar as variações ocorrentes nas regências verbais.
- c) Classificar os tipos de verbos encontrados a partir de propostas vigentes.
- d) Buscar razões que possam contribuir para explicar a variação na regência verbal.



## 1.6 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ao falar de linguística histórica, é imprescindível a citação de alguns estudiosos que trouxeram grandes contribuições para a área. Desses, podemos citar especialmente a pesquisadora Mattos e Silva com o seu grandioso *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico* (1989), que servirá de base para o também importante *O Português Arcaico: Fonologia, Morfologia e Sintaxe* (2015 [2006]).

Em *O Português Arcaico*, Mattos e Silva (2015) teve como base diversos *corpora* do português da época, compostos principalmente pelos *Diálogos de São Gregório* e com a ajuda de várias outras documentações antigas já pesquisadas e analisadas por diversos pesquisadores. Os dados utilizados para a construção do livro *O Português Arcaico* (2015), inclusive aqueles também já citados pela autora em *Estruturas Trecentistas* (1989), possibilitaram essa compilação de várias características do português daquele período, em níveis fonológicos, morfológicos e sintáticos, a qual viria a servir como uma pequena gramática do português arcaico, assim como um importante alicerce do presente trabalho.

Conforme já abordado, segundo Mattos e Silva (2015), o português arcaico escrito era uma representação da língua falada na época, visto que ainda não havia regras ou normas para o uso do português, as quais seriam estabelecidas pelas gramáticas publicadas muitos anos mais tarde. Dessa forma, uma das consequências geradas por essa falta de normatização da época era a variação, a qual está presente, em diversos níveis, no *corpus* do português arcaico, conforme o indica a autora:

Caracteriza a documentação escrita dessa época a variação. Não apenas a variação na grafia – as primeiras propostas de ortografia para o português se iniciam nos meados do século XVI – mas também a variação na morfologia e na sintaxe. Pela variação gráfica, se podem depreender indícios de realizações fônicas conviventes e pela variação morfológica e sintática podem ser percebidas possibilidades estruturais, então em uso [...]. (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17)

Uma das muitas variações ocorrentes no português arcaico, citadas e analisadas por Mattos e Silva (2015), é acerca dos complementos preposicionados dos predicados transitivos. Nos dados observados na documentação arcaica dos *Diálogos de São Gregório* (*DSG*) e em outras informações dispersas, Mattos e Silva percebeu a existência de variação no uso de alguns complementos preposicionados do tipo *oblíquo* – aqueles que não podem ser substituídos por pronominais do tipo *lhe*:

Os transitivos com o complemento preposicionado do tipo OBL podem ocorrer no período arcaico em variação com o complemento do tipo OD. Nos *DSG* encontramos essa variação com os verbos: *gostar ~ gostar de; creer ~ creer a ~ creer em; duvidar ~ duvidar de*. (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17)

Para constatar seu achado, Mattos e Silva trouxe ainda alguns exemplos<sup>4</sup> encontrados nos *Diálogos de São Gregório* e um da *Imitação de Cristo*, com *cuidar ~ cuidar en*:

- (03) Non pode *gostar as cousas* • *Bêês de que gostaron* que lhi cheiran – (DSG)
- (04) Non *creeran aquelas* • *En Cristo criian...* que non – (DSG)
- (05) Non posso *duvidar nemigalha* • Non *duvidaron do feito nemigalha* – (DSG)
- (06) *Cuida nos benefcios* • *Pensa e cuida o presente* - (Imitação de Cristo)

Coutinho (1976, p. 215) também nos deixa outras pistas desta variação quando fala sobre as características do arcaísmo sintático, citando “o emprego de verbos com regência diferente da atual; assim, *haver, ousar, dever, travar*, construídos com *a*; *pecar*, com *em* (hoje *contra*); *começar*, com *de* ou sem preposição”. Ao terminar seu exemplo com o verbo **começar**, citando duas variantes na sua regência, o autor nos deixa um outro indício da existência dessa variação no português arcaico, embora sem uma análise sobre o fenômeno em questão.

Além disso, foram encontradas pesquisas que, apesar de não tratarem de forma aprofundada sobre a regência verbal e suas variações no período arcaico, registram mais dados sobre sua existência nas documentações antigas. Nascimento (2009, p. 67), ao pesquisar sobre variações atuais ocorrentes na expressão do dativo de verbos bitransitivos em comunidades rurais goianas, buscando também suas relações com as origens do português, conseguiu encontrar ocorrências de variação entre ausência e presença de preposições introdutoras de complementos verbais em documentações arcaicas. Dessa forma, apesar de essas ocorrências não parecerem ser tão frequentes, pode-se concluir que essas variações de fato apareceram em alguns momentos. Em seu trabalho, Nascimento (2009, p. 67) trouxe alguns exemplos<sup>5</sup> que comprovam essa variação em documentos arcaicos, dentre eles:

- (07) “Como subre todas as cousas do mundo os omees deuen a teer e a guardar lealdade **a** el rey, assy son teudos de a teer e a guardar **a** seus filhos e **a** sas fillas que deploys del deue)

<sup>4</sup> Os exemplos de (03) a (06) foram retirados de Mattos e Silva (2015 [2006], p. 156-157)

<sup>5</sup> Os exemplos de (07) a (09) foram retirados de Nascimento (2009, p. 67)

a reynar, e deue) a amar e a guardar Ø os outros seus fillos come fillos de senhur natual”  
(Foro Real de Afonso X)

- (08) “leuaua njcolaa coelho cascauees e manjlhas e Ø huus daua huu cascauel e a outros huua manjlha.” (*Carta de Pero Vaz de Caminha*)
- (09) “Outrosy mandamos que se alguu fazer carta de doaço de ssas cousas a outri) e a carta teuer aquel que a fazer primeyro, possalha tolher se quiser e dala Ø outri) r fazer delha o que quiser” (Foro Real de Afonso X)

Ao falarmos da sintaxe do período arcaico, é importante citarmos também os trabalhos da estudiosa Célia Castilho e seu livro *Fundamentos Sintáticos do Português Brasileiro* (2013). Apesar de trazer uma valiosa colaboração acerca dos verbos no período arcaico, o livro não se atém à variação na regência verbal, objeto do presente trabalho, focando na evolução diacrônica dos verbos existenciais e estativos e a relação deles com os adjuntos adverbiais que os acompanham.

Por fim, independentemente da existência dos dados citados e dos mesmos terem sido comentados por Mattos e Silva (2015), percebeu-se, entretanto, ao pesquisar trabalhos já realizados sobre o tema na busca por um número maior de fundamentações teóricas, que ainda faltam pesquisas sobre a variação nos complementos preposicionados e sobre a regência verbal no português arcaico – grande parte delas trata apenas sobre a variação *a ~ para ~ em* nos verbos de movimento (ex.: MOLLICA, 1996; TORRES MORAIS, BERLINCK, 2006; WIEDEMER, 2013) – visto que não foram encontrados levantamentos e nem análises sobre as ocorrências do fenômeno em questão nas documentações antigas. Dessa forma, tudo o que tínhamos, até então, eram dúvidas acerca de uma possível variação no comportamento do verbo no português arcaico, as quais foram levantas por poucos indícios e que ainda precisavam de uma comprovação e melhor entendimento.

## 1.7 A ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para atender aos objetivos aqui expostos, o presente trabalho compõe-se de nove seções, sendo esta a primeira, a introdução. Na segunda, falamos a respeito da metodologia aplicada na presente pesquisa e do processo para sua construção, além de trazermos informações a respeito do *corpus* aqui analisado, de sua edição e dos textos que o compõem. A terceira seção trata da constituição histórica da língua portuguesa, onde fazemos um breve percurso da língua até o

período arcaico – período sobre o qual o presente trabalho se debruçou – além de discutir algumas questões de periodização da língua. Na quarta seção, intitulada *a linguística e a história*, vamos retomar algumas das reflexões linguísticas mais importantes desde o início da linguística histórica até o momento atual, analisando a relação do presente trabalho com os estudos da linguística histórica.

Na quinta seção, trazemos algumas importantes gramáticas tradicionais da língua portuguesa já feitas, do século XVI até a atualidade, expondo suas visões acerca dos verbos e de seus complementos e as classificações verbais propostas. Da mesma forma, a sexta seção vai tratar do gerativismo e das classificações verbais propostas pela teoria, dando um apoio maior para as escolhas de análise feitas na presente pesquisa.

Nas últimas seções, falaremos a respeito das análises feitas aqui. Na seção de número sete, iniciamos a discussão trazendo os verbos que não variaram ao longo do texto juntamente com as classificações utilizadas e alguns casos especiais; enquanto, na oitava, falamos a respeito dos verbos que apresentaram variações, comentado cada um deles.

Por fim, na última seção, concluímos o trabalho trazendo as nossas considerações finais, onde discutimos as hipóteses levantadas e refletimos sobre as construções e variações encontradas ao longo dos sete textos que compõem o *corpus* aqui analisado.

## 2 METODOLOGIA

Como um fazer científico, no qual o cientista não espera “apresentar uma verdade absoluta e sim uma verdade aproximada que pode ser corrigida, modificada, abandonada por outra mais adequada aos fenômenos” (CHAUÍ, 2000, p. 321), o presente trabalho buscou aliar seus objetivos aos procedimentos e métodos disponíveis da melhor forma possível, esperando que, a partir deste, novas contribuições e hipóteses explicativas poderiam surgir acerca do tema.

Neste capítulo, portanto, discorre-se sobre o *corpus* escolhido e os procedimentos metodológicos para sua análise a fim de legitimar esta pesquisa científica, desde a escolha dos documentos e suas informações, o levantamento de dados e comparações, até a classificação utilizada para tratar dos verbos encontrados.

### 2.1 A METODOLOGIA APLICADA

As classificações e definições da metodologia utilizadas para essa pesquisa se basearam no livro *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*, de Prodanov e Freitas (2013). Segundo os autores, a presente pesquisa é de natureza básica, visto que pretende “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” (p. 51). Além disso, do ponto de vista de seus objetivos, é classificada como uma pesquisa descritiva, pois “observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los”, além de procurar “descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos” (p.52). Já em relação à abordagem do fenômeno escolhido, o caráter desta pesquisa será tanto quantitativo, visando levantar a frequência das variações e aquelas mais utilizadas, quanto qualitativo, pois buscará a “interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados” (p. 70).

Acerca do método de abordagem utilizado para a investigação, o presente trabalho se aproxima do método hipotético-dedutivo. Dessa forma, a pesquisa se inicia com um problema ou, mais especificamente, uma lacuna no conhecimento científico, buscando formular hipóteses explicativas em um processo dedutivo. Sobre a abordagem, defendem os autores que:

A pesquisa científica, com abordagem hipotético-dedutiva, inicia-se com a formulação de um problema e com sua descrição clara e precisa, a fim de facilitar a obtenção de um modelo simplificado e a identificação de outros conhecimentos e

instrumentos, relevantes ao problema, que auxiliarão o pesquisador em seu trabalho. Após esse estudo preparatório, o pesquisador passa para a fase de observação. Na verdade, essa é a fase de teste do modelo simplificado. É uma fase meticulosa em que é observado determinado aspecto do universo, objeto da pesquisa. A fase seguinte é a formulação de hipóteses, ou descrições-tentativa, consistentes com o que foi observado. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 32)

Por fim, em relação aos procedimentos técnicos que serão seguidos neste trabalho, os métodos utilizados foram dois: histórico, visto que o foco aqui “está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje” (p. 36); e observacional, pois procuramos observar os fatos que já aconteceram e refletir sobre eles.

## 2.2 A ESCOLHA DO *CORPUS*

Para a escolha do *corpus*, alguns fatores condicionais foram levados em conta. Primeiramente, reitera-se aqui a importância dos documentos arcaicos para o estudo da história da língua portuguesa. Os documentos referentes ao período arcaico, situado entre os séculos XIII e XV segundo Mattos e Silva (2015, p. 21) – periodização considerada para o presente trabalho, sobre a qual comentaremos mais adiante –, apresentam diversas variações que são “indicadores para mudanças que depois vieram a ocorrer e que, a partir da normatização gramatical, a documentação escrita exclui, já que serão sempre algumas variantes as selecionadas para o uso escrito normativizado das línguas” (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17). Dessa forma, pela falta de regras linguísticas a serem obedecidas, a escrita baseava-se então em falares variados, o que nos permite dizer que esses documentos são os registros mais próximos que temos daquelas oralidades que já nos são distantes.

Escolhido o período, surgem então os problemas da disponibilidade e acessibilidade. Para que esta pesquisa pudesse ser feita, o material escolhido deveria já ter passado por um bom trabalho filológico, visto que “a qualidade dos resultados a obter está dependente, em primeira instância, da qualidade dos *corpora* que fornecem os materiais a analisar” (MAIA, 2012, p. 537). Além disso, o tipo de edição feita também foi levado em conta para que essa pesquisa, de análise sintática, caminhasse da melhor forma possível. Por último, era importante que esse material estivesse, também, disponibilizado digitalmente, para que o acesso ao documento fosse possível.

Somado a isso, deve-se ter em consideração o tempo concedido à conclusão da pesquisa. Este fator tem influência direta na escolha do *corpus* quanto ao seu tamanho, o qual deveria ser adequado para uma dissertação a nível de mestrado. Assim, o documento disponível não poderia ser pequeno demais, pois, tendo em vista objetivo de analisar uma possível variação, torna-se necessária uma quantidade significativa de exemplos; e também não poderia ser grande demais devido ao tempo disponível para a pesquisa ser feita durante o programa de mestrado.

Levando-se em conta as considerações citadas, o documento foi escolhido dentre as opções disponíveis no *site Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), organizado por linguistas e estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, e financiado pelo FCT-MCES. O site disponibiliza, digitalmente, textos latino-romances do século IX ao XII, e textos portugueses do século XII ao XVI; desses, escolheu-se o documento: *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*.

### 2.3 O CORPUS E SUA EDIÇÃO

O *corpus* escolhido para pesquisa, intitulado *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*, da *Colecção Mística de Fr. Hilário da Lourinhã* (Monge Cisterciense de Alcobaça), é referente ao códice alcobacense CCLXVI / ANTT 2274. Essas cópias do século XV contêm narrativas de sete textos hagiográficos: *Vida de Tarsis*, *Vida de uma Monja*, *Vida de Santa Pelágia*, *Morte de S. Jerônimo*, *Visão de Túndalo*, *Vida de Eufrosina* e, por último, a *Vida de Santa Maria Egípcíaca*. Dessas, as duas últimas foram editadas por Jules Cornu, enquanto as primeiras foram, primeiramente, editadas por José Joaquim Nunes e reeditadas, depois, sob supervisão de Ivo Castro. Sobre esses documentos, tem-se que:

Após dirigir a equipe responsável pela edição de diversas vidas de santos integrantes do manuscrito alcobacense CCLXVI, datável do século XV, que foram publicadas entre os anos de 1982 e 1985, na Revista Lusitana, Ivo Castro colige esses trabalhos em separata da referida revista, propiciando uma visão de conjunto dessas edições, que propugnaram critérios homogêneos de transcrição (Castro, 1985). Como se adverte em sua apresentação, nenhuma dessas obras se encontrava inédita: [Vida de Tarsis], [Vida de uma Monja], [Vida de Santa Pelágia], [Morte de São Jerônimo], [Visão de Túndalo], [Vida de Eufrosina] e [Vida de Santa Maria Egípcíaca] já haviam merecido leituras anteriores, tendo sido as cinco primeiras editadas pelo ilustre filólogo português José Joaquim Nunes e as demais pelo filólogo suíço Jules Cornu. (MACHADO FILHO, 2001, p. 71)

Como as edições do documento disponibilizadas no site CIPM são as duas de Cornu e as reedições coordenadas por Castro, é com elas que trabalharemos nesta pesquisa. Vale deixar aqui, entretanto, uma crítica às informações disponíveis no *site* acerca dos documentos que o integram, visto que não são feitas classificações referentes aos tipos de edições escolhidas. Em vez disso, são apresentadas as escolhas do *site* e do editor para tratar o documento em questão. Sobre o documento escolhido, temos: sinalização de letras maiúsculas; ligação ou separação de palavras; pontuação com intervenção do editor; desenvolvimento de abreviaturas; não preenchimento de lacunas imputáveis, independentemente da sua extensão; emendas por substituição ou permuta de caracteres; sinalização de grafemas ou palavras e letra diferente do manuscrito; adaptação grafemática (ex.: ã → a~); sinalização do *site* acerca da translineação e da numeração das cláusulas introduzidas pelos editores.

## 2.4 OS TEXTOS

Como falado anteriormente, os textos presentes no *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*, apesar de datados do século XV, foram considerados cópias de documentos mais antigos. Segundo Castro (1985, p. 5), apesar de os sete textos que compõem o *corpus* serem “apresentados como tendo sido transcritos para o «idioma Portuguez» por Fr. Hilário”, datados paleograficamente do século XV, é possível encontrar algumas características linguísticas mais antigas ao longo dos documentos, levando o pesquisador a acreditar que estamos diante de “cópias mais ou menos fiéis de outros textos em português, e não como traduções directas de qualquer outra língua”. Outro importante ponto levantado é que, por ser possível reconhecer três letras diferentes nos manuscritos, provavelmente o *corpus* envolveu três copistas, não apenas o Frei Hilário.

Assim, além de o CIPM, em seu relatório acerca dos textos por ele disponibilizados, considerar que as *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* seriam compostas por cópias do século XIII ou XIV, Castro também argumenta que:

o códice reúne cópias de dúzia e meia de textos hagiográficos e de pedagogia espiritual, que ou já existiam em versão portuguesa anterior ou terão sido para o efeito traduzidos em português. Para os cinco textos agora publicados, e para outros mais, é bem nítido – como já se disse – que por trás desta cópia de meados do séc. XV se oculta, apenas parcialmente, outra versão portuguesa em linguagem do séc. XIV, pelo menos. (CASTRO, 1985, p. 6)



Além disso, sobre as narrativas presentes no *corpus* escolhido para análise, foram encontradas algumas informações presentes em Lanciani & Tavani (1993), que contém diversos dados sobre a literatura medieval galega e a portuguesa. Descreve-se aqui, portanto, dados acerca dos textos *Vida de Santa Eufrosina*, *Vida de Santa Pelágia*, *Vida de Santa Maria Egipcíaca*, *Vida de Tarsis* e *Visão de Túndalo*, visto que, até a finalização deste trabalho, não foram encontradas informações de apenas dois textos: *Morte de S. Jerônimo* e *Vida de uma Monja*.

#### 2.4.1 Vida de Eufrosina

Hagiografia originalmente escrita em grego, traduzida para o latim no século VII e, depois, para as línguas românicas. Conserva-se ainda, em Portugal, a versão latina em dois manuscritos: uma das mais antigas hagiografias conservadas (século XII), do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, *Vita S. Euphrosinae virginis* (cód. LXXIII/348, fs. 172v-181), da Biblioteca Pública Municipal do Porto; e, outra do século XIV, *Vita Sanctae Euphrosynae* (cód. alc. LXXVII/1, fs. 153-161), da Biblioteca Nacional de Lisboa. A tradução portuguesa, a qual se utiliza nessa pesquisa, é do códice Alcobacense CCLXVI/ANTT 2274, com o título tardio de *Collecção Mystica de Fr. Hylario da Lourinhã*, em letra gótica do século XV, onde estão também as mais conhecidas hagiografias medievais. Sobre a história dessa vida, tem-se que

Eufrosina de Alexandria nasce tardiamente no seio de um casal abastado e de grande devoção. Prometida em casamento, toma consciência da sua vocação espiritual mediante uma conversa com um dos monges do Mosteiro de Teodósio. Aproveitando a ausência do pai, Panúncio, disfarça a sua identidade e apresenta-se no mosteiro com o nome de Esmarado. Inconsolável com o desgosto, Panúncio procura refrigério junto do abade e este aconselha-lhe a própria filha, que o doutrina e tranquiliza. Após 38 anos sem levantar suspeitas, Esmarado adoece e, ao receber a visita do pai, pede-lhe que ali permaneça três dias. Perante a morte iminente, revela-lhe a sua verdadeira identidade. Com o seu falecimento, o pranto do pai quebra o sigilo, e a notícia divulgase no mosteiro para edificação de todos os monges. (LANCIANI & TAVANI, 1993, p. 671)

#### 2.4.2 Vida de Santa Maria Egipcíaca

Narrativa hagiográfica também de origem grega, escrita por Sofrônio de Jerusalém no século VI e traduzida posteriormente para o latim, de onde seria vertida para várias línguas

europeias modernas. A versão portuguesa foi feita no Mosteiro de Alcobaça ao final do século XIII ou início do século XIV.

É um relato ficcional construído a partir da Vida de S. Paulo de Tebas por S. Jerónimo e do relato da vida de Maria de Jerusalém, tendo sido muito difundido em toda a Europa com a versão reduzida da *Legenda Aurea*, de Jacobo de Varagine. Em Portugal, há uma versão latina do século XIII (Alc. CCLXXXIII/454) na Biblioteca Nacional de Lisboa, e duas versões em português (cód. alc. CCLXVI/ANTT 2274, aqui utilizada, e CCLXX/Livraria 771 do ANTT). Além dessas, encontra-se também uma versão reduzida na tradução portuguesa da *Legenda Aurea*, o *Flos Sanctorum*, de 1513, que tem seu exemplar único na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A narrativa, em resumo, apresenta a vida de Maria Egípcíaca, mulher tida como pecadora que, após entrar em uma Igreja e rezar para a Virgem Maria, pedindo perdão por seus feitos, resolve viver sua vida isolada no deserto. Acerca da narrativa, defende-se que

O que podemos concluir a respeito da SME é que ela é uma hagiografia, e que a história que conta pertence a uma longa tradição hagiográfica, remontando aos primeiros séculos do cristianismo, que visava não só o crescimento da religião, mas também a memória e sustentação ascética desta nova crença. As cópias em várias línguas e seu campo de atuação deixam inferir como era bem recebida pelo público, não só de leigos, mas também de clérigos. Além disso, podemos ver que ela também foi usada como um texto para a pregação e admoestação dos fiéis, não só por seu conteúdo propagandístico, mas, sobretudo, pela estrutura de sua composição. A SME, como uma hagiografia escrita na segunda metade do século XIII, está plenamente inserida no contexto de seu período, já que apresentava as novas decisões da Igreja Romana, transmitindo-as aos fiéis, mas procurando adaptá-las e moldá-las ao ideal pretendido pelo corpo eclesiástico. (CARVALHO, 2008, p. 121)

#### 2.4.3 Vida de Santa Pelágia

Dessa hagiografia, existem duas versões medievais em português feitas em Alcobaça, baseadas em uma cópia em latim do século XIII que hoje está desaparecida, e conservadas em dois manuscritos do Mosteiro de Alcobaça e que atualmente se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: o manuscrito V (cód. Alc. CCLXVI/ANTT 2274, fls. 74v-82v, com o qual trabalhamos aqui), datável de entre 1431 e 1446; e o manuscrito W (cód. Alc. CCLXX/ANTT 771, fls. 133v-144r), da segunda metade do século XV. Acerca do exemplar modelo para essas versões portuguesas, há ainda uma versão menor em língua latina, do século XIII e também alcobacense, que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa (Alc. CCLXXXIII/454).

Aqui, narra-se a história de Margarida, nome pelo qual Pelágia era conhecida, uma mulher muito rica que nunca ia a Igreja por conta de seus vários pecados. Certo dia, entretanto, decidiu se converter, escrevendo uma carta para o bispo Nono, onde pedia que a batizasse e a livrasse do poder do diabo. Após batizada, o diabo, revoltado por perder uma seguidora, apareceu na frente de todos e fez uma proposta para que Pelágia voltasse para ele. Pelágia, entretanto, renunciou ao diabo, entregando à Igreja todas as suas riquezas. Mas, dias mais tarde, desapareceu durante a noite. Foi encontrada após três anos, quando Jacobo – narrador da história – vai até o Monte Olivete encontrar com um monge eremita chamado Pelágio, a pedido do bispo Nono. Jacobo voltou mais vezes para encontrar Pelágio, não o reconhecendo; entretanto, após encontrá-lo morto, viram que se tratava de uma mulher ao prepararem seu corpo. Assim, o narrador percebeu que se tratava de Pelágia, sendo dela que o bispo Nono queria notícias.

#### 2.4.4 Vida de Tarsis

Até um tempo atrás, acreditava-se que o único testemunho existente dessa narrativa era aquele com o qual trabalharemos aqui, referente ao códice Alcobacense CCLXVI/ANTT 2274. Tem-se, inclusive, em Lanciani e Tavani (1993, p. 675), que é uma:

Tradução portuguesa quatrocentista (datável de entre 1431 e 1446) de uma pequena narrativa hagiográfica incluída no códice Alcobacense CCLXVI/ANTT 2274 (fls. 73r-74v) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É o único testemunho medieval conhecido, em português, desta lenda.

Entretanto, foi descoberto um outro testemunho que está presente no *Flos Sanctorum*, encontrado durante a pesquisa de doutoramento de Machado Filho (2009).

Trata-se da história de Tarsis, mulher bonita que levava uma vida de pecado, por quem muitos homens esbanjavam todos os bens. O abade Panúncio, certo dia, impressionado com a beleza e a fama de Tarsis, um dia a procurou, e viu que a mesma tinha conhecimento acerca de Deus, apesar da vida que levava. Tarsis pediu ao abade que rezasse por ela, e afirmou que faria tudo que ele mandasse. Pegou seus bens e queimou-os em praça pública e, então, ficou encarcerada em uma cela que continha apenas uma janela, com pão e água. Passados três anos, com pena, o abade pediu sinais acerca do perdão de Deus para aquela mulher e viu sinais do céu: um leito ricamente adornado e guardado por três virgens. Panúncio, então, percebeu o perdão dado a ela, que morreu logo depois e foi para o céu acompanhada de anjos.

#### 2.4.5 Visão de Túndalo

Trata-se de uma narrativa medieval de carácter hagiográfico, escrita em 1149 por um monge irlandês chamado Marcus — conforme consta no prólogo das versões mais antigas — na cidade de Ratisbona, Sul da Alemanha, tendo sido traduzida para mais de trinta línguas durante a baixa Idade Média. Conservam-se, em português, duas traduções, de finais do século XIV ou XV, que apresentam diferenças de estrutura e de conteúdo entre si. A mais rica em dados está presente no códice Alcobacense CCXLIV (Alc. 211 da Biblioteca Nacional de Lisboa), ff. 90v104v, a qual também contém outras obras de carácter doutrinário. A outra, é referente ao códice aqui utilizado (cód. Alc. CCLXVI, 2274 do ANTT), ff. 124r-137. Deste, é possível também encontrar a edição de Nunes em Correa de Oliveira e Saavedra Machado (1969). Acerca da história, tem-se:

Túndalo foi um nobre cavaleiro irlandês, segundo nos diz o autor da história, a quem a misericórdia divina permitiu conhecer os reinos do Além enquanto foi vivo. Um dia, estando a jantar em casa de um amigo, sofreu um súbito ataque, parecendo morto se não fosse por um leve calor que emanava do seu lado esquerdo. A partir desse momento, e sempre guiada por um anjo da guarda, a sua alma inicia uma viagem que a levaria através do Inferno, do Purgatório e do Paraíso. Durante os três dias que a alma está fora do corpo verá e sofrerá ela própria os diferentes tormentos, gradualmente mais intensos e escabrosos, que esperam pelos condenados no Inferno; contemplará os martírios temporais padecidos pelas almas no Purgatório; por último, antes de voltar a entrar no corpo, deleitar-se-á com os prazeres e gozos que esperam as almas eleitas no Paraíso. Esta experiência provocaria a conversão do cavaleiro, que deixou a vida mundana que até aí levava e repartiu os seus bens entre os pobres. (1993, p. 683-684)

#### 2.5 O PROCESSO METODOLÓGICO

O primeiro passo para a análise do *corpus* escolhido foi um levantamento manual dos verbos utilizados nos sete documentos que compõem o *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*, a partir de uma leitura atenta e minuciosa. A decisão de fazer a leitura e o levantamento manual dos verbos e de seus complementos, em vez de utilizar *softwares* como o *WordSmith*, por exemplo, deu-se por conta do próprio objeto de pesquisa: muitos dos verbos encontrados apresentavam sentidos diferentes dos que temos hoje, como visto acima com **gostar**, que significava *experimentar*, ou como **cuidar** que poderia significar *pensar*. Outros verbos, inclusive, caíram em desuso ao longo dos tempos, como **soer** (*costumar*), ou

**affremosentar** (*embelezar*). Além disso, muitas variações na ortografia também poderiam confundir os dados, como o termo *ha*, que ora representava o artigo feminino singular e ora representava o verbo **haver**. A leitura, portanto, foi necessária para a compreensão dos significados verbais, que influenciam suas classificações, bem como para evitar confusões geradas pelas variações ortográficas.

Assim, a partir da leitura atenta dos textos presentes no *corpus*, foi feito um levantamento dos verbos utilizados e de seus complementos, a fim de se propor uma classificação com base nos seus comportamentos e nas suas vizinhanças sintáticas – ou seja, de como o verbo se relaciona com os elementos que os acompanham. Para fazer a classificação, foram observados os verbos iguais que carregavam, também, sentidos iguais, identificando o comportamento mais frequente de cada um deles. Como o objetivo do presente trabalho é analisar o comportamento dos verbos no período arcaico da língua portuguesa, em busca de suas possíveis variações, optamos por classificá-los com base em suas realizações ao longo dos sete textos lidos, e não com base no conhecimento que temos da língua atual, para que o moderno não interferisse na pesquisa. Além disso, foram identificadas as variações existentes, ou seja, as construções que fugiam do padrão mais comum da época. As análises, por sua vez, foram feitas com base em uma nova proposta de classificação, construída a partir de uma conjunção de vários estudos, mas, principalmente, os gerativistas, conforme explicitação nas Seções 7 e 8.

As ocorrências encontradas, dos verbos e de seus complementos, foram colocadas em uma planilha do *Excel* juntamente com suas classificações, que ao final foram revisadas, e com a notação do local onde foram encontradas, referentes aos textos e aos fólios. Sobre as notações utilizadas, temos:

**Quadro 1:** As notações dos textos nos exemplos

TEXTOS E NOTAÇÃO			
<i>Vida de Tarsis</i>	VDT	<i>Morte de São Jerônimo</i>	MSJ
<i>Vida de Santa Pelágia</i>	VDSP	<i>Vida de Eufrosina</i>	VDE
<i>Visão de Túndalo</i>	VisDT	<i>Vida de uma Monja</i>	VDUM
<i>Vida de Santa Maria Egipcíaca</i>	VSME		

Fonte: elaboração da autora.

Todos os exemplos que forem expostos ao longo do presente trabalho, os quais foram retirados do *corpus* aqui analisado, estarão seguidos das notações listadas acima, em conjunto com o fólio exato em que uma ocorrência foi encontrada, por exemplo: a notação VDT\_f47v significa que a ocorrência se encontra no fólio 47v do texto *Vida de Tarsis*. Essa notação foi necessária para facilitar a revisão das classificações feitas no trabalho, assim como também será útil para o possível leitor tirar dúvidas ou utilizar os dados aqui levantados.

### 3 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

O presente trabalho debruça-se sobre o período arcaico da língua portuguesa; sendo assim, é importante que façamos, primeiramente, a sua breve constituição histórica, relembrando o seu percurso até o período aqui estudado. Nesta seção, portanto, passearemos pela história da língua, com o tópico 3.1 acerca do *percurso da língua*, desde a expansão do latim até a formação do português, retomando as informações importantes acerca desse caminho histórico. Além disso, também se faz necessária uma reflexão acerca da periodização da língua e dos estudos que se propõem a demarcar o período arcaico com base nos primeiros documentos encontrados escritos em português, feita no tópico 3.2 com as *questões de periodização*, para que consigamos localizar o presente trabalho nos estudos históricos da língua.

#### 3.1 O PERCURSO DA LÍNGUA

Com a expansão do Império Romano, a língua latina estende-se por diversas regiões da área que hoje chamamos de Europa, chegando à Península Ibérica em 218 a. C., durante a Segunda Guerra Púnica. A romanização completa da região, entretanto, só terminaria por volta do ano 27 a. C. com a conquista do noroeste da Península – chamada de “área inicial do galegoportuguês, ou seja, a área em que a evolução do latim aí falado conduziu a um sistema linguístico próprio” (CASTRO, 1991, p. 67). É lá que a língua levada de Roma vai começar a se desenvolver, diferenciando-se constantemente com o passar dos anos até desaguar na língua que falamos hoje.

De acordo com Silva Neto (1986, p. 56), no decorrer da história, passaram pela Península Ibérica numerosos e diferentes povos, sendo inevitáveis as consequências desses choques de culturas. Dessa forma, quando os romanos lá chegaram, vitoriosos de uma guerra contra o progresso de Cartago que colocava em risco sua ambicionada coroa do Mediterrâneo (COUTINHO, 1954, p. 39), encontraram uma região com os mais variados grupos dispersos pelo território. Essa complexa situação da Península e seu variado cenário linguístico, então, causariam efeitos diversos no processo de romanização e latinização da região. A tardia

conquista do noroeste da Península e seu isolamento geográfico, por exemplo, acabaram por favorecer o uso das línguas pré-existentes no território, enquanto que “Roma não teve nunca o propósito de assimilar os povos vencidos pela força no que se refere à língua e à religião; portanto, não procurou nunca impor-lhes a própria língua” (VIDOS, 1996, p. 162), a qual foi sendo, dentre outros fatores, desejada pelos povos peninsulares com o passar do tempo, pelo prestígio que a civilização romana e sua língua tinham.

Às variedades linguísticas já existentes na Península Ibérica antes da chegada dos romanos, juntou-se a língua latina que, como qualquer realidade linguística, também não era homogênea, visto que “entre o latim falado em Roma e o latim falado em certa província, houve desde sempre diferenças, que a evolução aprofundou” (CASTRO, 1991, p. 104). Dessa forma, a expansão do Império Romano, que demorou quase dois séculos para ser finalizada, fez com que o latim, junto com suas muitas variedades, entrasse em cada área peninsular diferente em diversos estágios evolutivos. Tudo isso – e mais um pouco – levou a língua latina a se distinguir nas mais variadas formas linguísticas com o passar dos anos, fazendo nascer os diferentes romances na península em questão, os quais iriam se desenvolver até chegar ao português, galego e espanhol. Sobre as línguas românicas, afirma Gama (1995, p.49) que:

Do exposto, pode ratificar-se a afirmativa de que os sistemas lingüísticos românicos são o resultado de uma inter-ação constante e plurissecular das variantes lingüísticossociais do latim entre si e com os sistemas lingüísticos utilizados pelos falantes não latinos com os quais essas variantes estiveram em contato.

Chegando, então, o latim à Península Ibérica, o mesmo viria a sofrer diversas modificações a partir dos frequentes contatos de línguas e variações do latim falado e usado pela maior parte da população em suas comunicações naquele território – o chamado “latim vulgar”. Deste, não se tem muitos registros, já que foi “contido durante muito tempo, em suas expansões naturais, pela ação dos gramáticos, da literatura e da classe culta” (COUTINHO, 1954, p. 21); o pouco que se sabe a seu respeito é devido, em sua maior parte, aos trabalhos dos antigos gramáticos, que procuravam corrigir as formas consideradas errôneas, e aos “vulgarismos” que vez ou outra se deixavam aparecer nos textos. Sabe-se, por outro lado, que o exército romano foi um dos principais agentes do processo de romanização e latinização, visto que “as zonas militares, as colônias de veteranos, os casamentos de soldados romanos com mulheres indígenas eram um dos vínculos mais poderosos para a difusão do latim” (CASTRO, 1991, p. 130), facilitando o uso de uma língua que, apesar de não ter sido imposta à força, como já dito, era necessária para o contato com autoridades e afins. Dessa forma, os soldados,



colonos, veteranos ou comerciantes, por exemplo, os quais estavam sempre chegando à península ou viajando pelas regiões, acabaram por levar o latim para diversas áreas, fazendo com que ele se tornasse a língua principal de comunicação. De acordo com Vidos (1996, p. 173), isso provavelmente aconteceu, além do prestígio e poder de Roma, por causa da necessidade que todos os homens, que falavam diferentes línguas mas habitavam o grande território do Império, tinham de uma língua comum mais ou menos homogênea. E passando a ser um “instrumento diário de comunicação entre indivíduos que habitam um vasto solo, uma língua falada não pode ficar estacionária, [...] mais rápidas são as modificações a que está sujeita, se variam as condições ambientes” (COUTINHO, 1954, p. 42). Assim, a latinização da Península Ibérica esteve, durante todo o período de conquistas, intimamente ligada à cronologia da romanização e ao modo que a mesma foi feita, aliada aos contatos linguísticos que se estabeleciam com os povos que lá já estavam ou chegavam, fazendo com que o latim não saísse incólume e sofresse, portanto, diversas influências no seu processo de aquisição.

Outro fator a ser considerado também é que, com o passar dos anos, o Império Romano começou a sofrer inúmeras invasões de povos considerados bárbaros, ajudando no processo de seu declínio que já vinha acontecendo por conta também de diversas crises. É no ano de 409 que os Alanos, Vândalos e Suevos invadem a região que hoje abarca a Espanha – os primeiros ocupam a Lusitânia e a Cartaginense enquanto os Vândalos e Suevos ocupam a Galiza (SILVA NETO, 1986). Entretanto, são os visigodos os mais importantes, visto que, de acordo com Silveira Bueno (1955, p. 41), viriam a dominar toda a Hispânia logo depois.

Apesar de sua grande quantidade, esses povos germânicos foram, em sua maioria, aculturados, passando a abraçar o catolicismo e, assim, deixando de lado seus idiomas ao passo que adotavam o latim “vulgar”. Dessa forma, os vestígios linguísticos que deles perduraram, mesmo sendo existentes, não são muitos se comparados às contribuições daqueles que chegaram séculos depois, em 711– os árabes. Com a complexa situação que se encontrava na região da Espanha, o território era propício à invasão dos muçulmanos, os quais – diferente dos germânicos – *provocaram* “uma aculturação geral: os árabes ensinaram aos cristãos desde o trato do campo até o trato do céu” (SILVEIRA BUENO, 1955, p. 47). Dessa forma,

Era natural que também os idiomas se encontrassem no mesmo estado geral dos outros fenômenos desta aculturação sem igual: a língua romana, como era então denominada a já muito adiantada dialeção do latim vulgar na Península, sentiu o choque da cultura de que era veículo o árabe africano. Aqueles que se haviam conformado com o domínio invasor, os renegados, aceitaram também a língua estrangeira. Outros, embora sempre rebelados contra a dominação invasora, por necessidade de trato, aprenderam também o idioma novo. Criou-se, assim, no sul da Espanha [...] um estado

bilingüe: havia mouros que sabiam falar a língua romana, o romance; e hispânicos que se expressavam em árabe. (SILVEIRA BUENO, 1955, p.48)

No século VIII, a Península Ibérica estava quase integralmente dominada pelos árabes, isolando bem ao Norte, fora de seus territórios, as populações cristãs (FARACO, 2017b, p. 16). Assim, com o intenso contato que passou a existir com a ocupação dos novos invasores, a qual se estendeu por vários anos, as contribuições linguísticas seriam, então, inevitáveis e inúmeras. Essas, entretanto, não eram vistas com bons olhos, sendo taxadas diversas vezes ao longo da história, em documentos ou registros de antigos estudiosos da língua, como uma espécie de corrupção linguística. Sobre essa questão, tem-se que os primeiros tratados sobre os idiomas da Península, que viriam a surgir após 1500, estavam:

[...] preocupados, todos eles, em elevar os vernáculos à condição de línguas, sobretudo reforçando a herança latina. Não é de se admirar que capítulos e mais capítulos desses tratados se dedicassem à época românica; que se lamentem pela invasão dos povos de “bárbara língua”; que se enraiveçam com a “perdição” para os mouros. E que esmiúcem as semelhanças de cada vernáculo com o latim, mas dediquem esparsos e parcos comentários às marcas deixadas pelos povos de fala germânica, e posteriormente, pelos povos de fala árabe. (PAIXÃO DE SOUZA, 2006, p. 35)

Apesar dos privilégios dados às semelhanças com o latim, a língua que havia chegado na Península Ibérica, após todos os anos e contatos com povos distintos, já se encontrava bastante desenvolvida. Segundo Castro (1991, p. 163), no século VIII, quando a Península Ibérica já estava quase totalmente tomada pelos muçulmanos, suas regiões apresentavam muitas diferenças linguísticas entre si, já sendo possível reconhecer, ao caminhar do ocidente para o oriente, um romance que viria a ser chamado de galego-português, desenvolvido no noroeste da Península Ibérica – área que hoje abrange aproximadamente o norte de Portugal e a Galícia. É esse o romance que irá rumar ao Sul em um processo de *re-romanização*, conhecido como a Reconquista, contra os muçulmanos que lá estavam instalados. A Reconquista saía do Norte, nos séculos X e XI, em direção ao Sul para a retomada dos territórios ibéricos, acabou por expandir para a área meridional da Península os reinos cristãos, que antes estavam isolados por conta do domínio árabe, juntamente com o romance galego-português, o qual iria se sobrepor aos falares dos invasores. Assim, com a nova mistura entre populações com falares diversos que passaria a existir em um mesmo espaço, a consequência seria o desenvolvimento de diferenças linguísticas entre aqueles que partiram para o centro-sul e aqueles que ficaram ao

Norte. O processo de Reconquista, portanto, como defende Faraco (2017b, p. 16-17), seria um ponto importante no desenvolvimento das línguas íbero-românicas:

Esse evento histórico terá profundas repercussões no destino dos falares românicos do noroeste ibérico, porque dele resultou o seu espraiamento por toda a faixa ocidental da península, sua progressiva diferenciação centro-meridional (com a criação e consolidação do reino de Portugal nos séculos XII e XIII) e, posteriormente (a partir do século XV), sua expansão para espaços extraeuropeus.

Em uma estratégia militar contra os invasores muçulmanos, a região que hoje abrange o centro-norte de Portugal, o antigo Condado Portucalense, foi concedida a Henrique de Borgonha, não significando, apesar disso, um corte em sua relação com a Galícia, de onde a região foi destacada. Entretanto, com a morte de Henrique e a forte influência galega que voltava a existir na política do Condado assumido por sua viúva, D. Teresa, a revolta tomou conta dos portucalenses e, também, do filho do casal. Em 1128, com a batalha de São Mamede, Afonso Henriques ganha o combate contra sua própria mãe e passa a assumir, então, o Condado Portucalense, começando a avançar para o Sul a fim de combater os muçulmanos em diversas operações. Após sua vitória, na batalha de Ourique em 1139, Afonso Henriques começa a usar o título de rei – mesmo que se passassem anos até que fosse, oficialmente, reconhecido como tal. (FARACO, 2017b, p. 17)

Essa caminhada que expandiu as fronteiras do Condado para a área meridional acabou por dar forma, com o passar dos anos, ao reino autônomo de Portugal. O distanciamento que passou a surgir, então, entre as regiões de Portugal e Galícia acentuava-se cada vez mais, fazendo com que a língua que antes compartilhavam, o galego-português, também passasse a se separar no decorrer dos anos, deixando de ser uma unidade linguística. Fronteiras regionais e políticas que viriam a surgir com a expansão do Condado Portucalense e com o deslocamento de seu centro político para a região Sul do território, assim como os novos contatos linguísticos que iam sendo estabelecidos, dariam origem ao que viria a ser chamado de Língua Portuguesa. Esta, por sua vez, viajaria através dos mares para outros lugares com a expansão marítima de Portugal.

### 3.2 QUESTÕES DE PERIODIZAÇÃO

Não é possível determinar ao certo em que momento o latim deu lugar ao chamado galego-português na fala. Podemos ter uma ideia, entretanto, de como o latim já não era mais compreendido pelos falantes dos romances, por exemplo, no século IX, com o Concílio de Tours, o qual ordenava que os sermões fossem traduzidos para o “*rusticam romanam linguam aut thiotiseam*”, para que os fieis pudessem compreendê-los. Sobre essa decisão, defende Ilari (1999, p. 63) que:

[...] representa um a iniciativa da Igreja em adaptar-se à língua falada, para ser compreendida pelo povo; mas vale ao mesmo tempo pelo reconhecimento de que entre a língua falada e o latim dos textos que serviam de base às homílias, se havia cavado um fosso completamente intransponível. [...] consagra-se um importante avanço dos romances em direção à plenitude de usos linguísticos.

Com a necessidade de que as leis também fossem conhecidas pela maior quantidade de pessoas possível, a substituição do latim pela língua românica vernácula também ganhava espaço nos documentos saídos da Chancelaria Real (FARACO, 2017b, p. 22). Entretanto, apesar de os estudos históricos defenderem que o latim já estaria dando lugar ao galego português na comunicação desde muito antes, o primeiro<sup>6</sup> documento considerado inteiramente escrito na língua, na região hoje conhecida como Portugal, é apenas do ano 1214 – o *Testamento de Afonso II* (MATTOS E SILVA, 2015, p. 22). É aí, após todas as evoluções do latim e o seu vencimento na escrita, que se considera o início do período arcaico, mesmo que esses documentos ainda fossem escassos até a década de 1280, visto que “foi só no reinado de D. Dinis (filho e sucessor de Afonso III) que, já nas últimas décadas do século XIII, se estabeleceu o emprego sistemático da língua românica vernácula na documentação da Chancelaria Real Portuguesa” (FARACO, 2017b, p. 23).

Sobre o período do português arcaico, diversos linguistas procuram definir melhor suas fases e limites, não havendo ainda um consenso geral. Acerca dessa subperiodização, tem-se que:

Leite de Vasconcelos limitava-se no início do século XX a designar esse período pela expressão única de português arcaico. Já Carolina Michaëlis de Vasconcelos, com base na produção literária medieval portuguesa, subdivide esses três séculos: o período trovadorismo até 1350 e o período do português comum ou da prosa histórica.

---

<sup>6</sup> Ana Maria Martins (1999) defende que o mais antigo documento datado conhecido até então, escrito em língua portuguesa, seja a *Notícia de Fiadores*, de 1175.

Essa posição foi aceita por Serafim da Silva Neto na sua História da Língua Portuguesa. L. F. Lindley Cintra opõe ao português antigo, do século XII as primeiras décadas do XV, o português médio, daí até as primeiras décadas do século XVI. Outros estudiosos do português, como Pilar Vasquez Cuesta, fazem a mesma delimitação temporal, mas adotam a designação de galego-português e de português pré-clássico. (MATTOS E SILVA, 2015, p. 23)

Como os fatores para o processo de diferenciação entre o galego e o português não devem ser baseados apenas em fatos cronológicos ou nas produções literárias, visto a já comentada situação complexa na qual se desenvolveram os falares românicos, precisamos também levar em conta os dados regionais que contribuíram para o afastamento dessas duas línguas em questão, as quais se originaram em uma mesma área linguística e andaram de mãos dadas durante muitos anos. O galego-português levado do Norte para o Sul, com a Reconquista, viria a se desenvolver e se diferenciar cada vez mais de sua origem, processo influenciado pelos novos contatos estabelecidos e, principalmente, pelas “conseqüências do deslocamento para o Sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal” (TEYSSIER, 2004, p. 41). Assim, “o português, já separado do galego por uma fronteira política, torna-se a língua de um país cuja capital — ou seja, a cidade onde geralmente reside o rei — é Lisboa” (p. 41).

O presente trabalho, baseando-se então nesses fatores, há de usar as definições de periodização e subperiodização do período arcaico defendidas por Mattos e Silva<sup>7</sup>:

Não se deve, portanto, desligar a periodização temporal da realidade linguística diferenciada no espaço. Com base nisso, parece ser prudente uma subperiodização do português arcaico, em que se considere uma primeira fase galego-portuguesa e outra que se definirá como portuguesa, sobretudo a partir da centralização política no eixo Coimbra-Lisboa. Definidos os limites do novo reino português, sela-se um destino histórico diferenciado para o português e o galego. Esse fato culmina com a decisão de D. Dinis, que falece em 1325, de legalizar o português como língua oficial de Portugal. (MATTOS E SILVA, 2015, p. 24)

---

<sup>7</sup> Há, ainda, uma contraproposta de periodização, definida por Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006). Analisando as variações presentes em textos do século XVI ao XIX, as autoras buscaram “identificar, nos padrões de frequência de ocorrência atestados em cada época, evidências que indiquem a emergência de novas gramáticas” (p.4), datando o início de novos períodos da língua com base nos momentos de inflexão encontrados. Nessa proposta, os textos aqui analisados, datados do século XIV/XV como veremos adiante, seriam então referentes ao que elas chamam de Português Médio, apresentando características que serão progressivamente reveladas nos textos até o início do século XVI. É preciso esclarecer, no entanto, que, em função do objeto de estudo aqui trabalhado, preferimos manter a periodização tradicional, por três motivos: *i*) supomos que essa escolha de periodização não interfira nas classificações dos verbos identificadas; *ii*) o estudo aqui desenvolvido não avançou para outros séculos ou períodos; *iii*) não se tem certeza da data dos textos e, portanto, não há também informações sobre o nascimento dos seus produtores – fator fundamental para definição dos traços sintáticos, de acordo com as autoras.

Assim, há um período arcaico da língua que a autora defende iniciar no século XIII e perdura, como é de costume considerar – embora ainda seja necessário um estudo com base em fatos linguísticos para seu marco final (MATTOS E SILVA, 2015, p. 22) – até o século XVI, quando começam as primeiras reflexões sistemáticas e normativizadoras da língua com a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, em 1540. O período arcaico, por sua vez, divide-se também em dois subperíodos: o galego-português e o português, de fato, arcaico.

Por fim, com base nas definições aqui acatadas, podemos dizer que o presente trabalho, o qual se debruçou sobre os textos do *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*, *corpus* datado do século XV, situa-se então nos estudos acerca da segunda fase do período, já considerado como português arcaico, conforme indicação de Mattos e Silva (2015). Com o *corpus* situado em relação ao percurso da língua portuguesa, resta agora situar a presente pesquisa nos estudos linguísticos, retomando as principais teorias que se relacionam com os temas do presente trabalho.

## 4 A LINGUÍSTICA E A HISTÓRIA

O interesse pelas questões acerca do fenômeno da linguagem e de suas questões históricas não é recente, tendo surgido antes mesmo de nossa era. De lá para cá, diversos estudiosos se interessaram pelos assuntos linguísticos, contribuindo com pesquisas e hipóteses que buscavam explicar a existência das línguas e suas mudanças.

Assim, como o presente trabalho se propôs a investigar as possíveis variações que ocorriam no período arcaico do português, este capítulo vai retomar algumas das discussões linguísticas mais importantes desde o início da linguística histórica até aqui, as quais se relacionam com o objetivo aqui proposto, trazendo reflexões a respeito dos conceitos de língua em relação com a história e com o fenômeno da variação. Além disso, veremos qual a relação da presente pesquisa com os estudos da linguística histórica, bem como algumas informações a respeito do *corpus* aqui trabalhado no que se refere às questões históricas e de variação linguística.

### 4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O interesse pelas questões acerca do fenômeno da linguagem e de suas questões históricas não é recente, tendo surgido antes mesmo de nossa era. Sabe-se, por exemplo, que desde pelo menos o século IV a.C., os hindus já se interessavam pelo estudo e análise de textos antigos, iniciando “um longo processo, entre todas essas investigações, de construção (uma espécie de forja) de uma forma específica de refletir sobre as línguas na dimensão de sua variabilidade no tempo (FARACO, 2017, p. 131). Assim, com o passar dos séculos, esses estudos foram se desenvolvendo e se tornando cada vez mais refinados até que, nos fins do século XVIII (FARACO, 2017, p. 129), ocasionaram na *linguística histórica* – uma reflexão sistemática acerca das histórias das línguas dentro das práticas da ciência moderna. Foi nessa época que os estudos linguísticos, os quais se preocupavam majoritariamente em comparar as diferentes línguas na tentativa de desvendar seus parentescos, ou reconstruí-las, começaram a ganhar um novo rigor metodológico e novos planos para o processo da pesquisa, tentando

combinar a esfera documental e a esfera experimental em uma mesma análise (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 14).

Na última metade do século XIX, entretanto, surge uma perspectiva capaz de alterar os rumos dos estudos até os dias de hoje. Com o manifesto dos neogramáticos, o qual deixava de lado a visão naturalista da língua e a ligação ao falante, o interesse deixava de ser apenas a reconstrução das línguas, dando lugar às investigações acerca das mudanças linguísticas e de seus mecanismos. Assim, segundo Faraco (2017), os dois séculos que nos separam do início da linguística histórica como ciência podem ser divididos em dois períodos: o primeiro, que perdura até o manifesto dos neogramáticos em 1878, e o segundo que perdura até hoje, com a tensão entre duas perspectivas. Sobre elas, tem-se que:

[...] uma mais imanentista, que – continuadora, de certa forma, do pensamento neogramático e caudatária do estruturalismo e, depois, do gerativismo – vê a mudança como um fato primordialmente interno, isto é, como um acontecimento que se dá no interior da língua e condicionado por fatores da própria língua. A outra, mais integrativa, que – enraizada nos primeiros críticos dos neogramáticos e fundada nos estudos de dialetologia e, depois, de sociolinguística – entende que a mudança deve ser vista como articulada com o contexto social em que se inserem os falantes, isto é, como um evento condicionado por uma conjunção de fatores internos (estruturais) e externos (sociais). (FARACO, 2017, p. 130)

A percepção de que a língua sofre mudanças com o passar do tempo, portanto, é senso comum nos estudos linguísticos, ainda que existam diferentes perspectivas teóricas a serem utilizadas no desenvolvimento das pesquisas e na busca pelos motivos e mecanismos que atuam nesse fenômeno, as quais podem enxergar a mudança como um fator interno ou como uma combinação entre fatores internos e externos, por exemplo. Assim, os caminhos que se abriram para os estudos de linguística histórica, no decorrer do século XIX, podem apresentar diferentes perspectivas a respeito dos conceitos de língua e diferentes metodologias para estudá-la e analisar o seu percurso.

Ressalta-se que o presente trabalho, por se propor a analisar o comportamento dos verbos em textos presentes em um mesmo conjunto, de uma mesma época (período arcaico), pertence à área da linguística história, mas não tem como objetivo precípua revelar mudanças linguísticas, visto que, para isso, seria necessário fazer uma comparação em textos de diferentes épocas para avaliar o percurso percorrido pelos verbos. Centra-se este trabalho no fenômeno da variação linguística. Sabe-se, entretanto, que ambos os fenômenos andam de mãos dadas, bem como alguns de seus estudos, sendo, talvez, impossível falar de variação sem falar de mudança linguística quando se trata de textos históricos. Dessa forma, é necessário que retomemos alguns



dos importantes estudos da linguística histórica que marcaram o último século até os dias de hoje, os quais se relacionam com a presente pesquisa, discutindo os seus conceitos a respeito de *língua* e o lugar dos fenômenos da variação e da mudança nos seus trabalhos.

#### 4.2 SINCRONIA OU DIACRONIA?

O início do século XX vê surgir, nos estudos linguísticos, uma nova perspectiva que faz mudar os rumos das pesquisas da área. Se, no século anterior, os estudiosos buscavam entender a natureza dinâmica das línguas, preocupados em desvendar seus percursos e parentescos, as ideias de Saussure começam a trazer as atenções para a dimensão *estática* dos fenômenos linguísticos (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 18). Para isso, Saussure (2012 [1916])<sup>8</sup> propôs uma dicotomia, separando os estudos entre a linguística da língua (*langue*), considerada por ele como essencial, e a linguística da fala (*parole*), considerada como secundária.

Assumindo que a *linguagem* é, ao mesmo tempo, um produto social e individual, Saussure sugere que há um impedimento ao tentar estudá-la. De acordo com ele, seriam duas as possibilidades para essa pesquisa – e ambas apresentariam problemas: por um lado, ao seguir com o foco em apenas um aspecto, individual ou social, correríamos o risco de perder informações importantes a respeito do aspecto ignorado, não compreendendo a linguagem como um todo; por outro, ao tentar nos aprofundar em ambos os aspectos, esse estudo “nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 40). Como solução para essas dificuldades, o linguista defende a necessidade de trazer a *língua* para o centro dos estudos, compreendendo-a como norteadora das manifestações da linguagem.

Com esse direcionamento dos estudos linguísticos, Saussure abre então dois caminhos possíveis: um estudo defendido por ele como *essencial* e psíquico, focado na língua como um objeto social que independe do indivíduo; e outro caminho *secundário*, psicofísico, que é centrado na parte individual da linguagem, também entendida como a *fala*. Ainda que o linguista assuma que existe uma ligação e uma relação de influência e interdependência entre a *língua* e a *fala*, visto que “aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta”

---

<sup>8</sup> Com base na obra póstuma *Cours de linguistique Générale*, organizado por alunos de Saussure, que teve sua primeira edição em 1916. Aqui, será utilizada a 28ª edição brasileira, cuja primeira publicação aconteceu em 1970, da Editora Pensamento-Cultrix.

(SAUSSURE, 2012 [1916], p. 51), ele defende que se trata de dois objetos diferentes. Por isso, para adentrar os estudos linguísticos, deveríamos escolher apenas um entre esses dois caminhos que não podem ser traçados ao mesmo tempo: a linguística propriamente dita, da *língua*, e a linguística da *fala*, cada uma com suas preocupações distintas. Assim, para estudar a *língua*, por exemplo, estudo defendido por ele como essencial, deve-se desconsiderar o que não diz respeito ao seu sistema e ignorar tudo aquilo que é externo a ela, como fatores históricos e culturais, os quais, ainda que estejam ligados profundamente à existência dessa língua, não afetam o seu organismo interno.

Com essa ruptura entre *língua e fala* e entre fatores *internos e externos*, Saussure enfim separa a linguística em duas áreas a serem estudadas: a linguística *sincrônica* e a linguística *diacrônica*. Tendo em vista os possíveis eixos sobre os quais os estudos são elaborados, o *eixo das simultaneidades* – onde se encontram os fenômenos coexistentes que não são afetados pelas intervenções temporais – e o *eixo das sucessões* – onde, analisando um momento de cada vez, são relacionados os fenômenos do eixo das simultaneidades com suas mudanças no decorrer do tempo –, Saussure (2012 [1916], p. 123) defende que “é sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência” e “diacrônico tudo que diz respeito às evoluções”. Dessa forma, o linguista elabora os possíveis estudos linguísticos, sincrônicos ou diacrônicos, com base no que chama de “estado de língua”, argumentando que:

Uma língua mudará pouco durante um longo intervalo, para sofrer, em seguida, transformações consideráveis em alguns anos. [...] Um estado absoluto se define pela ausência de transformações e pela maneira como, apesar de tudo, a língua se transforma, por pouco que seja. Estudar um estado de língua vem a ser, praticamente, desdenhar as transformações pouco importantes, do mesmo modo que os matemáticos desprezam as quantidades infinitesimais em certas operações, tal como no cálculo de logaritmos. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 146)

Um estado de língua, portanto, não acontece em um ponto temporal específico, mas sim em um espaço de tempo em que não há muitas mudanças linguísticas. É sobre este espaço de tempo que a *linguística sincrônica* se debruça, observando um determinado momento da língua sem levar em conta fatores históricos, com o intuito de desvendar e compreender quais fatores influenciam nesse estado linguístico. Se levarmos em conta apenas a visão saussureana, poderíamos dizer que o presente trabalho, portanto, seria um estudo sincrônico, visto que aqui estamos nos debruçando sobre um recorte de tempo, o estado de língua referente ao período arcaico da língua portuguesa. O século específico, entretanto, ainda é um mistério, pois, como exposto na *metodologia*, os textos que compõem o documento intitulado *Vidas de Santos de um*

*Manuscrito Alcobacense*, mesmo sendo datados do século XV, são considerados cópias quase fiéis de textos mais antigos, apresentando diversas características linguísticas de séculos anteriores. Ainda assim, podemos considerá-los um estado de língua por serem cópias feitas e compiladas em um mesmo conjunto, em uma mesma época, representando a língua utilizada em um recorte de tempo – ainda que não saibamos exatamente qual.

A *linguística diacrônica*, por sua vez, se interessa pelos estados de língua que se sucedem no tempo, estudando um momento específico da língua em comparação com o seu antes e o seu depois, visto que a “imobilidade absoluta não existe; todas as partes da língua estão submetidas à mudança” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 193). Não se pode dizer, portanto, que Saussure negava a existência do fenômeno da mudança linguística, nem os fatores que a influenciam, visto que a todo momento ele reconhece os aspectos históricos e sociais, por exemplo, que estão associados à existência de uma língua. Entretanto, em seus estudos, essas preocupações foram afastadas para o campo da *fala*, pois, para ele, é esta que abriga a heterogeneidade da língua e nela surgem as mudanças linguísticas, sendo a responsável por tudo que é diacrônico na língua (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 141).

É importante ressaltar, além disso, que a ruptura feita por Saussure entre *sincronia* e *diacronia* nada tinha a ver com uma perspectiva histórica de fato. Como bem defendeu Paixão de Sousa (2006, p. 24), as possibilidades que se abriam entre os dois caminhos propostos diziam respeito acerca da “inclusão ou exclusão da dinâmica temporal-cronológica em nossa perspectiva dos eventos”, onde a diacronia se interessa pelos estados de língua que se sucedem no tempo sem que levemos em conta os contextos históricos que influenciam nesse processo, servindo apenas para descrição e comparação desses estados. Assim, a separação entre *diacronia* e *sincronia* não deve ser entendida como uma separação entre, respectivamente, uma perspectiva *histórica* e *não-histórica*, visto que, para ambas, os estados de língua a serem estudados – coexistentes ou em sucessão – estão suspensos no tempo, independentes de seus contextos históricos.

Por fim, ao dar à sincronia e à *língua* um lugar de destaque nos estudos linguísticos, colocando a diacronia e a *fala* em segundo plano, Saussure acabou por afastar do foco as preocupações acerca do fenômeno da mudança e dos fatores históricos que a influenciam, preocupações essas que estavam no centro dos estudos durante séculos até o surgimento do seu estruturalismo.

#### 4.2.1 Diacronia X História

Apesar de o estruturalismo de Saussure ter dominado grande parte do século XX, tendo inclusive servido de base para teorias que viriam a seguir, alguns estudiosos encontraram problemas nessa visão dicotômica saussureana ao subestimar os fatores históricos nos estudos da língua. Um deles foi Eugenio Coseriu que, em seu livro *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança linguística*, publicado pela primeira vez em 1958, defendeu a necessidade de se aproximar a *langue* e a *parole*, bem como a *sincronia* e a *diacronia*, conceitos rigidamente separados por Saussure. Para isso, ainda que reconheça que Saussure não tenha negado a mudança linguística e as influências que atuam nesse processo, Coseriu critica a sua *ideia* de língua e a separação dos fatores externos, defendendo que:

[...] livre dos chamados “fatores externos” só o está a língua abstrata, consignada numa gramática e num dicionário. A língua que muda é a língua real em seu existir concreto. Mas esta língua não pode ser isolada dos “fatores externos” — isto é, de tudo aquilo que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes —, pois ela só se realiza no falar [...] (COSERIU, 1979, p. 19)

Assim, Coseriu observa que, na verdade, o que Saussure entendia como o estudo de um estado de língua não era a respeito de uma realidade linguística, sobre um momento histórico da evolução da língua, e sim sobre a atitude de um pesquisador em relação àquele recorte de tempo. O “estado de língua” de Saussure, portanto, não seria uma percepção completa e real da língua em um determinado período, mas, sim, sua descrição ao tomá-la parada no tempo, independente de seu contexto histórico. Nessa perspectiva, seguindo a lógica saussureana, Coseriu assume que, de fato, não há mudanças em uma descrição sincrônica. Ainda que, em um determinado estado de língua, seja possível encontrar arcaísmos ou até mesmo variações que poderão – ou não – se consolidar no futuro, não podemos depreender mudanças linguísticas na descrição sincrônica de uma língua, visto que esses arcaísmos ou variações seriam atuais neste determinado estado de língua. Só podemos depreender a mudança, de fato, na comparação entre diferentes recortes de tempo; não estamos, portanto, no presente trabalho, avaliando mudanças linguísticas, visto que trabalhamos com documentos de uma mesma época. Isso não significa, entretanto, que os fatores temporais e de transmissão não existam e não interfiram na língua, pois a “não-historicidade”, que Saussure entregou às questões sincrônicas, pertence, na verdade, à descrição da língua, e não à língua de fato, que naturalmente é temporal e produto e processo de uma transmissão.

Coseriu (1979) também questiona a visão de Saussure a respeito da mudança linguística, visto que, apesar de reconhecê-la, o estruturalista parece enxergá-la como uma “fatalidade exterior, carente de explicação racional” (p. 207), sendo exterior ao sistema. Saussure não se preocupa em explicar como e por que as línguas mudam, pois localiza a mudança linguística entre os estados da língua, considerando somente a mudança já finalizada, e não como um processo, visto que “a mudança saussureana é substituição de um elemento por outro: para que na língua haja um fator novo, é necessário que o velho lhe ceda seu lugar” (p. 217-218). Enquanto, por um lado, Saussure ignora o decorrer da mudança linguística, definindo apenas o momento em que uma inovação aparece e o momento em que já foi adotada por toda a comunidade, tornando-se um fato linguístico, Coseriu, por outro lado, argumenta que uma inovação linguística que começa a surgir e ser adotada pela comunidade já faz parte da língua e do uso, já sendo, portanto, um fato linguístico. Assim, Coseriu aponta a contradição saussureana ao isolar os estudos diacrônicos para a área da fala e a sua separação da língua, visto que a fala, tendo seu aspecto momentâneo, é também sincrônica; por isso, defende que:

[...] Saussure, preocupado em estabelecer firmemente a sincronia e em distinguir o ponto de vista sincrônico e o diacrônico, não percebe que a diferença entre ambos é apenas de perspectiva e não tenta reconciliá-los. Ao contrário, transforma a diferença de perspectiva numa insustentável antinomia real, sem perceber que o “*fato diacrônico*” é na realidade a produção dum “*fato sincrônico*” e que a “*mudança*” e a “*reorganização do sistema*” não são dois fenômenos diversos, mas um único fenômeno. (COSERIU, 1979, p. 220)

Para Coseriu, a mudança linguística é, portanto, um produto dos estados de língua que se sucedem. A língua muda porque mudar faz parte de sua natureza dinâmica, sendo uma contínua construção do sistema linguístico. Dessa forma, não se deve assumir uma contradição entre *sistema* e *mudança* ou *movimento*, apenas um *sistema em movimento*, visto que “o desenvolvimento da língua não é um perpétuo “mudar”, arbitrário e fortuito, mas uma perpétua sistematização” (COSERIU, 1979, p. 228). Coseriu sugere, então, que apenas a *história* pode explicar a realidade da língua como um sistema que está, a todo momento, sendo feito. Sob essa perspectiva, por ser a língua um contínuo fazimento histórico, a história não pode ser classificada como um fator externo, mas como parte interna do estudo da língua como objeto histórico, pois a mudança não pode existir fora da continuidade de uma língua.

Essa definição de língua como um contínuo fazimento histórico, encaixa-se perfeitamente no presente trabalho. Como estamos trabalhando com documentos que fazem parte de um mesmo conjunto e de uma mesma época, com o objetivo de analisar o

comportamento dos verbos do português arcaico, passamos a ter conhecimento acerca de algumas das variações no período em questão, as quais, com o passar do tempo, podem ter sido acolhidas ou ignoradas, revelando-nos um processo de *fazimento* da língua.

A partir da leitura dos sete documentos presentes no *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*, conseguimos também ter acesso, além das variações, a diversos fatos e informações da época em questão, tanto linguísticos como culturais, características importantes que ajudam a comprovar o momento histórico do texto e a reforçar os estudos acerca do português arcaico. Levando em consideração os argumentos de Mattos e Silva (2015, p. 15), devemos ter em mente que, para se aventurar nas pesquisas sobre as antigas fases de uma língua, como é o caso do presente trabalho, precisamos ter conhecimento acerca dos contextos históricos nos quais a língua era utilizada. Por outro lado, os documentos disponíveis também nos fornecem informações importantes, não só linguísticas, mas também dos contextos históricos nos quais a língua está inserida. Por estarmos trabalhando, aqui, com textos de cunho religioso, podemos levantar algumas informações, por exemplo, a respeito do lugar na mulher na religião e a visão acerca do inferno.

Dos sete textos que compõem o *corpus* escolhido, como visto na metodologia, cinco são sobre mulheres. Em *Vida de Tarsis*, *Vida de Santa Maria Egipcíaca* e *Vida de Santa Pelágia*, temos a história de três “mulheres do mundo”, consideradas pecadoras por se relacionarem com diversos homens. Entretanto, ao se converterem à vida religiosa, as três tiveram processos distintos: Santa Maria Egipcíaca, mulher que andava sobre as águas, passou o resto da vida vivendo sozinha no deserto até falecer logo após receber a benção de um monge; Tarsis, convencida por um abade, resolveu pagar suas penitências passando o resto de sua vida encarcerada em uma pequena cela; e Santa Pelágia, a qual se fingiu de homem e virou um monge. O disfarce de gênero se repete, também, na *Vida de Eufrosina*, documento que conta a história de uma mulher que, não querendo se casar com o pretendente que seu pai lhe escolhera e consciente de sua vocação espiritual, fingiu ser homem e fugiu para viver em um mosteiro. Assim, ainda que *A Vida de Eufrosina* seja o único documento que não retrata o pecado, reflete também o lugar da mulher na sociedade, sendo obrigada a se casar com um homem escolhido pela família, e também na religião, visto a necessidade de se fingir de homem para viver uma vida dentro da igreja.

Sobre a visão do pecado, entretanto, existem dois textos dedicados ao tema: *Vida de uma Monja* e *Visão de Túndalo*. No primeiro, temos a história de uma mulher cujos pais eram bastante diferentes; o pai, um homem quieto que quase não falava e era bastante doente, e a

mãe que gostava de luxúria e falava bastante. Após a morte de seus pais, a mulher ficou sem saber qual dos dois tomaria como exemplo para viver sua vida, até que recebeu uma visão de como ambos estavam após suas mortes por conta da vida que levaram: seu pai estava feliz em um lugar bonito, e sua mãe atormentada em uma cova, gritando e chorando enquanto era devorada por vermes. Assim, a mulher decide viver a vida como o pai viveu. No segundo texto, temos a jornada de Túdalo pelo paraíso e pelo purgatório guiada por um anjo, permitindo-nos conhecer os castigos que sofrem aqueles que cometem pecados e os prazeres que ganham aqueles que são bons em vida, o que influenciou Túdalo a escolher deixar sua vida de pecados e luxúria.

Como essas hagiografias medievais serviam como um propósito educacional, bem como para assegurar o poder da igreja contra as forças do mal (MACHADO FILHO, 2001, p. 70), os documentos nos proporcionam o conhecimento da visão da época a respeito do pecado, da vida após a morte e de questões relacionadas às mulheres. Entretanto, ainda que os textos presentes no documento estudado sejam cópias, não sendo, portanto, do século XV – século datado no *corpus* –, o trabalho de copiar essas histórias já nos indica o interesse pela difusão desses temas na época, dado importante para termos um pouco mais de conhecimento acerca do contexto histórico do período.

Para além de informações culturais, conseguimos também encontrar diversos traços linguísticos próprios do período arcaico da língua portuguesa, alguns já tendo sido alvo de estudo em outros trabalhos, como, por exemplo, os usos de *haver* no sentido de posse e o verbo *ser* com sentido existencial, verbos que entraram em desuso; além de outros traços linguísticos interessantes característicos da época. Sobre os usos de *haver*, por exemplo, vejamos abaixo algumas das ocorrências levantadas nos sete textos do *corpus* analisado:

(10) “nom **av(er)am** nenhuñ remedío de m(iseri)cord)ia” (MSJ\_f91v)

(11) “nom **ouvestes** plazer e dellecto” (VDSP\_f76r)

Essas ocorrências seguem os estudos já feitos acerca dos comportamentos de *haver* no período arcaico da língua, confirmando que, embora atualmente *haver* não seja mais utilizado desta forma, ele era o principal verbo para indicar, no período analisado, uma *posse*. Além dessa característica, encontramos também exemplos de *ser* no sentido *existencial*, uso que não é mais registrado atualmente, como podemos ver nos exemplos abaixo:

(12) “na boca daq(ue)lla besta **eram** g(ra)ndes chamas de fogo” (VisDT\_f126v)

(13) “nõ **h(e)** en mÿ sustância” (MSJ\_f95v)

Essas evidências nos ajudam, portanto, a compreender a língua que era utilizada na época, permitindo-nos recuperar alguns de seus verbos e seus significados em uso. Assim, ainda que o verbo *ser* tenha perdido seu sentido existencial, no decorrer da história, para *haver* e, posteriormente, *ter*, os documentos nos mostram que, naquela época, essa acepção do verbo *ser* fazia parte da gramática dos falantes. Além disso, também encontramos verbos comuns desse período, mas que caíram em desuso no percurso da língua portuguesa, como *quedar* e *soer* nos exemplos abaixo:

(14) “nom **q(ue)des** [(de)] horar a Nosso Ssenhor” (VDE\_f46v)

(15) “levou-a seu padre ao moesteyro a que **ssoya** d’yr” (VDE\_f43r)

Os exemplos acima nos mostram que o verbo **quedar** era utilizado no sentido de *parar* – como ainda podemos ver na língua espanhola, por exemplo –, enquanto **soer** trazia uma ideia de hábito, no sentido de *ter costume*. Ainda que esses verbos possam até hoje ser encontrados em dicionários e em outras línguas, por exemplo, eles fazem parte de um período arcaico da língua portuguesa e são desvelados ao se fazer a leitura e consequente análise de textos históricos.

O trabalho com esses textos históricos, a reflexão acerca de seus temas e o levantamento de seus traços linguísticos, portanto, proporcionam uma visão ainda mais ampla da língua em seu período arcaico e da sociedade que a utilizava. Além disso, esta pesquisa também pode servir de apoio aos trabalhos que se propõem a reconstruir o caminho da língua portuguesa, auxiliando nas propostas de explicações e justificativas de seu percurso, confirmando – ou refutando – hipóteses levantadas e influenciando novas pesquisas. Sobre a importância desses estudos, Mattos e Silva (2008) defende que:

Se pelas teorias da linguística histórica e com o suporte de teorias linguísticas em geral, se pode chegar à caracterização esquemática de um momento da história passada de uma língua, são os dados empíricos, fornecidos pela documentação remanescente, que confirmarão ou não as teorias e que permitem rastrear e em parte reconstruir seu uso vivo. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 21)

Como uma via de mão dupla, as pesquisas já feitas sobre o português arcaico e seus traços linguísticos já levantados também nos ajudam a confirmar, mesmo que com certa



margem, o período dos textos em questão. Visto que o *corpus* aqui analisado, datados do século XV, são compostos por cópias quase fiéis, levando-nos a acreditar que “por trás desta cópia de meados do séc. XV se oculta, apenas parcialmente, outra versão portuguesa em linguagem do séc. XIV, pelo menos” (CASTRO *et al.*, 1985, p. 6), provavelmente estamos lidando com características de épocas diferentes que se misturam, algumas mais antigas copiadas fielmente e outras modificadas para o século XV por interferência da gramática internalizada do escriba (copista) que pertencia a este século. Entretanto, apesar de não sabermos ao certo de quando são os documentos que foram copiados e nem o quão fiéis as cópias são – o que pode servir de objetivo para novos trabalhos –, estudos já feitos sobre o português arcaico levantaram traços que também foram encontrados em nossos documentos, como o uso de *haver* no sentido de posse, *ser* no sentido existencial, por exemplo. Assim, além de os dados encontrados neste trabalho reforçarem esses estudos e confirmarem a existência dessas características no português arcaico, esses estudos também nos permitem localizar o *corpus* aqui analisados, de fato, no período arcaico da língua. Os estudos de documentos antigos, portanto, servem de suporte uns aos outros, ajudando a confirmar ou refutar teorias e características, a visualizar e refazer o percurso histórico da língua portuguesa e a desenvolver hipóteses explicativas para o caminho que a língua tomou com o passar do tempo. Seguindo Mattos e Silva (2008), acreditamos que a análise dos fenômenos linguísticos em textos antigos também, e principalmente, ajuda a (re)construir a história da língua, contribuindo, por vezes, para esclarecimentos de fatos sociohistóricos.

A relevância dada às questões históricas a partir do século XX juntamente com os estudos de Coseriu colocam, portanto, a presente pesquisa em um lugar nos estudos diacrônicos/sincrônicos. Se, por um lado, temos um recorte de um determinado momento linguístico, ou um “estado de língua” como chamou Saussure, visto que analisamos textos presentes no *corpus* de uma mesma época; por outro, temos também um “sistema em movimento”, conforme defendido por Coseriu. Como nos propomos a analisar as variações do comportamento dos verbos do português arcaico, estamos lidando com o que Coseriu chamava de “fazimento sistemático da língua”. Assim, ainda que na visão saussureana a presente pesquisa seja feita com base em um momento específico da evolução linguística, caracterizando-se como um estudo *sincrônico*, também se deve lembrar que o “estado de língua” em questão apresenta diversas variações e revela a mudança em movimento, e não já finalizada e estabelecida; ou seja, encontra-se a língua em seu natural processo de “fazer-se” em uma época pretérita, o que confere a este trabalho também o status de diacrônico.

Essas ocorrências aqui levantadas e analisadas revelam, portanto, os fenômenos linguísticos presentes no período arcaico, permitindo que este trabalho sirva de base para estudos que buscam rastrear o percurso do português no decorrer do tempo. Além disso, visto que os estudos históricos auxiliam uns aos outros, a combinação de diferentes pesquisas que revelam questões linguísticas ou até culturais, por sua vez, permite-nos trazer os estudos de textos antigos de volta para o seu contexto histórico, para que eles não sejam, simplesmente, uma descrição linguística suspensa no tempo. Assim, sabendo que a presente pesquisa revela características linguísticas de uma época já muito antiga – e, ainda que não seja o foco, também pode revelar algumas questões culturais refletidas nos temas dos textos, como vimos acima –, além de poder auxiliar no rastreamento do caminho feito pela língua no passar dos séculos, acreditamos que este trabalho se encontra, então, em algum ponto entre a sincronia e a diacronia ao mesmo tempo: na *história* da língua.

É imprescindível lembrar, entretanto, que as informações que os documentos históricos nos oferecem não devem ser entendidas como algo absoluto. Baseando-se na quantidade de textos da época que estão disponíveis e nos muitos anos que nos separam, é de se concluir que esses documentos aos quais temos acesso não nos oferecem uma visão completa. Isso acontece por diversos fatores: nem tudo foi registrado, nem tudo foi preservado, nem tudo sobreviveu aos dias de hoje. Não podemos, portanto, ter acesso ao cenário completo. Além disso, muitos textos também não nos dão clareza acerca de suas datas exatas e nem dos lugares em que foram escritos. Dessa forma, precisamos ter em mente que as informações que os documentos históricos nos trazem refletem o que o tempo nos permitiu conhecer e estudar, e não uma visão absoluta e unânime sobre a época. Como afirma Paixão de Sousa:

[...] os estudos sobre o tempo precisam trabalhar com os resultados do próprio tempo. Ou seja: só podemos estudar “o passado” a partir do que se formou como “passado”, a partir do que foi registrado, preservado, e compreendido por nós como passado; estamos inexoravelmente presos ao que se deu a conhecer. Conseqüentemente, os estudos históricos trabalham no plano das narrativas, não no plano da experimentação (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 28).

Em contrapartida, ainda que tenhamos em mente que o passado não se revela completamente para os nossos estudos e que não podemos tomar as ocorrências encontradas como unanimidade, os documentos nos mostram, pelo menos, que as estruturas e variações encontradas eram permitidas pelo uso da língua na época porque faziam parte da gramática desses falantes, o que já é de grande importância para os estudos da linguística histórica e para a compreensão da mudança linguística no decorrer dos séculos. Assim, ainda que esta pesquisa

não se proponha a analisar, de fato, o fenômeno da mudança, visto que serão analisados documentos de um mesmo período, as variações encontradas podem revelar informações significativas acerca do percurso histórico da língua portuguesa até o momento atual, auxiliando da sugestão de possíveis pistas sobre suas características e motivos para as suas mudanças.

Por fim, discutidos os conceitos acerca de diacronia e sincronia e suas relações com as questões históricas, e tendo em mente o nosso objetivo de analisar a variação no comportamento dos verbos do período arcaico, é necessário também relembrar os estudos que têm como foco a variação linguística, os quais buscam explicar esse fenômeno enquanto entendem a língua como um fator social e resultante da relação entre fatores internos e externos.

#### 4.3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Segundo Mattos e Silva (2008, p. 32), é Schuchardt, nos fins do século XIX, quem “abre caminho para uma nova orientação”, trazendo “o estudo da variação linguística no espaço (dialetologia) e sua importância para a compreensão da mudança no tempo”. Ainda que o falante individual continuasse sendo o ponto de referência em seus estudos, o linguista, ao criticar conceitos trazidos pelos neogramáticos, trouxe luz à heterogeneidade da língua com inúmeras variedades existentes na fala de uma comunidade, condicionadas por fatores externos como sexo, idade e nível de escolaridade, além de comprovar que essas diversas variedades também influenciavam umas nas outras, observando o contato linguístico. Schuchardt abriu espaço para que outros linguistas, como Meillet, tivessem então uma visão mais sociológica da língua, defendendo que as condições sociais influenciam decisivamente na língua e nas suas mudanças, tratando a língua como um fato social (FARACO, 2017, p. 153). Essas visões, entretanto, acabaram por ficar na sombra do estruturalismo que crescia no início do século XX com os estudos de Saussure, vistos acima.

Entretanto, na década de 60, sobretudo com os estudos de William Labov e sua *sociolinguística*, o cenário das teorias linguísticas começa a mudar novamente. Com o simpósio *Direções para a Linguística Histórica*, em 1966, que buscava reacender o interesse pelos estudos históricos da língua que foram em grande parte deixados de lado pela linguística sincrônica, e com a apresentação dos trabalhos de Weinreich, Labov e Herzog acerca dos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* que viria a ser publicado dois

anos depois, enfim “cai no ostracismo o ‘sistema homogêneo’ saussuriano” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 56), permitindo uma grande revolução nas teorias linguísticas do século XX.

Weinreich, na introdução de seu trabalho com Labov e Herzog (2019, p. 33), afirma que o estudo partiu da percepção de que as teorias estruturalistas, ainda que muito importantes para investigações sincrônicas, trazem diversos paradoxos para os estudos linguísticos, dificultando a escolha entre estudar a estrutura da língua ou sua história. Assim, os autores sugerem que:

[...] um modelo de língua que acomode os fatos do uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos não só leva a descrições mais adequadas da competência linguística, mas também suscita naturalmente uma teoria da mudança linguística que ultrapassa os estereis paradoxos contra os quais a linguística histórica vem lutando há mais de meio século. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2019, p. 34)

Dessa forma, os autores criticam as teorias que tomam a língua como um objeto homogêneo e irreal, defendendo a necessidade de enxergar a língua como um objeto de heterogeneidade ordenada antes de começar a esboçar teorias acerca da mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2019, p. 35). De acordo com eles, uma teoria acerca da mudança linguística deve levar em conta: as mudanças possíveis de uma língua e as condições possíveis para que a mudança ocorra; a reflexão acerca do processo de transição da mudança; como essa mudança se encaixa nas estruturas internas e externas do sistema linguístico; como as mudanças são avaliadas pelos falantes e como essa avaliação interfere no processo; e quais os fatores que permitem a implementação de uma mudança em um determinado tempo e espaço. Assim, os autores propõem que os estudos acerca da mudança linguística devem buscar desvendar as transformações das estruturas linguísticas, percebendo que, com o passar do tempo, a língua começa a apresentar algumas diferenças ainda que uma comunidade e a língua utilizada por ela continuem sendo as mesmas.

Rompendo com a ideia de relação entre estruturalidade e homogeneidade, defendida em grande parte no início do século XX, os autores então defendem que, para que uma mudança linguística seja explicada de forma satisfatória, é necessário que consigamos “descrever a diferenciação ordenada dentro da língua” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2019, p. 88). De acordo com Paiva e Duarte (2019), a grande inovação dos estudos de Weinreich, Labov e Herzog em relação aos estruturalistas que dominaram a primeira metade do século XX, foi esse conceito de *língua* como um *sistema heterogêneo ordenado*. Enquanto Saussure e seus seguidores viam a variação e mudança na língua como uma *fatalidade exterior*, como algo aleatório e irregular, os autores sugeriram atribuir a esses fenômenos um aspecto sistemático e

controlado, dando ao linguista a tarefa de não só reconhecer os fenômenos, mas também de explicá-los, identificando os fatores internos e externos – estruturais e sociais – que os influenciam.

Dando atenção aos fenômenos da variação e mudança, assumindo que “nem toda variação e heterogeneidade envolvem mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2019, p. 125), os autores abriram caminho para os estudos acerca dos estágios de transição da língua, deixados de lado pelos estruturalistas que viam apenas a mudança finalizada. Isso permitiu aos estudiosos entender mais claramente como uma mudança é instalada, no seu processo contínuo e gradativo onde velhas e novas variantes convivem por um tempo até que a transição se complete. Assim, percebendo que é possível encontrar variações presentes em uma mesma comunidade linguística por conta, por exemplo, da convivência entre falantes de faixas etárias diferentes, os autores trazem a ideia de “tempo aparente” para fomentar a sincronia saussureana, demonstrando que é possível encontrar a diacronia na sincronia.

Essa nova perspectiva deu, de certa forma, continuidade às ideias trazidas por Coseriu anteriormente, o qual já indicara as inconsistências a respeito das dicotomias e ideias saussureanas como visto acima, argumentando que a língua está a todo momento se construindo ao sofrer interferências externas, não internas, e que a diacronia faz parte da língua, e não apenas da fala. Assim, as ideias trazidas por Weinreich, Labov e Herzog acabaram aproximando ainda mais os conceitos entre sincronia e diacronia, visto que, segundo Paiva e Duarte (2019, p. 139), os autores viam o fenômeno da mudança linguística como “a face sincrônica da variação”, demonstrando que as análises de variações sincrônicas, bem como dos processos e fatores que envolvem uma mudança em transição, também podem possibilitar uma maior compreensão acerca de mudanças passadas já finalizadas. Acerca dessa contribuição, temos que:

Uma das dificuldades maiores no estudo de mudanças já completadas em uma língua se situa exatamente na impossibilidade de acessar os seus estágios intermediários, o que conduz muitas vezes a conclusões equivocadas. A partir do exame da gradualidade de mudanças em curso de implementação, assim como da sua contextualização estrutural e social, é possível levantar hipóteses que expliquem esses estágios intermediários. (PAIVA; DUARTE, 2019, p. 139-140)

Essa nova perspectiva para os estudos linguísticos, apresentada por Weinreich, Labov e Herzog, juntamente com as suas tarefas propostas para uma explicação mais clara dos processos de variação e mudança – como os problemas acerca dos *fatores condicionantes*, da *transição*, do *encaixamento*, da *avaliação* e da *implementação* comentados mais acima –, vêm servindo

de base para muitos estudos históricos desde sua publicação. Dentre esses estudos, temos como exemplo as pesquisas acerca das variações nos textos antigos, visto que elas são um importante “indicador de uma fase de mudança em processo no passado e, portanto, pode contribuir para a delimitação de fases intermediárias, iluminando o problema da transição” (FARACO, 2017, p. 191), dando mais uma razão ao presente trabalho.

A variação linguística é um fenômeno constante nos textos do período arcaico, não só no que diz respeito à ortografia e morfologia, mas também à sintaxe, e essas variações, por sua vez, revelam-nos as diferentes construções possíveis da época e as estruturas que eram produzidas pelos falantes (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17). Nos sete documentos analisados, foram encontrados, por exemplo, alguns verbos que apresentam variação – os quais comentaremos mais profundamente na Seção 8 do trabalho –, como: **ensinar** ~ **ensinar a**; **merecer** ~ **merecer de**; **lançar-se a** ~ **lançar-se em**, as quais podemos ver nos exemplos abaixo:

(16) “**inssynar a ty e a nos** (con)prir a sua santa vontade” (VSME\_f52r)

(17) “que ssenpre vive **inssyna home**~ toda sçiençia” (VSME\_f62r)

(18) “**merocy de ver** todos os ssacramentos” (VSME\_f60r)

(19) “por ty **mereçi veer** a gloria de Deos” (VSME\_f60r)

(20) “**sse lança aos homeês**” (VDSP\_f75r)

(21) “logo **sse lançou ã t(e)rra**” (VDSP\_f78v)

Com essas ocorrências, passamos a ter conhecimento de como era o comportamento sintático de alguns verbos, ou seja, quais elementos os acompanhavam e como a relação entre eles funcionava. Assim, de (16) a (21), podemos ver alguns verbos que apresentaram realizações diferentes em um mesmo documento, verbos que ora aparecem com preposição e ora aparecem sem preposição, como **ensinar** e **merecer**, e verbos que podem aparecer com preposições diferentes, como **lançar-se**.

Além das variações nos verbos, é possível encontrar também diversas variações na grafia, inclusive com as mesmas palavras escritas de formas diferentes em um único texto. Abaixo, podemos ver alguns exemplos de variação na grafia com o verbo **receber** no mesmo

tempo verbal, e com os usos do artigo *a* e do verbo **haver** – os quais muitas vezes se confundem –, variações essas que apareceram em um mesmo documento:

(22) “e **recibiste** por mÿ o torm(en)to da morte” (MSJ\_f90v)

(23) “a humanidade que **recebeste** p(er)a nos remír” (MSJ\_f90v)

(24) “ja **a** q(ue)ro d[ar] **ha** sseu marido” (VDE\_f43r)

(25) “q(ue)m corronpeu **ha** ffremosura da minha filha” (VDE\_f46v)

(26) “q(ue)m ffoy aquel que espedaçou **a** minha cordeyra” (VDE\_f46v)

(27) “p(o)llas rriquezas g(ra)ndes que **ha**” (VDE\_f46v)

Com os exemplos em (22) e (23), encontram-se dois exemplos com o verbo **receber**, ambos na segunda pessoa do singular no pretérito perfeito. Entretanto podemos ver que, mesmo em um mesmo documento, e em um mesmo fólio, a grafia apresentou variação. Essa variação também acontece com o artigo feminino *a*, que se apresenta constantemente de duas formas diferentes. Como vemos nos exemplos (25) e (26), em um mesmo fólio podemos encontrar o artigo escrito como *a*, da maneira que ainda utilizamos atualmente, e o artigo escrito como *ha*; no exemplo (24), inclusive, existem ambos os usos em uma mesma frase. O uso do artigo *ha*, entretanto, como mostrado no exemplo (27), muitas vezes se iguala ao uso do verbo **haver**, o que poderia causar confusões nas análises. Daí, tem-se a importância de uma leitura manual e cuidadosa dos textos antigos, em vez de apenas se utilizar *softwares* que façam sozinhos esse levantamento.

Outra variação interessante acontece também com os verbos **ficar** e **fincar** especialmente na expressão **ficar/fincar** os joelhos, no sentido de *cravar*, como podemos ver nos exemplos abaixo. Essa expressão, inclusive, foi levantada pelo CIPM, site onde encontramos os textos aqui analisados. No dicionário do site, temos os verbetes **fincar** e **ficar** e, em ambos, encontramos uma atenção para as expressões **fincar os joelhos** e **ficar os joelhos**.

(28) “todos **ficavã** os joelhos ante aq(ue)ll rrey” (VisDT\_f132v)

(29) “depois que acabavom a horaçom **ficavam** os giolhos em terra” (VDSME\_f53r)

Os exemplos acima nos mostram que o verbo **ficar**, nessa expressão, apresentava o sentido de *fincar* – verbo que ainda hoje utilizamos. A história da língua, entretanto, pode dar luz a essa

característica do período arcaico, visto que, de acordo o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de Cunha (2015), os verbos **finçar** e **ficar** possivelmente vieram do mesmo verbo do latim vulgar: **figicāre**. Assim, ainda que nos documentos aqui analisados tenhamos encontrados essa expressão apenas com o verbo **ficar**, o site CIPM apresenta exemplos com o verbo **finçar** ainda no período arcaico, demonstrando que ambos os verbos eram permitidos no uso dessa expressão. E essa variação, por sua vez, é explicada por se tratarem de verbos que, vindo de uma mesma palavra, acabaram tendo seus usos convivendo e se confundindo em um determinado período, antes de serem fixados em dois significados diferentes. Nesses exemplos, podemos ver não apenas o fenômeno da variação em relação aos verbos, mas também à ortografia e às marcas da nasalidade, as quais também apresentavam constante flutuação de marcação no período arcaico.

Essas variações frequentemente encontradas nos textos do período arcaico, especialmente as variações ortográficas, podem ser explicadas pela falta de normatização da época. Como as primeiras gramáticas da língua – a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros – surgiram apenas no século XVI, a língua circulava livre pelas ruas, sem as normas e padrões de prestígio impostos pelos gramáticos. Assim, a falta desse apoio normativo influenciaria nessa quantidade de variação, sendo este fenômeno uma importante característica dos documentos arcaicos. Como não havia normas que regulassem a escrita da língua portuguesa,

[...] a documentação remanescente do período arcaico é importante subsídio para o conhecimento da língua em uso de então, apesar das restrições necessariamente impostas na transferência do oral para o escrito. Além disso, essa variação documentada fornece dados significativos para o processo histórico de mudança da língua e para melhor apreensão e compreensão de variantes que persistiram para além do período arcaico e até hoje permanecem em variantes, sobretudo, mas não apenas, regionais do português (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17)

Por não haver normas que cerceassem a escrita, os falantes da época escreviam conforme as suas intuições a partir dos usos da língua na oralidade, caracterizando os documentos escritos em português, no período arcaico, como uma “representação do falado” (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17), ainda que houvesse algumas diretrizes para essa transcrição da fala para a escrita. Dessa forma, os textos escritos do período em questão nos dão importantes indícios de como a língua portuguesa era utilizada na época, de como ela se construía, além de demonstrar como a língua podia se comportar na ausência das forças normativizadoras, as quais viriam a excluir alguns desses usos em prol da seleção de outros. Com essas ocorrências,



portanto, passamos a ter uma percepção da língua que estava em seu uso real, aproximando-nos mais da fala daquela época do que os documentos que vieram após as gramáticas, as quais iriam regular – ou ao menos tentar – as construções da língua.

De acordo com Mattos e Silva (2015, p. 17), as primeiras propostas acerca da ortografia da língua portuguesa começariam a surgir no século XVI, assim como as primeiras gramáticas. Ainda que a variação seja um fenômeno constante nas línguas, sendo possível encontrá-las em diferentes níveis linguísticos mesmo hoje em dia, essas propostas conseguiriam conter, mesmo que em parte, as variações ortográficas com o passar do tempo, diminuindo a frequência em comparação com os documentos arcaicos. Isso acontece porque a grafia tende a obedecer às normas e acordos ortográficos, o que não acontece com os verbos e suas classificações, por exemplo. Apesar de as gramáticas tentarem regular os modos de realização dos verbos, estabelecendo sua relação com outros elementos em uma frase, elas acabam refletindo os usos escolhidos pela sociedade e descrevendo como os verbos são utilizados. Por isso, encontramos verbos mudando de classificação com o passar do tempo, ou até apresentando classificações variadas a depender do autor, por exemplo, conforme descrição no capítulo seguinte.

Assim, comentadas algumas das importantes perspectivas acerca dos estudos linguísticos, bem como a relevância dos estudos históricos para uma melhor compreensão do percurso feito pela língua portuguesa, torna-se imprescindível também discutirmos acerca de algumas das gramáticas no que se refere à classificação dos verbos, do século XVI ao XXI. Desvendar as diferentes perspectivas e o percurso gramatical acerca das classificações dos verbos em português, desde seu início até a atualidade, nos permitirá apreender as diferentes visões sobre o tema e avaliar as contribuições já feitas até então, além de nos permitir observar as mudanças de comportamentos dos verbos refletidas nas gramáticas ao longo do tempo.

## 5 O ESTUDO DO VERBO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

Na busca pelas variações no comportamento verbal arcaico, proposta na presente pesquisa, foi necessário fazer as classificações dos verbos encontrados ao longo dos sete documentos que compõem o *corpus*. Para isso, tivemos de explorar as diferentes perspectivas de análise verbal existentes, a fim de escolher qual seria a opção que mais se adequasse na pesquisa aqui proposta.

Nesta seção, portanto, vamos retomar algumas das importantes gramáticas tradicionais já feitas para a língua portuguesa, desde as primeiras, escritas no século XVI, até as contemporâneas, expondo as visões tradicionais acerca dos verbos e de seus complementos, bem como das classificações verbais propostas, com o intuito de expor os pontos positivos e negativos da tradição gramatical.

### 5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

As reflexões acerca da linguagem humana foram iniciadas antes mesmo da nossa era, ainda como um ramo da filosofia. Com o embate político-ideológico que acontecia na Grécia Clássica, desenvolviam-se as teorias sobre significação, léxico e retórica. Assim começava, por volta do século V a.C., o primeiro dos três períodos principais dos estudos gramaticais na antiguidade grega, de acordo com Lobato (1986), o qual foi iniciado com os filósofos pré-socráticos e os primeiros retóricos e continuou com Sócrates, Platão e Aristóteles. Esses estudos linguísticos, entretanto, apesar de não terem sido muito aprofundados, visto que “a língua não era uma preocupação independente, encontrando-se esparsa na obra de cada pensador do período” (LOBATO, 1986, p. 78), indicaram um percurso para maiores reflexões. Dessa forma, ao estabelecer a distinção entre o *substantivo* e o *verbo*, definindo-os como elementos básicos para constituir uma proposição, Platão abria

[...] o caminho para uma compreensão analítica de estruturação da linguagem como representação do pensamento. O percurso posterior que delinearemos se constitui em um refinamento de análise que, a princípio, é apenas parte de uma teoria geral do conhecimento, de uma filosofia que só alguns séculos depois vem a fundamentar uma gramática. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 16)

O segundo principal período dos estudos em questão foi iniciado com os estoicos, os quais começaram a traçar a fundamentação da gramática tradicional, fazendo com que a língua passasse a ser estudada em obras independentes – mesmo que a gramática ainda não estivesse separada da filosofia e da lógica. Acreditando que os estudos linguísticos eram parte da filosofia, os estoicos trataram “da pronúncia, da etimologia e da gramática (classes de palavras e paradigmas flexionais), separadamente, privilegiando o estudo gramatical, mas sem estar interessados na língua em si mesma” (LOBATO, 1986, p. 78), visto que consideravam a língua apenas como a expressão dos pensamentos e sentimentos humanos e a investigavam nessa perspectiva.

Os filólogos alexandrinos, continuadores dos estoicos, foram os responsáveis pelo terceiro e último período principal dos estudos gramaticais na antiguidade grega. Com o desenvolvimento de um grande centro de estudos literários e linguísticos que surgia na colônia grega de Alexandria a partir do século III a.C., esses estudiosos se destacaram dos anteriores por verem a língua como uma preocupação literária, e não mais filosófica ou lógica. Foi nesse período que, de fato, codificou-se a chamada gramática tradicional do grego, e seus primeiros trabalhos tinham como objetivo a “(1) elucidação da língua dos textos literários arcaicos, e (2) a proteção do grego clássico, que devia ser resguardado de corrupções” (LOBATO, 1986, p. 79).

Foi durante a atmosfera filológica da Escola de Alexandria que surgiu, então, a primeira descrição ampla e sistemática de uma língua no mundo ocidental, com Dionísio da Trácia (séc. II a.C.), que definiu a gramática como a “arte de escrever” – sendo “arte” um conjunto de preceitos necessários para executar uma tarefa (LYONS, 1979, p.12 apud MATTOS E SILVA, 2016, p. 18). Em sua gramática, Dionísio discorreu acerca de sons, sílabas, partes do discurso (substantivo, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção), flexão, deixando de fora, entretanto, a sintaxe grega. Quem primeiro escreveu algo sobre sintaxe foi Apolônio Díscolo e, para ele, a mesma “dizia respeito à combinação de elementos, sendo esses elementos os que designamos como fonemas (que formam as sílabas), as sílabas (que formam as palavras) e os significados das palavras (que formam as frases)” (LOBATO, 1986, p. 91). Pode-se, então, resumir o percurso histórico da gramática grega de acordo com Kristeva (1974):

Primeiro indistinta do atomismo geral e confundida numa cosmogonia naturalista; depois isolada - não sem ambigüidade como lógica, teoria das noções e definições, sistematização do significado; por fim abstraída da filosofia para se constituir como

*gramática*, isto é, ciência normativa de um objeto particular; só passando por estas diferentes etapas é que a linguagem separou-se do real e se constitui a “linguística” grega. (KRISTEVA, 1974, p. 165 apud MATTOS E SILVA, 2016, p. 18-19)

Seguindo o modelo grego, as reflexões acerca do latim foram começando a aparecer. O mais antigo gramático latino de que temos conhecimento é Varrão (I a.C.), que dividiu seu estudo entre etimologia, morfologia e sintaxe – esta, entretanto, não chegou até nós – e caracterizou a gramática como “a arte de escrever e falar corretamente e compreender os poetas” (MATTOS E SILVA, 2016, p. 19). Os dois gramáticos latinos mais estudados e mais influentes aos posteriores, entretanto, foram Donato (IV d.C.) e Prisciano (V d.C.). Este último foi o responsável pela primeira sintaxe que sobreviveu até os dias de hoje, definida logicamente por ele como “a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita” (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20). Sobre seus estudos, sabe-se que

Os conceitos de oração *perfeita/oração imperfeita* (*videt, acusat* são orações imperfeitas) já envolvem a discussão da *transitividade* (*não transitividade*) dos verbos. Nele, também já se estabelece a noção de *palavra regente e palavra regida*, conceitos que até hoje vigoram nas terminologias da gramática tradicional, como em outras. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20)

A gramática de Prisciano, assim como a de Donato (IV d.C) – outro importante gramático latino –, seguiu os passos de Dionísio da Trácia. Ambas tinham um caráter pedagógico e buscavam descrever o latim clássico. Vale destacar, entretanto, que ambos viviam um momento histórico “em que a diversidade da língua latina (diferentemente do que ocorreria no tempo de Varrão) já não passaria despercebida” (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20), ratificando o caráter normativo na tradição dos estudos gramaticais. E, mesmo com a diversidade linguística já existente, o foco na língua latina ainda perduraria alguns séculos.

Na Idade Média, apesar de seu início semeado por observações e gramáticas dos “vulgares” não-latinos, como o islandês, anglo-saxão, basco e o irlandês, o estudo da língua latina parece ter sido majoritário. Foi apenas no século XIV, com a primeira gramática do francês, que os romances começaram a ser estudados esporadicamente, instalando-se de fato no século XVI. Com o advento do Renascimento, os estudos enfim começaram a dar atenção às línguas românicas devido à necessidade de se ensinar a língua que realmente era utilizada no dia a dia – mesmo que o latim ainda fosse o modelo para se pensar os outros idiomas (MATTOS E SILVA, 2016, p. 23). Pode-se dizer então que

[...] a reflexão lingüística do século XVI (que se assemelha, em alguns aspectos, à reflexão lingüística da primeira metade do século XX) liberta-se do âmbito das línguas

clássicas – latim e grego – para ampliar seu campo de observação e de análise empírica. Liberta-se das disciplinas afluentes, da lógica, principalmente, deixa de ser uma especulação para se tornar uma observação, privilegiando o uso lingüístico, mas sem abandonar a relação pensamento-língua. E desenvolve definitivamente um dispositivo pedagógico que introduz na gramática uma ambivalência que é a de pretender trabalhar sobre a língua como objeto de estudo e como objeto de ensino, tentando ser, ao mesmo tempo, gramáticas descritivas e gramáticas normativas. (MATOS E SILVA, 2016, p. 25)

É nesse cenário que surgem as primeiras reflexões metalinguísticas do português, com as gramáticas de Fernão de Oliveira, em 1536, e João de Barros, em 1540. Entretanto, por estarem adentrando uma nova realidade devido à falta de modelos predecessores para se estudar as línguas chamadas vulgares, “os gramáticos veem-se confrontados com a necessidade de tomar as gramáticas gregas e, sobretudo, latinas como os exemplos paradigmáticos a seguir” (MOURA, 2012, p. 85), dando continuidade à tradição greco-latina apesar do redirecionamento dos estudos linguísticos.

O que chamamos hoje de *gramática tradicional* é, portanto, a representação de toda uma tradição de estudos gramaticais, a qual começou ainda na antiguidade grega e vem vencendo os séculos. Assim, percorrido seu caminho histórico, aqui se pretende traçar a visão das gramáticas tradicionais acerca do verbo, de seu significado e seu comportamento, desde as primeiras publicações até os dias atuais, para uma melhor visualização das mudanças, semelhanças e, por fim, de seus problemas.

## 5.2 AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Com o emprego cada vez mais frequente da língua vernácula nos documentos oficiais – estabelecido sistematicamente no final do século XIII (FARACO, 2017b) – aliado ao crescente número de produções escritas por conta da chegada da imprensa no século XV, surgiu em Portugal a necessidade de voltar as atenções à língua em uso. De acordo com Moura (2012), crescia no país a vontade de codificar a própria língua, assim como já vinha acontecendo nos outros países europeus, principalmente devido à ideia renascentista de que “a identidade e o prestígio nacionais passavam pela sistematização da própria língua, como já o tinham feito gregos e latinos” (p. 89). Assim nasceu a primeira gramática da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira, em 1536, que veio não só com o objetivo de regular o uso e proporcionar a aprendizagem da língua, mas também para combater dois perigos do período linguístico: o fato

de que a literatura e língua castelhanas estavam em destaque nos gêneros de entretenimento, e que o latim tentava se impor como língua nos meios mais cultos da nossa sociedade (SANTOS, 2005 apud MOURA, 2012, p. 90).

### 5.2.1 Fernão de Oliveira [1536]

A primeira gramática do português, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira em 1536<sup>9</sup>, fugiu um pouco dos padrões tradicionais e normativos da época. Utilizando-se de uma visão mais *descritivista*, o autor tinha como objetivo registrar o uso da língua padrão em vez de impor suas regras, dando também atenção às variedades linguísticas existentes – como o nome “língua” já denuncia. Assim, Fernão iniciou o seu trabalho já definindo que a linguagem é “figura do entendimento” (OLIVEIRA [1536]/2000, p. 165), e que gramática é “a arte que ensina a bem ler e falar” (p. 169).

Em relação ao conteúdo, veem-se, na gramática de Fernão de Oliveira, minuciosas análises acerca da fonética, lexicologia e morfologia, sendo: vinte quatro seções para fonética e ortografia; treze para a lexicologia; seis para a morfologia (MOURA, 2012, p. 91). Em morfologia – intitulada por ele como *analogia* –, pode-se encontrar a seção dedicada ao *verbo*, onde Fernão de Oliveira discorre que não dirá “que cousa e verbo nã quantos generos de verbos temos: porque não e desta parte a tal accupação” (OLIVEIRA [1536]/2000, p. 232). Em lugar da definição, o autor mostra as diversas vozes presentes nos verbos em gêneros, conjugações, modos, tempos e números, e também como variam entre si.

O que hoje chamaríamos de *sintaxe*, entretanto, ficou praticamente de fora. O penúltimo capítulo – o último é uma própria reflexão sobre seu trabalho – seria, então, dedicado ao que era chamado de *construção*. Desta, ficou apenas uma promessa:

AGora vejamos da cõposição ou conçoerto que as partes ou dições da nossa lingua tẽ. antre si como em qualquer outra lingua: e esta he a derradeira parte desta obra: a qual os gramáticos chamão cõstruição [...] nesta derradeira parte que e da cõstruiçã ou cõposição. da lingua não dizemos mais porque temos começada hũa obra em que particularmente e cõ mais comprimento falamos della. (OLIVEIRA [1536]/2000, p. 234-235)

A primeira sintaxe da língua portuguesa, segundo Mattos e Silva (2016, p.33), apareceria apenas em João de Barros.

---

<sup>9</sup> Edição de Torres e Assunção (2000).

### 5.2.2 João de Barros [1540]

A sintaxe foi abordada sistematicamente apenas em João de Barros, em 1540<sup>10</sup>. Ao contrário da primeira, sua *Grammatica da lingua portuguesa* voltou a apresentar um caráter mais tradicional e normativo. Logo no início, o autor deixou claro seu objetivo com a descrição dada, lembrando a origem grega do nome gramática, “ciência de letras” (BARROS, 1971 [1540], p. 2), e a definição que a ela foi dada pelos gramáticos: um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos” (BARROS, 1971 [1540], p. 2). De acordo com Mattos e Silva (2016, p. 34), a gramática de João de Barros é, dentre as quatro reflexões metalinguísticas quinhentistas, a mais completa, incluindo a chamada *construção*, mesmo que esta não seja a maior parte do trabalho. Sobre o tema, o autor discorreu que:

Té 'qui, tratamos das primeiras três partes da gramática: letera, sílaba, diçam; fica agora vemos a quarta que é da construção. Esta — segundo difinçam dos gramáticos — é ùa conveniência antre partes, postas em seus naturais lugares; pelas quais vimos em conhecimento dos nossos conceitos. E bem como, ao homem é natural a fala, assi lhe é natural a conveniência destas partes: nome sustantivo com ajetivo, nominativo com verbo, relativo com antecedente. Quanto ao regimento das outras partes, cada naçam tem sua ordem; e por nam serem universais a todos, lhe podemos chamar acidentais. Nós tomaremos da nossa construção o mais necessário, imitando sempre a ordem dos latinos, como temos de costume. (BARROS, [1540]/1971, p. 39)

Em relação ao verbo, João de Barros (1971 [1540]) o define como uma voz ou palavra que indica o ato de fazer alguma coisa, que não se declina como nome e pronome, por casos, mas é conjugada por modos e tempos. Quanto à classificação, o autor retoma as gramáticas latinas, separando os verbos em: *sustantivos*, apenas o verbo **ser**; e *ajetivos*, todos os outros verbos. Ainda seguindo os latinos, o autor divide os verbos em: *peçoais* (que têm número e pessoa) e *impessoais*.

Definidos os verbos, é apenas na seção da *construção das partes* que aparece alguma noção de *regimento*, ou de regência nos termos atuais, descrito pelo autor como o processo que acontece quando uma palavra se constrói com outra diversa, por gênero, número, caso ou pessoa, sendo a natureza dessas palavras que vai colocá-las em algum dos possíveis casos (BARROS, 1971 [1540], p. 30-30v). Assim, o autor retoma os verbos peçoais e argumenta que os mesmos podem ou não “passar a ação” para a outra palavra e, se o fazem, serão chamados

---

<sup>10</sup> Citações com base na edição técnica de Buescu (1971), disponível on-line no *corpus* do Tycho Brahe. Vide referência da gramática

de *transitivos* – assim como chamam os latinos. João de Barros (1971 [1540]) ainda traz, como exemplo, a frase “eu amo a ciência”, elucidando que a ação do verbo “amo” passa para a ciência (p. 31v). Além disso, o autor defende que os verbos transitivos podem apresentar diversos regimentos, visto que regem:

- a) Genitivo: “Maravilho-me da grandeza de deus<sup>11</sup>. Lembro-me dos seus benefícios. Esquece-se dos meus pecados, porque eu uso das virtudes, e careço dos vícios”.
- b) Dativo: “Sirvo a Deus, Obedeço a el-rei, Aproveito a meus amigos, Empeço a seus contrairos”.
- c) Acusativo: “Amo a virtude, Avorreço o vício, Leo os livros, Aprendo ciência, Ouço gramática, e Ganho honra”.
- d) Genitivo ou ablativo após o acusativo: aqueles que significam encher ou vaziar alguma coisa, como “eu enchi a casa de trigo, e vazei a bolsa de dinheiro. E assi outros verbos ao exemplo destes. Hei piedade de ti. Tenho vergonha da mentira, e tristeza do pecado, etc”.
- e) Dativo após o acusativo: “Eu dou graças a Deus, Faço bem aos proves, Empresto dinheiro a meus amigos, e nam dou logro aos onzeneiros, etc”.

Em seguida, o autor discorre acerca dos verbos *neutros*. Pode-se encontrar a seu respeito ainda nas classificações verbais, onde o mesmo os define como aqueles que não se podem “converter ao modo passivo”, e cuja ação “nam passa em outra cousa, assi como, estou, ando, venho, vou, fico, e outros que podemos conhecer per este exemplo” (BARROS, 1971 [1540], p. 18v). Retomando o conceito na seção do *regimento*, João de Barros (1971 [1540]) reitera que, diferente dos *transitivos* acima, os verbos *neutros* são os verbos pessoais que “não passam a ação” para outra palavra, e adiciona que esses verbos só poderão reger um caso se for por meio de uma preposição, como: “**Estou na igreja**, **Vou à escola**, **Vigio de dia**, **Durmo de noite**, **Acordo a boas horas**, **Navego no verão**, **Folgo no inverno** por amor do estudo, etc.” (p. 32).

---

<sup>11</sup> Os grifos nos exemplos são nossos.



### 5.2.3 D. Jerónimo Contador de Argote [1721 / 1725]

Publicada inicialmente em 1721, sob o pseudônimo do P. Caetano Maldonado da Gama, a gramática *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* foi aumentada e republicada com o nome verídico do autor em 1725 – edição que será aqui utilizada.

Sendo de uma época em que o latim ainda era reconhecido como a língua de cultura em toda a Europa (MOURA, 2012, p.156), o autor deixou claro, logo no *Prólogo*, que sua gramática seria portuguesa “no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e efeito, para que se compôs, é latina”<sup>12</sup> (ARGOTE, 1725). A justificativa para o seu posicionamento fez-se presente na *Introdução*, ao argumentar que:

A língua latina é universal em toda a Europa, e necessária para as ocupações da República, por isso muitos a aprendem, mas poucos a sabem suficientemente, e raros com perfeição. Em a aprender gastam os meninos a maior parte da puerícia, e ainda da adolescência. Para evitar estas demoras, de que procedem graves danos, se tem proposto por alguns varões sábios diversos arbítrios. Entre estes o que se tem achado ser mais fácil, útil e seguro (ao menos para as nações, cujas línguas vulgares são filhas da latina, assim como a portuguesa, castelhana, italiana, e francesa) é ensinar aos rapazes primeiro a gramática da sua língua vulgar, e depois ensinar-lhes a gramática latina, porque assim virão a aprendê-la fácil, e brevemente, segundo mostra a experiência, e a razão. Mostra-o a razão, porque a maior parte das regras da gramática portuguesa convém, e são as mesmas, de que usa a gramática latina (ARGOTE, 1725).

Esse método, segundo Moura (2012), aproximava a gramática em questão dos gramáticos humanistas do Renascimento e seiscentistas, de autores que reconheciam que o ensino do latim deveria ser mais claro e mais breve e por meio da língua materna do aluno; esse posicionamento se afastava do método dos jesuítas, que defendiam a aprendizagem do latim pelo latim. O método proposto por Argote, entretanto, só seria implementado nas escolas portuguesas décadas depois, quando o Alvará Régio, de 1759, estipulou que deveria ser em *vulgar* o método para aprender os preceitos da gramática (MOURA, 2012, p. 158).

Com seus fins pedagógicos, a gramática foi toda escrita em formato de diálogo entre o *mestre* e o *discípulo* e foi dividida em quatro partes: castas de palavras (a maior parte); sintaxe simples; sintaxe figurada; e uma última, que trata a respeito dos dialetos do português e de sua *construção*, incluindo uma parte prática sobre a regência<sup>13</sup> da língua.

<sup>12</sup> Transcrição disponível *on-line* pelo *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*, da UNICAMP.

<sup>13</sup> O termo *regência*, na gramática, significa “declarar que cousa são as palavras, que se acham em alguma oração, e a forma, por que estão postas, e a razão, [...] é dizer de cada palavra que parte da oração é, e se é nome, dizer que casta de nome é, de que declinação, de que número, de que gênero, em que caso está, e de quem. Se é verbo, que casta de verbo é, em que modo, em que tempo, em que número, em que pessoa está, que caso pede, etc” (ARGOTE, 1725, p. 313).

Argote (1725, p. 50) definiu, em sua gramática, que o verbo “é uma palavra significativa, que tem pessoas, números, modos, tempos, e não se declina por casos”. Apesar de admitir a existência de muitas “castas” de verbos, o mesmo os dividiu entre: ativos, passivos e neutros; pessoais e impessoais; recíprocos; simples e compostos; e regulares e irregulares. No que interessa para o presente trabalho, para ele, o verbo ATIVO é aquele que “significa uma cousa, que eu faço a outrem, assim como *quebrar, cozer, assar*” (p.146) e, para que um verbo seja considerado ativo, basta que seja “feita a outrem, ainda que seja só no nosso pensamento” (p. 146-147). Como exemplo, o autor trouxe também o verbo *amar* como verbo ativo, pois significa algo que fazemos a alguém, mesmo que seja em nosso pensamento. O verbo PASSIVO seria, então, o oposto, significando “cousa, que outrem faz a mim, assim como *ser amado, ser assado, ser entendido*” (p. 147). Por fim, o NEUTRO é aquele que vai significar uma coisa “que eu faço, mas não a faço a outrem, nem outrem faz a mim, assim como *rir*; ou significa alguma cousa, que me sucede, mas não a faço a outrem, assim como *adoecer, enfraquecer, desmaiar*, etc.” (p. 147).

Em seguida, o autor discorreu a respeito da sintaxe, definida por ele como “a boa ordem, e disposição das palavras”, ou seja, “estarem as palavras no número, caso, e no lugar, que lhes pertence” (p. 184). Um dos diferentes tipos que ele traz acerca da sintaxe (*simples, figurada, de concordar*, etc.) é a *sintaxe de reger*, a qual “ensina em que caso hão de estar na oração os nomes, e em que modos, e tempos hão de estar os verbos” (p. 188), sendo divididas em sintaxe de reger os nomes e sintaxe de reger os verbos. O autor listou, então, diversas regras a respeito da regência dos casos *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo*, mas poucos são os comentários sobre cada uma delas.

#### 5.2.4 Comentários

A gramática de Fernão de Oliveira (2000 [1536]) diferencia-se das duas outras porque, como foi visto, não trata da sintaxe e traz apenas descrições das formas de uso linguístico para o que ele considerava padrão para a época. Pouco se deteve em classificações e diferenciações entre os verbos. Quanto às outras duas gramáticas – a de João de Barros (1971 [1540]) e a de Argote (1725) –, apesar de estarem separadas por mais de um século, é possível perceber semelhanças entre elas. Inicialmente, encontra-se o apego que ambas ainda mantinham em relação à língua latina: João de Barros reitera repetidas vezes estar de acordo com a tradição latina ao passo que Argote (1725) ratifica a relevância que o latim ainda carregava depois de

séculos; inclusive, em sua proposta, elabora uma gramática que ele supunha facilitar o aprendizado da língua latina. Para alcançar esse objetivo, Argote buscava adequar as regras do português às latinas, tentando aproximar essas duas línguas. Ao que concerne ao comportamento do verbo, por exemplo, sua perspectiva de análise continuava tendo base nos casos do latim – mesmo que estes não estivessem presentes na língua portuguesa.

Nota-se, também, a recorrência do termo *neutro* nas classificações verbais, assim como a semelhança de seus conceitos: para Argote (1725), o verbo *neutro* era aquele que não faz a ninguém uma ação e nem a recebe, o que se assemelha à definição apresentada por João de Barros, que o considerava como o verbo que não passa a ação para o outro termo. Ambos acreditavam que o verbo *neutro* era, afinal, aquele que consegue carregar sozinho o seu significado. Além disso, é importante ressaltar que, apesar de Argote não trazer em nenhum momento o termo “transitivo”, como vimos em João de Barros, o conceito dos dois outros tipos de verbos apresentados – *ativo* e *passivo* – também abarcavam o sentido passar ou não a ação para outro termo.

Por fim, ressalta-se a perspectiva semântica dessas duas gramáticas, visto que ambas buscaram explicar o verbo com base em significados – mesmo nas análises de nível sintático. Essa característica, segundo Moura (2012), as diferencia dos estudos que apareceriam ao longo do século XIX, os quais começariam a analisar o verbo “tendo em conta a noção de regime” (p.483).

### 5.3 AS GRAMÁTICAS MODERNAS

Apesar de os estudos metalinguísticos do português terem se iniciado no início do século XVI, o que se seguiu foi um longo período sem normatização da língua, repleto de variação nas análises e terminologias utilizadas. Até que começasse a se pensar a respeito de uma uniformidade, as gramáticas continuariam exibindo nomes semelhantes associados a conceitos distintos, ainda que tivessem introduzido novas perspectivas de análise.

Nesta seção, discute-se a respeito de três gramáticas que representam este momento, o qual precede a padronização dos termos e conceitos nas análises da língua portuguesa, mas já com indicação do que foi produzido aqui no Brasil, visto que, a partir do século XIX, já se observa um início na ruptura na elaboração das gramáticas com tendência a uma produção dos

autores brasileiros, embora se considerasse, nessa época, que a língua portuguesa fosse única, independente da localização geográfica.

### 5.3.1 Epiphanio Dias [1876 / 1881 / 1894]

Em 1870, Epiphanio Dias, autor português, lançou a sua *Grammatica practica da lingua portugueza* para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus, a qual foi ampliada e refundida em 1876 (*Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria*) e renomeada, em 1881<sup>14</sup>, de *Grammatica Portugueza Elementar* (ASSUNÇÃO; SANTOS, 2006/2007, p. 45).

Na última versão, publicada em 1894, Epiphanio Dias conceituou gramática como o tratado das leis que são observadas quando se fala ou escreve uma língua e percorreu os níveis de fonologia, morfologia e sintaxe da língua portuguesa.

Para ele, o verbo é a palavra com a qual se enuncia e atribui uma ação, estado ou qualidade a uma pessoa ou a uma coisa e, de acordo com a regência, pode ser dividido em *transitivos* e *intransitivos*.

*Transitivos* são os verbos que “representão uma acção que passa immediatamente a um objecto no qual ella se exercita” (DIAS, 1894, p. 38), como em *li um livro*, esses verbos podem vir acompanhados, entre outros, de um *complemento directo* ou um *complemento indirecto*. Assim, alguns verbos transitivos pedem “um complemento que designe o objecto em que se exercita immediatamente a acção do sujeito: *D. Affonso Henriques conquistou Santarém*” (p. 88), o qual recebe o nome de *complemento directo* ou *complemento objetivo*. De acordo com o autor, os complementos diretos geralmente não são acompanhados de preposição, mas às vezes podem ser precedidos da preposição *a* – apenas dizendo respeito a uma pessoa –, como em “*a imagem do mundo dessocega ao eremita*” (p. 88). Outros verbos transitivos, segundo Dias (1894), não só exprimem uma ação que passa imediatamente ao objeto (*complemento directo*), mas, ao mesmo tempo, também “vae referir-se a outra pessoa ou cousa”, como “*dar, (entregar, prometter, etc.) uma cousa a alguém*” (p. 92) – a essa ação que acontece indiretamente, ele deu o nome de *complemento indirecto*. Avaliando a classificação proposta em seu livro,

---

<sup>14</sup> Aqui será utilizada a edição de 1894, disponível no site da Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Nela, o autor exhibe o prefácio da quarta edição, de 1881, onde ele diz que as três primeiras edições se chamavam *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria* (1876).

encontramos alguns verbos considerados como transitivos pelo autor: *ler, conquistar, descobrir, nomear, fazer, emprestar, anunciar, propor, ensinar, etc.*

Os intransitivos, por outro lado, são, para Dias (1894), os verbos que “exprimem uma qualidade ou estado, ou representam uma acção que não passa imediatamente a um objecto em que ella se exercite”, como em *os animaes e plantas crescem e vivem* (p. 38). Assim são dois os grupos de verbos que fazem parte da classificação intransitiva: aqueles de qualidade ou estado; e aqueles que são acompanhados apenas de um complemento indirecto, visto que “muitos verbos intransitivos exprimem uma acção ou estado que vae referir se a uma pessoa ou cousa”, como em “*resistir a alguém, agradar a alguém*” (p. 93). Alguns dos verbos classificados como intransitivos em seu livro são: *estar, parecer, ficar, acontecer, agradar, aspirar, convir, obedecer, pertencer, recorrer, sobreviver, desistir, carecer, etc.*

### 5.3.2 Júlio Ribeiro [1881 / 1885]

No século XIX, inspirados pela Independência do Brasil e pelo sentimento de nacionalidade, os estudos linguísticos acerca do português brasileiro começaram a tomar corpo. Nesse cenário, a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro<sup>15</sup>, publicada pela primeira vez em 1881, foi responsável por iniciar, nos estudos gramaticais brasileiros, o período em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação” (ELIA, 1975, p. 121 apud FAVERO, 2002, p. 75). Sua epígrafe deixa clara a adesão ao método histórico-comparativo, iniciado na Europa ainda no começo do século, ao citar o filósofo e lexicólogo francês Littré, dizendo que “para as línguas, o método essencial é a comparação e a filiação”, e que “nada pode ser explicado na nossa gramática moderna se nós não conhecemos nossa gramática antiga”<sup>16</sup> (RIBEIRO, 1885, n.p, tradução nossa). Assim, em seu prefácio, o autor assume se afastar dos caminhos já percorridos, afirmando que “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua” (p. 10) e que ele não pouparia trabalhos para se afastar “da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos do fallar vernaculo” (p. 10). Tendo, então, deixado claro a sua visão acerca da língua, Ribeiro introduz seu trabalho defendendo que a

<sup>15</sup> Gramática disponível online na *Biblioteca Digital Unesp*.

<sup>16</sup> Encontra-se na epígrafe da gramática de Júlio Ribeiro: “Pour les langues, la methode essentielle est dans la comparaison et la filiation.— Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaissons notre grammaire ancienne.”-

Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem (1). A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pode negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua. (RIBEIRO, 1885, p. 1)

Em relação ao verbo, o autor traz o seu conceito na primeira parte de sua gramática, definindo-o como “uma palavra que enuncia, diz ou declara alguma cousa” e que implica “sempre uma asserção ou predicação” (p. 73). Ribeiro (1885), então, os divide entre os verbos *intransitivos* e *transitivos*, baseando-se na natureza do predicado verbal:

- a) Verbos *intransitivos* (p.73-74): de acordo com o autor, são aqueles que enunciam “um estado, ou mesmo uma acção que não se exerce directamente sobre um objecto”, com o predicado se apresentando como “simples estado, como puro modo de ser” de um objeto. Como exemplo, Ribeiro apresenta verbos como *estar*, *sentar*, *tombar*, *morrer*, defendendo que *tombar* é um verbo intransitivo visto que “a qualidade que notamos no objecto que é *tombante* (termo ficticio) nos apparece como puro modo de ser desse objecto, como simples mudança de logar que ele effectua de um momento para outro”.
- b) Verbos *transitivos* (p. 73-74): para Ribeiro (1885), são aqueles que enunciam “uma acção que se exerce directamente sobre um objecto”, quando o “objecto a que elles se referem exerce uma acção que actua sobre outro objecto extranho, que passa para sobre elle”. Além disso, o autor define que, para um verbo ser considerado *transitivo*, é necessário “que envolva idéia de movimento” e que “esse estado se apresente, em virtude do movimento, como produzindo um effeito qualquer sobre outro objecto, ou ao menos como capaz de o produzir”. Assim, temos como exemplo os verbos *ferir*, *quebrar*, *amar* e *odiar*.

Apesar das definições apresentadas, o autor acrescenta que essas classificações não podem ser entendidas como absolutas, visto que “muitos verbos empregam-se indifferentemente como intransitivos ou como transitivos, e quasi que não ha um só verbo transitivo em Portuguez que se não possa empregar como intransitivo” (p. 74).

Adicionadas à divisão feita, Ribeiro (1885) ainda traz outras nove classificações dizendo que “o verbo chama-se mais” (p. 75): *auxiliar, regular, irregular, impessoal, defectivo, periphrastico, frequentativo, terminativo* ou *prodominal*. Aqui, com a definição do verbo *terminativo*, temos a primeira e única menção da gramática ao “termo indirecto de acção”:

Terminativo — quando o predicado n'elle contido exige um termo indirecto de acção: *dar, usar* são verbos terminativos porque os predicados *dante usante* (palavras fictícias) nelles contidos requerem termos indirectos de acção, ex.: «*Dar alguma causa a alguém — usar de alguma cousa*». São terminativos verbos intransitivos e transitivos. (RIBEIRO, 1885, p. 76)

Ribeiro (1885) retoma o assunto acerca dos complementos verbais na segunda parte de sua gramática, onde se encontram a *syntaxe lexica*, que considera a relação das palavras na construção da sentença, e a *syntaxe logica*, que analisa a sentença de acordo com sua estrutura. Dentre as cinco possíveis relações entre palavras elencadas pelo autor, temos a *relação objectiva*, definida como a “relação em que está para com um verbo de acção transitiva o objecto a que se dirige, ou sobre que se exerce essa acção” (p.214). Dessa forma, em “o cão levantou a cabeça”, o substantivo *cabeça* está em relação objetiva a *levantar*, sendo considerado “objecto” ou “paciente” do verbo. Ribeiro ainda afirma que, como uma ação pode apenas ser exercida sobre uma coisa, o objeto só pode ser um substantivo ou outra classe que esteja substantivada. Aqui, entretanto, o autor faz uma restrição à estrutura da relação objetiva, determinando que esta não deve ser iniciada por preposições, “salvo quando para evitar amphibologias usa-se da preposição *a*”, como “*Enéas venceu A Turno*”, ou ainda “quando por idiotismo da lingua empregam-se preposições expletivas”, como *Pegar DA lança—puxar PELA espada*” (RIBEIRO, 1885, p. 215).

### 5.3.3 Said Ali [1923 / 1966]

Em sua *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, publicada primeiramente em 1923<sup>17</sup>, Said Ali, autor brasileiro, definiu a gramática portuguesa como “a exposição metódica das regras que ensinam a falar e escrever corretamente a língua portuguesa, nascida em Portugal e há quatro séculos implantada no Brasil” (SAID ALI, 1966, p. 6).

<sup>17</sup> Aqui será utilizada uma edição de 1966, pela editora Melhoramentos.

Nela, Said Ali (1966) define o verbo como “a palavra que denota ação ou estado, e possui terminações variáveis” (p. 57) e, quanto ao seu significado e seu papel na oração, pode ser dividido entre verbo *nocional* e verbo *relacional* (p. 83). Os verbos nocionais são aqueles que apresentam a função predicativa, “isto é, como t ermo de per si bastante para afirmar alguma coisa a prop osito do sujeito”, como em “a criança *chora*”, “os peixes *vivem* na água”, “a Lua *gira* em torno da Terra”, “eu *bebo*  gua e tu *bebes* vinho” e “os animais *fugiram* para o mato” (p. 83). Os verbos relacionais são aqueles que aparecem acompanhados de um adjetivo ou com uma forma finita de um verbo nocional para que possam constituir um predicado – sendo chamados de auxiliares quando acompanhados de infinitivo, gerúndio ou participio –, como em “as flores *são* cheirosas”, “todas as frutas *foram* colhidas”, “a criança *está* chorando”, “tu não *tens* dormido”, “*vou* abrir essa gaveta”, “a escuridão *ia* aumentando” e “*tenho* de sair daqui a pouco” (p. 83). Assim, segundo Said Ali, o segundo grupo   composto pelos verbos de liga o e auxiliares, enquanto que os verbos nocionais são compostos pelos transitivos e intransitivos.

O autor definiu o verbo *transitivo* como aquele “cujo sentido se completa com um substantivo, em lugar do qual se podem usar as formas pronominais *-o(s)* e *-a(s)*, como em: “Roberto *descascou a laranja. Descascou-a e comeu-a*”, “Eu *escrevi as cartas. Escrevi-as e levei-as* ao correio”, “As meninas *ouviram a música. Não são a ouviram, mas também a apreciaram*” (p. 84). Um dos termos que completam o sentido do verbo transitivo, segundo o autor,   o *objeto direto* ou *complemento objetivo*, o qual “denota a pessoa ou coisa que recebe a a o, o ponto para onde ela se dirige, o produto ou resultado da a o, como se vê nos exemplos acima: *a laranja, a música, as cartas*” (p. 84). Sobre o *objeto direto*, o autor afirmou que o mesmo normalmente não   acompanhado de preposi es, exceto quando a partícula *a* antecede o substantivo para trazer mais clareza, como em “amar *a Deus* sobre todas as coisas” e “ele nomeou-me *a mim*, e não a ti” (p. 84). Said Ali também defendeu a existência de um termo secundário, além do objeto direto, o qual “denota o indivíduo a quem a a o se destina, ou a quem aproveita ou desaproveita” (p. 84). Este termo, chamado de *objeto indireto*,   expresso por um substantivo e antecedido sempre pela preposi o *a*, podendo ser substituído por *lhe(s)*, como em “Carlos *pediu dinheiro ao irmão*”, “não *cederei lugar ao amigo*”, “o carteiro *entregou-lhe a carta*” (p. 84).

Diferente do que acontece com os transitivos, os verbos *intransitivos* não recebem muita aten o de Said Ali. Estes são definidos como os “que não necessitam de outro termo, como em *viver, morrer* e *andar*”, e também aqueles “cujo sentido se completa com substantivo regido



sempre de preposição *a, de, etc.*”, como em “tudo *depende da boa vontade*” e “o ensino *compete ao mestre*” (p. 84). Esse complemento também foi chamado de *objeto indireto*<sup>18</sup>.

### 5.3.4 Comentários

Em relação às gramáticas modernas, uma das principais diferenças que se percebe em comparação à fase anterior é a ausência de relação com a língua latina. Se antes as gramáticas antigas buscavam sempre aproximar a língua portuguesa do latim, as modernas a colocam em evidência, sendo estudada por si só. Nem mesmo os casos latinos, por exemplo, foram citados. Assim, com o afastamento da língua antiga e as atenções sobre a língua que, de fato, era falada já há muito tempo, surgia, enfim, uma nova fase nos estudos gramaticais.

Das três gramáticas apresentadas acima, vemos que Ribeiro (1885) apresenta a classificação mais diferente; e ainda que apresente alguns termos semelhantes, seu trabalho é um pouco confuso: além de os assuntos se espalharem pela gramática, criando uma dificuldade em encontrar uma coerência na divisão de seu trabalho, o autor elenca muitos tipos possíveis de verbo, mas suas explicações são feitas de forma breve e superficial, principalmente acerca dos complementos com a presença de preposição – o chamado *termo indirecto de ação* é citado apenas uma vez em todo o trabalho e não é na parte da *syntaxe lógica*. Os outros dois gramáticos – Dias (1894) e Said Ali (1966) –, entretanto, apresentam classificações quase que completamente de acordo.

Apesar do novo foco sobre a língua portuguesa da fase em questão, nota-se a recorrência da noção já antiga de transitividade – a ideia de “passar a ação” ou não para outro termo –, assim como a manutenção dessa terminologia, que sobreviveu aos séculos. A contribuição dessa fase é que, com outras perspectivas de análise sendo criadas, as três gramáticas acima trouxeram a nova noção do complemento verbal – ligado direta ou indiretamente aos verbos. Além disso, aqueles verbos que “não passavam a ação” para outro termo, antes chamados de *neutros*, começaram enfim a receber o nome de *intransitivos*, que se tornaria recorrente em todas as outras gramáticas tradicionais posteriores. Por fim, deve-se destacar, também, a importante diferença presente na gramática de Said Ali: o afastamento do verbo de ligação para nova categoria (*nocionais*), separado dos transitivos e intransitivos (*relacionais*) – separação essa que persiste até hoje nas gramáticas tradicionais.

---

<sup>18</sup> Em nota de rodapé, o editor da edição, o professor Adriano da Gama Kury, já afirma que a Nomenclatura Gramatical Brasileira denominou *transitivo indirecto* o verbo cujo sentido se completa com objeto indireto.

## 5.4 AS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL

Até aqui, vemos que os estudiosos da língua pareciam fazer suas classificações com base em visões e perspectivas particulares em relação à língua analisada, ainda que muitas vezes retomassem termos e conceitos antigos enquanto traziam novas contribuições. Assim, como uma tentativa de padronização de análises e terminologias no estudo da língua, as quais estavam em variação por todo o país, acontece, em 1957, a implantação da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB). Os verbos, então, seriam divididos sintaticamente entre *verbos de ligação*, *verbos intransitivos* e *verbos transitivos – diretos e indiretos*; nem todos os gramáticos, entretanto, seguiram à risca as sugestões da NGB. Dessa forma, podemos ver diferentes visões nas análises de Rocha Lima (2011 [1972]) e Cunha e Cintra<sup>19</sup> ([1985] 2017), mesmo que os dois primeiros tenham participado da elaboração da NGB.

### 5.4.1 Rocha Lima (2011 [1972]) e Cunha e Cintra (2017 [1985])

Em ambos os trabalhos, a definição de verbo é praticamente a mesma, sendo uma palavra variável que indica um acontecimento. Os verbos também são divididos da mesma forma em ambas as gramáticas, como sugere a NGB:

- a) verbos de *ligação*: definido superficialmente como “elementos indicativos” em Rocha Lima (2011, p. 293) e, em Cunha e Cintra (2017, p. 146-147), como aqueles que podem expressar “estado permanente, estado transitório, mudança de estado, continuidade de estado e aparência de estado”;
- b) verbos *intransitivos*: para Rocha Lima (2017, p. 293), são aqueles que “são suficientes para, sozinhos, representar a noção predicativa”; enquanto que, para Cunha e Cintra (2017, p. 149), acontecem quando “a ação não vai além do verbo”;
- c) verbos *transitivos*: segundo Rocha Lima (2011, p. 293), são aqueles que “requerem, para a cabal integridade do predicado, a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão”, e que acontecem, de acordo com

---

<sup>19</sup> Salienta-se o fato de Celso Cunha ser brasileiro e Lindley Cintra, português.

Cunha e Cintra (2017, p. 150), “quando o processo verbal não está integralmente contido nas formas verbais, e sim sendo transmitido por outros elementos”.

As diferenças começam a aparecer no âmbito do *complemento verbal* e de suas classificações. Ao tratar do assunto, Rocha Lima (p. 299-311) os divide em: *objeto direto*, “complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal” (p. 299), podendo ser *preposicional* ou *interno*; *objeto indireto*, “representa o *ser animado* a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa” (p. 306-307); *complemento relativo*, aquele que “ligado ao verbo por uma preposição determinada (a, com, de, em, etc.), integra, com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa” (p. 311); e o *complemento circunstancial*, de natureza adverbial, que é “tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais” (p. 311). O assunto volta a ser abordado no capítulo 23, intitulado “Verbo e seus complementos”, quando o autor desenvolve mais profundamente a respeito das diferentes classificações existentes de verbos em relação aos seus complementos, afirmando que:

Sendo o verbo a palavra regente por excelência, cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos. O complemento forma com o verbo uma expressão semântica, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissão ou incompleto. (ROCHA LIMA, 2011, p. 416)

Dessa forma, Rocha Lima (2011) alega que, para classificar um verbo, leva-se em conta o tipo de complemento que o mesmo requer para formar uma *expressão semântica*, classificando-os, ao retomar os conceitos já apresentados, em:

- a) *Intransitivos*: dispensam complementos, pois encerram em si a noção predicativa;
- b) *Transitivos diretos*: pedem a presença de objeto direto;
- c) *Transitivos indiretos*: pedem a presença de objeto indireto;
- d) *Transitivos relativos*: apresentam um complemento preposicional (*relativo*);
- e) *Transitivos circunstanciais*: pedem um complemento, preposicional ou não, chamado *circunstancial*;
- f) *Bitransitivos*: apresentam, ao mesmo tempo, um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo.

Se, por um lado, Rocha Lima adicionou novas perspectivas a suas análises, Cunha e Cintra (2017) parecem ter seguido as sugestões da NGB. Ao definirem o *complemento verbal* como aquilo que vai integrar o sentido do verbo (p. 152), os autores os dividem entre: *objeto direto*, que “normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal” (p. 154), podendo ser *preposicionado* ou *pleonástico*, e *objeto indireto*, que “se liga ao verbo por meio de preposição” (p. 157), com a possibilidade de também ser *pleonástico*. Assim, dependendo dos complementos que os acompanham, os verbos transitivos, por sua vez, podem ser divididos em: *diretos*, quando a ação expressa pelo verbo é transmitida aos outros elementos diretamente, ou seja, sem preposição, sendo acompanhados do *objeto direto*; *indiretos*, quando a ação expressa pelos verbos transita para outros elementos da oração indiretamente, isto é, por meio da preposição, sendo acompanhados do *objeto indireto*; ou *diretos e indiretos* ao mesmo tempo, quando a ação expressa pelo verbo transita simultaneamente direta e indiretamente, com a presença de um *objeto direto* e um *objeto indireto* (p. 150-151). Quanto aos verbos intransitivos, apesar de Cunha e Cintra (2017) trazerem a mesma classificação de Rocha Lima (2011) e semelhança na definição – “a ação está integralmente contida nas formas verbais”, “a ação não vai além do verbo” (p. 149) –, identifica-se diferença nos verbos que são elencados por essas duas gramáticas em seus respectivos exemplos.

Ao se comparar o mesmo assunto em duas gramáticas tradicionais contemporâneas, encontram-se diferentes tipos de análises e classificações, visto que a gramática de Rocha Lima (2011) acrescenta dois tipos de verbos a mais que a de Cunha e Cintra (2017) – os *transitivos relativos* e os *circunstanciais*. A diferença, entretanto, não fica apenas na quantidade. Observando os exemplos, pode-se perceber que ambos também não apresentam a mesma classificação para alguns verbos, como é o caso de **assistir**: enquanto Rocha Lima (2011, p. 310) o considera como *transitivo relativo* – “assistir a uma festa” –, Cunha e Cintra (2017, p. 150) o tratam como *transitivo indireto* – “assistiam à cena”.

A par de algumas poucas diferenças encontradas, observa-se nessas duas gramáticas, em relação aos verbos, uma tendência de aproximação e de manutenção das classificações iniciadas nas gramáticas modernas, talvez por interferência da NGB. Inclusive, em função das semelhanças identificadas entre essas duas últimas gramáticas, não foram abertos, nesta seção, itens diferenciados para as suas análises.

## 5.5 SÍNTESE

Esse levantamento dos estudos verbais na tradição gramatical da língua ressalta, mesmo que em um pequeno recorte de análise, as bases seculares da gramática tradicional. Morfologicamente, por exemplo, vemos que desde Dionísio da Trácia e todas as contribuições que vieram antes dele, as classes gramaticais já estavam divididas entre *nome*, *verbo*, *particípio*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio* e *conjunção*. Se compararmos sua classe de palavras à que se encontra nas gramáticas contemporâneas, por exemplo, vê-se uma diferença pequena: retirou-se apenas o *particípio*, que foi incorporado ao verbo, enquanto que a classe dos *nomes* foi distribuída em *substantivo*, *adjetivo* e *numeral* (BORGES NETO, 2012, p. 91-92). Além disso, a distinção entre os conceitos de transitividade e não transitividade, assim como a noção de palavra regente e palavra regida, já haviam aparecido com Prisciano no século V (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20). Algumas nomenclaturas, como se pode ver, também sobreviveram os séculos – e ainda sobrevivem –, como é o caso do *verbo transitivo*, que já aparece no século XVI, enquanto o *intransitivo* toma o lugar do *neutro* séculos depois, especificamente no século XIX, conforme as gramáticas aqui expostas. Assim, Borges Neto (2012, p. 88) defende que a gramática tradicional é

[...] a teoria das línguas humanas surgida na Antiguidade clássica e que se mantém essencialmente igual até os nossos dias, dando forma às gramáticas escolares, por exemplo. Essa teoria tem sua formulação completada já na Idade Média e é base do pensamento sobre as línguas humanas em, pelo menos, todo o mundo ocidental.

Após abandonarem o foco no latim, os estudos linguísticos passaram a dar atenção à língua portuguesa e suas novas características. Mas as visões acerca dessas mudanças, bem como os novos níveis de análise que surgiam, apareceram em constante variação durante anos. Viu-se, por exemplo, que os autores, até a padronização sugerida pela NGB, apresentavam classificações baseadas nas próprias visões e perspectivas a respeito dos assuntos, principalmente no que diz respeito aos verbos de ligação e os intransitivos. Além disso, mesmo com o surgimento da NGB, as classificações dos verbos e de seus complementos, por exemplo, ainda apresentam divergências – mesmo que pequenas.

Nota-se que não há, ainda, um completo consenso sobre o comportamento do verbo: mesmo que o antigo conceito de transitividade pareça estar estabelecido, as características que esses verbos podem apresentar continuam variando. Rocha Lima (2011), por exemplo, acrescenta novos tipos de classificação além dos já tradicionais, o que abre espaço para que os

mesmos verbos sejam classificados de formas distintas. Percebe-se, ainda, que o fato de o complemento verbal ser regido ou não de preposição não garante sua classificação a partir da regência do verbo, em função de haver a possibilidade de *objetos pleonásticos*. Ademais, apesar de o conceito de verbo *intransitivo* parecer o mesmo nas duas gramáticas contemporâneas, suas classificações variaram e abarcaram diferentes verbos durante todos esses séculos. Quando a atenção se volta também aos verbos utilizados nos exemplos, encontra-se ainda mais variação nas classificações das gramáticas. É o caso, por exemplo, de Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2017): o verbo **ir**, para o primeiro, é transitivo circunstancial; para os dois últimos, é intransitivo. Além disso, a ideia por trás do intransitivo de “não passar a ação” nunca foi muito bem definida e explicada pelos autores até então estudados.

Por fim, como demonstrado nas gramáticas elencadas e análises expostas, a gramática tradicional segue uma tradição iniciada há séculos. Entretanto, mesmo que esses estudos tenham começado ainda na era passada e que alguns conceitos, nomes e análises tenham resistido aos séculos, as gramáticas expostas nos revelam também divergência de análise e de classificações e um longo percurso e persistência de propósitos para que houvesse a unificação de alguns conceitos, no que se refere ao verbo. Essas diferentes classificações, quando feitas sob a mesma perspectiva, a tradicional, por exemplo, poderiam confundir as análises feitas no presente trabalho.

Assim, diante de tal diversificação, flutuação e mudança nas classificações relacionadas ao verbo, foi necessário ir em busca de uma outra perspectiva de classificação verbal, a qual comentaremos a seguir.

## 6 O ESTUDO DO VERBO NA VISÃO GERATIVISTA

Ao traçar os caminhos percorridos pelos estudos gramaticais e linguísticos, pode-se perceber, além dos problemas comentados acerca das classificações, o caráter normativo das gramáticas tradicionais e também o seu direcionamento para a língua padrão e literária, visto que buscavam estabelecer regras “com base no uso que dela faziam aqueles que a sociedade considerava e considera os seus mais ‘bem acabados’ usuários, os chamados ‘grandes escritores’, tanto poetas, quanto prosadores” (MATTOS E SILVA, 2016, p. 12). Não é de se estranhar, portanto, que essas gramáticas muitas vezes tragam exemplos retirados de alguma antiga obra do cânone literário. Ambas as gramáticas atuais citadas no capítulo anterior, inclusive, apresentam frases de Machado de Assis, José de Alencar, Eça de Queiroz, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, etc. Esses fatores se tornam problemáticos ao trabalharmos com textos do período arcaico, os quais tinham base na oralidade e eram uma “representação do falado” (MATTOS E SILVA, 2015, p. 17), visto que as primeiras gramáticas e tentativas de normatização da língua portuguesa chegariam apenas no século XVI. Os textos arcaicos aqui trabalhados, portanto, não refletiriam o padrão imposto pelas gramáticas tradicionais. De qualquer modo, mesmo que a padronização gramatical não atinja diretamente a regência verbal, vimos, na seção anterior que as classificações do verbo apresentam algumas divergências entre as gramáticas.

Apesar dessas questões levantadas, não se deve negar as contribuições trazidas pela gramática tradicional em todos os seus séculos de história. Afinal, no que tange ao presente trabalho, muitas de suas classificações verbais – não só os nomes, mas também as ideias – ainda permanecem presentes em outras perspectivas linguísticas, como, por exemplo, a classificação dos verbos em transitivo e intransitivo, a qual, mesmo com algumas modificações, ainda permanece em algumas teorias linguísticas, conforme veremos neste capítulo. Além disso, vale lembrar que é a partir das incoerências e divergências que outros estudos surgem; e é questionando, refazendo e propondo que a ciência é feita. Mas também não se podem negar os problemas encontrados nas classificações da gramática tradicional, comentados na seção anterior, e a incompatibilidade entre os textos arcaicos e o padrão linguístico em que ela se baseia. Assim, faz-se necessário analisar outra perspectiva, a qual procure focar na língua dentro

da complexidade do seu uso real, sem priorizar um padrão com base na correção e na beleza, e que ofereça um quadro teórico mais ampliado em relação à classificação verbal.

Ademais, visto que o presente trabalho se propõe a analisar os comportamentos verbais do período arcaico e suas variações, necessitamos de uma perspectiva que também apresente soluções para essas classificações verbais. Ao recusarmos as propostas da gramática tradicional, entretanto, não são muitas as opções restantes. Isso acontece porque, dentre todas as teorias linguísticas disponíveis, desde o estruturalismo saussureano até a sociolinguística, apenas a teoria gerativista apresenta um aparato teórico direcionado para a sintaxe, contando com uma descrição dos verbos e propostas de classificação dos mesmos. Assim, além do gerativismo se propor a estudar a língua dentro de sua complexidade real, é também o único suporte que traz melhor contribuição para fazer as análises aqui propostas. É o que será discutido e mostrado nesta seção.

## 6.1 A TEORIA GERATIVA

Em resposta ao modelo behaviorista que estava em alta na primeira parte do século XX e interpretava a linguagem humana como um condicionamento social e um fenômeno extralinguístico, surge o *gerativismo*, corrente de estudos que teve início a partir de 1957 com a publicação do livro *Syntactic Structures*, de Noam Chomsky. Além de ser considerado um divisor de águas, é possível visualizar em seu trabalho algumas raízes e inspirações em estudos anteriores. Segundo o próprio Chomsky (2006, p. 14), existem grandes semelhanças entre as opiniões da linguística cognitiva contemporânea e as do século XVII, por exemplo, pelo fato de que a gramática filosófica, bem como a gramática gerativa, opõe-se à visão descritivista tradicional que concede ao gramático o mero trabalho de registrar e organizar dados de uso, afirmando que tal tarefa nada teria a ver com o método científico – o qual busca utilizar os dados como evidências para princípios mais profundos e ocultos. Assim, em meio à chamada “revolução cognitiva” dos anos 50, o surgimento da Teoria Gerativa teve um importante papel na mudança de perspectiva que ocorreu nos estudos linguísticos: as atenções migraram dos estudos acerca dos comportamentos linguísticos e de seus produtos (como os textos) para os mecanismos internos envolvidos no pensamento e na ação (CHOMSKY, 2007, p. 5).

Sobre seus estudos, Chomsky (2006, p. 19-20) também atribui importância ao estruturalismo que dominou os estudos linguísticos até a primeira metade do século XX. Para



ele, esses estudos ampliaram o alcance das informações que estavam disponíveis e aumentaram a confiabilidade dos dados; mostraram que existem relações estruturais dentro da linguagem que podem ser estudadas em um nível abstrato; aumentaram a precisão dos discursos acerca das línguas. Além disso, as criticadas tentativas estruturalistas de criar um “procedimento de descoberta” – o qual buscava, a partir de um rigoroso registro de dados linguísticos, chegar à estrutura gramatical de uma língua – acabaram abrindo as portas para a preocupação central do gerativismo:

The problem raised is that of specifying the mechanisms that operate on the data of sense and produce knowledge of language – linguistic competence. It is obvious that such mechanisms exist. Children do learn a first language; the language that they learn is, in the traditional sense, an “instituted language,” not an innately specified system. The answer that was proposed in structural linguistic methodology has been shown to be incorrect, but this is of small importance when compared with the fact that the problem itself has now received a clear formulation. (CHOMSKY, 2006, p. 20)<sup>20</sup>

Essa competência linguística é possibilitada, de acordo com a teoria gerativista, pela presença da chamada *Faculdade da Linguagem*, a qual foi definida por Chomsky (2007, p. 4) como um “órgão linguístico” – da mesma forma que os sistemas visual, circulatório e imunológico também são chamados de órgãos do corpo. A Faculdade da Linguagem, portanto, seria uma área específica do cérebro, responsável pelo processamento das informações linguísticas. Assim, acredita-se que o ser humano nasce com a capacidade de desenvolver uma competência linguística.

Somando-se a isso, os séculos de pesquisa acerca das questões linguísticas e as comparações entre as diversas línguas, que atraem estudiosos desde, ao menos, o Renascimento, também trouxeram à luz um dos fatos que norteia a teoria gerativista: as línguas humanas possuem semelhanças entre si. Todas as línguas, por exemplo, possuem verbos e nomes, apresentam frases compostas de sujeito e predicado, possuem núcleos sintáticos com seus complementos e adjuntos, etc., fazendo com que muitos fenômenos linguísticos sejam regulares e universais (KENEDY, 2013, p. 91). Esses fenômenos linguísticos universais integram o que foi chamado de *Gramática Universal*.

---

<sup>20</sup> Tradução nossa: “O problema levantado é o de especificar os mecanismos que operam sobre os dados do sentido e produzem o conhecimento da linguagem – a competência linguística. É óbvio que tais mecanismos existem. As crianças aprendem uma primeira língua; a língua que eles aprendem é, no sentido tradicional, uma “língua instituída”, não um sistema inatamente especificado. A resposta que foi proposta na metodologia linguística estrutural mostrou-se incorreta, mas isso é de pouca importância quando comparado ao fato de que o próprio problema recebeu uma formulação clara”.

Assim, ao observar a rapidez com que uma criança aprende uma língua – ou mais – em meio a um cenário que não apresenta dados suficientes e sem ensinamento formal, os estudiosos passaram então a defender a ideia de que já existiria, em nossa mente, compondo nossa faculdade da linguagem, um dispositivo inato que propicia a aquisição dos dados linguísticos presentes no ambiente – a Gramática Universal –, ativado a partir do contato da criança com esses dados. A aquisição da linguagem, portanto, seria então possibilitada pelos *princípios* dessa gramática, os quais

[...] provide the framework for thought and language, and are common to human languages as systems that enter into various aspects of human life. These elements also appear to enter into an integrated “conceptual scheme”, a component of the initial state of the language faculty that is fleshed out in specific ways, with predetermined scope and limits, in the course of language growth, one aspect of cognitive development. (CHOMSKY, 2007, p. 62)<sup>21</sup>

Esse dispositivo inato existente em nosso cérebro, entendido como uma “gramática interna”, abrange as possíveis propriedades e características de uma língua, resultante da interação entre os *princípios* e *parâmetros* da Gramática Universal. Partindo da ideia de que toda língua é resultado da interação de um estágio inicial linguístico com os dados recebidos durante o curso da experiência (CHOMSKY, 2007, p. 4), a Teoria de Princípios e Parâmetros, desenvolvida na década de 80, foi uma reformulação das propostas iniciais da gramática gerativa para melhor explicar as relações entre as estruturas inatas e a aquisição da linguagem. Assim, acredita-se que a Gramática Universal seja composta de *princípios* – que são invariantes e abarcam as características universais e comuns a todas as línguas, como a presença de verbos, nomes, sujeito, os movimentos, a ordem, etc. – e *parâmetros* – que são variantes e abarcam as possíveis diferenças entre cada língua, sendo definidos por meio da experiência e contato linguísticos. A Gramática Universal, portanto, deve ser entendida como um “conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais, bem como as diferenças entre elas que são previsíveis segundo o leque de opções disponíveis na própria GU” (KENEDY, 2008, p. 136). Dessa forma, equipada com uma Gramática Universal, a criança, em fase de aquisição, tem à disposição em seu cérebro, na área da Faculdade da Linguagem, os princípios gramaticais necessários para apreensão, compreensão e produção do sistema

---

<sup>21</sup> Tradução nossa: “[...] fornecem a estrutura para o pensamento e a linguagem, e são comuns às linguagens humanas como sistemas que entram em vários aspectos da vida humana. Esses elementos também parecem entrar em um “esquema conceitual” integrado, um componente do estado inicial da faculdade de linguagem que é concretizado de maneiras específicas, com escopo e limites predeterminados, no curso do crescimento da linguagem, um aspecto do desenvolvimento cognitivo”.

linguístico do ambiente em que se encontra. Esses princípios, que contêm as regras de estruturas gramaticais pertinentes a todas as línguas, permitem que o falante construa, através dos dados do ambiente linguístico a que está exposto, uma gramática particular, e é esta que irá constituir as diferentes línguas (grego, alemão, português, inglês, etc.). Sobre o tema, tem-se que:

Uma teoria de princípios traz no seu bojo uma teoria de parâmetros porque, ao tornar as regras mais abrangentes, e os universais mais precisos, ela torna as línguas comparáveis. Os diferentes valores atribuídos aos parâmetros de variação são responsáveis pelas diferenças entre as línguas. E tem mais: a aquisição agora pode ser definida como a fixação dos parâmetros. A tarefa da criança, seja qual for a sua língua resume-se na descoberta dos valores atribuídos pela sua gramática a um conjunto finito de parâmetros definidos pela gramática universal. (GALVES, 1995, p. 140)

Essa busca pela definição dos princípios e parâmetros e pelo reconhecimento da Gramática Universal, entretanto, acabou se revelando uma tarefa árdua para os gerativistas. Apesar de ter demonstrado que, na verdade, o processamento linguístico no cérebro é mais simples e mais rápido do que se acreditava antes – quando o modelo transformacional impunha uma enorme quantidade de regras –, além de ter trazido explicações a respeito de variação, mudança, aquisição linguística etc., a Teoria de Princípios e Parâmetros deixa a desejar no que tange à análise dos fenômenos linguísticos. Dessa forma, os linguistas gerativistas acabavam enfrentando “muitas dificuldades em dar, no início dos anos 90, uma lista dos parâmetros e de variação definidos pela gramática universal”, sem conseguir “definir de maneira muito clara a natureza desses parâmetros” (GALVES, 1995, p. 142). Assim, o início dos anos 90 vê surgir uma nova perspectiva para lidar com os problemas encontrados, a qual se tornaria a base para a grande parte dos estudos da área até os dias atuais: o *programa minimalista*. Como o nome já diz, trata-se de um programa – e não uma teoria – que busca otimizar a Teoria Gerativa e os processos metodológicos que tentam explicar e analisar as línguas, trazendo uma visão mais dinâmica e mais rápida acerca da análise do processamento linguístico.

Hoje, mais de 60 anos após o início dos estudos gerativistas, acredita-se que a nossa faculdade da linguagem seja então dividida em duas áreas: uma maior e mais abrangente (FLB<sup>22</sup>) e outra menor e mais restrita (FLN<sup>23</sup>), combinadas com, no mínimo, dois outros sistemas cognitivos, necessários para a linguagem, com os quais a FLB se relaciona e faz interface, chamados de sistema sensorio-motor e de sistema conceitual-intencional. Já a FLN incorpora o sistema linguístico computacional, o qual é abstrato e independente, responsável

<sup>22</sup> FLB – Faculty of language – broad sense (Faculdade da linguagem em sentido amplo)

<sup>23</sup> FLN – Faculty of language – narrow sense (Faculdade da linguagem em sentido restrito)

por gerar as expressões e transmitir suas representações para as interfaces da fonética (relacionada ao sistema sensorio-motor) e a da semântica (relacionada ao sistema conceitual-intencional), as quais vão processar e elaborar essas informações no uso da língua baseadas em *traços* linguísticos (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002). Assim, o processamento linguístico passou a ser, e continua sendo, estudado com base em uma visão mais rápida, simples e econômica – ou melhor, *minimalista*.

Por fim, o estudo da Gramática Universal, de acordo com Chomsky (2006, p. 24), é também um estudo sobre a capacidade intelectual humana, que busca formular quais são as condições ideais, enraizadas na nossa competência linguística, que fazem um sistema se qualificar como uma língua e, segundo o autor (p. 23), a procura por teorias explicativas acerca da linguagem deve começar pela tentativa de determinar o sistema de regras de uma língua e os princípios que o regem.

#### 6.1.2 O gerativismo, a sintaxe e os dados

A Teoria de Princípios e Parâmetros, de acordo com Kenedy (2008, p. 136), passou a ser utilizada principalmente na área de sintaxe, visto que é nas estruturas sintáticas que as grandes semelhanças e diferenças entre as línguas podem ser percebidas de forma mais evidente. Assim, com o desenvolvimento das pesquisas acerca da faculdade da linguagem, a sintaxe passou então a receber mais atenção, sendo que, até ali, o alcance das análises sintáticas e de seus estudos “não ia muito além do que já havia sido estabelecido pelas gramáticas tradicionais” (NUNES, 2015, p. 7). Entretanto, com o desenvolvimento das ferramentas formais de pesquisa e com a disseminação da proposta gerativista, a sintaxe passou a ocupar um lugar de destaque, visto que é nela onde se revela o caráter gerativo da linguagem – ou seja, a capacidade que a língua tem de formar um número infinito de sentenças a partir da combinação de itens lexicais finitos (KENEDY, 2015, p. 11-12).

Com a Teoria Gerativa em alta no campo dos estudos linguísticos, outra perspectiva de análise e outro modelo de dados a serem analisados ganham espaço com as pesquisas na área. Assim, a proposta secular de trabalhar com base na correção e com o padrão de beleza e os estudos da gramática tradicional começaram a ser questionados pelos estudos linguísticos, desencadeando o desenvolvimento de novas perspectivas e novas abordagens, como é o caso da teoria gerativista, a qual leva em consideração os aspectos cognitivos para a aquisição e desenvolvimento da língua. Com o gerativismo, portanto, passamos a ter uma nova definição

de *gramática*, a qual “tem a ver com o conhecimento que o falante tem de sua língua materna, independentemente de ter tido aulas de português” (MIOTO; SILVA; LOPES, 2007, p. 20). De acordo com esses autores, a *gramática* na perspectiva tradicional baniria sentenças – como “Cê viu a Maria saindo”, “Quem que ‘cê viu saindo?” e “A Maria disse que ‘cê foi viajar”. Essas estruturas, entretanto, não deveriam ser ignoradas, visto que demonstram o conhecimento natural do falante acerca de sua língua e do seu uso real e funcional. Nessa perspectiva, onde a gramática é vista como um conhecimento inconsciente do falante, o que é levado em conta é apenas a possibilidade de uma sentença existir ou não em uma língua, sendo de conhecimento tácito do falante, independente de seguir ou não as regras impostas socialmente por uma gramática padrão, por exemplo. Assim,

[...] não há lugar para os conceitos de “certo” e “errado” [...]; há tão somente os conceitos de gramaticalidade e agramaticalidade, ou seja, sentenças que pertencem ou não a uma dada língua. Quem sabe decidir se uma sentença pertence ou não a uma dada língua e o falante nativo daquela língua, escolarizado ou não. Portanto, os conceitos de gramaticalidade/agramaticalidade não recobrem de forma alguma os conceitos de certo/errado da GT. (MIOTO; SILVA; LOPES, 2007, p. 20)

No que diz respeito ao uso de dados para a análise, sabe-se que a gramática gerativa priorizou os estudos acerca da competência linguística – a *langue* –, enquanto os estudos do uso da linguagem foram tidos como menos relevantes para a compreensão do que chamam de gramática (BYBEE, 2006, p. 711). Assim, os estudos gerativistas que seguem a perspectiva tradicional não costumam utilizar os dados de uso real e concreto da língua, chamados de *performance*, visto que têm interesse na competência linguística e no funcionamento da mente do falante, os quais permitem a construção das estruturas, e não nos dados isolados – ainda que só se possa conhecer a competência linguística através deles (KENEDY, 2008, p. 134).

Há, entretanto, áreas de estudos gerativistas que se interessam pelos “dados do uso da língua, em situação natural ou em situação experimental, procurando extrair deles informações para o modelo de explicação da competência lingüística” (KENEDY, 2008, p. 134). Alguns estudiosos, inclusive, como Fernando Tarallo, Mary Kato, Maria Eugênia Duarte, Ian Roberts, Ilza Ribeiro, dentre outros, interessam-se pelas “evidências das mudanças lingüísticas por que passam as línguas, como uma maneira de compreender o que ocorre com a gramática quando algum de seus componentes se transforma ao longo do tempo, perdendo ou ganhando formas” (KENEDY, 2008, p. 134). Essa análise, dentro da gerativa, é a que mais se aproxima da linguística que se baseia em dados concretos e de uso da língua – *corpus* –, fortalecendo a nossa

escolha de perspectiva para as análises a serem feitas no presente trabalho em relação aos verbos.

Sobre esse interesse, Bybee (2006, p. 712) afirma que, “as linguists turn their attention to natural language use, they find a fascinating new source of insights about language”<sup>24</sup>. Embasado por seus estudos e resultados, o autor defende que gramática é, na verdade, a organização cognitiva da experiência com a linguagem, e que o uso alimenta a criação dessa gramática bem como a gramática determina o uso. Assim, o autor defende que o uso real da linguagem não pode ser ignorado nos estudos gramaticais, visto que “it constitutes a large part of the explanation for why languages have grammar and what form that grammar takes” (BYBEE, 2006, p. 730)<sup>25</sup>.

A busca gerativista acerca da aquisição linguística acabou, também, abrindo espaço para as reflexões acerca das variações e mudanças ocorrentes nas línguas com o passar dos anos, acarretando o surgimento de uma nova área no campo de estudo gerativista: a sintaxe diacrônica ou histórica. Com esses estudos, portanto, temos disponíveis para comparação dois sistemas que se sucedem no tempo. E visto que, na Teoria Gerativa, a mudança gramatical acontece no período de aquisição da linguagem, essa comparação diacrônica pode nos auxiliar na busca pelos motivos que levaram uma língua a um certo modelo, e não a outro, a partir da compreensão de uma gramática presente em um determinado período (GALVES, 1995, p. 141), e, portanto, das evidências acerca da competência linguística dos falantes do português arcaico, seguindo o que defende Mattos e Silva (2015, p.16):

No plano da Linguística teórica de hoje, os dados do passado das línguas podem fornecer argumentos para teorias que têm como objetivo explicações dos mecanismos cognitivos e psicológicos que estão na base de qualquer língua histórica. Para outras teorias linguísticas contemporâneas, tal como os dados empíricos das línguas em uso no presente, abrem portas para a compreensão de aspectos de períodos passados, os dados empíricos de períodos passados fornecem elementos para a explicitação de fenômenos em uso no presente. (MATTOS E SILVA, 2015, p. 16).

Dessa forma, os textos analisados no presente trabalho evidenciam, no que diz respeito ao comportamento verbal, qual gramática fazia parte do conhecimento dos falantes nativos no século XIV (ou XV)<sup>26</sup>. Ao levarmos em conta a vizinhança dos verbos analisados nos textos,

<sup>24</sup> “Conforme os linguistas voltam sua atenção para o uso da linguagem natural, eles encontram uma fonte nova e fascinante de conhecimento sobre a língua” (tradução nossa).

<sup>25</sup> “[...] constitui grande parte da explicação sobre o motivo das línguas terem gramática e sobre a forma que essa gramática assume” (tradução nossa).

<sup>26</sup> Considerando que não há uma definição absoluta da identificação do século ao qual os textos pertencem, colocamos os dois séculos.

ou seja, os elementos que se relacionam proximamente com os verbos nas estruturas encontradas, passamos a ter uma melhor compreensão dos usos permitidos pela gramática dos falantes na época. Vejamos, por exemplo, como podiam funcionar os verbos **gostar**, **aprazer** e **dizer**:

(30) “posto que comer(om) tod(os) **gostar(om)** a morte” (MSJ)

(31) “E depois que ha **gostam** viven p(er)a senpre” (MSJ)

(32) “pera **gostares** agora hũu pouco desto que eu trouxe” (VSME)

(33) “**cuidamos** que o padre de sseu esposo veera e a levará” (VDE)

(34) “tod(os) **cuydavã** que era morto” (VisDT)

(35) “mas **avia** pouco **cuidado** de sua alma” (VisDT)

(36) “o bispo **disse** a mÿ: - Oo Jacobo hyrmaãõ” (VSP)

(37) “E el me **disse**: ((L)) - Nõ he ainda tempo” (VDUM)

(38) “E ella lhe **disse** que ((L)) entrasse p(er)a dentro” (VDT)

Ao observarmos as estruturas em que os verbos se encontram, podemos perceber algumas variações entre eles, bem como algumas mudanças em relação aos seus usos atuais. Com base nos documentos analisados e nos contextos de ocorrência, o verbo **gostar**, por exemplo, era frequentemente utilizado no sentido de *experimentar*, ou *provar*, significado que provavelmente caiu em desuso com o passar do tempo, visto que, de acordo com a nossa percepção da língua portuguesa atual, o verbo **gostar** é usado no sentido de *apreciar*, diferente do que foi encontrado nos textos. Além disso, é possível perceber que a gramática da época permitia o uso do verbo **gostar** com, pelo menos, duas regências diferentes: com um objeto não preposicionado, como em (30) e (31), e com um objeto preposicionado, como em (32). Assim como **gostar**, o verbo **cuidar** também apresenta uma concepção não muito comum atualmente: além do sentido de *zelar*, ele é frequentemente utilizado como *pensar*. Entretanto, ao mudar o sentido, as estruturas também parecem mudar: como sinônimo de *pensar*, em (33) e (34), vemos a relação com um objeto não-preposicionado; como sinônimo de *zelar*, em (35), temos a relação com um objeto preposicionado, como ainda é utilizado atualmente. Em contrapartida, podemos perceber que o verbo **dizer**, além de não parecer ter sofrido mudanças até os dias atuais em termos semânticos nem sintáticos – com base nos textos analisados –, também não apresenta

variações: sempre se realiza com um objeto preposicionado e outro objeto não-preposicionado, como podemos ver de (36) até (38).

As ocorrências encontradas nos textos, então, nos oferecem informações acerca da gramática em uso no período arcaico, revelando quais usos eram permitidos pelos falantes da época. Visto que a Teoria Gerativa acredita que a Gramática Universal se faz presente no cérebro de todos os seres humanos, sendo o verbo parte dela, as presentes análises nos permitem conhecer ainda mais dessa gramática que era de domínio dos falantes no período arcaico, bem como iluminam o percurso histórico da língua até os dias atuais.

Por fim, sabendo que os documentos analisados nos revelam o uso real da língua que era utilizada na época, visto que ainda não existiam gramáticas e que a escrita era baseada na oralidade, a proposta gerativista de analisar a língua no seu uso natural, independente do que é “certo” ou “errado” para a gramática tradicional, torna-se um apoio fundamental para o presente trabalho. As propostas para análise sintática desenvolvidas dentro da Teoria Gerativa passaram a nos oferecer, em comparação com a tradição gramatical, um quadro teórico mais amplo para que essas análises sejam feitas, além de se basearem na complexidade do uso real e funcional da língua, e não apenas no que é certo ou bonito. Vejamos, portanto, algumas das classificações propostas para as análises dos verbos.

## 6.2 AS CLASSIFICAÇÕES GERATIVISTAS

Uma das diferenças entre as classificações feitas pela gramática tradicional e os estudos gerativistas está na variabilidade da predicação verbal. Sobre ela, Cunha e Cintra (2017, p. 152) assumem que “a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente”, portanto “o mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, ora com objeto direto, ora com objeto indireto”<sup>27</sup>. Aqui, entretanto, essa noção será abordada de outra forma.

Levando em conta estudos desenvolvidos pela Teoria Gerativa, a classificação do verbo não vai depender da presença explícita de seu complemento ou de sua construção. De acordo com Kato e Mioto, *na Gramática do Português Culto Falado no Brasil* (2009, p. 27), “os

---

<sup>27</sup> Como exemplo, os autores (2017, p. 152) trazem as seguintes frases e classificações: “Perdoai sempre” (intransitivo); “Perdoai **as ofensas**” (transitivo direto); “Perdoai **aos inimigos**” (transitivo indireto); “Perdoai **as ofensas aos inimigos**” (transitivo direto e indireto); “Por que sonhas, ó jovem poeta?” (intransitivo); e “Sonhei **um sonho guinholesco**” (transitivo direto).



predicados classificam-se conforme o número de lugares (argumentos) que exigem para formar uma proposição”. Não será, portanto, a presença – ou a falta – do complemento e da preposição no enunciado que vai determinar o verbo, mas o contrário: é o verbo que *determina* o seu número de argumentos, assim como especifica quais as relações semânticas que são estabelecidas entre eles. Dessa forma,

Chamamos aos núcleos que selecionam os elementos lexicais que co-ocorrerão com eles de **predicado** e aos itens selecionados, **argumento**. Note que, em todos os exemplos dados, sempre temos uma “cena” em que há um evento e participantes nesse evento. Nos nossos exemplos, o evento é denotado pelo verbo. Assim, os participantes em um evento denotado pelo verbo são os argumentos do verbo e o verbo é um predicado que define propriedades e/ou relações entre os argumentos. Diferentes argumentos terão diferentes papéis em um evento. Dessa forma, podemos dizer que os predicados têm estrutura argumental, isto é, os predicados possuem lacunas a serem preenchidas pelos argumentos que selecionam. (MIOTO; SILVA; LOPES, 2007, p. 121)

Com essa nova perspectiva nos estudos do comportamento verbal, as variações e divergências no âmbito da classificação dos verbos, vistas nas gramáticas tradicionais, foram bastante reduzidas. É verdade, entretanto, que algumas diferenças ainda podem ser notadas independente das nomenclaturas escolhidas, visto que alguns autores trazem mais classificações do que outros; mas essas diferenças não vão estar vinculadas ao enunciado em que o verbo aparece, sendo muito bem embasadas e explicadas por cada autor.

A seguir, veremos alguns dos estudos levados em conta para a decisão final de qual classificação adotar no presente trabalho.

### 6.2.1 Transitivos

As discussões que envolvem a ideia acerca da transitividade verbal, como vimos anteriormente, já ocorrem desde antes da nossa era e, desde as primeiras gramáticas da língua portuguesa, não houve muitas mudanças no que diz respeito ao conceito dos verbos transitivos, os quais se encontram bastante consolidados no estudo gramatical da língua. De forma geral, os verbos transitivos são aqueles que selecionam argumento interno e argumento externo e, com base na sua quantidade de argumentos e nas suas características, os verbos transitivos podem ser distribuídos em alguns subtipos, a depender do autor.

De forma detalhada, Inês Duarte, na *Gramática da Língua Portuguesa* (2003, p. 296-300), sugere algumas classificações para verbos que se encaixam no conceito transitivo aqui exposto, subdividindo-os entre:

- a) *Verbos ditransitivos*: conhecidos tradicionalmente como bitransitivos, são verbos de três lugares que selecionam um argumento externo, um argumento interno direto (com relação gramatical de objeto direto) e um argumento interno preposicionado (com relação gramatical de objeto indireto). Ex.: “João deu um livro ao Pedro.
- b) *Verbos transitivos de três lugares*: generalizados como bitransitivos na cultura tradicional, estes verbos selecionam um argumento externo, um argumento interno direto e um argumento interno preposicional ou adverbial com relação gramatical de complemento oblíquo. Ex.: “ele partilhou o almoço com o amigo”.
- c) *Transitivos predicativos*: selecionam um argumento externo e um argumento interno, que pode ser uma oração pequena – o sujeito da oração pequena tem relação gramatical de objeto direto e o núcleo, de predicativo do objeto direto. Ex.: “o Pedro achou esse livro desinteressante”.
- d) *Transitivos*: chamados tradicionalmente de transitivo direto, esses selecionam um argumento externo e um argumento interno com relação gramatical de objeto direto. Ex.: “o Pedro adorou o teu presente”.
- e) *Verbos de dois lugares com um argumento interno objeto direto*: como os chamados transitivos indiretos, estes verbos selecionam um argumento externo e um argumento interno com relação gramatical de objeto indireto. Ex.: “a exposição agradou aos críticos”.
- f) *Verbos de dois lugares com um argumento interno oblíquo*: generalizados como transitivos indiretos pela gramática tradicional, selecionam um argumento externo e um argumento interno preposicional ou adverbial com relação gramatical oblíqua. Ex.: “o Pedro discorda sistematicamente da Maria”.

Complementando as subdivisões já trazidas nos séculos de história da gramática tradicional, a proposta gerativista trouxe também novas perspectivas para as análises de classificação verbal. No que se refere aos subtipos dos verbos transitivos, passamos a ter também os chamados verbos **ergativos**. Os verbos ergativos também vão selecionar dois

argumentos, um externo e um interno, entretanto apresentam uma característica que os diferencia dos anteriores: os verbos ergativos permitem o apagamento do argumento externo ao mesmo tempo que erguem o argumento interno para a posição de sujeito<sup>28</sup>, até a esquerda do verbo. Sobre eles, Radford (2006, p. 223) apresenta frases como “*They will roll the ball gently down the hill*”<sup>29</sup> e “*He broke the vase into pieces*”<sup>30</sup>, que podem se transformar em “*The ball will roll gently down the hill*”<sup>31</sup> e “*The vase broke into pieces*”<sup>32</sup>, afirmando que verbos que permitem esse uso duplo como predicados de três lugares ou predicados de dois lugares podem ser chamados de predicados ergativos<sup>33</sup>. Da mesma forma na língua portuguesa, temos frases como “o vento fechou a porta da sala” e “a mulher quebrou os copos”, que também podem se transformar em “a porta da sala fechou” e “os copos quebraram”, onde vemos o apagamento do argumento externo (*o vento* e *a mulher*) enquanto o interno (*a porta da sala* e *os copos*) é alçado para o lugar do sujeito.

Outros autores, entretanto, apresentam classificações mais simplificadas quanto aos verbos aqui comentados, como é o caso de Cyrino, Nunes e Pagotto (2009), na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, os quais trazem apenas duas classificações que abarcam os verbos que exigem argumento externo e argumento interno analisados aqui. Segundo os autores, os *verbos transitivos* “envolvem os verbos de ação usados na voz ativa” (p. 58), como em “lá nós comemos um quindim por quinze cruzeiros também”, não havendo distinção entre complementos diretos e indiretos; e os *verbos bitransitivos*, os quais apresentam um argumento externo e dois argumentos internos, cujos representantes típicos são “os verbos de transferência

<sup>28</sup> Sob a perspectiva da gerativa, o argumento (externo ou interno) é gerado internamente ao sintagma verbal e, quando um deles assume a função de sujeito, é alçado à esquerda do verbo na oração, conforme o diagrama simplificado a seguir:



<sup>29</sup> “Eles vão rolar a bola suavemente morro abaixo” (tradução nossa).

<sup>30</sup> “Ele quebrou o vaso em pedaços” (tradução nossa).

<sup>31</sup> “A bola vai rolar suavemente morro abaixo” (tradução nossa).

<sup>32</sup> “O vaso quebrou em pedaços” (tradução nossa).

<sup>33</sup> Tradução nossa para: “Verbs which allow this dual use as either three-place or two-place predicates are sometimes referred to as ergative predicates.”

de posse e os verbos de posicionamento” (p. 58), como em “[...] levar um ao banheiro para dar uma comida para outro”.

### 6.2.2 Intransitivos

Os verbos **intransitivos**, também antigos e muito conhecidos, são em geral aqueles que podem selecionar um argumento externo ou não selecionar argumento algum. Na cultura tradicional, esses verbos não costumavam ser divididos. Entretanto, com a chegada de novas perspectivas de análise, passamos a ter novas subclasses também para eles, podendo dividi-los em dois subgrupos.

Chamados de verbos de zero lugares, por Inês Duarte (2003, p. 302), ou de verbos sem argumentos, por Cyrino, Nunes e Pagotto (2009, p. 57), esse subtipo engloba os verbos que expressam fenômenos climáticos e que não exigem nenhum argumento, interno ou externo, como *ventar*, *escurecer*, *amanhecer*, *garoar* em “choveu torrencialmente” e “neva há uma semana” (DUARTE, 2003, p. 302), e “choveu muito uma temporada [...]” (CYRINO, NUNES, PAGOTTO, 2009, p. 58).

Aqui, em relação aos verbos intransitivos, há também uma nova perspectiva que nos distancia ainda mais das classificações já conhecidas pela gramática tradicional. Isso acontece porque os verbos chamados de intransitivos não são na verdade homogêneos, havendo entre eles diferenças estruturais importantes que não foram observadas (BURZIO, 1986, p. 20). Como falado acima, os verbos intransitivos, além de não selecionarem argumento algum, também podem ser monoargumentais e selecionar apenas um argumento – o externo. Segundo Cyrino, Nunes e Pagotto (2009, p. 60), essa “distinção entre argumentos internos e externos prevê que os chamados verbos intransitivos na verdade envolvam duas classes de verbos com propriedades distintas”, os inergativos e os inacusativos – que veremos adiante.

Para demonstrar mais claramente essa distinção, os autores (CYRINO; NUNES; PAGOTTO, 2009, p. 60) fazem um teste com particípio absoluto e passivas estativas nos seguintes exemplos com um verbo transitivo, onde o sinal de asterisco significa que a construção não é condizente com a anterior ou que se torna agramatical:

(39) A Maria comprou as casas. / Compradas as casas. / \*Comprada a Maria.

(40) Maria comprou as casas. / As casas estão compradas. / \*A Maria está comprada.

Com esses exemplos, podemos ver que as construções de participio absoluto e as construções de passivas estativas com o verbo estar “se constroem com o argumento interno de um verbo transitivo, não com seu argumento externo” (p. 60). Dessa forma, os autores passam então a analisar diferentes verbos monoargumentais, geralmente generalizados como *intransitivos*, para mostrar as diferenças entre eles nos seguintes exemplos:

- (41) Os últimos combatentes sumiram/caíram/desapareceram.
- (42) Sumidos/caídos/desaparecidos os últimos combatentes, a batalha terminou.
- (43) Os últimos combatentes estavam sumidos/caídos/desaparecidos.
- (44) A Maria tossiu/espирrou/dormiu.
- (45) \*Tossida/\*Espirrada/\*Dormida a Maria, todos ficaram preocupados.
- (46) A Maria está \*tossida/\*espирrada/\*dormida.

Na tradição gramatical, os verbos **sumir**, **cair**, **desaparecer**, **tossir**, **espирrar** e **dormir** são todos igualmente classificados como verbos intransitivos, por selecionarem apenas um argumento. Entretanto, como podemos ver nos testes realizados nos exemplos de (41) a (46), esses verbos não apresentam o mesmo comportamento sintático e, portanto, se dividem entre duas classes: os que são compatíveis com as construções de participio absoluto e com as passivas estativas, como *sumir*, *cair* e *desaparecer*, que selecionam um argumento interno; e os que não são compatíveis com elas, como *tossir*, *espирrar* e *dormir*, que selecionam um argumento externo e, por isso, não passam no teste. Assim, “verbos cujo único argumento está associado à posição de especificador” do sintagma verbal (CYRINO; NUNES; PAGOTO, 2009, p. 61-61), selecionando um argumento externo, são chamados de verbos **inergativos**.

A autora Inês Duarte (2003, p. 300-301) também demonstrou, ainda que mais simplificadamente, diferenças internas nos verbos tradicionalmente chamados de intransitivos, dividindo-os da mesma forma com a ajuda do teste com construções de participio absoluto e com as passivas estativas, afirmando que “verbos inergativos, ou verdadeiros intransitivos (denominados intransitivos na tradição gramatical luso-brasileira) são verbos de um lugar [...], que seleccionam um argumento externo com a relação gramatical de sujeito”, como em: *o bebê espирrou*; *o meu sobrinho mais novo já anda*; *as crianças dormem*; *ela sorriu*.

### 6.2.3 Inacusativos

Assim como os inergativos, os verbos **inacusativos** surgem através da percepção de que a classe tradicionalmente conhecida como *verbos intransitivos* estaria abarcando lado a lado alguns verbos com importantes diferenças estruturais. Inicialmente estudados dentro do quadro da Gramática Relacional, com a Hipótese Inacusativa de Perlmutter (1978), esses verbos foram trazidos para o contexto da Gramática Gerativa por meio de Burzio (1986), enquanto se aprofundava nos estudos acerca da sintaxe italiana. Os estudos feitos por Burzio (1986) revelaram construções importantes acerca da inacusatividade da língua italiana, onde construções com os verbos auxiliares e com o clítico *ne* deixam mais claras a identificação dos verbos inacusativos, como mostram os exemplos:

(47) Molti studenti arrivano. / Ne arrivano molti.

Muitos estudantes chegaram. / Chegaram muitos estudantes.

(48) Molti studenti telefonano. / \*Ne telefoneranno molti.

Muitos estudantes telefonaram. / Telefonaram muitos estudantes.

(49) Giacomo ha telefonato.

Giacomo telefonou.

(50) Giacomo è arrivato.

Giacomo chegou.

Esses estudos demonstraram que apenas os argumentos internos de um verbo podem ser pronominalizados pelo clítico italiano *ne*, o que explica a possibilidade de sua construção com verbos como **arrivare** e a agramaticalidade na construção com **telefonare**, que é construído com um argumento externo. Além disso, a seleção dos verbos auxiliares também revela a diferença entre os verbos monoargumentais: o auxiliar **avere** é reservado para os verbos que selecionam argumento externo, como **telefonare**; enquanto os verbos inacusativos são construídos com o auxiliar **essere**. Essas análises acerca dos inacusativos permitiram, por fim, que Burzio formulasse o que ficaria conhecida como a Generalização de Burzio, explicitada abaixo por Nascimento (2014):

[...] um verbo só atribui caso a seu AI se atribuir papel temático a seu AE; inversamente, um verbo só atribui papel temático a seu AE se atribuir caso a seu AI. Uma vez que os verbos inacusativos não selecionam AE, não têm a capacidade de atribuir acusativo a seu AI. (NASCIMENTO, 2014, p. 241)

Entretanto, apesar de alguns anos separarem o presente trabalho dos estudos iniciais acerca dos verbos inacusativos, ainda existem divergências em suas análises e classificações, visto que alguns autores, como Burzio (1986), que os classifica como parte dos verbos ergativos vistos anteriormente, ou Inês Duarte (2003), que não os distingue. Assim, segundo Haegeman (1994, p. 337), a classificação dos verbos como inacusativo/ergativo é uma pesquisa em andamento, e muitos autores não fazem distinção entre ambos os termos – ainda que a autora os mantenha em duas classes distintas.

Apesar de Burzio integrar os verbos inacusativos aos verbos ergativos vistos mais acima, Haegeman (1994), ao analisar os inacusativos na língua inglesa, opta por separá-los em duas classes distintas. Para distingui-los, a autora traz uma comparação dos verbos **sink** (afundar) e **arrive** (chegar), demonstrando que **sink** se diferencia por conseguir atribuir o caso acusativo<sup>34</sup>, não podendo então ser classificado também como inacusativo.

(51) The enemy sank the boat. / The boat was sunk. / The boat sank.

O inimigo afundou o barco. / O barco foi afundado. / O barco afundou.

(52) \*I arrived the baby to the creche.

Eu cheguei o bebê para a creche.

Por fim, para Haegeman (1994, p. 336), o termo inacusativo é usado para os verbos chamados de *passive verbs* (verbos passivos), *raising verbs* (verbos de alçamento) e *verbs of movement and (change of) state* – verbos de movimento e (mudança de) estado.

Além de Haegeman, Cyrino, Nunes e Pagotto (2009) também fazem essa distinção na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, demonstrada parcialmente no tópico anterior com a discussão dos inergativos, onde vimos que as construções de particípio absoluto e as

---

<sup>34</sup> Na língua portuguesa, é perceptível a atribuição do caso acusativo pelo verbo afundar: Olavo afundou o barco / Olavo o afundou.

construções de passivas estativas com o verbo **estar** são permitidas com verbos inacusativos (do mesmo modo que os transitivos), mas não com os intransitivos:

(53) A Maria comprou as casas. / Compradas as casas. / \*Comprada a Maria.

(54) A Maria comprou as casas. / As casas estão compradas. / \*A Maria está comprada.<sup>35</sup>

Da mesma forma, essas construções também são possíveis quando analisamos alguns verbos monoargumentais, como os verbos **sumir**, **cair** e **desaparecer** trazidos pelos autores:

(55) Os últimos combatentes sumiram/caíram/desapareceram.

(56) Sumidos/caídos/desaparecidos os últimos combatentes, a batalha terminou.

(57) Os últimos combatentes estavam sumidos/caídos/desaparecidos.

As análises demonstraram que esses verbos, na verdade, selecionam argumentos internos e, por isso, estão sujeitos a construções que afetam seus argumentos internos, como os testes de particípio absoluto e passiva estativa comprovam – o que não acontece com outros verbos monoargumentais. Assim, “verbos cujo único argumento está associado à posição de complemento [...], como é o caso de *sumir*, *cair* e *desaparecer*, são referidos como verbos inacusativos” (CYRINO; NUNES; PAGOTTO, 2009, p. 61).

#### 6.2.4 Existenciais

Os verbos existenciais são, na verdade, uma subclasse dos verbos inacusativos comentados acima. Assim, ao comentar sobre *a família das construções inacusativas*, Inês Duarte (2003, p. 546) apresenta as frases com verbos de existência – como os verbos existenciais (**constar**, **existir**, **perdurar**), existenciais locativos (**morar**, **residir**, **viver**) e verbos que refletem ausência ou carência (**escassear**, **faltar**) – e com os verbos de aparição – como os verbos que refletem uma entrada em cena (**aparecer**, **brotar**, **surgir**), desaparecimento (**desaparecer**, **eclipsar-se**, **sumir-se**) ou a ocorrência de um evento (**acontecer**, **ocorrer**, **passar-se**). A autora também comenta que, apesar de esses verbos não apresentarem todas as características inacusativas, não passando em alguns dos testes já

---

<sup>35</sup> Exemplos repetidos para conforto do leitor.



mostrados, eles ainda “partilham propriedades suficientes para serem considerados inacusativos”, onde o “constituente com a relação gramatical de sujeito tem sistematicamente o papel temático típico dos argumentos internos diretos (Tema)” (p. 546).

As autoras Rosane Berlinck, Maria Eugênia Duarte e Marilza de Oliveira, na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* (2009, p. 177), também defendem que “os existenciais (*ter/haver*) constituem uma subclasse dos verbos inacusativos e, como tal, apresentam estruturas semelhantes”. A diferença é que o único argumento do verbo existencial apresenta a estrutura de uma minioração (MO), que vai expressar uma relação de predicação entre o sintagma nominal e o sintagma preposicionado, como em: havia [gatos no telhado]<sup>MO</sup>. Ou seja, diferentemente dos outros inacusativos, em que o argumento interno recebe a função de sujeito, com os verbos existenciais, o argumento interno não é um sujeito, mas um objeto do verbo. Daí muitos autores preferirem dar um tratamento separado a eles.

#### 6.2.5 Copulativos

Chamados também de verbos de ligação, os verbos copulativos, segundo Inês Duarte (2003, p. 302), são aqueles que “apenas selecionam semanticamente um argumento interno – uma oração pequena, cujo núcleo pode ser adjectival, nominal, preposicional ou adverbial”. Assim, o sujeito da oração pequena vai ter a relação gramatical de sujeito da frase copulativa, enquanto o núcleo da oração pequena terá a relação gramatical de predicativo do sujeito (DUARTE, 2003, p. 303).

(58) O bebê está contente.

(59) A Maria é astrofísica.

(60) O museu fica perto da estação.

Esses verbos também foram comentados, ainda que mais a fundo, por Kato e Mioto (2009, p. 31), os quais defenderam que “os chamados verbos de ligação como **ser**, **estar**, **parecer** têm uma propriedade em comum: o sujeito de sentenças que os contêm não são argumentos deles, mas do predicativo”. Os autores também demonstraram que, nessas construções, a relação temática ocorre dentro dos complementos dos verbos, na relação de predicação chamada por eles de *minioração*.

- (61) [MO o ator [talentoso]] > O ator é talentoso.  
 (62) [MO Antônio [professor]] > Antônio é professor.  
 (63) [MO Janice [em Salvador]] > Janice está em Salvador

Nessa perspectiva, o predicador é o sintagma à direita do verbo copulativo, ou de ligação, (*talentoso*, *professor* e *em Salvador*) e os sujeitos (*o ator*, *Antônio* e *Janice*) são argumentos desses predicadores. A sua relação com os verbos é apenas de concordância.

Cyrino, Nunes e Pagotto (2009, p. 62) também destacam entre as classificações verbais os chamados *verbos de alçamento*, os quais são uma expansão dos verbos de ligação. Esses verbos não selecionam um argumento externo, e seus argumentos internos contêm estruturas de predicação, como **parecer** (*aqueles meninos parecem felizes*), ou **acabar** (*aqueles meninos acabaram doentes*). Assim, Cyrino, Nunes e Pagotto (2009, p. 62) demonstram que, em uma frase como *os meninos parecem felizes*, “os meninos” não é um argumento do verbo **parecer**, e sim do adjetivo *felizes*, o que faz com que frases como *aquelas pedras parecem felizes* sejam consideradas inadequadas, demonstrando que o problema não é a incompatibilidade de “as pedras” com o verbo, e sim com o adjetivo utilizado. Os verbos de alçamento recebem esse nome por terem um sujeito que é, na verdade, argumento de outro predicador, mas que acabou sendo “alçado” para essa posição por causa da estrutura construída. Esses verbos, segundo os autores, vão englobar os verbos de ligação (como em “*eu sou assim meio chata [...]*”) e os auxiliares (como em “[...] *as dúvidas que vão surgindo*”), visto que, no caso destes últimos, “eles não estão associados a papéis temáticos, e seus sujeitos são argumentos do verbo ‘principal’” (p. 63).

### 6.3 SÍNTESE

Comentadas algumas das propostas de classificação verbal dentro dos estudos gerativistas, é possível perceber a importância dessa perspectiva para a ampliação do quadro de classificação dos verbos. Em comparação com as gramáticas tradicionais, comentadas anteriormente, as propostas gerativistas nos oferecem mais opções de classificação, embasadas em estudos e análises de maior complexidade. Assim, ainda que as reflexões acerca do comportamento dos verbos tenham se iniciado séculos atrás, sendo possível ver ainda muitas

ideias e nomenclaturas que permanecem até hoje, a Teoria Gerativa nos oferece um quadro mais amplo para as análises dos verbos que serão feitas no presente trabalho.

Por fim, com base nas propostas comentadas acima, foi possível montar um conjunto de classificações a serem utilizadas nas análises dos sete textos do período arcaico que compõem o trabalho em questão, sobre o qual comentaremos na seção seguinte.

## 7 A ANÁLISE: OS VERBOS QUE NÃO VARIARAM

Para a análise dos verbos encontrados nos documentos arcaicos selecionados para este trabalho, foram levadas em conta as diversas classificações existentes nos estudos gramaticais e linguísticos até o momento, comentadas nas seções anteriores. A escolha, entretanto, não seguiu um autor ou um trabalho específico; aqui, estamos buscando agregar propostas para abarcar algumas das diversas classificações já elencadas, por diferentes autores, com o intuito de ter um quadro teórico mais amplo para uma melhor classificação verbal.

A decisão de montar uma proposta própria de classificação, em vez de optar por uma proposta já pronta, surge com o objetivo de termos disponível uma maior variedade de classificações possíveis, para que consigamos compreender e analisar a complexidade do uso real da língua portuguesa na época, levando em conta as diferentes facetas que um mesmo verbo poderia apresentar e os ambientes sintáticos em que eles se encontram. A variedade e a quantidade de classificações propostas, entretanto, não foi o único fator para essa escolha. Tendo em vista os trabalhos comentados na seção anterior sobre algumas das propostas de classificação verbal nos estudos gerativistas, se o único fator a ser levado em conta fosse a quantidade de classificações possíveis, a proposta escolhida seria, sem dúvidas, a de Inês Duarte para a *Gramática da Língua Portuguesa* (2003). Apenas para os verbos principais, a autora propõe nove classificações diferentes – sem contar sua classificação para os *verbos copulativos*, os quais não entram como principais –, sendo a proposta mais completa e que apresenta maior variedade de classificações possíveis. Para essa proposta mais abrangente, a autora considera quatro características para suas classificações: o número de argumentos do predicador (de 0 a três), a relação gramatical final entre eles (sujeito, objeto direto, objeto indireto ou oblíquo), a existência de um predicador secundário (predicativo do sujeito ou predicativo do objeto direto); e a ordem linear que os argumentos e predicadores secundários aparecem na frase (DUARTE, 2003, p. 295). Observa-se que a sua proposta é diversificada e com várias possibilidades, conforme visto na seção anterior, mas traz, ao mesmo tempo, classificações que, sintaticamente, não se diferenciam, como “verbos ditransitivos” e “verbos de três lugares”, os quais apresentam quase o mesmo comportamento e as mesmas propriedades: selecionam três argumentos, um externo e dois internos, diferenciando-se pelo tipo de complemento. Entretanto, visto que o presente trabalho busca desvendar o comportamento dos verbos no período arcaico e suas

variações, acreditamos que uma classificação tão minuciosa poderia levar à perda de objetividade da análise, cujo intento principal não é categorizar os complementos verbais, embora se reconheça que, em algum momento, seja necessário apresentar alguma explicação para diferenciá-los. Desse modo, apesar de se reconhecer a relevância da proposta de Inês de Duarte, opta-se por uma classificação com menos detalhes, para que se possa abranger o maior número de verbos com as mesmas propriedades sintáticas.

Se, por um lado, Inês Duarte nos oferece uma proposta bastante abrangente, por outro, temos uma proposta pouco extensa, como a de Cyrino, Nunes e Pagotto (2009), na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, os quais não fazem distinções entre objetos diretos e indiretos, por exemplo, generalizando os verbos *transitivos*. Essa generalização, entretanto, prejudicaria as análises feitas aqui, visto que o objetivo é verificar os comportamentos dos verbos e as suas variações no período arcaico, sendo necessário observar se são ou não acompanhados de preposições, por exemplo. Considerando o que foi exposto, optamos, então, por montar uma proposta de classificação com base nas que foram discutidas neste trabalho nas seções anteriores, levando em conta a quantidade de argumentos selecionados pelos verbos e a frequência dos seus arredores sintáticos.

Vale ressaltar, também, que as análises aqui feitas são baseadas nas ocorrências encontradas ao longo dos sete textos. Em função de trabalharmos com documentos antigos, nos deparamos com características distintas da língua atual à qual estamos habituados e, conseqüentemente, a leitura desses documentos nos apresentou diversos verbos que, ainda existindo, eram utilizados com significados diferentes ou com construções diferentes, e até mesmo verbos que já caíram em desuso. Essa distância entre a língua atual e a língua presente nos documentos, entretanto, apesar de gerar dificuldades para a leitura, não pode prejudicar a tarefa a que nos propomos neste trabalho. Para este alcance, devemos ter como base a língua que era utilizada na época, e não a que utilizamos, para que o nosso conhecimento linguístico atual não interfira na apreensão da língua que estamos analisando. Por isso, para que o moderno não prejudique os estudos do passado, as análises aqui presentes foram feitas com base nos usos revelados pelos documentos e no ambiente sintático em que os verbos foram encontrados, dando importância às estruturas que aparecem com mais frequência no *corpus*, as quais, por sua vez, podem nos aproximar das características mais comuns da época. Ademais, visto que o CIPM (*site* onde foram encontrados os documentos escolhidos) oferece um dicionário dos verbos encontrados em todos os documentos nele disponíveis, com significados, conjugações, ocorrências em frases e algumas possíveis regências, tivemos também a oportunidade de

recorrer a outros exemplos para uma visão mais ampla acerca de alguns verbos. O *site*, entretanto, apesar de trazer diversos exemplos datados e algumas possibilidades de regência, não se propõe a fazer classificações e análises dos verbos, servindo apenas como suporte para a busca de significados e outras ocorrências que pudessem auxiliar nas classificações.

Por fim, nesta seção, definiremos essas classificações ao tempo em que faremos a análise dos verbos do material em estudo com exemplificação pertinente em cada caso. Aqui, a atenção estará voltada para os verbos que não apresentaram variação, deixando os casos variantes para a próxima seção.

## 7.1 SOBRE OS VERBOS ENCONTRADOS

A partir da leitura dos sete textos arcaicos que compõem o *corpus* analisado e do levantamento dos verbos utilizados, foram classificadas, ao todo, 4.740 ocorrências, compostas por diversos verbos que se repetiram ao longo dos sete documentos. Ignorando as repetições, entretanto, e contando apenas uma vez cada verbo utilizado, independente de carregarem significados diferentes, foram encontrados 420 verbos diferentes, dentre os quais alguns se repetiram, mudaram de significado e variaram quanto às classificações.

Depois do levantamento total e da busca pelos verbos que apresentaram comportamentos distintos, foi possível selecionar, ao menos, 32 verbos diferentes que apresentaram variação. Esses verbos são compostos por 28 verbos principais e 4 verbos que compõem uma locução, como veremos nas análises adiante.

Ao final do presente trabalho, podemos encontrar duas tabelas referentes aos verbos encontrados no documento *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* analisado aqui: no Apêndice A, temos uma tabela com a relação de todos os verbos encontrados, com suas classificações e exemplos localizados, e também com a sinalização dos verbos que apresentaram variação em seus comportamentos; no Apêndice B, encontra-se uma lista com todos os verbos e a quantidade de vezes que foram utilizados ao longo dos sete textos.

A seguir, iniciamos as análises comentando acerca dos verbos que não variaram e de suas classificações, discorrendo sobre os verbos *transitivos diretos*, *transitivos indiretos*, *bitransitivos*, *ergativos*, *intransitivos* e *inacusativos*.

## 7.2 VERBOS QUE NÃO VARIARAM

Ainda que este trabalho se proponha a analisar as variações no comportamento do verbo do período arcaico, tornou-se necessário avaliar todos os verbos encontrados, visto que, para tratar das variações, é imprescindível que se observem todas as ocorrências para que se possa chegar à conclusão do que varia ou não. Sob essa perspectiva, seguem as classificações dos verbos que, nos documentos em estudo, mantiveram o mesmo comportamento sintático, bem como alguns de seus exemplos – nos quais os verbos encontram-se em **negrito**, os sujeitos realizados estão em *itálico* e os complementos, sublinhados. Especificamente em relação ao sujeito, precisamos chamar a atenção para o fato de que, conforme característica da língua portuguesa à época, era raramente realizado quando pronominal, mas, nesses casos, pode ser identificado ou na flexão do verbo ou recuperado no contexto.

### 7.2.1 Verbos transitivos diretos

Os verbos classificados como transitivos diretos são aqueles que selecionam dois argumentos, um externo, com função de *sujeito* (SUJ), e um interno, com função de *objeto direto* (OD), como acontece abaixo:

(64) “[*eu*] nō **vy** [out(ro) homẽ]” (VSME\_f62r)  
 SUJ     V         OD

No exemplo em (64), o verbo **ver** encontra-se com dois argumentos: um externo, o sujeito “eu”, e um interno, sem estar preposicionado, o objeto direto “out(ro) homẽ”, comportando-se, portanto, como um verbo de dois lugares – um transitivo direto. Analisando as vizinhanças sintáticas do verbo **ver**, esse comportamento se repete em grande parte das ocorrências: o argumento externo na posição de sujeito e o interno na posição de objeto direto (cf. (2)), além de também poder aparecer com um sujeito não realizado, o qual pode ser identificado pela marca de flexão de pessoa, em (65), ou pelo contexto, em (67):

(65) “*ho santo homẽ Zozimas* **vio** estas santas obras” (VSME\_f52v)

(66) “eu fui-me mui taste ao mar e **vy** emtom dez homẽes” (VSME\_f58r)

(67) e **virõ** hũu valle ã que estavõ muitas forjas (VisDT\_f129v)

O argumento interno do verbo **ver** também poderia ser realizado por pronomes oblíquos átonos (os clíticos acusativos), como em:

- (68) “Quando ha **vyo** *ho santo homẽ* coreo mui toste” (VSME\_f64v)  
 (69) “*nós* **vimo-la** aa nocte e pella menhãã” (VDE\_f46r)  
 (70) “p(ra)z-me que os **vejas**” (VisDT\_f134r)  
 (71) “me **veeras** e eu te **veerey** com a g(ra)ça de Deos” (VSME\_f62v)

Portanto, por frequentemente aparecer em construções com argumentos externos, realizados ou identificados pelo contexto, e argumento interno com função de objeto direto, que pode ocorrer desenvolvido ou em um pronome oblíquo, o verbo **ver** é considerado um verbo *transitivo direto*. Com esse mesmo comportamento, outros verbos também foram encontrados, como **adorar**, **ler** e **ouvir**, por exemplo<sup>36</sup>:

- (72) “*tod(os)* *quantos* *ẽ* *ela* *moravam* me **adoravam**” (VDSP\_f80r)  
 (73) “me outorgares que *eu* **adore** o lenho da Santa Cruz” (VSME\_f59v)  
 (74) “Senhora di-me sse **liias** os psalmos” (VSME\_f62r)  
 (75) “Quando *ho santo homẽ* **leeo** as letras ficou mui alegre” (VSME\_f65r)  
 (76) “E a *mízq(ui)nha da alma* **ouvya** todo” (VisDT\_f125r)  
 (77) “e nom **ouvy** nenhũa solennidade como soya de ouvir” (VDSP\_f82r)

Além de poderem ser substituídos por pronomes oblíquos, os argumentos internos, em algumas ocorrências, também não eram realizados, mas podiam ser capturados no contexto imediato. Essa característica geralmente ocorria quando o mesmo complemento atendia a dois verbos; ou seja, havia uma única ocorrência do argumento interno, mas, semanticamente, pode-se depreender que está relacionado a dois verbos, como em:

- (78) “**lavando** (seu rrostro) e **affremosentando** seu rrostro” (VDSP\_f76r)

<sup>36</sup> Convém ressaltar que o grupo de transitivos diretos é o de maior ocorrência no *corpus* em análise, conforme informação no Apêndice.



(79) “tornar-te-ás ao corpo p(er)a **correger** (tua vida) e **êmêdar** tua vida” (VisDT\_f125r)

(80) “e a tua visam **glorificam** *eles* e **louvam**” (MSJ\_f92v)

Em (78), (79) e (80), tem-se a suposta impressão de que os argumentos internos dos verbos **lavar**, **corrigir** e **louvar** não estão realizados. Os contextos, entretanto, nos entregam seus complementos: “seu rrostro”, “tua vida” e “a tua visam”, os quais acompanham os verbos **affremosentar**, **emendar** e **louvar**, respectivamente. Assim, em todos os exemplos, os verbos são classificados como *transitivos diretos*, mesmo nos casos em que o argumento interno não esteja realizado.

Foram encontrados também alguns verbos que, além de apresentarem significados diferentes dos atuais, evidenciavam regências diferentes. Daí a importância de se apoiar na semântica e procurar possíveis significados para certos verbos dentro de suas realizações ao longo dos textos analisados, fazendo testes com diferentes possibilidades de sentidos. Como exemplo, para os verbos *transitivos diretos*, temos **guardar**, que podia significar *proteger*, **cuidar**, que podia significar *imaginar*, *pensar*, e **trespassar**, que podia significar *passar por algo*, *ultrapassar*:

(81) “**guardey** os teus precept(os)” (VDSP\_f77r)

(82) “huñ monge *que* **guardava** as portas do m(oesteyr)o” (VSME\_f51v)

(83) “temo-me que nom praza aa santa molher **coidando** *el* esto” [...] (VSME\_f65r)

(84) “O que tu estás coidando?” (VDUM\_f74r)

(85) “como **trespasaste** as êssejas dos imiigos e as maldades dos sp(rit)us” (VDE\_f49v)

(86) “fazia sseu caminho cõ desejo de **t(r)espassar** o hermo” (VSME\_f54r)

Em (81) e (82), o verbo **guardar** apresenta o sentido de proteger, cuidar, diferente do que é utilizado atualmente, além de ter também uma construção diferente: o verbo seleciona um argumento externo (o sujeito) e um argumento interno funcionando como um objeto direto. Assim como **guardar**, vemos que o verbo **cuidar**, em (83) e (84), com o significado de *pensar*, *imaginar*, também funciona como um verbo de dois lugares, selecionando argumento externo e interno. E em (85) e (86), por fim, temos também o verbo **trespassar** selecionando argumento externo e o argumento interno, o qual funcionou como objeto direto. Dessa forma, todos os três

foram classificados como *transitivos diretos*. Assim também foi classificado o verbo **receber** que, nas suas 59 ocorrências, apresentou, em suas vizinhanças sintáticas, apenas um argumento externo (o sujeito) e um argumento interno com função de objeto direto, como em:

- (87) “*este rrecebeo algũa pena des que aq(ui) veo*” (VisDT\_f133r)  
 (88) “*e se **receber** o teu corpo seera feito g(ra)nde*” (MSJ\_f94v)  
 (89) “*nunca depois **rreçeby** o santo sacramento*” (VSME\_f63r)

#### 7.2.1.1 Transitivo direto com objeto preposicionado

Além dessas construções, com sujeito e objeto direto sem preposição, é comum também vermos, nos textos arcaicos, verbos transitivos que apresentam o seu objeto direto precedido das preposições *-a* e *-de*, como salientou Inês Duarte (2009, p. 287) acerca dos verbos transitivos diretos – chamados por ela de *transitivos*:

- em certas expressões feitas herdadas de sincronias antigas, o objecto directo ocorre precedido de *a*, como acontece com *amar a Deus, temer a Deus* (mas *amá-Lo, temê-Lo*);
- com certos verbos, como uma forma de tornar mais saliente o objecto directo, como acontece em *puxar a espada / puxar da espada, sacar a pistola / sacar da pistola; cumprir o dever / cumprir com o dever, fazer que a notícia seja publicada / fazer com que a notícia seja publicada*. (DUARTE, 2009, p. 287)

Quanto à primeira observação, com os objetos diretos acompanhados da preposição *-a*, podemos ver abaixo o verbo **conhecer**. Este verbo apareceu, ao todo, 20 vezes nos documentos lidos, acompanhado de um argumento externo e um argumento interno não preposicionado em 19 ocorrências, como podemos ver nos exemplos em (90) e (91) abaixo, tendo sido classificado, portanto, como *transitivo direto*. Entretanto, em uma única vez, apresentou um argumento interno preposicionado, como podemos ver no exemplo em (92):

- (90) “*Ssenhor Deos **que** **conheçes** o homem ante que seja nado*” (VDE\_f43)  
 (91) “*Esto todo **conhece(rom)** *todos os da cidade de Anthiochia**” (VDSP\_f81v)  
 (92) “*nom me disse quem era e *eu* nom **conheci** a el*” (VDSP\_f82r)

Além dessa ocorrência do verbo **conhecer**, também foram encontrados exemplos com a mesma característica com o verbo **louvar**. Como visto mais acima, o verbo **louvar** apresentou, em algumas ocorrências, objeto direto não preposicionado; entretanto, também apareceu com objeto direto preposicionado, como em:

(93) “e **todos louvavam** a Noso Senhor” (VDE\_f46r)

(94) “e **louvavam** senp(re) a Deos” (VisDT\_f133v)

Quanto à segunda observação de Duarte (2009), também foi possível encontrar diversos objetos diretos acompanhados da preposição de com verbos como **beber**, **gastar** e **comer** expostos abaixo, ainda que tenham sido mais frequentes as ocorrências desses mesmos verbos sem preposição.

(95) “e **bevia** do vinho mais que lhe (con)pria” (VDUM\_f73v)

(96) “e **gastava** do que lhe sua madre Romana dava” (VDSP\_f81r)

(97) “**comia** das ervas que achava no des(er)to” (VSME\_f62r)

Nesse tipo de construção, os estudos não consideram que há diferença de comportamento dos verbos; ou seja, o verbo é classificado como transitivo direto, mas a diferença se encontra em seu complemento, que porta o *traço partitivo*. Sobre isso, Leal (1992, p. 50) afirma que alguns estudiosos:

[...] admitem também a construção do objeto direto preposicionado com a preposição **de**, quando ela equívale a artigo partitivo em exemplos do tipo: "Beber do vinho" (parte do vinho e não o vinho todo); "Comer do pão", etc. A regência da preposição **de** para indicar partitivo desenvolveu-se em latim vulgar e fixou-se nas línguas românicas. Até a fase clássica era uma construção usual no português. (LEAL, 1992, p. 50)

Dessa forma, os verbos dos exemplos em (95) a (97) foram classificados como *transitivos diretos*, visto que a preposição de está vinculada a seus complementos para indicar “uma parte de alguma coisa”, mas não altera o comportamento do verbo.

### 7.2.1.2 Transitivo direto causativo

Além dessas construções, encontram-se algumas em que os verbos transitivos diretos também são utilizados, junto a outros, para indicar uma ideia de *causa*, em frases onde convivem duas ações que se completam: uma idealizadora e uma causativa, como define Crystal (1988):

Em português, chama-se causativo ao verbo cujo sujeito não é o agente da ação indicada pelo sintagma verbal, mas é o idealizador dela, como no exemplo: *Pedro mandou pintar a casa*, em que o sujeito (Pedro) foi o causador da ação de *pintar* mas não o fez com as próprias mãos. (CRYSTAL, 1988:44)

Dessa forma, os verbos como **fazer** e **mandar**, nos exemplos abaixo, foram subclassificados como *transitivos diretos causativos*, visto que apresentam sujeitos que são os idealizadores de uma ação da qual não são agentes, como em (98), por exemplo, onde *o sabor* faz com que os fracos sejam fortes, mas o ato de ser forte é cumprido *pelos fracos*:

(98) “*ho teu sabor **faz** os frac(os) seer muy fortes*” (MSJ\_f93v)

(99) “*ho abbade ficou mui t(ri)ste e **fez** chamar todollos frades*” (VDE\_f47)

(100) “*o abbade **mandou** que a levassem ao esp(ri)tal do m(oesteyr)o*” (VDE\_f43r)

(101) “*o bispo da çidade **mandou** que tomassê e ouvessem hospício*” (VDSP\_f74v)

### 7.2.1.3 Transitivo predicativo

O verbo **fazer** também foi encontrado na construção chamada por Duarte (2003, p. 297) como *transitivos-predicativos*, subclassificação também adotada aqui. Esses verbos apresentam um argumento externo com função de sujeito e um argumento interno com estrutura de uma minioração, em que o sintagma nominal funciona como o objeto direto seguido de outro sintagma com a função de predicativo do objeto (PRED):

(102) “[*q(ue)m*] **fez** [*vaa*] [*a minha esp(er)ança*]” (VDE\_f46v)

SUJ    V    PRED        OD

Em (102), o verbo **fazer** traz o seu argumento externo “*q(ue)m*” funcionando como sujeito, e a minioração “*vaa a minha esp(er)ança*”, onde “*a minha esp(er)ança*” funciona como o objeto

direto e “vaa” como seu predicativo. Assim também acontece com **tornar**, em (103), **trazer**, em (104), e **deixar**, em (105):

(103) “*sua fremeosura o **tornava** em pouco siso*” (VisDT\_f124r)

(104) “*me o diabo por os me(os) peca(d)os e maldades **tragia emganada***” (VDSP\_f80v)

(105) “***leixando-o** vão e vazíio e famínto dos te(os) bêês*” (MSJ\_f94r)

Vale ressaltar, entretanto, que esses verbos não foram encontrados apenas nessas classificações e construções. Acerca do verbo **fazer**, por exemplo, há no texto diversas ocorrências em que ele foi classificado apenas como *transitivo direto*, apresentando um argumento externo, na função de sujeito, e com um argumento interno como objeto direto:

(106) “*O fogo sofre porque **fez** adulteryo*” (VisDT\_f133r)

(107) “*gloryficarom Nosso Senhor **que faz** tantas maravilhas*” (VSME\_f66r)

(108) “*moryam por ella e **faziam** grandes pelegas*” (VDT\_f66v)

### 7.2.2 Verbos transitivos indiretos

Os verbos classificados como transitivos indiretos são aqueles que selecionam dois argumentos, um externo, com função de *sujeito*, e um interno, com função de *objeto indireto* ou de *complemento relativo*. A diferença entre ambos é que: o *objeto indireto* (OI) “representa o ser animado a que se dirige uma ação” (ROCHA LIMA, 2020, p. 307), tendo o traço semântico [+pessoa] e sendo antecedido pelas preposições *a* ou *para* e correspondendo a *lhe(s)*. Em (109), vemos um exemplo composto por um verbo *transitivo indireto* que está acompanhado por um *objeto indireto*:

(109) “[*eu*] q(ue)ria-me hir e ... temo-me **desobedeçer** [*a meu padre*]” (VDE\_f44r)

SUJ

V

OI

No exemplo em (109), o verbo **desobedeçer** traz os dois argumentos: o externo “eu”, com função de sujeito, e também o argumento interno encabeçado pela preposição *a* – “a meu padre” –, o qual pode ser pronominalizado em *lhe*, e, portanto, é um *objeto indireto*. Tendo em vista a vizinhança sintática do verbo **desobedeçer**, selecionando argumento externo e argumento

interno preposicionado com função de objeto indireto, o mesmo foi classificado como *transitivo indireto*. Além de **desobedecer**, verbos como **maldizer** e **pertencer** também apresentaram o mesmo comportamento, selecionando argumentos externos com função de sujeito – que podiam não estar realizados e serem descobertos pela flexão verbal ou contexto – e argumentos internos com função de objeto indireto, encabeçados pela preposição *a*, os quais podiam ser substituídos pelo pronome átono *lhe(s)*:

(110) “e **maldizes** ao mizquinho do rico sobr(e)voso” (MSJ\_f94r)

(111) “nẽ **p(er)teença** a elles *nẽhũa cousa*” (VSME\_f52r)

Além dos objetos indiretos, os *verbos transitivos indiretos* também podem vir acompanhados por um *complemento relativo* (REL) que, diferente do OI, é antecedido por preposições diversas e não pode ser pronominalizado em *lhe* e *lhes*, além do fato de que:

integra, com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa. [...] Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação. (ROCHA LIMA, 2020, p. 311)

Como exemplos de verbos transitivos indiretos que estão acompanhados de um *complemento relativo*, temos o verbo **morar** (112):

(112) “[o *santo homẽ Zozimas*] **morou** [ẽ aquel moesteyro]” (VSME\_f66r)

SUJ                      V                      REL

Em (112), **morar** apresenta o sujeito “o *santo homẽ Zozimas*” e um argumento interno preposicionado, o *complemento relativo*, “*ẽ aquel moesteyro*”, que não pode ser pronominalizado em *lhe*. Por selecionar, então, argumento externo e interno preposicionado, verbos como **morar** também são considerados como *transitivo indireto*. Nas ocorrências de **morar**, também foram encontrados os argumentos internos construídos com termos locativos, como “aqui”:

(113) “aq(ui) **morã** *os boos*.” (VisDT\_f132r)

(114) “depois que aq(ui) **moraste**” (VSME\_f61r)

O mesmo comportamento também acontece, por exemplo, com verbos como **descender**, em (115), e **confiar**, em (116), que selecionam um argumento externo como sujeito e um argumento interno como complemento relativo, encabeçados pelas preposições de e em, respectivamente:

(115) “*todos, cada hũũ de sua çela **descenderom***” (VDSP\_f75r)

(116) “**confio** ẽ Deos e em as tuas horaçoões” (VDE\_f45r)

Outro verbo classificado como *transitivo indireto* foi o verbo **participar** que, na época, poderia ser acompanhado de um complemento relativo introduzido pela preposição de, significando *conviver*, como em:

(117) “**participou** com muyt(os) poblican(os)” (VDSP\_f78r)

(118) “morar e **participar** com os pecadores” (VDSP\_f78r)

Além dessas ocorrências, também foi possível encontrar algumas construções da época com verbos pronominais que foram classificados *transitivos indiretos*, como o caso de **trabalhar-se** abaixo:

(119) “e **trabalhei-me** de entrar com outras molheres” (VSME\_f59r)

(120) “**trabalhou-sse** de ffazer o que lhe rrogara a santa molher” (VSME\_f63v)

Considerando que *trabalhar* é considerado um verbo intransitivo na atualidade, não foi fácil, inicialmente, entender essas construções. Foram feitos alguns testes, com diferentes verbos, em busca de um significado que atendesse o contexto da frase e da história contada no texto; ao final, chegamos à conclusão de que *trabalhar-se* poderia significar *preparar-se*, *esforçar-se*. Assim, por estar acompanhado, em suas ocorrências, por um argumento interno encabeçado pela preposição de, portanto um complemento relativo, **trabalhar-se** também foi classificado como um *transitivo indireto*.

### 7.2.3 Verbos bitransitivos

Os verbos classificados como *bitransitivos* são aqueles que selecionam três argumentos, um externo, com função de *sujeito*, e dois argumentos internos, sendo um com função de *objeto direto* e outro preposicionado, que pode ser ou *objeto indireto* ou *complemento relativo*:

(121) “[*nosso rremiidor*] **deu** [*ao sseu pooboo*] [*firme paz*]” (VSME\_f56r)  
                   SUI                  V                  OI                  OD

Podemos ver, em (121), que o verbo **dar** está acompanhado por três argumentos: um argumento externo, o sujeito “nosso rremiidor”, um objeto direto, “firme paz”, e um objeto indireto em “ao sseu pooboo”, sendo, portanto, um verbo de três lugares. Este comportamento se repete com frequência ao longo dos sete textos analisados, onde o verbo **dar** mantém seu comportamento sintático, ocorrendo com os três argumentos, podendo os dois internos aparecer pronominalizados:

(122) “*E sseu padre Panunção deu todo o qui avia ao m(oesteyr)o*” (VDE\_f50v)

(123) “**deu** aa santa molher o corpo de Nosso Senhor” (VSME\_f64r)

(124) “mais senp(re) lh(e) **dam** falicim(en)to e t(ri)bulacom” (MSJ\_f91v)

(125) “ouvio *Deos* as oraçoões d’anbos e **deu-lhe** hũa filha” (VDE\_f42v)

Quanto às pronominalizações do argumento interno, ao longo dos sete textos, há uma ocorrência que se destaca: o acoplamento do objeto direto e do objeto indireto ao verbo **dar**, ao mesmo tempo, como vemos no exemplo abaixo:

(126) “*eu ey muitas possissooes e sse me Nosso Ssenhor der assesego* **dar-vo-llas-ey**”  
 (VDE\_f45v)

Por seguir frequentemente este comportamento, selecionando três argumentos, um externo e dois internos, o verbo **dar** também foi classificado como *bitransitivo*. Outros verbos construídos a partir da seleção de um argumento externo e dois argumentos internos também receberam a mesma classificação, como **mandar**, **dizer**, **enviar**, **meter** e **mostrar**, respectivamente apresentados nos exemplos expostos em (127)-(131):



- (127) “o *abbade* **mandou** aa cidade *huũ dos frades*” (VDE\_f43v)  
 (128) “*ella* **lhe disse** que *entrasse p(er)a dentro*” (VDT\_f66v)  
 (129) “E *ela* muyto a pressa p(er) eles **lhe emviou** *hũa letera*” (VDSP\_f78r)  
 (130) “*eu* **miti-me em meo deles**” (VSME\_f58r)  
 (131) “q(ui)s *a este homẽ* **mostrar as penas do Inferno**” (VisDT\_f124r)

#### 7.2.4 Verbos ergativos

Os verbos classificados como *ergativos*, como vistos na seção anterior, são aqueles que selecionam um argumento externo e um argumento interno, mas permitem o apagamento do argumento externo ao tempo em que alçam/erguem o argumento interno à posição de sujeito, à esquerda do verbo, como acontece no exemplo em (132) abaixo:

- (132) “*huũ delles tomava sua rregra p(ro)p(ri)a em ssua vida [a qual] nom* **mudava**”  
 (VSME\_f53r) SUJ (AI) V

Em (132), com o verbo **mudar**, vemos que aconteceu um apagamento do argumento externo – que pode ser retomado por “*huũ deles*”, que cumpriria a função de *mudar a regra* –, enquanto “*a qual*”, referente à “*rregra*”, que seria o argumento interno do verbo **mudar**, se encontra na função de sujeito à esquerda do verbo. Além dessa ocorrência, há, ao longo dos sete textos analisados, mais um exemplo de construção parecida, também com o verbo **mudar**:

- (133) “des que partyo todallas cousas que avia e deu-as aos pobres *mudou* ã tal guysa sua vida que bem mostrava que muy espantada viera a sua alma” (VisDT\_f124v)

**mudou** ã tal guysa [*sua vida*]  
 V SUJ (AI)

Em (133), o argumento externo do verbo **mudar** foi apagado e o seu argumento interno – “*sua vida*” – foi alçado para a função de sujeito. Diferente do exemplo anterior, o sujeito em (133) está posposto, à direita do verbo, conforme era comum à época. Por ser um verbo de dois lugares que permite o apagamento do argumento externo enquanto alça o interno para a posição de

sujeito, o verbo **mudar**, portanto, foi considerado como *ergativo*. Essas duas ocorrências, entretanto, foram as únicas que apresentaram verbos ergativos nessa construção, sendo mais frequentes as construções com argumento externo, verbo e argumento interno, como vemos abaixo com o verbo **abrir**:

(134) “E *ella* estando **ab(r)yo** os olhos e vyo o angeo” (VisDT\_f127r)

(135) “O *qual* logo **abrio** sua boca e p(er) esp(iri)tu sancto começou ffallar” (VDSP\_f75r)

(136) “**abriam** as portas do moesteyro e ssaian-sse *todos os monges*” (VSME\_f53r)

De (134) a (136), o verbo **abrir** apresenta um argumento externo – “*ella*”, em (134), “*o qual*”, em (135), e “*todos os monges*”, em (136) – e um argumento interno à direita do verbo – “*os olhos*”, “*sua boca*” e “*as portas do moesteyro*”, respectivamente. Sabemos que, atualmente, a língua portuguesa permite as construções “*os olhos abriam*”, “*sua boca abriu*” e “*as portas do mosteiro abriam*”, por exemplo, onde o argumento externo seria apagado e o argumento interno tomaria a posição de sujeito, mas essas construções com o verbo **abrir** não foram encontradas nos documentos aqui estudados. Entretanto, visto que foram encontradas ocorrências com o verbo **mudar**, onde há o apagamento do argumento externo e o alçamento do argumento interno para a posição de sujeito, assumimos que essas construções eram possíveis no período arcaico, nos permitindo, então, classificar o verbo **abrir** como *ergativo*. O mesmo também acontece com verbos como **acabar**, **ssecar**, **apagar** e **çarrar**, por exemplo:

(137) “depois que **acabavom** a horaçom ficavam os giolhos em terra” (VSME\_f53r)

(138) “*q(ue)m* **ssecou** a minha vinha. *q(ue)m* **apagou** a minha candeia” (VDE\_f46v)

(139) “E eu ã esto estando **çarrou-se** *a nocte*” (VDUM\_f74r)

### 7.2.5 Verbos intransitivos

São *intransitivos* os verbos que não apresentam nenhum argumento, como verbos que expressam fenômenos climáticos – não encontrados nos documentos analisados –, e os verbos que apresentam apenas um argumento externo com função de sujeito, também chamados de *inergativos* pelos estudos gerativistas, como nos exemplos abaixo:

(140) “E emtom **jejuarom** [*todos*] e horarom” (VDE\_f47r)

V            SUJ

Em (140), o verbo **jejuar** é acompanhado apenas por um argumento – o externo “*todos*”, que funciona como o sujeito da frase. Levando em conta os testes vistos na seção anterior, podemos perceber que esses verbos não aceitam construções de particípio absoluto ou de passiva estativa, as quais afetam apenas argumentos internos, não sendo possível, portanto, construções como *jejuados todos / todos estão jejuados*, o que comprova que *todos* é um argumento externo e o verbo é *intransitivo*. Todas as quatro ocorrências do verbo **jejuar**, ao longo dos textos analisados aqui, apresentam o mesmo comportamento, selecionando apenas um argumento externo, e sem argumentos internos:

(141) “*todos vos houtros* cantades na eg(re)ja e **jajuades** igualmente” (VDE\_f43v)

(142) “*cada hũũ* **jejua** como lhe p(ra)z” (VDE\_f44r)

(143) “dos bem casados que lealmête viverõ [...] orando e **jejuuãdo**” (VisDT\_f133v)

Além dele, também são intransitivos verbos como **pecar**, em (144), **voar**, em (145), e **gemer**, em (146), os quais também selecionaram apenas argumento externo:

(144) “E *tu* porque gravemête **pecaste** sofrerás estas penas” (VDUM\_f129v)

(145) “*Ella* **voava** e estava ante mÿ” (VDSP\_f77r)

(146) “*ella* era ffolgança dos que trabalhavom e porto *dos que* **gemiam**” (VDE\_f46v)

### 7.2.6 Verbos inacusativos

Os verbos classificados como *inacusativos* são aqueles que selecionam apenas um argumento interno, o qual assume a função de sujeito, como vemos com o verbo **desaparecer** abaixo:

(147) “E [*o ango*] **desapareceo** emtom e os dyaboos logo cercarõ a alma” (VisDT\_f127v)

SUJ (AI)    V

Em (147), o verbo **desaparecer** acompanha o argumento “o anjo”, o qual aparece na posição de sujeito. Entretanto, seguindo os testes comentados na seção anterior, podemos perceber que “o anjo”, na verdade, é um argumento interno, visto que o seu verbo pode receber construções de participio absoluto e de passiva estativa, construções que afetam apenas argumentos internos: *o anjo está desaparecido / desaparecido o anjo*. Das cinco ocorrências do verbo **desaparecer** ao longo dos textos analisados, a construção se repete em quatro vezes, com o argumento interno, que também pode aparecer posposto ao verbo:

(148) “E entom **desapareceo** *o angeo* e a alma ficou sóo” (VisDT\_f127r)

(149) “E díctas estas palav(ra)s logo **desapareceo** *a clarydade*” (MSJ\_f96r)

(150) “E **desapareceo-lhe**<sup>37</sup> entõ *o angeo*” (VisDT\_f129v)

Assim, por manter frequentemente essa vizinhança sintática, selecionando apenas um argumento interno, o verbo **desaparecer** é considerado um verbo *inacusativo*. Além dele, também vemos verbos como **cair**, em (151), por exemplo, que seleciona um argumento interno – *caídos os anjos / os anjos estão caídos* –, **morrer**, em (152), e **feder**, em (153):

(151) “forom angeos *que cayrõ* com ele” (VisDT\_f131v)

(152) “E despois desto, **morreu** *minha madre*” (VDUM\_f73v)

(153) “*o fogo* **fedia** muy feramête” (VisDT\_f125v)

Sabemos, entretanto, que esses testes são baseados no nosso conhecimento acerca da língua atual, e que não podemos afirmar, ao certo, o lugar que construções como “os anjos estão caídos” ou “o fogo está fedido” tinham na gramática dos falantes daquela época; para isso, seria necessária uma pesquisa voltada para a busca dessas construções em textos arcaicos. Aqui, como já dito, recorreremos às ocorrências encontradas e a suposições a partir de uma provável manutenção de significado do período arcaico ao moderno. Dessa forma, quanto aos exemplos dados acima classificados como *inacusativos*, vale ressaltar que a análise desses verbos ocorreu, também, com base na semântica. Por não sabermos como a gramática da época se comportaria com os testes de participio absoluto e de passiva estativa, nos apoiamos também nas questões semânticas a respeito desses verbos ao considerar que os verbos *inacusativos* são aqueles cujo

---

<sup>37</sup> O pronome *lhe* nesta construção é um adjunto adverbial.

sujeito *sofre* a ação, e não a pratica. Assim, verbos como **desaparecer**, **cair**, **morrer** e **feder**, por apresentarem sujeitos que estão sofrendo a ação, foram considerados como *inacusativos*.

Além disso, como vimos também na seção anterior, também são classificados como *inacusativos* os verbos de movimento ou de mudança de estado, como acontece com **chegar**, **sair** e **entrar** abaixo:

(154) “E **chegarõ** a hũu valle teebroso e muy espantoso” (VisDT\_f125v)

(155) “q(ua)ndo *aq(ue)lla alma tam sancta* **sayo** do corpo” (MSJ\_f96r)

(156) “E depois que **entrarom** na igreja” (VDSP\_f77v)

### 7.2.7 Alguns comportamentos interessantes

Também foram encontrados nos textos alguns verbos que, mesmo sem apresentar muitas mudanças e variações em seus comportamentos e não variarem de classificação, apareceram em circunstâncias interessantes, como os verbos **sofrer**, **lançar-se**, **ter** e **parar**, por exemplo.

O verbo **sofrer**, no sentido de *sentir*, *receber* ou *experimentar*, frequentemente selecionou um argumento externo com função de sujeito e um argumento interno também, com função de objeto direto, evidenciado, inclusive, pelo uso do pronome acusativo, como vemos abaixo:

(157) “E *tu* porque gravemête pecaste **sofrerás** estas penas” (VisDT\_f129v)

(158) “E *Paunuçio* nõ podya **ssofrer** a coyta e ho pesar” (VDE\_f46v)

(159) “*ho mar* **ssofreo** a minha maldade” (VSME\_f58v)

(160) “*tu* tal pena m(er)ecias mas agora nõ na **sofrerás**” (VisDT\_f125v)

Em (157)-(160), o verbo **sofrer** apresenta-se com os argumentos externos “tu”, “Paunuçio”, “ho mar” e nulo, recuperado pela flexão do verbo, todos com função de sujeito. Esse verbo, entretanto, que é classificado muitas vezes como *intransitivo*, selecionou também, em quase todas as suas ocorrências, um argumento interno – “estas penas”, “a coyta e ho pesar”, “a minha maldade” e o pronome acusativo “na” referente a “tal pena”, respectivamente. Com base nessas ocorrências, que frequentemente apresentaram essa estrutura, o verbo **sofrer** foi classificado como um verbo *transitivo direto*.

Também foram encontrados também alguns outros que permitiram variações de preposição em suas regências – ainda que não ocasionasse variação em suas classificações. Como exemplo, tem-se o verbo **lançar-se**, o qual se manteve como *bitransitivo*, mas apresentou variação, ora aparecendo com a preposição *a* e ora aparecendo com a preposição *em*, como vemos abaixo:

(161) “aquelles que **se lançam ao prazer da carne**” (VDUM\_f74v)

(162) “e **lançou-sse aos se(os) pees** e disse-lhe” (VDE\_f46v)

(163) “**lançavan-sse todos ã horaçõ**” (VSME\_f53r)

(164) “E *ela* como êtrou **lançou-sse em terra**” (VDSP\_f78r)

Nesses exemplos, o verbo **lançar-se** realiza-se com um argumento externo com função de sujeito, e dois argumentos internos, sendo um deles o objeto direto realizado em um pronome reflexivo (**se**) e o outro, o preposicionado, um complemento relativo. Dessa forma, esses verbos foram classificados como *bitransitivos*. Entretanto, visto que o presente trabalho se propõe a levantar as variações que eram possíveis na época, é interessante ressaltar que o verbo **lançar-se** poderia, como visto acima, selecionar duas preposições diferentes, *a* e *em*. Supomos que, provavelmente, o traço semântico do complemento relativo pode ter influenciado a escolha da preposição, visto que **em** só apareceu com os substantivos “terra” e “oração”. A variação das preposições, entretanto, não interferiu na classificação do verbo, pois continua se comportando como um verbo de três lugares – com um argumento externo e dois internos –, ou seja, um *bitransitivo*.

#### 7.2.7.1 As unidades fraseológicas

Foram classificadas também como *intransitivas* as expressões fixas, chamadas de *unidades fraseológicas*. De acordo com Silva (2006, p. 12), “as unidades fraseológicas são uma combinação de palavras que apresentam estabilidade e fixação”, as quais, juntas, constroem um significado específico diferente de quando estão separadas. Esse é o caso de **ter/parar mentes**, unidades fraseológicas que têm como significado *prestar atenção, dirigir o olhar*, conforme os exemplos a seguir:

(165) “em tenpo da quentura **tive mentes** e vy muita cõpanha do Egipto” (VSME\_f57v)

(166) “e **teve mentes** ao santo homem e disse-lhe” (VSME\_f55r)

(167) “E o *santo homem* **parava mentes** contra ho des(er)to” (VSME\_f63v)

(168) “E **parou mentes** p(er)a cada parte” (VisDT\_f130r)

Visto que “a fixação é relativa, pois admite diferentes alterações sem que varie o significado das unidades fraseológicas” (SILVA, 2006, p. 19), ambas as construções, tanto com o verbo **ter** quanto com o verbo **parar** trazem o mesmo significado de *atentar-se.*, sendo, portanto, uma unidade fraseológica. Além disso, essas unidades foram consideradas *intransitivas* porque selecionam apenas um argumento externo; e que “mentes”, na verdade, junto com os verbos **parar** e **ter**, faz parte da construção do significado nessas expressões.

### 7.3 SÍNTESE

Nesta seção, foram comentadas 9 das classificações escolhidas para o presente trabalho, expostas a partir de diversos verbos que não variaram suas classificações e seus comportamentos sintáticos: *transitivos diretos*, *transitivo indireto*, *bitransitivo*, *ergativo*, *inacusativo* e *intransitivo*. Além disso, também expomos algumas construções interessantes e unidades fraseologias que eram recorrentes nos textos lidos.

Agora, resta-nos comentar acerca de duas classificações ainda não vistas, os verbos *existenciais* e os verbos *copulativos*, além de analisar, separadamente, todos os verbos encontrados que apresentaram variações em seus comportamentos e classificações.

## 8 A ANÁLISE: OS VERBOS QUE VARIARAM

Além das classificações e dos casos apresentados na seção anterior, junto aos verbos que não variaram em suas realizações, há ainda duas classificações que foram escolhidas e analisadas nos textos aqui trabalhados: os verbos *existenciais* e os verbos *copulativos*. Alguns dos verbos que compõem essas classificações, entretanto, apresentaram variação constante ao longo dos sete textos trabalhados, podendo carregar diferentes sentidos.

Aqui, comentaremos a respeito dos verbos que apresentaram variação em suas classificações, alternando entre *existencial* e *copulativo*, bem como os outros verbos que foram classificados de maneiras diferentes por razões diversas.

### 8.1 VERBOS COPULATIVOS

Também chamados de *verbos de ligação*, e sendo uma subclasse dos verbos *inacusativos*, os *copulativos* são aqueles que não selecionam argumentos externos, mas apenas um argumento interno com estrutura de predicação no formato de uma minioração (MO) (KATO, 2009, p. 31). Essa minioração, por sua vez, pode apresentar um núcleo nominal, adverbial, preposicional ou adjetival – como vemos abaixo:

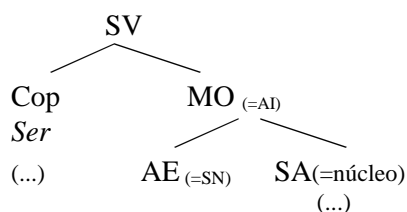
(169) “[a terra] **era** [mui dura] e nom se podia cavar” (VSME\_f65r)

SUJ     V     PRED SUJ

Acima, temos a impressão de que o verbo **ser** seleciona dois argumentos, onde o sujeito seria “a terra”. Entretanto, com a proposta da minioração, apresentada pelos estudos gerativistas e adotada por Kato (2009, p. 31), os elementos estão assim distribuídos: o verbo de ligação acompanhado de uma minioração contendo um sintagma predicador e um argumento externo: [MO a terra<sub>AE</sub> [mui dura]<sub>SA</sub>]. Assim, “a terra”, na verdade, não é argumento do verbo **ser**, mas sim do sintagma adjetival “mui dura”, conforme demonstrado no diagrama a seguir:



(170)



Nesse tipo de estrutura, o argumento externo da minioração, “a terra”, recebe o Caso Nominativo da flexão do verbo e passa a ser o sujeito gramatical da sentença copulativa, enquanto o sintagma adjetival, “mui dura”, funciona como o núcleo da minioração, recebendo, sintaticamente, a função de predicativo do sujeito. Assim também acontece com os exemplos abaixo:

(171) “Tu es o meu Deos e meu senhor” (MSJ\_f90r)(172) “minha madre era mui coriosa” (VDUM\_f73v)(173) “se v(er)dadeyras sam as cousas que falaste” (MSJ\_f93r)(174) “forom doces os dyleitos do mũdo” (VisDT\_f130r)

Além de **ser**, outros verbos com estruturas parecidas também foram encontrados e classificados como *copulativos* em algumas ocorrências, como **estar** e **ficar**, por exemplo, os quais também apresentam miniorações compostas por um argumento externo e um sintagma (nominal, adjetival, preposicional ou adverbial) à direita do verbo, seguindo a estrutura apresentada em (169), conforme exemplos em (175)-(180):

(175) “Q(ua)ndo esto ouvyo *ho abbade* **ficou** mui t(ri)ste” (VDE\_f47r)(176) “muitas vezes **fiquey** muy fraqua e mui cansada” (VSME\_f59r)(177) “*a alma* q(ue)ria **ficar** em aq(ue)lle logar.” (VisDT\_f134v)(178) “*E alma* **estava** fraca que ão pode responder” (VisDT\_f130r)(179) “*muitos* **estavom** ja no navio” (VSME\_f58r)(180) “quero que **estês** soo em tua çela” (VDE\_f46r)

Além da possibilidade de um sujeito não realizado, identificável pela flexão do verbo ou no contexto, os núcleos das miniorações também poderiam ser realizados por termos locativos, como *ally* ou *hy*<sup>38</sup> em:

(181) “nom por gardarem o que hy **ficava**” (VSME\_f53r)

(182) “**esteve** ally *Enfrosina* tres dias” (VDE\_f43r)

Assim, por selecionarem, em ocorrências como essas, uma estrutura de predicação e não selecionarem argumentos externos, sendo verbos que servem de ligação entre o sintagma nominal (argumento externo) e seu atributo, **ser**, **estar** e **ficar** foram classificados em alguns momentos como *copulativos*. Todos esses três verbos, entretanto, apresentaram variações em seus significados e, portanto, apresentaram classificações diferentes ao longo da análise, como veremos nos itens a seguir.

## 8.2 VERBOS EXISTENCIAIS

Os verbos *existenciais*, considerados uma subclasse dos *inacusativos*, selecionam dois argumentos internos – um sintagma nominal e um sintagma preposicional com o traço de locativo –, mas, diferente do que ocorre na maioria dos *inacusativos*, o sintagma nominal não recebe a função de sujeito, mas de objeto do verbo, e o sintagma preposicional, de complemento relativo:

(183) “E **avya** [na sua boca] [duas serpentes]” (VisDT\_f134r)

V            REL            OD

Em (183), o verbo **haver** não tem sujeito realizado, ocorrendo com dois argumentos internos: “duas serpentes”, o objeto direto, e “na sua boca”, o complemento relativo. Por apresentar essa estrutura, portanto, o verbo **haver**, quando identificado com o traço semântico de existência, foi classificado como *existencial*, do mesmo modo que aconteceu nas ocorrências abaixo:

(184) “**ha** muyt(os) sant(os) sob(re) a terra escondid(os)” (VDSP\_f82v)

<sup>38</sup> Que significavam, respectivamente, *ali* e *aqui*.

(185) “o odor que aly avya passava toda a outra gl(or)ia” (VisDT\_f134v)

(186) “A hy outra casa mais escusada e ascondida” (VDT\_f66v)

(187) “nom **ha** aqui navio nêhũu” (VSME\_f63v)

Com os exemplos acima, podemos perceber também que o verbo **haver** era acompanhado, com frequência, nos textos analisados, por termos locativos como *hy*, *aqui* e *aly*, com a função de complemento relativo. É digno de nota a variação ortográfica com a qual esse verbo era registrado, conforme já comentado, com “ha” e “a” apresentando o mesmo significado.

Além do verbo **haver**, existe também outro verbo que apareceu, em alguns momentos, como *existencial*: o verbo **ser**:

(188) “Em os moesteyros de Palestina **foy** hũu velho mui honrado [...] que des o começo da ssua mininiçe foy criado em custumes de monge.” (VSME\_f51r)

[Em os moesteyros de Palestina] **foy** [hũu velho mui honrado]

REL

V

OD

Acima, podemos perceber que “foy”, junto ao seu contexto, é o verbo **ser** que, na verdade, está em um sentido *existencial*: nos mosteiros da Palestina, *havia* um velho muito honrado. Nesta ocorrência, o verbo **ser** não é copulativo e está selecionando dois argumentos internos: “hũu velho mui honrado”, que funciona como objeto direto, e “Em os moesteyros de Palestina”, o complemento relativo. Portanto, o verbo **ser**, em (188), bem como em mais alguns exemplos abaixo, foi considerado um *verbo existencial*.

(189) “nom he razon ajũtar a t(e)r(r)a aas pedras” (MSJ\_f90r)

(190) “na boca daq(ue)lla besta eram g(ra)ndes chamas de fogo” (VisDT\_f126v)

O verbo **ser**, entretanto, foi um verbo que apresentou variações em seus significados e suas classificações, sobre o qual comentaremos separadamente mais adiante.

### 8.3 CASOS ESPECIAIS

Acima, vimos alguns verbos que apareceram frequentemente como *copulativos* – **ser**, **estar** e **ficar** – e como existenciais – **haver** e **ser**. Esses verbos, entretanto, apresentaram variações em seus significados e outros possíveis usos, além de também variarem, em certas ocorrências, quanto às suas classificações. Ademais, foram encontrados também outros verbos que variaram ao longo dos sete textos analisados, mudando de sentidos e, conseqüentemente, mudando de regência.

Nos próximos tópicos, discorreremos sobre cada um desses verbos que apresentaram variações e suas possíveis classificações, iniciando pelos comportamentos referentes aos verbos **estar**, **haver**, **ser** e **ter**.

#### 8.3.1 A variação entre “haver” e “ter” no sentido de posse

Como visto nesta seção, o verbo **haver** se comportou em muitas ocorrências como *existencial*, selecionando dois argumentos internos – um sintagma nominal e um sintagma preposicional – sendo o primeiro um objeto direto e o segundo, um complemento relativo. Entretanto, como percebido ao longo das leituras, **haver** também foi classificado em grande parte de suas ocorrências como um *verbo transitivo direto*, pois, além da possibilidade de ser existencial, o verbo também apresentou um sentido de *posse*:

(191) “E [*Paununção*] **ouve** g(ra)m p(ra)zer” (VDE\_f44v)

SUJ            V            TD

Em (191), o verbo **haver** está selecionando o argumento externo “*Paununção*”, com a função de sujeito, e o argumento interno “g(ra)m p(ra)zer”, o objeto direto. Pode-se perceber, também, que o verbo **haver** não está em seu sentido *existencial*, e sim no sentido de *posse*: o sujeito *teve* grande prazer. Assim, por selecionar um argumento externo e um argumento interno como objeto direto, o verbo **haver**, em ocorrências como essa, foi classificado como *transitivo direto*, conforme exemplos a seguir:

(192) “*tu has* boa esp(er)ança da vyda” (VSME\_f54v)

(193) “*hum mõe que aviia* nome Paayo” (VDSP\_f82v)

(194) “*as tuas maaos **ouverom grandes maldades***” (VDT\_f67r)

(195) “*e **aviam gram fome e sede***” (VisDT\_f132r)

(196) “*o que te ãõ recebe ãõ pode **aver as virtudes***” (MSJ\_f92v)

(197) “*ẽq(uan)to era moça **avya meu padre e minha madre***” (VDUM\_f73v)

De (192) a (197), podemos ver que o verbo **haver** apresentou esse comportamento em todos os sete textos lidos, carregando frequentemente o significado de *posse* e selecionando um argumento externo – o sujeito – e um argumento interno funcionando como objeto direto. Assim, além de suas ocorrências existenciais, o verbo **haver** também foi classificado, em muitas vezes, como *transitivo direto*. Das 222 vezes em que o verbo **haver** foi utilizado, ele apresentou o sentido de *posse*, sendo classificado como *transitivo direto*, em 165 ocorrências, sendo 74% de seu uso total.

Esse uso do verbo **haver** não é novidade, já tendo sido estudado por diversos pesquisadores do português arcaico. Visto que o verbo **haver**, com a característica de *posse*, caiu em desuso, pode-se concluir que, em algum momento do percurso da língua portuguesa, este verbo perdeu seu lugar para o verbo **ter**, utilizado atualmente para essas construções, e ficou reservado apenas para os casos existenciais. Segundo Mattos e Silva (2015), **haver** e **ter**, com sentido de posse, não estavam completamente em variação no início do português arcaico, parecendo existir preferências para cada tipo de uso diferente, as quais foram mudando no decorrer do tempo, como vemos abaixo:

*(h)aver* ocorria com complemento de qualquer valor semântico – bens materiais adquiríveis (*a*), qualidades imateriais adquiríveis (*b*), qualidades intrínsecas ao sujeito (*c*). Do século XIV para o XV (Mattos e Silva 1987 e 1990), se pode observar que *teer* só ocorria comutando com *(h)aver* com atributos do tipo *a* e, menos frequentemente, do tipo *b*; na primeira metade do século XV aparece *tẽer/teer* nos três “tipos de posse”, sendo ainda *(h)aver* mais frequente; já na segunda metade do mesmo século se evidencia o recesso de *(h)aver* e o avanço de *teer* com os três tipos de atributo. (MATTOS E SILVA, 2015, p. 153)

O verbo **ter**, de todas as suas 29 ocorrências aqui encontradas – sem contar com as ocorrências de *ter mentes*, foi classificado como *transitivo direto* em todas as 29 vezes, apresentando o sentido de *posse* em variação com o verbo **haver**. Corroborando os estudos de Mattos e Silva (2015), os textos aqui lidos, datados do século XV, apresentam **ter** com todos os tipos de possessivos listados, ainda que o verbo **haver** fosse mais frequente, visto que **haver**



as ocorrências aqui analisadas, por serem datadas do século XV, ajudam a confirmar os estudos já feitos, demonstrando que ambos os verbos estavam, de fato, em variação no século XV quando se tratava de *posse* e de todos os seus valores semânticos levantados. Além disso, ao demonstrarem que o verbo **haver** ainda era mais utilizado na primeira metade do século XV, mesmo que existisse variação para todos os casos listados, característica também encontrada no *corpus* aqui analisado, os estudos de Mattos e Silva (2015) nos influenciam a levantar duas questões.

A primeira é que, se os nossos textos apresentaram uma quantidade significativamente maior do verbo **haver** no sentido de posse, podemos imaginar, portanto, que esses documentos tenham sido escritos, talvez, na primeira metade do século XV, antes de o verbo **ter** ganhar o espaço, visto que aqui eles ainda ocorrem no sentido de *posse* com menos frequência que o verbo **haver**.

A outra questão é a respeito da fidelidade das suas cópias. De acordo com Castro (1985, p. 6), os documentos analisados aqui são cópias quase fiéis de uma linguagem, pelo menos, do século XIV, enquanto o site *CIPM* considera os séculos XIII e XIV. Entretanto, como as ocorrências aqui encontradas revelam a variação do verbo **ter** e **haver**, os nossos levantamentos nos fazem questionar acerca das cópias feitas e de sua fidelidade: se os documentos aqui estudados são cópias de textos do século XIV ou anteriormente, podemos perceber que há, então, problemas quanto a fidelidade das cópias – vide o uso de **ter** no sentido de posse para todas as três características trazidas por Mattos e Silva (2015, p. 153) – bens materiais adquiríveis, qualidades imateriais adquiríveis e qualidades intrínsecas do sujeito –, o que só aconteceria, de fato, na primeira metade do século XV. Ainda que as análises aqui feitas não sejam suficientes para responder esses questionamentos, os dados nos mostram que houve, portanto, uma interferência da época no ato da cópia, colocando a sua fidelidade em questão: em relação com o verbo **ter** e **haver** no sentido de posse, os textos eram fiéis ao próprio século XV, e não às cópias propostas. Além disso, os dados levantados também podem influenciar novos estudos que se proponham a fazer uma análise mais aprofundada das características dos documentos aqui lidos, com o objetivo de desvendar a sua fidelidade e sua familiaridade em comparação com os possíveis textos utilizados como base de cópia para o *corpus* em questão.

### 8.3.2 A variação entre “**haver**”, “**ser**” e “**estar**” no sentido impessoal

Além do sentido de posse visto acima, onde os verbos **ter** e **haver** selecionaram dois argumentos, foram encontradas também outras duas situações em que **haver**, variando com outros verbos, selecionou apenas um argumento: carregando o sentido de *existir* ou de *acontecer*. Chamado como um caso *impessoal*, os verbos nessas construções “apresentam o predicado como um fato considerado em si mesmo, sem referência a um possuidor que a ele seja externo, como ocorre nas estruturas possessivas” (CALLOU; AVELAR, 2000, p. 89).

Abaixo, portanto, vemos ambos os casos e as variações encontradas, ao longo dos sete textos, referentes ao uso de **haver**, **ser**, e **estar** no sentido impessoal.

#### 8.3.2.1 “*Haver*”, “*ser*” e “*estar*” como sinônimo de “*existir*”

Vimos, nos tópicos anteriores, que o predicado existencial poderia ser construído com os verbos **haver**, que apresentou também a classificação de *transitivo direto*, e **ser**, que também foi classificado como *copulativo*, como vemos abaixo:

(203) “e hy avya hũa fonte de agua víva” (VisDT\_f132r)

(204) “hũũ canpo ã no qual avia mui desvairadas arvores” (VDUM\_74r)

(205) “E a par destes q(ua)tro b(is)pos. vyo séér hũa cadeira muy honrada” (VisDT\_f135v)

(206) “e nõ h(e) en mÿ sustância” (MSJ\_f95v)

Em (203) e (204), vemos **haver** selecionando apenas um argumento interno, com função de objeto direto, e se comportando como *verbo existencial*. O mesmo acontece em (205) e (206), com o verbo **ser**, que também seleciona apenas argumento interno e recebeu a mesma classificação. Entretanto, assim como vimos no sentido de *posse*, o uso de **haver** existencial também foi o preferido, ultrapassando as ocorrências de **ser** para o mesmo sentido: das 513 ocorrências do verbo **ser**, apenas 13 foram classificadas como *existenciais*, sendo 3% do seu total de ocorrências; e das 222 ocorrências de **haver**, 56 foram classificadas como *existenciais*, sendo 25% de seu uso.



No *corpus* aqui analisado, não foi encontrada nenhuma ocorrência do verbo **ter** no sentido existencial, visto que, segundo Mattos e Silva (2002, p. 140), **ter** só abriria seu espaço no século XVI e que,

durante todo o período arcaico é o verbo *haver* que, predominantemente, preenche como “operador funcional” (Franchi et alii 1998: 110) as orações existenciais em variação com o etimológico *ser* (lat. *esse*), estando o verbo *ser* sempre em taxas mais baixas (MATTOS E SILVA, 2002, p. 155)

Ao longo dos sete textos aqui lidos, também foram encontradas 4 ocorrências existenciais com um outro verbo: **estar**, o qual apareceu ao todo 106 vezes. Essa característica, entretanto, parece ainda não ter sido muito estudada, visto que não foram encontrados, durante a pesquisa, materiais a esse respeito de frases como vemos abaixo:

(207) “Virõ hũa casa muy honrrada d’ouro e de prata e de pedras p(re)ciosas. e nõ **estava** ã ella fréestra nêhũa” (VisDT\_f132v)

e nõ **estava** [ã ella] [fréestra nêhũa]

Em (207), entendemos que o verbo **estar** seleciona apenas um argumento interno com função de objeto direto, “fréestra nêhũa”, acompanhando também o complemento relativo “ã ella”, referente à “hũa casa”. Pode-se perceber, também, que o verbo **estar** não foi usado no sentido usual, como *copulativo*, visto no tópico acima, e sim no sentido *existencial*, como em “não *havia* janela na casa”. Esse comportamento se repetiu em mais 3 ocorrências:

(208) “em aq(ue)ll lago estava hũa ponte” (VisDT\_f127r)

(209) “E em as cordas dellas vío estar cordas d’orgõos e víollas” (VisDT\_f134r)

(210) “em os rramos desta arvore estavã muitos lirios e muitas rrosas” (VisDT\_f134v)

Ainda que não tenham sido encontrados comentários acerca dessa característica específica, é sabido que os verbos **estar** e **ser** já apresentavam conflitos desde o latim. Segundo Célia Castilho (2013, p. 138), o verbo **ser**, em português, nem ao menos deriva de um mesmo étimo, tendo sua origem em ao menos dois verbos conhecidos, *esse* e *sedere* – que também desencadearia o verbo **estar** –, os quais “estão intimamente relacionadas a ponto de coocorrerem, concorrerem, variarem”, até que os verbos **ser** e **estar** fossem fixados. Por terem

seus caminhos entrelaçados desde o latim, os usos dos verbos **ser** e **estar** acabaram se confundindo em diversas situações, muitas já estudadas por Mattos e Silva (2015), Castilho (2013), entre outros, como a variação nos predicados locativos e atributivos, por exemplo. Dessa forma, como seus usos se confundiram em situações variadas, é compreensível pensar que a relação histórica entre os verbos **ser** e **estar** também tenham contribuído para sua variação também nos predicados existenciais. As ocorrências aqui encontradas, portanto, revelam uma característica ainda não muito estudada do período arcaico da língua.

Abaixo, vemos então a relação dos verbos **estar**, **haver** e **ser** a respeito de seus usos no sentido *existencial* e a quantidade de ocorrências de cada um deles:

**Tabela 2** – Os verbos *estar*, *haver* e *ser* no sentido existencial

	Existencial	Outras ocorrências	Total
HAVER	56	166	222
SER	13	500	513
ESTAR	4	102	106

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.2.2 *Haver* e *ser* como sinônimo de “acontecer”

Além do sentido *existencial*, o verbo **haver** também apresentou outro possível comportamento impessoal: em apenas uma vez, **haver** também foi sinônimo de *acontecer*, como podemos ver na ocorrência abaixo:

(211) “E **aveo** *que* em tempo da quentura *tive mentes e vy muita cõpanha*” (VSME\_f57v)

Acima, vemos que o verbo **haver** está carregando o mesmo sentido de *acontecer* ou *ocorrer*: *aconteceu* que “*tive mentes*” e *vi* muita “*cõpanha*”. Chamados por Duarte (2003, p. 546) como *verbos de aparição*, os quais podem também denotar “a ocorrência de um evento”, *acontecer* e *ocorrer* foram classificados pela autora como *inacusativos*. Assim, por apresentar o mesmo significado, **haver** em (211) também foi considerado como um verbo *inacusativo*, onde “que [...] *tive mentes e vy muita cõpanha*” funciona como um sujeito oracional, intercalado pelo adjunto adverbial “em tempo da quentura”.

Bem como essa única ocorrência de **haver**, foi possível encontrar outros três exemplos divididos em dois textos diferentes, todos relacionados ao verbo **ser**, o qual também podia aparecer carregando os sentidos vistos acima:

(212) “*Esto nom foy tam ssollamente pella minha vontade*” (VSME\_f55v)

(213) “que lhe p(ra)za de nos mostrar *que he* da filha deste nosso amigo” (VDE\_f47r)

(214) “rrevellado nẽ hũa cousa [...] assy como ssoya **sseer** quando rogavam” (VDE\_f47r)

Em (212), por exemplo, vemos o verbo **ser** carregando o mesmo significado de *acontecer* e selecionando apenas um argumento: o sujeito “esto”. O mesmo acontece com a ocorrência em (213), a qual é melhor compreendida no contexto da história em que se encontra – onde a filha está desaparecida e as pessoas querem descobrir o que *aconteceu* com ela –, e também em (214), onde temos uma locução verbal. Assim, o verbo **ser** de (212) a (214) também foi classificado como *inacusativo*. Sobre essas construções vistas a partir dos verbos **haver** e **ser**, tem-se que:

Em geral, o verbo que ocorre com um argumento para expressão de evento não encerra um sentido propriamente existencial, não admitindo uma substituição “eficaz” por *existir*. Nesses casos, dá-se a acepção de *ocorrer*, *acontecer* ou *realizar-se* [...] (CALLOU; AVELAR, 2000, p. 93)

Ainda que as ocorrências aqui expostas sejam tiradas direto do século XV, este uso de **haver** e **ser** não é estranho aos falantes da língua portuguesa. Diferente de alguns casos vistos acima, como o verbo **haver** no sentido de posse ou o verbo **ser** no sentido existencial, ambos os verbos continuam sendo bastante utilizados atualmente na acepção de *acontecer*, visto que ainda hoje é comum utilizarmos frases como “o que *houve*?” ou “o que *foi*?” no sentido de “o que *aconteceu*?”.

Abaixo, vemos a tabela acerca dos usos *inacusativos* dos verbos **haver** e **ser**:

**Tabela 3** – Os verbos *ser* e *haver* funcionando como *inacusativos*

	Inacusativo	Outras ocorrências	Total
SER	3	510	513
HAYER	1	221	222

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.2.3 Comentários

Até o momento, vimos que os verbos **estar**, **haver**, **ter** e **ser**, além de suas classificações como copulativos ou existenciais, também apresentaram outras possibilidades de estruturas e classificações. Temos, então, na tabela abaixo, um resumo sobre seus usos gerais para uma melhor visualização:

**Tabela 4** – As classificações dos verbos *estar*, *haver*, *ter* e *ser*

	ESTAR	HAYER	TER	SER
COPULATIVO	102	-	-	497
EXISTENCIAL	4	56	-	13
POSSE (trans. direto)	-	165	29	-
INACUSATIVO	-	1	-	3
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>222</b>	<b>29</b>	<b>513</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.2 Alternância dativa

Ao longo dos sete textos lidos, foram encontrados dois verbos que apresentaram um comportamento que contrasta com alguns estudos e hipóteses já feitos: os verbos **ensinar** e **rogar**. Em apenas 10 ocorrências totais do verbo **ensinar**, foram encontrados 3 comportamentos diferentes quanto aos argumentos internos: construção com um objeto direto e um objeto indireto, com apenas um objeto direto e, também, com dois objetos diretos.

(215) “e **ẽsynou-lhe como orasse**” (VDT\_f67r)

(216) “e **me ensine este camynho que ja comeco a andar**” (MSJ\_f90r)

(217) “**em syna-me aq(ue)llas cousas que ssom de Deos**” (VDE\_f44v)

(218) “nehuñ antre os monges **que me possa ẽsignar algũa cousa boa**” (VSME\_f51v)

(219) “**elle nos q(ue)yra inssynar a ty e a nos (con)prir a sua santa vontade**” (VSME\_f52r)

(220) “*sseu padre fficou e **insinava a filha a ler***” (VDE\_f43r)

As ocorrências de (215) até (220) representam o comportamento mais comum do verbo **ensinar** nos textos lidos: em 60% de seu uso total, o verbo **ensinar** selecionou um argumento externo, com um sujeito que pode ser retomado pelo contexto ou pela flexão verbal, e dois argumentos internos, compostos por um objeto direto e um objeto indireto – o qual também apareceu representado pelos pronomes oblíquos átonos *-lhe*, *-me* ou *-nos*. Podemos, entretanto, notar duas construções distintas nessas ocorrências. De (215) a (218), temos a estrutura de *ensinar algo a alguém* ocorrendo sem variações, onde o objeto direto é referente ao *tema*, ao que é transferido, e o objeto indireto é referente ao *beneficiário*, que é quem recebe. Nas duas últimas, entretanto, vemos duas possibilidades: em (219), temos *ensinar a alguém fazer algo*, onde o objeto indireto também é referente ao beneficiário e, o direto, ao tema; e, em (220), temos *ensinar alguém a fazer algo*, onde o objeto direto é referente ao beneficiário e o objeto indireto é referente ao tema, ocorrendo uma inversão. Apesar dessa variação, entretanto, o verbo **ensinar** continuou mantendo a mesma vizinhança sintática nessas ocorrências, selecionando um argumento externo com função de sujeito, e dois internos, um com função de objeto direto e outro de objeto indireto.

Em outras duas ocorrências, sendo 20% do seu total, o verbo **ensinar** apareceu com apenas dois argumentos, como vemos a seguir:

(221) “*aquele monge que o rreçebiera p(er)a o **ensinar***” (VDE\_f46r)

(222) “*aly som tod(os) [...] muy sabedores sem **ensina-llos nẽgũu***” (VisDT\_f136r)

O verbo **ensinar** está acompanhado do argumento externo com função de sujeito, e apenas um argumento interno: o objeto direto, o qual tem função de beneficiário, de quem *recebeu* o que foi ensinado, sendo construído a partir dos pronomes oblíquos átonos *-o* e *-los*.

Por fim, nas duas últimas ocorrências, também completando 20% do total, o verbo **ensinar**, além de apresentar o argumento externo como sujeito, trouxe também dois argumentos internos que funcionaram, ambos, como objeto direto:

(223) “*falou cõ ela e benzeu-a e **emssynou-a que ouvesse castidade***” (VDE\_f43r)

(224) “*a palav(ra) de Deos que ssenpre vive **inssyna homẽ toda sçiencia***” (VSME\_f62r)

Em (223), o verbo **ensinar**, além do argumento externo, o sujeito que pode ser descoberto pelo contexto, se realiza com dois argumentos internos: o pronome oblíquo átono *-a* e a oração “que ouvesse castidade”. O mesmo comportamento acontece em (224), com a seleção do argumento externo “a palav(ra) de Deos”, e os argumentos internos “homẽ” e “sçiençia”. Nessas ocorrências, apesar de **ensinar** também funcionar como um verbo de três lugares, selecionando um argumento externo e dois internos, a seleção de seus argumentos internos acontece de uma forma curiosa: ambos funcionam como objetos *diretos*, sem presença de preposições – *ensinar algo alguém / ensinar alguém algo*.

Abaixo, podemos ver a quantidade de ocorrências do verbo **ensinar** em relação aos seus possíveis argumentos externos: construídos a partir de um objeto direto e um indireto, com apenas um objeto direto ou com dois objetos diretos:

**Tabela 5** – As vizinhanças sintáticas de *ensinar*

	1 OD + 1 OI	1 OD	2 OD	Total
ENSINAR	6	2	2	10

Fonte: tabela criada pela autora.

Também foi possível encontrar, ao longo dos sete textos lidos, outro verbo que apresentou o mesmo comportamento: **rogar**. Das suas 77 ocorrências totais, o verbo **rogar** manteve sua vizinhança sintática em 72 vezes, sendo, então, construído da mesma maneira em 93% do uso total de **rogar**:

(225) “**rrogando** mui af(ĩ)cadamente aa madre de Deos que me mostrasse” (VSME\_f60v)

(226) “eu lhe rrogava que me leixasse ficar cõsigo” (VDUM\_f74r)

(227) “muytas vezes **rrogarey** a Deos que te dê ssofrença ã o coraçõ” (VDE\_f48v)

(228) “E entõ **rrogou-lhe** que o leixasse passar cõ sua vaca” (VisDT\_f127v)

(229) “**rogo-te** que me digas em q(ua)l cousa te contristey” (VDSP\_f80v)

(230) “**rogo-v(os)** que me tragades o corpo de Deos” (MSJ\_f90r)

(231) “e **rrogou-lhe** que orasse a Deos” (VDT\_f67r)

De (225) a (231), vemos que o verbo **rogar** selecionou, em todos os textos lidos, um argumento externo com função de sujeito, que poderia ser descoberto no contexto ou pela flexão verbal, e dois argumentos internos, um com função de objeto indireto, que poderia ser construído

também pelos pronomes *-lhe, -te, -vos*, e um com função de objeto direto: *rogar algo a alguém*. Em 5 ocorrências, entretanto, o verbo **rogar** apresentou comportamento semelhante ao encontrado com **ensinar**:

(232) “E o s(an)c(t)o bispo Nono [...] **rogou os bispos que veessem**” (VDSP\_f78r)

(233) “**rrogou-o** que veesse a Eufrosina” (VDE\_f44v)

(234) “o santo homẽ [...] **rrogava** com muitas lagrimas aquella que viia que lhe dissesse” (VSME\_f54v)

(235) “ficou os giolhos ã terra e **rrogava-a** que o benzesse” (VSME\_f55r)

(236) “e **rrogava-a** cõ muitas lagrimas que affastasse de mĩ as maas” (VSME\_f61v)

A partir das 5 ocorrências acima, que são distribuídas em 3 textos distintos, vemos que o verbo **rogar**, em 7% de seu uso total, continuou selecionando argumento externo e dois argumentos internos. Ambos os argumentos internos, entretanto, apresentaram a função de objeto direto, o qual podia ser substituído pelos pronomes *-o* ou *-a*: *rogar algo alguém / rogar alguém algo*.

Abaixo, vemos as quantidades do verbo **rogar** em relação a suas possíveis construções: com argumentos internos com função de objeto direto e objeto indireto, ou com dois argumentos internos com função de objeto direto:

**Tabela 6** – As vizinhanças sintáticas de *rogar*

	1 OD + 1 OI	2 OD	Total
ROGAR	72	5	77

Fonte: tabela criada pela autora.

Por terem sido construídos, na maior parte de suas ocorrências, a partir da seleção de três argumentos, um externo e dois internos, tanto **ensinar** quanto **rogar** foram classificados como verbos *bitransitivos*. Entretanto, ainda que as classificações não tenham sofrido alteração, a variação percebida no comportamento desses verbos, a partir da seleção de dois argumentos internos com função de objeto direto, carece de atenção.

Segundo Lucchesi e Mello (2009, p. 430), essa construção com dois objetos diretos, chamada de *construção de objeto duplo* (COD), é comum em algumas línguas germânicas como o inglês, por exemplo, onde é possível a construção da frase a partir de duas alternativas possíveis: *I gave the rose to the beautiful girl* (eu dei a flor *para* a linda menina), com verbo,

objeto direto e objeto indireto, respectivamente; e *I gave the beautiful girl the rose* (eu dei a linda menina a flor\*), com verbo e dois objetos diretos, sem preposição – frase que seria agramatical para a língua portuguesa. Assim, visto que essas estruturas envolvem uma transferência de um *tema* (caso acusativo) para um beneficiário (caso dativo), o fenômeno que possibilita essas duas construções em certas línguas é chamado de *alternância dativa*.

Entretanto, em suas pesquisas acerca do português popular brasileiro em algumas comunidades rurais de afrodescendentes, Lucchesi e Mello encontraram essa mesma alternância: a possibilidade de construções com objeto preposicionado como em *escreveu pra nós uma carta*, ou sem preposição, como em *ele vendia compade Jacó porco gordo*<sup>39</sup>. Como esse fenômeno da *alternância dativa* não faz parte de outras línguas românicas, os pesquisadores buscaram explicações a partir das línguas crioulas, das quais muitas também apresentam essa característica:

O fenômeno da alternância dativa, que se observa entre as línguas germânicas e está ausente no universo das línguas românicas, parece ser geral entre as línguas crioulas, mesmo entre aquelas que têm como língua lexificadora uma românica; o que oferece suporte empírico para correlacionar a emergência desse fenômeno à reestruturação gramatical que caracteriza os processos de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas massivo, radical e abrupto. (LUCCHESI E MELLO, 2009, p. 453)

É compreensível pensar que, como o fenômeno não é parte das línguas românicas, e sim das línguas crioulas, a presença atual da alternância dativa na língua portuguesa tenha sido desencadeada pelos processos de contato linguístico. Entretanto, com as ocorrências de **ensinar** e **rogar** expostas acima, os textos arcaicos analisados nos demonstram que essa construção já era possível no século XV. Não se pode descartar, inclusive nesse período, as possibilidades de contato entre línguas, principalmente na Península Ibérica, em que também ocorreram invasões de povos germânicos. Talvez essas construções de duplo objeto tenham sido interferência desses povos. É uma hipótese.

A partir da leitura dos sete textos analisados, foi possível encontrar 8 ocorrências ao todo, distribuídas entre **ensinar** e **rogar**, construídas a partir da seleção de argumento externo como sujeito e de dois argumentos internos como objeto direto, construídos sem preposição já no século XV. O levantamento feito no presente trabalho, portanto, coloca em questão as hipóteses levantadas por Lucchesi e Mello (2009), os quais argumentam que a construção de

---

<sup>39</sup> Exemplos retirados de Lucchesi e Mello (2009, p. 441).



objeto duplo no português afro-brasileiro teria sido influenciada pelo contato linguístico e aconteceria apenas “naquelas comunidades que se formaram em situações mais radicais de contato entre línguas, como é o caso das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas” (p. 454). De acordo com os dados aqui encontrados, é provável que o fenômeno da alternância dativa faça parte da própria história da língua portuguesa desde, pelo menos, o século XV, principalmente se levarmos em consideração os intensos contatos linguísticos nesse período.

### 8.3.3 Os verbos polissêmicos

Alguns verbos encontrados ao longo dos sete textos lidos apresentaram variação frequente em suas classificações por conta da quantidade de significados que carregaram, como **dar**, **deitar**, **deixar**, **demandar**, **escapar**, **esperar**, **fazer**, **ferir**, **ficar**, **mandar**, **partir**, **passar**, **perecer**, **pôr** e **tornar**, os quais veremos separadamente abaixo:

#### 8.3.3.1 *Dar*

O verbo **dar** apresentou diversas possibilidades quanto à sua classificação, consequência de sua polissemia. Na seção anterior, vimos sua classificação mais frequente: a construção como verbo *bitransitivo*, selecionando um argumento externo e dois argumentos internos. Este verbo, entretanto, em suas 115 ocorrências totais, apresentou mais três construções diferentes, e apenas em uma delas o verbo **dar** foi classificado como *bitransitivo*, como no caso das construções abaixo:

(237) “E *os dyaboos* tomarõ a alma e **derõ** com ella ante a besta” (VisDT\_f129v)

(238) “E **davã** com ellas no fogo. e queymavõ-nas” (VisDT\_f126r)

(239) “**davã** em ellas cõ maços de ferro” (VisDT\_f130r)

De (237)-(239), o verbo **dar** se realiza com o sentido de *golpear* ou *bater*, selecionando um argumento externo como sujeito – ainda que possa ser retomado pelo contexto – e dois argumentos internos funcionando como complementos relativos, ambos encabeçados por preposições – com, e em ou ante. Além desses três exemplos, essa construção apareceu mais cinco vezes, todas em um mesmo texto, e, por continuar sendo um verbo de três lugares, apresentando um argumento externo e dois internos, o verbo **dar** nestas ocorrências foi

classificado também como *bitransitivo*. Entretanto, o mesmo verbo apareceu, em duas ocorrências – também em um único texto –, selecionando um argumento externo e apenas um argumento interno, como em:

(240) “*os estromētos [...] davō os sōos segundo a vōotade*” (VisDT\_f134v)

(241) “*hervas de muitas naturas que davã de sy muy bóó odor*” (VisDT\_f134v)

Em (240) e (241), o verbo **dar** com o significado de *produzir/emanar*, selecionando um argumento externo como sujeito, “os estromētos” e “hervas de muitas naturas”, e apenas um argumento interno como objeto direto, “os sōos” e “muy bóó odor” respectivamente. Aqui, entretanto, não só o seu significado mudou, como também o seu comportamento. Por selecionar um argumento externo e apenas um argumento interno, o verbo **dar**, especificamente nessas ocorrências, foi classificado como *transitivo direto*, formando 1,7% do uso total de **dar**.

Por fim, há ainda a construção do verbo **dar** como parte de uma expressão, a qual, no todo, poderia significar um verbo diferente, funcionando como uma *unidade fraseológica*. Esse foi o caso de **dar vozes** e **dar brados**, que significavam *falar* ou *gritar*, como em:

(242) “*cõ gram praz(er) derom vozes e dis(er)om*” (VDSP\_f82v)

(243) “*atam grandes eram os bráád(os) que davã*” (VisDT\_f129r)

Em (242) e (243), o verbo **dar** parece selecionar um argumento externo, com um sujeito que pode ser retomado pelo contexto, e um argumento interno – “vozes” e “os bráád(os)”. Esses argumentos internos, entretanto, na verdade são parte do verbo **dar**, formando, junto a ele, uma unidade fraseológica – o verbo *gritar*. Nessas ocorrências, portanto, o verbo **dar** está selecionando apenas o argumento externo, tendo sido classificado como *intransitivo*, também formando 1,7% do uso total.

Pode-se perceber, portanto, que o verbo **dar** apresentou, ao longo dos sete textos lidos, 3 classificações e comportamentos distintos, consequentes da variação de seu significado: transitivo direto, no sentido de *produzir/emanar*; intransitivo, como uma unidade fraseológica significando *gritar* ou *falar*; e bitransitivo, apresentando duas construções possíveis, uma com objeto direto e objeto indireto ou complemento relativo, e outra com dois complementos relativos. Abaixo, na Tabela 7, vemos o resumo de suas utilizações encontradas, com a quantidade de cada uso e classificação referentes ao verbo **dar**:

**Tabela 7** – As classificações de *dar*

DAR	
BITRANSITIVO	111
TRANSITIVO DIRETO	2
INTRANSITIVO	2
<b>Total</b>	<b>115</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.2 *Deitar*

Em apenas 13 ocorrências totais, o verbo **deitar** apresentou 3 classificações possíveis, dependendo do significado que carregava. Na sua maioria – 7 ocorrências (54% de seu uso total) – o verbo foi classificado como *inacusativo* acompanhando os pronominais *-se* ou *-me*:

(244) hũũ dia veo ao abbade e **deytou**-sse aos sse(os) pees (VDE\_f47v)

(245) e **deitei**-me essa nocte em a rribeira (VSME\_f60v)

(246) e **deitou**-se d'espadoas ã t(e)rria nuu (MSJ\_f95v)

De (244) a (246), o verbo **deitar** apresenta-se apenas com um argumento interno, o qual assumiu a posição de sujeito e que pode ser descoberto pelo contexto ou pela flexão verbal. Assim, visto que manteve esse comportamento na maior parte de suas ocorrências, **deitar** foi classificado majoritariamente como *inacusativo*.

Em 5 ocorrências (38% do total), entretanto, todas encontradas em apenas um texto, o verbo **deitar** entregou o significado de *colocar*, comportando-se como um verbo de três lugares, como vemos abaixo:

(247) “e **deitarõ**-na no vètre daq(ue)lla besta” (VisDT\_f127r)

(248) “E os outr(os) diziã. **Deidade**-as ca a nós.” (VisDT\_f130r)

Nesses exemplos, o verbo **deitar** seleciona argumento externo – o sujeito –, e dois argumentos internos – um com função de objeto direto, representado pelos pronomes oblíquos átonos *-na*

ou *-as*, e outro com função de complemento relativo. Assim, por ser um verbo que, nessas ocasiões, selecionou três argumentos, **deitar** também foi classificado nessas ocorrências como *bitransitivo*.

Por fim, em apenas 1 ocorrência e representando 8% do uso total, o verbo **deitar** também apresentou o sentido de *derramar*, selecionando um argumento externo e um argumento interno:

(249) “E depòys que **deitava** muitas lagrimas. vya arredor de mĩ lume” (VSME\_f61v)

Em (249), o verbo **deitar**, que apresenta o sentido de *derramar*, está selecionando um argumento externo – o sujeito –, e um argumento interno – o objeto direto, “muitas lagrimas”. Nessa única ocorrência, portanto, o verbo **deitar** foi classificado como *transitivo direto*, um dos 3 possíveis comportamentos que ele apresentou:

**Tabela 8** – As classificações de *deitar*

DEITAR	
INACUSATIVO	7
BITRANSITIVO	5
TRANSITIVO DIRETO	1
<b>Total</b>	<b>13</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.3 Deixar

O verbo **deixar** foi um dos que mais variou, apresentando, em apenas 31 ocorrências totais, 5 classificações possíveis. O comportamento mais frequente do verbo **deixar**, em 21 ocorrências (68% do seu uso total), foi quando carregou o significado de *abandonar* ou *largar*, selecionando apenas dois lugares, como em:

(250) “**leixou** a vistidura de molher e vistio-sse ã vistidura de homẽ” (VDE\_f45r)

(251) “*aquel barom tam s(an)c(t)o* **leixasse** tal odóór de boo cheíro” (MSJ\_f96r)

(252) ”e porque **leixarom** o mal e obrarõ bem” (VisDT\_f135r)

(253) “prestes som p(er)a te satisfaz(er) com tanto que me nom **leixes**” (VDSP\_f80v)

De (250)-(253), vemos o verbo **deixar** selecionando dois argumentos, um externo – o sujeito – e um interno – o objeto direto, que também pode ser realizado por um pronome oblíquo átono. Assim, por apresentar essa vizinhança sintática ao entregar significado equivalente a *abandonar*, o verbo **deixar** foi classificado, nessas 21 vezes, como *transitivo direto*.

O segundo maior uso do verbo **deixar** foi com o sentido de *disponibilizar* ou *pôr*. Dentre as 31 ocorrências totais, esse comportamento apareceu 4 vezes, sendo 13% do uso total de **deixar**:

(254) “nõ avia a quẽ **leixasse** ssua rreq(ue)za” (VDE\_f42v)

(255) “que lhe nom **leixou** sse nom hũa janela” (VDT\_f67r)

(256) “nem me **leixara** tãt(os) t(ra)balh(os)” (VSME\_f57r)

(257) “**leixavõ** no m(oesteyr)o huũ ou dous guardadores” (VSME\_f53r)

Nesses exemplos, o verbo **deixar** aparece selecionando três argumentos: um externo – o sujeito –; e dois internos, um com função de objeto direto e outro com função de objeto indireto – (254), (255) e (256) – ou complemento relativo como em (257). Por selecionar essa vizinhança sintática, o verbo **deixar** também foi classificado, nesses 13% de seu uso, como *bitransitivo*.

A terceira possibilidade aconteceu em apenas 3 ocorrências, sendo 10% do seu uso total, com o verbo **deixar** apresentando o sentido de *permitir*, também selecionando um argumento externo e um argumento interno, como em:

(258) “eu lhe rrogava que me **leixasse** ficar cõsigo” (VDUM\_f74r)

(259) “hũa virtude de Deos me enpuxava e nom me **leixava** emtrar” (VSME\_f59r)

(260) “que me nom **leixava** ẽtrar mais inpuxava-me cada vez ata as portas” (VSME\_f59r)

Entretanto, de (258)-(260), vemos que o verbo **deixar** está acompanhando um outro verbo e formando, junto a ele, duas ações – uma idealizadora e uma causativa. Em (158), por exemplo, a ação de *deixar*, de *permitir*, seria dada por um sujeito diferente do que aquele referente ao verbo *ficar*, apresentando sujeitos que são os idealizadores de uma ação da qual não são agentes. Portanto, nessas ocorrências, o verbo **deixar** foi classificado como *transitivo causativo*.

Foram encontradas, também, 2 ocorrências com o verbo **deixar** no sentido de *tornar*, formando 6% do uso total:

(261) “maldizes ao mizquinho do rico sobr(e)voso **leixando-o vão e vazíio**” (MSJ\_f94r)

(262) “nem me leixes vazyo de sua presença” (VSME\_f63v)

Em (261) e (262), o verbo **deixar** está selecionando um argumento externo – o sujeito –, e um argumento interno composto por um objeto direto e um predicativo do objeto. Dessa forma, em ambas as ocorrências, o verbo **deixar** foi classificado, então, como *transitivo predicativo*.

Por último, foi encontrada apenas 1 ocorrência do verbo **deixar**, sendo 3% de seu uso total, entregando uma ideia de *ordem*:

(263) “nõ leixes de (con)tar o que começaste” (VSME\_f58r)

Acima, o verbo **deixar**, que carrega uma ordem, no sentido de “conte o que começaste”, ou, talvez, em um sentido de “não *pare* de contar o que começaste”, está selecionando argumento externo e um argumento interno preposicionado. Por isso, o verbo **deixar** foi classificado, em apenas essa ocorrência, como *transitivo indireto*.

Por fim, vemos que o verbo **deixar** podia apresentar, no mínimo, cinco significados diferentes, comportando-se, também, de cinco jeitos diferentes e, portanto, recebeu a classificação de acordo com seu comportamento sintático. Na Tabela 9, abaixo, vemos todas as suas possíveis classificações encontradas e suas quantidades:

**Tabela 9** – As classificações de *deixar*

DEIXAR	
TRANSITIVO DIRETO	21
BITRANSITIVO	4
CAUSATIVO	3
TRANS. PREDICATIVO	2
TRANSITIVO INDIRETO	1
<b>Total</b>	<b>31</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.4 Demandar

Em suas 10 ocorrências totais, o verbo **demandar** apresentou 2 significados e classificações possíveis. Em sua maioria, o verbo carregou o sentido de *pedir*, comportando-se como um verbo de três lugares, como vemos abaixo:

(264) “**demandou** a Panunção que lhe ssua filha” (VDE\_f43r)

(265) “e **demandemos** a Noso Senhor que lhe p(ra)za de nos mostrar” (VDE\_f47r)

Em 6 ocorrências (60% do seu total), o verbo **demandar**, assim como nos exemplos acima, selecionou 3 argumentos: um externo com função de sujeito, que poderia ser descoberto pelo contexto ou flexão verbal, e dois internos, um com função de objeto direto e outro de objeto indireto – *demandar algo a alguém*. Assim, em sua maioria, o verbo **demandar** foi classificado como *bitransitivo*. O outro significado encontrado para **demandar** foi *procurar*:

(266) “natural cousa h(e) de cada hũa cousa **demandar** o seu semelhante” (MSJ\_f90r)

(267) “abre a porta da mis(er)icordya aaq(ue)lles que o demandã de todo coraçõ”  
(VSME\_f66r)

Acima, vemos que o verbo **demandar** também poderia apresentar o sentido de *procurar*, selecionando um argumento externo com função de sujeito e um argumento interno com função de objeto direto – *demandar algo / alguém*. Por isso, **demandar**, nas outras 4 ocorrências, também foi classificado como *transitivo direto*. Na Tabela 10, abaixo, vemos as duas possíveis classificações de **demandar** e as quantidades referentes a elas:

**Tabela 10** – As classificações de *demandar*

DEMANDAR	
BITRANSITIVO	6
TRANSITIVO DIRETO	4
<b>Total</b>	<b>10</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.5 Escapar

O verbo **escapar** apareceu em apenas 4 ocorrências. Entretanto, apesar de sua baixa frequência, apresentou dois comportamentos e dois significados possíveis, mesmo mantendo sua classificação.

Na maior parte de suas ocorrências, acontecendo 3 vezes, o verbo **escapar** entregou o sentido de *livrar-se*, de *fugir*, acompanhado da preposição de conforme exemplos a seguir:

(268) “e trespassey assy dez e ssete anos **escapando de muitos p(ri)goos**” (VSME\_f61v)

(269) “pormeteo que se daly **escapasse** que se metesse ã hordem” (VisDT\_f132v)

Em ambas as ocorrências acima, o verbo **escapar** selecionou um argumento externo – o sujeito – e um argumento interno preposicionado com função de complemento relativo, encabeçado pela preposição de, *fugir de algum lugar*, sendo classificado em todas como um verbo *transitivo indireto*.

Entretanto, ainda que sua classificação não tenha sido alterada, a última ocorrência de **escapar** carregou um sentido diferente, bem como uma outra preposição:

(270) “p(er)a poderẽ **escapar** aas cousas deste ssegre” (VSME\_f52v)

Em (270), vemos que o verbo **escapar** está apresentando um outro sentido: *sobreviver*. Aqui, ainda que continue selecionando um argumento externo e um argumento interno funcionando como complemento relativo, mantendo a classificação de *transitivo indireto*, houve uma mudança na preposição utilizada: *fugir a algo*, *sobreviver a algo*.

Assim, embora a classificação do verbo **escapar** tenha se mantido, houve mudança de significados e a sua construção sofreu mudanças, como vemos na tabela abaixo:

**Tabela 11** – As classificações de *escapar*

ESCAPAR	
“FUGIR” <u>DE</u>	3
“SOBREVIVER” <u>A</u>	1
<b>Total</b>	<b>4</b>

Fonte: tabela criada pela autora.



8.3.3.6 *Esperar*

O verbo **esperar**, em suas 12 ocorrências totais, apresentou 2 significados possíveis, assim como 2 classificações diferentes também. O significado menos frequente, o qual ocorreu apenas em duas situações, representando 17% do seu uso total, é referente ao verbo **esperar** com sentido de *confiar*, como vemos em:

(271) “deste-a p(er)feitam(en)t(e) aos que em ty sp(er)an” (MSJ\_f94r)

(272) “atendendo e **esp(er)ando** ẽ Nosso Ssenhor” (VSME\_f60v)

Nas duas ocorrências acima, observa-se que o verbo **esperar**, quando carrega o sentido de **confiar**, seleciona um argumento externo com função de sujeito e um argumento interno com função de complemento relativo encabeçado pela preposição em. Por sua vizinhança sintática, ambos os verbos foram classificados como *transitivos indiretos*.

Também como *transitivos indiretos*, foi classificada uma única ocorrência do verbo **esperar** que, ao carregar o sentido de *aguardar*, também foi acompanhado de complemento relativo:

(273) “*cãaes rrayvosos* **esp(er)am** por ty” (VisDT\_f127v)

Em (273), vemos que **esperar** está selecionando um argumento externo, o sujeito “*cãaes rrayvosos*”, e um argumento interno, o complemento relativo “por ty”, no sentido de *esperar por alguém*. Por isso, o verbo **esperar** nessa ocorrência também foi classificado como *transitivo indireto*.

O verbo **esperar** com sentido de *aguardar* foi maioria – 10 vezes –, selecionando argumento externo – o sujeito – e argumento interno como objeto direto em 6 ocorrências, menos na exposta em (280):

(274) “E **esp(er)arom** entom *os mizquính(os)* a cruel sentença” (MSJ\_f91v)

(275) “q(ue)m **esp(er)arey** daq(ui) en diante” (VDE\_f49r)

(276) “*hũu atormêtador muy negro e muy cruel* n(os) esta **esp(er)ando**” (VisDT\_f127v)

(277) “**sp(er)o** [...] que me releve mynhas maldades” (VDSP\_f79v)

De (274) a (277), o verbo **esperar**, no sentido de *aguardar*, seleciona um argumento externo com função de sujeito e um argumento interno com função de objeto direto, não preposicionado: *esperar algo*. Por apresentar essa vizinhança sintática, esse verbo foi classificado como *transitivo direto*. Também foi possível ver essa classificação a partir de uma construção com objeto direto não realizado, como em:

(278) “he dos que estam nas carreiras **esp(er)ando** por mal fazer” (VisDT\_f126v)

Em (278), há um objeto direto implícito na frase: *esperando [a hora] para fazer o mal*. Por isso, o verbo **esperar** nessa ocorrência também foi classificado como *transitivo direto*.

A seleção do argumento interno com função de objeto direto, entretanto, apresentou uma variação em um dos textos lidos. Em duas ocorrências, formando também 17% do seu uso total, o verbo **esperar** selecionou um argumento interno com função de objeto direto preposicionado:

(279) “**esperando a achar alguũ s(ã)c(t)o padre no des(er)to**” (VSME\_f54r)

(280) “E *elle* **sperava a achar alguũs ssinaaes do sseu desejo**” (VSME\_f64v)

Em (279) e (280), o verbo **esperar** está selecionando, além do argumento externo que funciona como sujeito, um argumento interno com função de objeto direto preposicionado oracional, encabeçado pela preposição *a*. Apesar de também carregarem o sentido de *aguardar* e de ser classificado como *transitivo direto*, podemos notar que o comportamento do verbo **esperar** é o mesmo nas ocorrências acima: em ambas, ele está sendo acompanhado pelo verbo **achar**. Por termos apenas duas ocorrências, não é possível afirmar se esse é o motivo para a construção da frase a partir de um objeto direto preposicionado; entretanto, como a construção é a mesma em ambas as ocorrências, *esperar a achar algo*, esta talvez seja uma pista a respeito desse comportamento, sendo necessária uma pesquisa em outros *corpora* para confirmar essa hipótese.

Assim, o uso total do verbo **esperar**, utilizados ao longo dos sete textos lidos, resume-se na tabela abaixo:

**Tabela 12** – As classificações de *esperar*

ESPERAR	
TRANSITIVO DIRETO	9
TRANSITIVO INDIRETO	3
<b>Total</b>	<b>12</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.7 Fazer

O verbo **fazer** foi o que mais apresentou diferentes possibilidades de sentido: em suas 174 ocorrências totais, o verbo carregou 6 significados diferentes e 5 classificações possíveis. O seu comportamento mais comum, encontrado em 144 ocorrências (83% do total), foi com o sentido de *realizar* ou *produzir*, como em:

(281) “**fige** hũa carrega e pugy-a ante os meus olhos” (VDT\_f67v)

(282) “os taaes sacerdotes **fazē** sacrifício” (MSJ\_f93r)

(283) “o meu desejo e que **ffaças** oraçõ por mym e que me beenzas” (VDE\_f45r)

(284) “*ela* **fez** o sinal da cruz e chamou o nome de Nosso Senhor” (VDSP\_f80r)

Acima, vemos que o verbo **fazer**, em sua maioria, selecionou um argumento externo com função de sujeito, o qual poderia ser retomado pelo contexto ou flexão verbal, e um argumento interno com função de objeto direto: *fazer algo*. Com essa vizinhança sintática, o verbo **fazer** foi classificado, nessas 144 ocorrências, como *transitivo direto*.

Como transitivo direto, o verbo **fazer** também apresentou mais uma única ocorrência: no sentido de *ter* como posse:

(285) “*toda ha çidade* **fazia** doo por ella” (VDE\_f46v)

Selecionando dois argumentos, um externo com função de sujeito e um interno com função e objeto, o verbo **fazer** acima também foi classificado como *transitivo direto*. Esse comportamento foi comentado pelo CIPM, referente ao verbo **fazer**, onde defendeu-se que *fazer doo* significava *fazer luto*.

O segundo comportamento mais comum foi do verbo **fazer** em um sentido *causativo*, aparecendo em 15 ocorrências – 9% do uso total do verbo:

(286) “*ho abbade* ficou mui t(ri)ste e **fez** chamar todollos frades” (VDE\_f47r)

(287) “*ho teu sabor* **faz** os frac(os) seer muy fortes” (MSJ\_f93v)

(288) “o celycio porque **fez** matar hũu cõde” (VisDT\_f133r)

(289) “emlace em pecados e derribe e **faça** cahir em turpidades” (VDSP\_f79r)

Acima, vemos que o verbo **fazer** também poderia selecionar sujeitos que eram os idealizadores da ação, mas não eram os agentes: em (289), por exemplo vemos que o sujeito “*ho abbade*” não pratica a ação “chamar todollos frades”, apenas a de ordenar que fossem chamados. Assim, o verbo **fazer**, nas 15 ocorrências com essa construção, foi classificado como *transitivo direto causativo*. Além do *causativo*, também foram encontradas 11 ocorrências (6%) em que o verbo **fazer** apresentou o sentido de *tornar*, como em:

(290) “*q(ue)m* **fez** vaa a minha esp(er)ança” (VDE\_f46v)

(291) me sejas ajuda e me **faças** salvo” (MSJ\_f95r)

(292) “me **fezeste** teu s(er)vidor” (VDSP\_f76v)

(293) “e **feze\_sse** **frayre** ã aq(ue)l m(oesteyr)o” (VDE\_f50v)

Podemos ver que o verbo **fazer** também poderia selecionar, além do argumento externo com função de sujeito, um argumento interno construído a partir de um objeto direto e de um predicativo do objeto. Por isso, o verbo **fazer**, nessas ocorrências, foi classificado como *transitivo predicativo*.

Além dos sentidos comentados, o verbo também apresentou, em apenas 3 ocorrências, o significado de *dar*, funcionando como um verbo de três lugares, como em:

(294) “e **ffazia** muitas esmollas aos proves” (VDE\_f42v)

(295) “p(er)a lhe **fazerẽ** honrra asi como **fazẽ** a homẽ morto” (VisDT\_f124r)

Nos dois exemplos acima, o verbo **fazer** está selecionando 3 argumentos: um externo, com função de sujeito, que poderia ser descoberto pelo contexto ou flexão verbal; e dois internos,

um com função de objeto direto outro com função de objeto indireto – *fazer / dar algo a alguém*. Por isso, o verbo também foi classificado como *bitransitivo*.

Por fim, em apenas 1 ocorrência, o verbo **fazer** também carregou um significado referente ao tempo, ao clima, como vemos abaixo:

(296) “**ffez** tam boo tempo que todos seus amigos a ssoterraram mui honradamente”  
(VDUM\_f74r)

Nesse exemplo, o verbo **fazer** não está selecionando argumento algum. Dessa forma, em essa única ocorrência, **fazer** foi considerado como um verbo *intransitivo*.

Quanto às utilizações do verbo **fazer**, encontram-se, na Tabela 13, todas as suas ocorrências e suas possíveis classificações:

**Tabela 13** – As classificações de *fazer*

FAZER	
TRANSITIVO DIRETO	144
CAUSATIVO	15
TRANS. PREDICATIVO	11
BITRANSITIVO	3
INTRANSITIVO	1
<b>Total</b>	<b>174</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.3.3.8 *Ferir*

O verbo **ferir** apresentou dois diferentes significados, tendo sido classificado, também, de duas formas diferentes. Das suas 6 ocorrências totais, o verbo **ferir** entregou o significado de *machucar* em 5 vezes, sendo 83% do seu total:

(297) “e **firir** os peitos cõ minhas maaos” (VSME\_f59v)

(298) “sse lançou ã t(e)rria, **ferindo** sua face de feridas” (VDSP\_f76v)

(299) “el **feriá-á** muy mal cõ aq(ue)lle rrafo” (VisDT\_f131r)

Vemos, portanto, que o verbo **ferir** selecionou, na maior parte das vezes, um argumento externo – o sujeito –, e um argumento interno com função de objeto direto. Por ser um verbo de dois lugares com essa vizinhança sintática, o verbo **ferir**, nessas ocorrências, foi classificado como *transitivo direto*.

Em apenas uma vez, entretanto, o verbo **ferir** apresentou um sentido de *tocar*, conforme exemplo a seguir:

(300) “e tíinha hũa freestra pequena, e q(ua)ndo **feriy em ela** el me abrio” (VDSP\_f81v)

Em (300), o verbo **ferir** foi encontrado em um sentido diferente, como *tocar* – ou *bater* na janela, sem apresentar um sentido violento. Nessa ocorrência, ele selecionou um argumento externo e um argumento interno preposicionado, funcionando como complemento relativo. Dessa forma, foi classificado também como *transitivo indireto*.

Na Tabela 14, encontram-se os dois possíveis usos para o verbo **ferir**, bem como suas quantidades:

**Tabela 14** – As classificações de *ferir*

FERIR	
TRANSITIVO DIRETO	5
TRANSITIVO INDIRETO	1
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.9 Ficar

Como visto na seção 4, foram encontradas algumas ocorrências com a expressão fixa **ficar os joelhos**. Das 29 ocorrências totais, a unidade fraseológica **ficar os joelhos** apareceu 7 vezes, distribuídas em 3 textos diferentes – *Morte de São Jerônimo*, *Visão de Túndalo* e *Vida de Santa Maria Egípcíaca*, como podemos ver em:

(301) “*todol(os) reix ficar(om) os gíolh(os) ante tyS*” (MSJ\_f91r)

Nesse exemplo, o verbo **ficar** seleciona um argumento externo com função de sujeito, “todol(os) reix”, e dois argumentos internos: um com função de objeto direto, “os giolhos”, e outro como complemento relativo, “ante ty”. Podemos perceber que o verbo **ficar** não está, nessa ocorrência, carregando sentidos atuais como *permanecer* ou *tornar-se*, por exemplo, e sim um sentido de *colocar*, *fincar*:

(302) “**ffiq(ue)y os giolhos em terra** e começey a dizer estas palav(ra)s” (VSME\_f60r)

(303) “*todos ficavã os joelhos ante aq(ue)ll rrey*” (VisDT\_f132v)

Por selecionar um argumento externo e dois internos, um objeto direto e um complemento relativo, o verbo **ficar**, nas 7 ocorrências como essas, foi classificado como *bitransitivo*, sendo 24% do total de seu uso.

Como também falado anteriormente, ainda que não tenhamos encontrado o verbo **fincar** em nenhum dos sete textos lidos, o dicionário do CIPM apresenta ambas as possibilidades: *ficar os joelhos* e *fincar os joelhos*, para o sentido de *colocar* os joelhos em algum lugar. Visto que, segundo Cunha (2015), ambos os verbos parecem ter visto da mesma palavra – *figicãre*, do latim –, é seguro imaginar que, durante esse período da língua portuguesa, ambos os verbos estavam em variação na entrega do mesmo significado, de *colocar*, e assim conviveram até que seus usos fossem fixados para sentidos diferentes, como acontece nos dias atuais: *ficar* e *fincar*.

Nas outras 22 ocorrências, entretanto, o verbo **ficar** apresentou um significado diferente, de *tornar-se*, de mudança de característica, como vemos abaixo:

(304) “*ho abbade ficou mui t(ri)ste*” (VDE\_f47r)

(305) “desapareceo o angeo e *a alma ficou sóó*” (VisDT\_f127r)

Nas ocorrências como as expostas acima, o verbo **ficar** foi classificado como *copulativo*, pois não está selecionando argumentos externos, apenas um argumento interno que tem uma estrutura de predicação, como explicado anteriormente. Assim, quanto às ocorrências de **ficar**, temos a distribuição na Tabela 15:

**Tabela 15** – As classificações de *ficar*

FICAR	
COPULATIVO	22
BITRANSITIVO	7
<b>Total</b>	<b>29</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.10 *Mandar*

Em suas 38 ocorrências totais, o verbo **mandar** apresentou 3 sentidos diferentes, alternando também sua classificação. A maior parte de seu uso, com 35 ocorrências (92%), foi relacionado ao sentido *causativo*, como vemos abaixo:

(306) “*o bispo da cidade mandou que tomassê e ouvessem hospício*” (VDSP\_f75r)

(307) “*E o abbade mandou que a levassem ao esp(ri)tal do m(oesteyr)o*” (VDE\_f43r)

(308) “*levou-o aaquel moesteiro ã que o Nosso Ssenhor mandara viir*” (VSME\_f51v)

Acima, vemos que o verbo **mandar** acompanha sujeitos que não praticam a ação, apenas a idealizam, ordenam. Dessa forma, o verbo **mandar** foi classificado, em sua maioria, como *transitivo direto causativo*.

Por fim, em outras 3 ocorrências (8%), todas encontradas em um único texto, o verbo também apresentou o sentido de *enviar*, comportando-se como um verbo de três lugares, como vemos abaixo:

(309) “*E o abbade mandou aa cidade huũ dos frades*” (VDE\_f43v)

Por selecionar um argumento externo com função de sujeito, e dois argumentos internos – um como objeto direto e outro como objeto indireto –, o verbo **mandar**, nas ocorrências como acima, foi classificado como *bitransitivo*.

Na Tabela 16, podem ser visualizados os usos do verbo **mandar** e suas classificações:



**Tabela 16** – As classificações de *mandar*

MANDAR	
CAUSATIVO	35
BITRANSITIVO	3
<b>Total</b>	<b>38</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.11 *Partir*

Em suas 14 ocorrências totais, o verbo **partir** apresentou 2 sentidos possíveis, bem como 2 classificações. O comportamento mais comum foi com o sentido de *ir embora*, aparecendo em 10 ocorrências (71%), como vemos abaixo:

(310) “nunca **sse p(ar)tya** daquel moesteyro e levou alla ssua molher” (VDE\_f42v)

(311) “e fazendo oracom **parti-me** com muy gram prazer” (VDSP\_f82r)

(312) “e **parti(ra)n-sse** dally o santo homẽ e o leõ” (VSME\_f65v)

Acima, vemos que o verbo **partir**, além de apresentar sentido de *ir embora*, também era sempre construído como um pronominal. Por selecionarem, nessas ocorrências, apenas um argumento interno que assume função de sujeito, o verbo **partir** foi classificado como *inacusativo*.

Em 4 ocorrências (29%), entretanto, o verbo **partir** também carregou o sentido de *repartir*, *compartilhar*, comportando-se como um verbo de 3 lugares, como em:

(313) “e **partyo** o que avya cõ os pobres” (VisDT\_f132v)

(314) “e **partyo** o que avia cõ os pob(re)s por amor de Deos” (VisDT\_f132v)

Em (313) e (314), podemos perceber que o verbo **partir**, no sentido de *compartilhar*, selecionava um argumento externo como sujeito, que poderia ser descoberto pelo contexto ou flexão verbal, e dois argumentos internos, um com função de objeto direto e outro de complemento relativo – *partir algo com alguém*. Por isso, o verbo **partir** também foi classificado como *bitransitivo*.

A Tabela 17 resume todas as possíveis classificações do verbo **partir** e as quantidades encontradas de cada uma delas:

**Tabela 17** – As classificações de *partir*

<b>PARTIR</b>	
INACUSATIVO	10
BIITRANSITIVO	4
<b>Total</b>	<b>14</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.12 *Passar*

O verbo **passar** foi um dos que mais apresentou variações em seu significado: em suas 41 ocorrências totais, ele entregou 5 sentidos diferentes, mas 3 classificações distintas. Delas, a mais comum foi com o verbo **passar** entregando o sentido de *cruzar* ou *transitar*, em 19 ocorrências (46% do total do verbo):

(315) “e **passou** p(er)dante elles *hũa jogressa da çidade de Antiochia*” (VDSP\_f75r)

(316) “e conpria a rregla **passando** pelo h(er)mo” (VSME\_f54r)

(317) “aq(ue)ll peregríno que tu viste **passar** pella ponte estreita” (VisDT\_f128v)

(318) “depois que *ella* p(er) elles **passou**, sse tornou” (VDSP\_f75v)

Acima, vemos que um dos possíveis comportamentos do verbo **passar** é selecionando um argumento externo – o sujeito –, e um argumento interno com função de complemento relativo, encabeçado pela preposição por: *passar por algo/alguém*. Parecido com esse uso, houve também 2 ocorrências com o sentido de *atravessar para o outro lado*:

(319) “e ella **passou-sse** pella out(ra) p(ar)te e ascondê-sse ã o rregato” (VSME\_f54v)

(320) “E entom **passou** do outro cabo muy sem medo” (VisDT\_f126v)

Nessas ocorrências, vemos que houve uma variação de preposição: passar de e passar por. Ainda assim, o verbo **passar** se manteve, em todos os exemplos expostos até então, selecionando argumento externo e argumento interno com função de complemento relativo e, por isso, **passar** foi classificado como *transitivo indireto* nessas ocorrências expostas.

O segundo comportamento mais comum do verbo **passar**, ao longo dos sete textos lidos, foi com o significado de *ultrapassar*, ou *atravessar*, ocorrendo em 11 frases (27% do total) pertencentes a um mesmo texto:

- (321) “depois que **passey o rrio de Jordam**” (VSME\_f62r)  
 (322) “meti-me ã hũa b(ar)ca ((L)) e **passey o rrio aalem**” (VSME\_f60v)  
 (323) “como a santa molher poderya **pasar o rrio**” (VSME\_f63v)  
 (324) “minhas vistiduras cõ qui *eu* **passey o des(er)to** todas apodreçerom” (VSME\_f62r)

Nesses exemplos, o verbo **passar**, no sentido de *ultrapassar/atravessar*, seleciona um argumento externo (o sujeito) e um argumento interno com função de objeto direto. Dos comportamentos gerais referentes às ocorrências acima, 10 objetos diretos foram marcados por “o rio”, só acontecendo um único exemplo diferente com “o deserto”. Entretanto, por manter esse comportamento ao carregar o significado em questão, o verbo **passar**, nessas ocorrências, foi classificado como *transitivo direto*.

Em outras 6 ocorrências, formando 15% do seu uso total, o verbo **passar** também carregou o sentido de *sofrer* ou *aguentar*, como vemos abaixo:

- (325) “e **passou todas aq(ue)llas penas**. e nõ temya dellas nada” (VisDT\_f128v)  
 (326) “gualardom dos te(os) trabalh(os) os q(ua)es **pasaste** polo meu amor” (VDSP\_f75r)  
 (327) “e amostrasses os teus trabalhos que **passaste** em este hermo” (VSME\_f57r)

Bem como no sentido de *ultrapassar*, o verbo **passar** como *sofrer/aguentar* também selecionou um argumento externo, sujeito, e um argumento interno com função de objeto direto. Assim, nessas ocorrências, o verbo **passar** também foi classificado como *transitivo direto*.

A última classificação possível para o verbo **passar** é a *inacusativa*, acontecendo para duas situações diferentes: em relação à morte e ao tempo. Quanto àquela, o verbo apresentou 2 ocorrências apenas:

- (328) “hũa molher que ffoy mínha madre. *que* **passou** já desta vida” (VDE\_f44v)  
 (329) “o partimento da alma e do corpo [...] h(e) **pasar** da morte aa vida” (MSJ\_f92v)

Levando em conta o seu significado de *morrer*, um verbo cujo sujeito *sofre* a ação em vez de praticá-la, o verbo **passar**, nessas ocorrências, foi classificado como *inacusativo*. Além deste comportamento, há ainda mais uma ocorrência *inacusativa*, referente ao significado *transcorrer, finalizar*:

(330) “nã levantava ha face da terra ataa que **passava** *todo o dya e a noyte*” (VSME\_f61v)

Acima, visto que “todo o dya e a noyte” é argumento interno do verbo **passar**, que está funcionando como sujeito, essa única ocorrência, com sentido de *transcorrer*, de *tempo passado*, também foi classificada como *inacusativa*. Conclui-se, portanto, que o verbo **passar** poderia apresentar 3 classificações e construções diferentes, dependendo de seus 5 possíveis significados, como pode ser visto na tabela a seguir:

**Tabela 18** – As classificações de *passar*

PASSAR	
TRANSITIVO INDIRETO	21
TRANSITIVO DIRETO	17
INACUSATIVO	3
<b>Total</b>	<b>41</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.13 *Perecer*

O verbo **perecer**, em apenas 4 ocorrências totais, apresentou 2 significados e comportamentos possíveis. Por 3 vezes, sendo 74% do seu total, o verbo carregou o sentido de *morrer*, como vemos abaixo:

(331) “nom q(ue)r que *nêhũũ* *homẽ* em esta vida mortal **p(er)eca**” (VDSP\_f74v)

(332) “hos *que* se de ty aredam malam(en)t(e) **p(er)ecer(om)**” (MSJ\_f95r)

Nas ocorrências acima, por apresentar apenas um argumento interno que está funcionando como sujeito, o qual está sofrendo a ação e não praticando, o verbo **perecer** foi classificado

como *inacusativo*. Entretanto, em apenas 1 ocorrência, o verbo também apresentou o significado de *sentir*, funcionando como um verbo de 2 lugares:

(333) “**Pereço** a fome em este des(er)to” (MSJ\_f95r)

Em (333), o verbo está selecionando um argumento externo com função de sujeito, que pode ser descoberto pelo contexto ou flexão verbal, e um argumento interno com função de objeto direto – *perecer algo*. Dessa forma, em essa única ocorrência, o verbo **perecer** foi classificado como *transitivo direto*.

A Tabela 19 mostra as duas possíveis classificações de **perecer** e suas quantidades dentro do *corpus*:

**Tabela 19** – As classificações de *perecer*

PERECER	
INACUSATIVO	3
TRANSITIVO DIRETO	1
<b>Total</b>	<b>4</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.3.3.14 *Pôr*

Das suas 15 ocorrências totais, o verbo **pôr** apresentou, em 14 vezes (93%), o mesmo comportamento, carregando o sentido de *colocar* e selecionando três argumentos, como em:

(334) “e **pôs** sua face sobre seus gíolhos” (VDSP\_f75v)

(335) “e **pos** as mã(os) ẽ cima d(os) se(os) peit(os)” (MSJ\_f95v)

(336) “eu **poinha** ho pee no portal” (VSME\_f59r)

Nas ocorrências acima, vemos que o verbo **pôr**, no sentido de *colocar*, selecionava um argumento externo com função de sujeito e dois argumentos internos, um com função de objeto direto e outro com função de complemento relativo – *pôr algo em/sobre algum lugar*. Assim, o verbo **pôr**, em sua maioria, foi classificado como *bitransitivo*.

Entretanto, em apenas 1 ocorrência, o verbo apresentou o sentido de *passar um tempo*, de tempo transcorrido, como vemos abaixo:

(337) “E alá **poinha** todos seus dias, ã synplinzidade” (VDUM\_f73v)

Por apresentar esse comportamento, o verbo **pôr**, nessa única ocorrência, foi classificado então como *inacusativo*.

A Tabela 20 apresenta os dois usos do verbo em questão e a quantidade de suas ocorrências:

**Tabela 20** – As classificações de *pôr*

PÔR	
BITRANSITIVO	14
INACUSATIVO	1
<b>Total</b>	<b>15</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.3.15 Tornar

De suas 34 ocorrências totais, o verbo **tornar** apresentou 3 significados distintos, bem como 3 possíveis variações. A maior parte delas, em 23 vezes (68% de seu total), é referente ao significado de *regressar*, conforme exemplos a seguir:

(338) “E **tornavã** as *s(er)pent*es aas almas e comian-has” (VisDT\_f129r)

(339) “spido naci e spido **tornarey** aa T(e)r(r)a” (MSJ\_f90r)

(340) “**tornavan**-sse p(er)a o moesteiro” (VSME\_f53v)

(341) “E **tornou**-se p(er)a sua casa dando g(ra)ças a Nosso Ssenhor” (VDE\_f48v)

Nessas ocorrências, o verbo **tornar**, significando *regressar*, está se comportando como um verbo de dois lugares, selecionando um argumento externo como sujeito e outro argumento interno com função de objeto indireto ou complemento relativo. Por isso, na maior parte de seus usos, o verbo **tornar** foi classificado como *transitivo indireto*.

Outro comportamento possível foi com o significado de *virar*, aparecendo 6 vezes ao longo dos textos lidos, sendo 18% do uso total do verbo **tornar**:

(342) “**tornarom** suas façes e seus rostr(os) atrás” (VDSP\_f75v)

(343) “nom posso **tornar** cõtra ty a minha face” (VSME\_f55r)

Acima, observamos que o verbo **tornar** também poderia selecionar um argumento interno com função de objeto direto, além do argumento externo. Por isso, o verbo foi classificado, nessas seis ocorrências, como um verbo *transitivo direto*.

Por fim, **tornar** também foi encontrado com o significado de *transformar*, que aconteceu em 5 ocorrências, sendo 15% do total do verbo **tornar**, como em:

(344) “*Estes ataes* **tornã-se** asy como bestas nõ razoavees” (MSJ\_f91v)

(345) “e queymavõ-nas ataa que se **tornavã** candeas acessas” (VisDT\_f130r)

(346) “*sua fremosura* o **tornava** em pouco siso” (VisDT\_f124r)

(347) “**tornou-sse** cheo de lidiçe da alma e do sp(irit)u” (VSME\_f63r)

Percebe-se, portanto, que o verbo **tornar** também poderia selecionar um argumento externo e um argumento interno composto por um objeto direto e por um predicativo do objeto, sendo considerado como *transitivo predicativo* nessas 5 ocorrências. Os usos do verbo **tornar** e suas classificações podem ser visualizados na Tabela 21.

**Tabela 21** – As classificações de *tornar*

TORNAR	
TRANSITIVO INDIRETO	23
TRANSITIVO DIRETO	6
TRANS. PREDICATIVO	5
<b>Total</b>	<b>34</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.4 Variações de classificação com o mesmo significado

Além dos verbos que apresentaram variação nas classificações a partir da mudança de seus significados, foram encontrados também alguns verbos que, mesmo mantendo seus sentidos, apresentaram mudanças em suas classificações, como os verbos **andar**, **chorar**, **crer**, **desprezar**, **fugir**, **gostar** e **trazer**, que veremos abaixo.

#### 8.3.4.1 Andar

Das suas 43 ocorrências totais, o verbo **andar** manteve sua classificação como *inacusativo* em 42 ocorrências, selecionando apenas um argumento interno que assumia a posição de sujeito, como em:

(348) “E o homem boo Paunução **andava** catando algũu homẽ santo” (VDE\_f42v)

(349) “Eu **andava** p(er) tod(os) os mosteyr(os) p(er)a ver” (VDSP\_f82r)

(350) “aguardavã os sseus conpanheiros *que andavã* ã os navios” (VSME\_f58r)

(351) “E **andavã** naq(ue)lla chama muitas almas” (VisDT\_f130r)

Como visto na seção anterior, os verbos de movimento foram classificados como *inacusativos*, sendo este o motivo dessa classificação para o verbo **andar**. Entretanto, apesar de selecionar essa vizinhança sintática em quase todas as suas ocorrências, o verbo **andar** apresentou uma construção curiosa:

(352) “E aquel des(er)to que o santo homẽ aadur pôde andar p(er) espaço de vinte dias **andou\_**  
o a santa molher ã hũa ora” (VSME\_f65r)

Em (352), o verbo **andar** está acompanhado do pronome clítico acusativo *-o*, passando a selecionar um argumento externo com função de sujeito, “a santa molher”, e o argumento interno com função de objeto direto – *-o* – . Essa construção, portanto, não nos permite classificá-lo como *inacusativo*.

A partir de pesquisas que pudessem iluminar a questão do verbo **andar**, pudemos descobrir que, em seu *Dicionário de Verbos e Regimes*, Fernandes (2001) trouxe a possibilidade da classificação *transitiva* para o verbo **andar**, nas ocasiões em que o mesmo carrega o sentido



de *percorrer*: “girei a terra, andei-a toda”<sup>40</sup>. Assim, apoiando-se nessa classificação, o verbo **andar** em (352) foi classificado como um verbo *transitivo direto*, apresentando o sentido de *percorrer* e selecionando argumento externo (o sujeito) e argumento interno com função de objeto direto.

Vemos, a seguir, as ocorrências de **andar** e suas duas possíveis classificações:

**Tabela 22** – As classificações de *andar*

ANDAR	
INACUSATIVO	42
TRANSITIVO DIRETO	1
<b>Total</b>	<b>43</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.3.4.2 *Chorar*

O verbo **chorar** apareceu, ao longo dos sete documentos analisados, 32 vezes, e na maioria delas selecionou apenas o argumento externo, conforme exemplo a seguir:

(353) “Q(ua)ndo este ouviu *o santo homẽ* **chorava** mui fortemẽte” (VSME\_f58r)

Em (353), o **verbo** *chorar* apresenta-se com o argumento externo, o sujeito “o santo homẽ”. Assim, em classificações como essas, o verbo **chorar** foi classificado como *intransitivo*. Abaixo, temos mais alguns exemplos com o verbo em questão acompanhado do argumento externo, sendo o seu sujeito, realizado ou recuperado pelo contexto:

(354) “*o padre* **chorava** e sospirava” (VDE\_f46v)

(355) “*á alma* cõ grande espanto começou de **chorar** e dizia assy” (VisDT\_f130v)

(356) “cõ lag(ri)mas **chorarom** *anbos* correndo a hũu rregato seco” (VSME\_f54v)

<sup>40</sup> Exemplo do autor (2001, p. 77).

Entretanto, apesar de aparecer frequentemente com essa vizinhança sintática, composta apenas por argumento externo, o verbo **chorar** também apresentou, em alguns casos, um argumento interno, como vemos em:

(357) “E o *ssogro* **chorava** *ssua nora* e o *esposo* *ssua esposa*” (VDE\_f46v)

(358) “lançava-m(e) ã t(e)rra e **chorava** *muitas lagrimas*” (VSME\_f61v)

(359) “E *ella* jazendo **chorando** *os malles que avya fect(os)*” (VisDT\_f127r)

Nos exemplos em (357) a (359), o verbo **chorar**, além de selecionar os argumentos externos “o *ssogro*” e “o *esposo*”, “o *santo homẽ*” e “*ella*”, apresenta-se também com argumentos internos: “*ssua nora*”, “*muitas lagrimas*” e “*os malles que avya fect(os)*”, respectivamente. Para uma melhor compreensão acerca do verbo **chorar**, com o objetivo de classificá-lo com base em seus usos da época, foi necessária uma busca mais aprofundada acerca de seu percurso durante a história da língua – tanto portuguesa quanto latina. Assim, foi descoberto que, em latim, de acordo com Ravizza (1940, p. 263), em sua *Gramática Latina*, “alguns intransitivos usam-se, às vezes, como transitivos”, sendo o caso de “vários verbos que indicam um sentimento da alma” como **chorar**, citado pelo autor. Percebe-se, então, que essa dupla possibilidade de estrutura já vinha desde o latim, onde o verbo **chorar** já poderia ser usado com e sem argumentos internos. A mesma análise também foi feita por Fernandes (2001, p. 144), em seu *Dicionário de verbos e regimes*, o qual defendeu ambas as classificações para o verbo **chorar**: *intransitivo* e *transitivo*. Seguindo esses autores, portanto, e entendendo que o verbo **chorar** desde o latim, apresenta essas duas possibilidades de construção, aqui também foram utilizadas duas classificações para ele: *intransitivos*, quando apresentaram apenas argumentos externos – de (353) a (356) –, e *transitivos diretos*, quando apresentaram também argumento interno, como em (357) a (359). A Tabela 23 resume as ocorrências do verbo **chorar** e as duas classificações possíveis:

**Tabela 23** – As classificações de *chorar*

<b>CHORAR</b>	
INACUSATIVO	32
TRANSITIVO DIRETO	5
<b>Total</b>	<b>37</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.3.4.3 *Crer*

O verbo **crer**, em suas 11 ocorrências totais, apresentou duas classificações e comportamentos possíveis, ainda que o sentido de *acreditar* fosse mantido. Em 8 de suas ocorrências, representando 73% de seu uso total, o verbo **crer** selecionou um argumento interno com função de complemento relativo:

(360) “*ca eu c(re)o ã Jhesu Cristo a que tu ofereçeste a tua alma*” (VSME\_f56v)

(361) “*p(er)a senpre mais creio ã Deos*” (VDE\_f48r)

(362) “*homẽ de Deos cree-me que eu nõ vy out(ro) homẽ*” (VSME\_f62r)

(363) “*cree-me Paunuçio que te nom despreçara Nosso Senhor*” (VDE\_f48r)

De (360) a (363), o verbo **crer**, além de selecionar um argumento externo com função de sujeito, que pode ser retomado pelo contexto ou flexão verbal, também seleciona um argumento interno com função de complemento relativo, que pode ser construído a partir do pronome oblíquo átono *-me*: *crer em alguém*.

Entretanto, nas outras 3 ocorrências restantes, o verbo **crer** selecionou um argumento interno com função de objeto direto, sem a presença de preposição alguma, como vemos abaixo:

(364) “*tu nõ q(ui)seste créer os meus cõselhos*” (VisDT\_f125r)

(365) “*non q(ui)se créer as esc(ri)turas e os conselhos dos bóós*” (VisDT\_f130v)

(366) “*q(ui)se mais créer o sabor do mũdo*” (VisDT\_f130v)

Acima, vemos o verbo **crer** selecionando um argumento externo com função de sujeito e um argumento interno com função de objeto direto: *crer algo*. Por isso, nessas 3 ocorrências, **crer** foi classificado como *transitivo direto*.

Por fim, na Tabela 24, é possível verificar as duas possíveis classificações do verbo **crer** e quantas vezes apareceram no *corpus* analisado:

**Tabela 24** – As classificações de *crer*

CRER	
TRANSITIVO INDIRETO	8
TRANSITIVO DIRETO	3
<b>Total</b>	<b>11</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.3.4.4 *Desprezar*

Em apenas 6 ocorrências totais, o verbo **desprezar**, apesar de manter o mesmo significado, apresentou 2 classificações possíveis e 3 comportamentos diferentes. Em 3 ocorrências, completando 50% de seu uso total, **desprezar** apresentou a mesma vizinhança e o mesmo comportamento, como em:

(367) “nom **desprezaria** *Noso Senhor tanto trabalho dos frayres*” (VDE\_f47r)

(368) “nõ **desprezes** nem abaixes minha hu(m)idade” (VDSP\_f78r)

(369) “cree-me Paunução que te nom **despreçara** *Nosso Senhor*” (VDE\_f48r)

Nas três ocorrências acima, o verbo **desprezar** está selecionando argumento externo, o sujeito, e um argumento interno – o objeto direto: *desprezar algo*. Por esse comportamento, o verbo **desprezar**, nessas 3 ocorrências, foi classificado como *transitivo direto*. Essa classificação também se manteve em outras 2 ocorrências em que o argumento interno apresentou função de objeto direto preposicionado, como em:

(370) “ca nõ **despreças** a nenhuũ” (MSJ\_f94v)

(371) “e **desp(re)çavas** a mÿ” (VisDT\_f125r)

Em (370) e (371), o verbo **desprezar** apresenta, além de argumento externo, um argumento interno preposicionado, encabeçado pela preposição *a*. Também é possível perceber que, acima, ambos os argumentos internos apresentam um traço [+humano], sendo talvez o pré-requisito para essa construção, mas ainda seria necessária uma pesquisa mais extensa, com outros *corpora*, para chegar a uma conclusão.

Por fim, foi encontrado ainda um terceiro comportamento do verbo **desprezar**, o qual foi construído a partir da preposição de:

(372) “se p(ri)meyram(en)t(e) non **desprezar** de vïir a ty” (MSJ\_f94v)

Acima, o verbo **desprezar** realiza-se com um argumento interno também preposicionado, mas encabeçado pela preposição de, apresentando o sentido de *desprezar de fazer algo* e sendo classificado, portanto, como um *transitivo indireto*. Esta ocorrência nos leva a pensar que, talvez, o verbo **desprezar** apresentasse esse comportamento quando o complemento é oracional. Entretanto, visto que essa foi a única ocorrência encontrada, não é possível chegar em uma conclusão, sendo necessária uma pesquisa com outros *corpora*.

Resumindo as ocorrências de **desprezar**, a Tabela 25 informa as classificações escolhidas para o verbo e quantas vezes apareceram no *corpus*:

**Tabela 25** – As classificações de *desprezar*

DESPREZAR	
TRANSITIVO DIRETO	5
TRANSITIVO INDIRETO	1
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.3.4.5 *Fugir*

A partir das 15 ocorrências totais do verbo **fugir**, foram encontradas 2 classificações possíveis distribuídas em 3 comportamentos distintos que veremos abaixo: seleção de argumento externo como sujeito e argumento interno como complemento relativo; seleção de argumento externo como sujeito e argumento interno como complemento relativo não realizado, porém implícito no contexto; seleção de argumento externo com função de sujeito e argumento interno com função de objeto direto.

Em 7 ocorrências (47% do total), o verbo **fugir** apareceu selecionando 2 argumentos: um externo e um interno com função de complemento relativo. Entretanto, ainda que sua

classificação não tenha se alterado, foram encontradas duas preposições possíveis para essa mesma construção:

(373) “e **fuge** de todas as rriquezas de teu padre” (VDE\_f45r)

(374) “E se *algũa alma* **fogia** das suas mãaos el fería-á” (VisDT\_f131r)

(375) “por q(ue) **ffoges** de mĩ que ssoo homẽ velho” (VSME\_f54v)

(376) “*tu* **fugirias** de mĩ assy como de s(er)penete peçoenta” (VSME\_f57r)

Acima, vemos que o verbo **fugir** podia ser construído a partir da seleção de um argumento externo, que funciona como sujeito, e um argumento interno que funciona como complemento relativo, tendo sido classificado como *transitivo indireto* nessas ocorrências. Esse complemento relativo, por sua vez, foi construído com a preposição de em 4 das 7 ocorrências em que **fugir** foi classificado como *transitivo indireto*. A outra possibilidade dessa construção ocorreu com a preposição a:

(377) “e nõ podemos **fogir** ao seu officio” (VisDT\_f127v)

(378) “pellas obras esp(ri)tuaaes **ffugisse** aas cousas terreaaes” (VSME\_f53v)

(379) “daqueles *que* **fugem** aas treevas deste mundo” (VSME\_f64r)

De (377) a (379), o verbo **fugir** continua selecionando argumento externo com função de sujeito e um argumento interno com função de complemento relativo, além de continuar também com o mesmo significado. Aqui, entretanto, a preposição utilizada é a, *fugir a algum lugar*, e não *de algum lugar*, apesar de ter o mesmo sentido. Por continuar apresentando sujeito e complemento relativo, o verbo **fugir**, nessas três ocorrências, também foi classificado como *transitivo indireto*.

Em outras 7 ocorrências, entretanto, o verbo **fugir** apareceu sem um argumento interno realizado, com o seu complemento relativo implícito no contexto, como em:

(380) “p(er) ventura a emganou algẽ e **fogio** cõ ella” (VDE\_f46v)

(381) “e asy **fugirey** e s(er)ey livre” (VDSP\_f78v)

(382) “e *ella* **ffogia** ho mais taste que podia” (VSME\_f54v)

Ainda que, de (380) a (382), o verbo esteja selecionando explicitamente apenas um argumento externo, funcionando como o sujeito, o argumento interno com função de complemento relativo está implícito no contexto – *deixar* ou *abandonar algum lugar*. Por isso, o verbo **fugir**, nessas ocorrências, continuou sendo classificado como *transitivo indireto*.

Por fim, em apenas uma única ocorrência, o verbo **fugir** foi encontrado apresentando um comportamento curioso: a seleção de um argumento interno como se fosse um objeto direto:

(383) “aq(ue)l emmiigo que eu queria **fugir** torne a mi” (VDSP\_f79r)

Em (383), vemos que o argumento interno, que está sendo construído a partir do pronome relativo “que”, não está acompanhando uma preposição, mantendo um comportamento diferente das outras 14 ocorrências de **fugir**. Era esperada a seguinte construção: do qual eu queria fugir ou de quem eu queria fugir. No entanto, aqui, vemos a construção *fugir alguém*, e não *fugir de/a alguém*, como aconteceu na maioria das ocorrências. Entendemos que talvez o “desvio” não seja da regência do verbo, mas da construção relativa, que ocorre similar às construções atuais do português brasileiro. Essa ocorrência pode servir de estímulo para novos estudos acerca dos pronomes relativos no português arcaico, na busca de fatores que influenciavam essas construções e comportamentos na época. Considerando essa possibilidade de desvio na construção relativa, optamos por classificar o verbo *fugir* com apenas uma regência: o de transitivo indireto em suas 15 ocorrências.

**Tabela 26** – As classificações de *fugir*

<b>FUGIR</b>	
TRANSITIVO INDIRETO + PREPOSIÇÃO <b>DE</b>	4
TRANSITIVO INDIRETO + PREPOSIÇÃO <b>A</b>	3
TRANSITIVO INDIRETO COM REL. IMPLÍCITO	7
TRANSITIVO INDIRETO SEM PREPOSIÇÃO	1
<b>Total</b>	<b>15</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.3.4.6 *Gostar*

Em todas as suas ocorrências, o verbo **gostar** carregou o sentido de *provar*, *experimental*, e, ainda que tenha aparecido apenas 6 vezes, o verbo apresentou duas construções possíveis: com preposição ou não. Em sua maioria, entretanto, o verbo **gostar** manteve o mesmo comportamento: em 5 ocorrências (83% do total), **gostar** não foi acompanhado por preposição alguma:

(384) “ainda que receba e **goste a morte corporal** nunca depois mais morrerá” (MSJ\_f92v)

(385) “dormia em a terra **gostando pouco ssono** em qual q(ue)r logar” (VSME\_f54r)

(386) “E depois que **ha gostam** viven p(er)a senpre” (MSJ\_f92v)

A partir das ocorrências acima, vemos que o verbo **gostar**, carregando o sentido de *experimental* ou *provar*, selecionava, além do argumento externo com função de sujeito, um argumento interno com função de objeto direto: *gostar algo*. Assim, nessas ocorrências, o verbo **gostar** foi classificado como *transitivo direto*. Houve, entretanto, apenas uma ocorrência em que foi notado um comportamento diferente, com a presença da preposição de (talvez o início da construção moderna):

(387) “coymas comigo p(er)a **gostares** agora hũu pouco desto que eu trouxe” (VSME\_f64v)

Em (387), vemos que o verbo **gostar**, apesar de continuar carregando o mesmo sentido, aparece acompanhado da preposição de, selecionando um argumento interno com função de complemento relativo, sendo classificado como *transitivo indireto*.

Apesar de, em todas as suas 6 ocorrências encontradas ao longo dos textos lidos, o verbo **gostar** tenha carregado o sentido de *experimental*, o dicionário do site *CIPM* também trouxe a possibilidade do sentido atual *apreciar* – e, juntamente a esse significado, passa a haver a presença da preposição de, também encontrada aqui. Os textos aqui analisados, portanto, nos permitem pensar que, provavelmente, os usos e comportamentos do verbo **gostar** já estavam se confundindo e o verbo já estava se encaminhando para se tornar o qual conhecemos hoje, no sentido de *apreciar* com a presença da preposição de.

A Tabela 27 traz a quantidade das ocorrências do verbo **gostar** e suas duas classificações encontradas no *corpus*:



**Tabela 27** – As classificações de *gostar*

GOSTAR	
TRANSITIVO DIRETO	5
TRANSITIVO INDIRETO	1
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.3.4.7 Trazer

Na seção anterior, vimos que o verbo *trazer* serviu de exemplo para a classificação de *transitivo predicativo*. De suas 31 ocorrências totais, entretanto, essa classificação apareceu apenas uma vez:

(388) “me o diaboo por os me(os) pecad(os) e maldades **tragia emganada**” (VDSP\_f80v)

Por estar selecionando um argumento externo – o sujeito “o diaboo” –, e um argumento interno composto por um objeto direto e um predicativo do objeto, o verbo **trazer**, nessa única ocorrência, foi classificado como *transitivo predicativo*.

Entretanto, nas outras 30 ocorrências em que apareceu, **trazer** se comportou como um verbo de três lugares, como podemos ver abaixo:

(389) “e me trouxe ao seu talamo e casa e paaco celestial” (VDSP\_f80v)

(390) “os se(os) yrmaos lhe trouxerom o corpo de noso senhor” (MSJ\_f90r)

Acima, vemos que o verbo **trazer** está selecionando 3 argumentos: um externo com função de sujeito, que pode ser retomado pelo contexto ou flexão verbal, e dois internos, um com função de objeto direto e outro com função de complemento relativo (389) ou objeto indireto (390). Assim, na maior parte de suas ocorrências, o verbo **trazer** foi classificado como *bitransitivo*.

A Tabela 28 resume a quantidade de ocorrências e as classificações para o verbo **trazer** encontradas no *corpus* analisado:

**Tabela 28** – As classificações de *trazer*

TRAZER	
BITRANSITIVO	30
TRANS. PREDICATIVO	1
<b>Total</b>	<b>31</b>

Fonte: tabela criada pela autora

#### 8.4 ALGUMAS LOCUÇÕES VERBAIS

Apesar de o foco da presente pesquisa ter sido acerca dos verbos *principais* encontrados, com objetivo de analisar seus comportamentos e classificá-los, foi possível perceber, também, algumas variações referentes a locuções verbais, as quais podem ajudar ou influenciar pesquisas a respeito do tema. Foram selecionados, portanto, os verbos **dever**, **começar**, **merecer** e **soer**, sobre os quais comentaremos a seguir.

##### 8.4.1 Dever

O verbo **dever** apareceu em apenas 6 ocorrências e, em todas, compondo uma locução verbal. Em 2 delas, entretanto, o verbo apareceu em uma construção de difícil análise, não estando ao lado de seu verbo principal, como em:

(391) “porque nõ foram p(er)feitos como **deverõ**” (VisDT\_f132r)

(392) “despenderõ aquello que lhes Deos dera como **devyã**” (VisDT\_f132r)

Nas frases acima, vemos que não há a repetição do verbo principal, que pode ser retomado para construir sentido completo de “como deveriam *ser*” ou “como deviam *despender*”. Como os verbos estão distantes em ambas as ocorrências, não é confiável, portanto, indicar se há ou não a presença da preposição. Por outro lado, as outras 4 ocorrências nos deram base para análise e, nelas, foram encontradas duas preposições possíveis:

(393) “**Deviam de** leixar de pecar por temor d(os) torment(os) d(os) diaboos” (MSJ\_f91v)

(394) “**devião-se de** g(ua)rdar de nõ cair ã tua ira” (MSJ\_f91v)

(395) "**deve de** seer baptizada" (VDSP\_f78v)

(396) "**devia** homẽ a amar os filhos mais que Deos" (VDE\_f48r)

Nas 4 ocorrências possíveis de identificar o uso das preposições, vemos, portanto, que a preposição preferida, aparentemente, é de, *dever de fazer algo*, ainda que a preposição a, *dever a fazer algo*, também fosse possível, existindo a variação.

A Tabela 29 traz o demonstrativo das locuções verbais construídas com o verbo **dever**, que apareceu com a preposição de, com a preposição a, e distante do verbo auxiliar, impossibilitando uma conclusão (-):

**Tabela 29** – As construções com o verbo *dever*

DEVER	
Preposições	
De	3
A	1
-	2
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

#### 8.4.2 Começar

A partir do levantamento de todas as 60 locuções verbais construídas junto ao verbo **começar**, foi possível perceber uma variação frequente a respeito das preposições utilizadas nessas construções: além de vermos duas preposições possíveis, também foram encontradas locuções construídas sem preposição alguma.

O comportamento mais comum do verbo **começar**, dentro de uma locução verbal, foi sua construção com a preposição de, aparecendo em 37 ocorrências (62% do total), construção que não aconteceu em apenas um texto – na *Vida de Santa Pelágia*:

(397) “q(ua)ndo aquy mor(r)em contigo **comecam de viver**” (MSJ\_f92v)

(398) “**começou Esmarado de lhe falar** da bem aventuraça do rregno” (VDE\_f47v)

(399) “e *el* abryo os olhos e **começou de oolhar**” (VisDT\_f124r)

(400) “E *ella* entom cõ prazer **começou de chorar**” (VDT\_f66v)

(401) “**começey de cuidar** q(u)aes das vidas filharyam” (VDUM\_f74r)

(402) “e **começou** de correr contra aquela parte hu viia aquelle corpo” (VSME\_f54r)

O segundo comportamento mais comum foi a construção da locução com a presença da preposição a, que aconteceu em 16 ocorrências (27%), o qual apareceu em 4 dos 7 textos lidos – *Vida de Santa Maria Egipcíaca*, *Vida de Eufrosina*, *Vida de uma Monja* e *Visão de Túndalo*:

(403) “o angeo e alma **começarom** a sayr daq(ue)ll maaõ logar” (VisDT\_f131v)

(404) “E *ella* **começou** a braadar e dizer” (VDUM\_f74r)

(405) “e **começou** a cavar a terra cõ elle” (VSME\_f65r)

(406) “**começou** *o abbade* a confortar Paunuçio” (VDE\_f47r)

Por fim, formando 11% do total das locuções verbais construídas com o verbo **começar**, não foram encontradas preposições em 7 das ocorrências levantadas, comportamento que também apareceu em apenas 4 textos – *Vida de Santa Pelágia*, *Vida de Santa Maria Egipcíaca*, *Vida de Eufrosina* e *Visão de Túndalo*:

(407) “*todos* juntamente cõ el **comezarom** dizer suas mysas” (VDSP\_f77v)

(408) “alçou as maaõs ao çeeo e **começou** horar caladamente” (VSME\_f56r)

(409) “E **começou** *o sseu coraçõ* seer cuidadoso” (VDE\_f43r)

Os exemplos mostram que as locuções verbais construídas com o verbo **começar** podem apresentar 3 comportamentos diferentes: com a preposição de, com a preposição a, ou sem preposição. Vemos também que essa escolha independe do sujeito, por exemplo: em todos os comportamentos, os sujeitos estavam na posição inicial, entre os verbos da locução e até mesmo podendo ser retomado pelo contexto ou pela flexão, não influenciando na escolha da preposição ou na falta dela. Além disso, através da análise das ocorrências, não foi possível identificar um fator que influenciasse esses comportamentos sintáticos. Essa variação na escolha das preposições ou de seu uso acontece até mesmo na construção das mesmas locuções, ou no mesmo texto ou em texto diferente:

(410) “e **começey** a andar meu caminho” (VSME\_f60v)

(411) “e **começou** de andar p(er) çima com sseus pees” (VSME\_f63v)

(412) “E entom **começou** de andar avante” (VisDT\_f129v)

(413) “E disy **começarõ** andar p(er) hũa carreira torta” (VisDT\_f126v)

(414) “**começou** *Esmarado* de lhe falar da bem aventuraça do rregno” (VDE\_f47v)

(415) “p(er) esp(iri)tu sancto **começou** ffallar pallav(ra)s (con)sollatorias” (VDSP\_f75r)

(416) “E **começou** de cantar psalmos q(ua)es (con)viinha” (VSME\_f65r)

(417) “E feyta ora de terça **comecou** muy solenemente cantar” (VDSP\_f82r)

(418) “**começarom** aa diz(er) mal de Deos” (VisDT\_f125v)

(419) “*todos* juntamente cõ el **comezarom** dizer suas *mysas*” (VDSP\_f77v)

Por fim, podemos concluir que, nos textos aqui lidos, a posição do sujeito e a escolha do verbo principal não foram fatores que influenciaram na presença ou ausência de preposição nessas locuções verbais, e nem na sua seleção, sendo igualmente possível, aparentemente, a construção das locuções verbais com o verbo **começar** juntamente com as preposições de, a, ou sem preposição alguma ( $\emptyset$ ), conforme tabela a seguir:

**Tabela 30** – As construções com o verbo *começar*

COMEÇAR	
Preposições	
De	37
A	16
$\emptyset$	7
<b>Total</b>	<b>60</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.4.3 Merecer

O verbo **merecer** apareceu apenas 4 vezes em uma locução verbal, tendo, entretanto, dois comportamentos possíveis: a presença da preposição de, ou a construção sem nenhuma preposição.

(420) “que **mereca de aver** (con)panhia” (VDE\_f43v)

(421) “e **merecy de veer** todos os ssacramentos de Nosso Ssenhor” (VSME\_f60r)

(422) “pellos teus rrogos **mereça achar** mis(er)icordia ã aq(ue)l dia” (VSME\_f57r)

(423) “por ty **mereçi veer** a gloria de Deos” (VSME\_f60r)

Acima, vemos que as locuções verbais construídas com o verbo **merecer** podem variar: ou se formam com a preposição de, ou sem preposição alguma. Com essas ocorrências, também podemos perceber que a escolha do verbo principal não influenciou a construção, visto que há tanto “merecy de ver” quanto “mereçi veer”.

Na Tabela 31, encontram-se as duas possíveis construções de locução verbal com o verbo **merecer**, que poderia aparecer com a preposição de ou sem preposição alguma ( $\emptyset$ ):

**Tabela 31** – As construções com o verbo *merecer*

MEREZER	
preposição	
de	2
$\emptyset$	2
<b>Total</b>	<b>4</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

### 8.4.4 Soer

O verbo **soer**, que significava *costumar, ter como hábito*, apareceu como parte de uma locução verbal em todas as suas 9 ocorrências. Em duas, entretanto, os verbos estavam distantes, dificultando a análise:

(424) “nõ es agora sobrevisa como **soyas**” (VisDT\_f124v)

(425) “nõ levãtas pellejas como **soyas**” (VisDT\_f124v)

Acima, vemos que o verbo **soer** está, em ambas as ocorrências, ligado aos verbos *ser* e *levantar* respectivamente: “como costumava ser” e “como costumava levantar”. Entretanto, apesar de não apresentarem preposições, a distância entre ambos os verbos dificulta uma análise do seu comportamento.

Nas outras 7 ocorrências, entretanto, **soer** apareceu lado a lado com seu verbo principal, nos permitindo notar 2 comportamentos: a construção com a preposição de, em 4 ocorrências (44% do uso total de **soer**), a construção sem preposição por 2 vezes, e a construção com a preposição a em apenas 1 vez:

(426) “em seu huso de ssa vida ã como **soia de viver**” (VDUM\_f74r)

(427) “levou-a seu padre ao moesteyro a que **ssoya d’yr**” (VDE\_f43r)

(428) “nom ouvy nenhũa solennidade como **soya de ouvir**” (VDSP\_f82r)

(429) “me nenbrava da avondança dos mangares que **ssoya aver**” (VSME\_f61r)

(430) “assy como **ssoya sseer** quando rogavam a Deos” (VDE\_f47r)

(431) “pollos lugares p(er) onde **soõe a parir** as molh(er)es” (VisDT\_f129r)

Quanto às locuções ao verbo **soer**, entretanto, não houve repetição de verbos principais, podendo essa ser, ou não, uma pista para a variação de três comportamentos possíveis para sua construção.

A Tabela 32 resume as locuções verbais construídas com o verbo **soer**, que podia ser acompanhado das preposições de e a, ou não apresentar preposição alguma (Ø) e vir distante do verbo auxiliar, dificultando a análise (-):

**Tabela 32** – As construções com o verbo *soer*

<b>SOER</b>	
<b>Preposições</b>	
<b>de</b>	4
<b>Ø</b>	2
<b>a</b>	1
<b>-</b>	2
<b>Total</b>	<b>9</b>

Fonte: tabela criada pela autora.

## 8.5 SÍNTESE

Ao longo das últimas páginas, expomos e analisamos os 32 verbos selecionados que, dentre os 420 totais, apresentaram variação nas suas vizinhanças sintáticas. Essas variações nos comportamentos foram divididas entre dois principais grupos: os verbos que mudaram de classificação a partir da mudança de significado, os verbos que mantiveram o significado e, ainda assim, mudaram de classificação, além de termos vistos alguns verbos que variaram dentro de locuções. Vale ressaltar, mais uma vez, que todos os verbos encontrados podem ser vistos no quadro em apêndice, no fim do presente trabalho, onde os que apresentaram variações foram destacados.

Bem como os exemplos expostos e as classificações utilizadas para as análises feitas aqui, procuramos também levantar, separadamente, algumas hipóteses que pudessem, talvez, servir de explicações para os possíveis comportamentos encontrados, com base nas ocorrências levantadas nos sete textos que analisamos.

Na próxima e última seção, portanto, retomamos as nossas hipóteses já comentadas e buscamos responder as perguntas que guiaram o presente trabalho.



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve, como objetivo, a análise do comportamento sintático dos verbos, presentes no documento arcaico *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*, e a sua relação com seus complementos, na busca das possíveis e variações e dos fatores que poderiam influenciar o fenômeno. Para isso, foi feita a leitura dos sete textos que compõem o *corpus* escolhido junto com o levantamento e a classificação, que teve base nas propostas gerativistas, de 4.740 verbos encontrados. Do total analisado, foram percebidos ao menos 32 verbos que variaram em suas construções e em suas vizinhanças sintáticas, podendo aparecer de diferentes formas ao longo dos sete textos lidos. Além da identificação e classificação dos verbos, bem como da sinalização das variações, o último objetivo a ser seguido versava acerca das justificativas e explicações para a variação no comportamento verbal, na busca de razões que pudessem contribuir para a ocorrência do fenômeno. Algumas dessas possíveis explicações, inclusive, foram levantadas separadamente ao longo das discussões acerca dos verbos que variaram.

A seguir, vamos retomar os problemas e hipóteses levantados ao início do trabalho e que guiaram esta pesquisa, os quais questionavam a existência das variações na regência verbal do período e os fatores que pareciam contribuir para o fenômeno:

- a) O que revelam os textos arcaicos em relação ao comportamento do verbo e seus complementos?

Partindo dos exemplos trazidos por Mattos e Silva (2015, p. 17), a qual expôs variações acerca de alguns verbos por ela encontrados alertando sobre a necessidade desse estudo, bem como por outros autores que comentaram sobre o assunto, como Coutinho (1976) e Nascimento (2009) comentados na seção introdutória, acreditamos, anteriormente, que os textos selecionados do período arcaico revelariam comportamentos verbais flexíveis em relação aos complementos. Essa hipótese, como visto na Seção 8 referente à análise, foi confirmada: ainda que a maioria dos 420 verbos diferentes que foram analisados tenha mantido o comportamento, foram percebidos 32 verbos que sofreram variações em seus comportamentos, relacionando-se com seus complementos de formas diferentes ao longo dos sete textos lidos.

b) Existia, de fato, uma variação na regência verbal?

Acreditávamos, anteriormente, que os textos analisados nos revelariam comportamentos flexíveis de alguns verbos em relação aos seus complementos e que iríamos encontrar algumas variações quanto à regência verbal nos documentos selecionados, deparando-nos com os mesmos verbos aparecendo com complementos introduzidos de diferentes formas: sem preposição, com preposição e até com preposições diferentes. A Seção 8, principalmente, também confirma essa hipótese, sendo onde discorreremos acerca de todos os 32 verbos que variaram ao longo dos documentos analisados. Como pudemos perceber ao longo dessa pesquisa – e também no Apêndice A ao final do trabalho –, 32 verbos tiveram comportamentos distintos: vimos verbos como *ferir*, que podia estar acompanhado de um objeto direto – *ferir alguém/algo* – ou de um objeto indireto – *ferir em alguém/algo*; bem como vimos locuções construídas de formas diferentes, como com o verbo *começar*, que podia aparecer com a preposição *de* – *começar de fazer algo* –, com a preposição *a* – *começar a fazer algo* – e até mesmo sem preposição – *começar fazer algo*. Assim, confirma-se que existia, de fato, uma variação na regência verbal do português arcaico, visto que 32 verbos, ao longo dos sete textos lidos, apresentaram variações em seus comportamentos e foram, também, classificados de diferentes formas.

c) Se sim, quais fatores poderiam ter contribuído para a sua ocorrência?

Quanto aos fatores que poderiam contribuir para a existência da variação verbal que acreditamos que iríamos encontrar, levantamos, ao início do trabalho, duas importantes hipóteses: a falta de uma normatização e controle gramatical, que começaria a acontecer apenas no século XVI com as primeiras gramáticas; e a herança heterogênea formada, no seu processo histórico, por contatos entre diversas línguas até a constituição do português arcaico.

Quanto à primeira delas, entretanto, sobre a influência da falta de normatização e controle gramatical na variação dos comportamentos verbais, os nossos estudos nos trouxeram uma outra perspectiva. Ao fazermos uma pesquisa acerca de gramáticas de diversos autores diferentes, desde o século XVI até a atualidade, tradicionais ou não, vimos que, no que se refere aos verbos, as gramáticas acabam refletindo os usos escolhidos pela sociedade e descrevendo como os verbos são utilizados, em vez de regular as realizações desses verbos – como acontece

em relação à colocação pronominal, por exemplo. Por isso, é possível encontrar diversos verbos que mudaram de classificação com o passar do tempo, e até apresentam classificações variadas, a depender do autor. Acreditamos, então, que a falta de normatização e de controle gramatical não deveria ser a principal razão para a variação nos comportamentos verbais, pois, mesmo que as gramáticas tendam a diminuir esse fenômeno no que tange às regências de um verbo, essa variação continua existindo, e as classificações verbais nas gramáticas, como vimos, tendem a ir mudando conforme o tempo, os usos e as diferentes perspectivas.

A outra hipótese levantada buscava justificar as variações encontradas por conta do processo histórico da língua portuguesa e dos diversos contatos linguísticos que foram estabelecidos até a constituição do português arcaico. Não foi possível, entretanto, após leitura de todos os textos e as classificações dos verbos encontrados, mapear os diferentes percursos históricos feitos por cada um dos 32 verbos que apresentaram variações. Para tal, parece ser necessária uma pesquisa que tenha, como preocupação central, a investigação acerca de cada um desses verbos, buscando, nas diferentes etimologias e nos diferentes contatos, as explicações para os comportamentos encontrados. Em compensação, o presente trabalho levantou e analisou 420 verbos diferentes, os quais estão expostos com classificações e exemplos em apêndice, oferecendo um banco de dados que pode vir a ser utilizado como ponto de partida para futuras pesquisas que busquem, por exemplo, investigar os verbos que apresentaram variações, aqui já identificados, e buscar explicações mais assertivas para seus comportamentos.

Ao longo das Seções 7 e 8, entretanto, onde discorreremos acerca dos verbos encontrados e expomos os exemplos retirados dos textos, foi possível levantar novas hipóteses que, talvez, possam vir a explicar alguns comportamentos. Retomemos algumas delas na mesma ordem em que foram expostas.

Em primeiro lugar, vimos que as variações entre os verbos **ser** e **estar**, como dito por Célia Castilho (2013), podem ser explicadas pela íntima relação histórica e etimológica entre ambos, permitindo que ambos os verbos ficassem em variação constante e se confundissem em diversas situações até que fossem, finalmente, fixados como atualmente. Em seguida, discorreremos a respeito da alternância dativa encontrada nos verbos **ensinar** e **rogar**, fenômeno estudado por Lucchesi e Mello (2009) e tido como uma consequência do contato linguístico com base nas línguas crioulas. Entretanto, vimos aqui que este fenômeno já era possível no português arcaico do século XV, podendo ser justificado, na verdade, por outro contato

linguístico: o que aconteceu com os povos germânicos que invadiram a Península Ibérica após os romanos, ou mesmo com o contato das línguas originais da área.

Vimos, também, 15 verbos polissêmicos que variaram seus comportamentos ao longo dos textos. Sobre essa questão, podemos seguir as propostas de Cançado, Amaral e Meirelles (2018, p. 125), que, baseadas na hipótese da determinação semântica sobre a sintaxe, argumentam que as “classes de verbos podem ser definidas a partir de propriedades semânticas que tenham impacto na sintaxe”. Assim, assumindo que os significados entregues por um verbo influenciam na realização sintática dos argumentos que selecionam, podemos concluir que um verbo polissêmico, ao apresentar significados diferentes, também vai apresentar construções diferentes, variando também as suas classificações possíveis. Além dos polissêmicos, vimos também acerca dos verbos que apresentaram classificações diferentes ainda que tenham mantido seus significados, pudemos perceber e comentar algumas pistas em alguns comportamentos, como a interferência de algum traço semântico, presente ou ausente, e reflexões históricas acerca de alguns verbos e suas classificações.

Podemos concluir, portanto, que os objetivos que guiaram o presente trabalho, o qual se propôs a analisar as construções verbais no período arcaico e buscar as possíveis variações nesses comportamentos, foram alcançados. Quanto às razões que podiam influenciar as características encontradas, também foi possível identificar pistas e propor hipóteses que poderiam contribuir com o fenômeno da variação no comportamento de alguns verbos. Vale ressaltar, entretanto, que a busca por justificativas de características históricas é uma tarefa árdua, deixando-nos ainda com muito mais dúvidas do que certezas, visto que:

Conquanto muito já se tenha conseguido desvendar sobre o distante passado, algumas informações concernentes a alguns períodos históricos são - assim como o horizonte impreciso cuja visão a fraca luz e a distância obturam - ainda bastante assistemáticas ou diluídas, nomeadamente em relação à trajetória das línguas naturais e mais especificamente em relação à história da língua portuguesa. (MATTOS E SILVA; MACHADO FILHO, 2002, p. 13).

Este trabalho, portanto, vem para desvendar mais algumas informações acerca do período arcaico do português e nos aproximar um pouco mais da língua que estava em uso, revelando algumas características do comportamento verbal da época e de como as relações entre os verbos e seus complementos eram construídas. Assim, além de informações acerca da cultura e das crenças da época, reveladas pelas histórias contadas nos documentos, e das análises de uma extensa lista de verbos, foram descortinados diversos traços linguísticos próprios do período, os quais puderam *confirmar* diversos estudos já feitos – como a respeito

do verbo **haver** para o sentido de posse ou o verbo **ser** para o sentido existencial –; *questionar* hipóteses já levantadas – como a revelação da alternância dativa já existente no período arcaico –; e até mesmo *recuperar* algumas características que ainda não foram muito comentadas em outros estudos – como o verbo **estar** no sentido existencial.

Como discutido ao longo da pesquisa, ainda que este trabalho revele características de uma época específica e se debruce sobre um “estado de língua”, não tratando a respeito da mudança linguística em si, deve-se lembrar que esses documentos, ao nos apresentarem diversas variações, revelam o movimento, mesmo que a mudança não seja estabelecida – estamos diante de um “fazimento linguístico” nos termos de Coseriu (). Toda sincronia revela a língua em curso e provavelmente pistas de mudanças que possam vir a ser concretizadas, conforme visto, por exemplo, com o verbo **chorar**, como transitivo direto, cuja regência diferenciada, remanescente do latim no português arcaico, não chegou aos nossos dias.

As características expostas aqui nos permitem ter uma maior compreensão da língua que era utilizada na época e recuperar alguns de seus verbos e seus significados em uso. Assim, o estudo aqui feito acerca desses textos históricos, a reflexão sobre os temas discutidos neles e, principalmente, o levantamento dos verbos utilizados e a análise de seus comportamentos em relação aos complementos selecionados juntam-se a outras pesquisas e outros dados já levantados para esclarecer ainda mais a nossa compreensão acerca da língua portuguesa e de seu percurso no tempo, contribuindo para os estudos da área de linguística histórica. Além disso, a presente pesquisa também pode vir a influenciar novos trabalhos e servir de apoio aos pesquisadores que se propõem a reconstituir o percurso da língua portuguesa, dando suporte às explicações e justificativas de seu percurso e podendo confirmar – ou refutar – hipóteses levantadas.

Por fim, o presente trabalho cumpriu os objetivos apresentados, relevando a existência do fenômeno da variação linguística no comportamento verbal do período arcaico da língua portuguesa, além de entregar um levantamento de 420 verbos diferentes e de suas possíveis classificações. Com esta pesquisa, revelam-se mais algumas características do português arcaico, contribuindo para os estudos históricos da língua portuguesa e fornecendo novas informações a respeito de alguns comportamentos do verbo no século XV, que podem vir a influenciar novos estudos e hipóteses acerca da constituição linguística da língua portuguesa. Assim, com os novos dados históricos que, agora, temos disponíveis, novas respostas – e por que não novas perguntas? – podem existir.

## 10 REFERÊNCIAS

- ARGOTE, Jerónimo Contador de. **Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina**. 1725. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a\\_005](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a_005). Acesso em: 31 ago. 2020.
- ASSUNÇÃO, Carlos; SANTOS, Helena Pessoa. Aspectos de sintaxe em Augusto Epiphânio da Silva Dias. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 45-58, 2006/2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/4/4.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Edição crítica por Maria Leonor C. Buescu. Lisboa: Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, [1540]/1971. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion\\_edictor.pl](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion_edictor.pl). Acesso em: 15 ago. 2020.
- BORGES NETO, José. Gramática Tradicional e Linguística Contemporânea: continuidade ou ruptura? **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, p. 87-98, 2012.
- BUENO, Francisco da Silveira. **A Formação Histórica da Língua Portuguêsa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955
- BYBEE, Joan. From Usage to Grammar: The Mind's Response to Repetition. **Language**, vol. 82, n. 4, p. 711-733, 2006.
- CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito Ornelas de. Sobre ter e haver em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. **Gragoatá: Línguas e variação lingüística no Brasil**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 85-100, dez. 2000
- CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976. 256 p.
- CANÇADO, M.; AMARAL; L. MEIRELLES, L. L.. Verboweb: Uma proposta de classificação verbal. **Revista Da Anpoll**, v. 1, n. 46, 123-141, 2018.
- CARVALHO, Fabrícia Angélica Teixeira de. Reflexões sobre a transmissão e a natureza da Vida de Santa Maria Egípcíaca. In: SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da (Org.). **Hagiografia e História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central**. Rio de Janeiro: Hp Comunicação, 2008. p. 109-121.
- CASTILHO, Célia Moraes de. **Fundamentos sintáticos do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2013. 316 p.
- CASTRO, I. Vidas de santos de um manuscrito alcobacense. **Revista Lusitana**, nova série, Lisboa, n. 4, 1985. (Coleção mística de fr. Hilário da Lourinhã, Cód. Alc. CCLXVI / ANTT 2274). Separata.
- CASTRO, Ivo. **Curso de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 314-365
- CHOMSKY, Noam. **Language and Mind**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- CHOMSKY, Noam. **New Horizons in the Study of Language and Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CORREA DE OLIVEIRA; SAAVEDRA MACHADO. **Textos Portugueses Medievais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1969.
- COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança lingüística. Rio de Janeiro: Presença/EDUSP, 1979.

- COUTINHO, I. L. **Gramática Histórica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.
- COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A – Indústria e Comércio, 1976.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.
- CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2015.
- CYRINO, Sonia; NUNES, Jairo; PAGOTTO, Emilio. Complementação. In: KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil: volume 3: a construção da sentença**. Campinas: Unicamp, 2009. p. 43-96
- DIAS, Epiphânio. **Grammatica portugueza elementar**. 9. ed. rev., Lisboa: A. Ferreira Machado, 1894. Disponível em: <http://purl.pt/29127>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2017.
- FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2017b.
- FAVERO, Leonor L. A Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro. **Revista da Anpoll**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 73-88, 2002.
- GALVES, C. Princípios, parâmetros e aquisição. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 29, p. 137–152, 2012.
- GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. Universidade Estadual de Campinas. 2006. Disponível em: [https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/gnps\\_2006.pdf](https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/gnps_2006.pdf) Acesso em: 10. Nov. 2021.
- HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, W. Tecumseh. The Faculty of Language: what is it, who has it, and how did it evolve?. **Science**, [s. l], v. 298, n. 5598, p. 1569-1579, 22 nov. 2002.
- ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1999.
- KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do (Org.). **Gramática do português falado culto no Brasil: a construção da sentença**. Vol. 3. Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- KATO, Mary A. Apresentação: "Como, o que e por que escavar?". In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 13-30.
- KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo Toscano. (Org.). In.: **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 127-140.
- KENEDY, E. **Curso Básico de Linguística Gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.
- KENEDY, E. Sintaxe gerativa. In: OTHERO, G. & KENEDY, E. (Org.). **Sintaxe, sintaxes: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 11-26.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org). **Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa**. Lisboa: Editora Caminho, 1993.
- LOBATO, Lúcia Maria P. **Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação**. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio. **Flos Sanctorum: verbete**. 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/flos-sanctorum/>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. **Um flos sanctorum trecentista em português**. Brasília: Editora UNB, 2009.

- MACHADO FILHO, Américo V. L. Aquisse começa huu exeplo perque pode home entender algumas diferenças antre dous manuscritos que de consuu tratam da uida de Tassis Molher que foy muy pecador. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 4, p. 69-95, 2001.
- MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia *et al* (Org.). **ROSAE: linguística histórica, história da língua e outras histórias**. Salvador: Edufba, 2012. p. 533-542.
- MARTINS, Ana Maria. Ainda os mais antigos textos escritos em português: documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, I. (Org.) **Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão**. Lisboa: Cosmos/FLUL, 1999, pp. 491-531.
- MATEUS, M. H. M et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas**. Elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989. 870 p.
- MATTOS E SILVA 1992 **Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico** Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, ano 1, v.I, 85-99, jul./dez.1992
- MATTOS E SIVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo V. L. **O Português Quinhentista: estudos linguísticos**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MATTOS E SIVA, Rosa Virgínia. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 2016.
- MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcellos. **Novo Manual de Sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007. 280 p.
- MOURA, Teresa Maria Teixeira de. **As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII**. Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro: Vila Real, 2012.
- NASCIMENTO, André Marques do. Variação e mudança na expressão do dativo em comunidades rurais goianas e suas relações com as origens do português brasileiro. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p.36-74, 2º semestre 2009.
- NUNES, Jairo. Prefácio. In: OTHERO, G. & KENEDY, E. (Org.). **Sintaxe, sintaxes: uma introdução**. SP: Contexto, 2015, p. 7-8.
- OLIVEIRA, Fernão de. **A Gramática da linguagem portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeus Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, [1536]/2000.
- PAIVA, Maria da Conceição A. de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolinguística brasileira. In: **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2019.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, Claudia; NUNES, José H. (Org.). **Introdução às Ciências das Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento**. Campinas: Pontes, v. 3, p. 11-48, 2006.
- RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portugueza**. 2. ed. São Paulo: Teixeira e Irmãos, 1885. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26054>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática elementar da língua portuguêsã**. 9. ed. atualizada pelo prof. Adriano da Gama Kury. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28 ed. Cultrix, 2012[1916].
- SILVA NETO, **História da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1986.



- TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TORRES-MORAIS; BERLINCK, R. de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In.: LOBO, T.; RIBEIRO, J.; CARNEIRO, Z; ALMEIDA, N. (Orgs.) **Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDUFBA, p. 73-106, 2006.
- VASCO DA GAMA, N. **A variação do latim e a formação das línguas românicas**. Salvador, Qvinto Império, n. 5, p. 39-51, 1995.
- VIDOS, B. E. **Manual de Linguística Românica**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1996.
- WEEDWOOD, B. **História concisa da lingüística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2019.

## APÊNDICE A

Classificações e exemplos dos verbos encontrados no documento Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense

VERBO	CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLO	FONTE
Abaixar	Transitivo direto	<i>abaixou os ceéos</i>	VDSP_f78r
Abraçar	Transitivo direto	<i>veo a m̃y. E abraçou-me.</i>	VDUM_f74r
Abrir	Ergativo	<i>el abryo os olhos</i>	VisDT_f124r
Acabar	Ergativo	<i>depois que acabavam a horaçom</i>	VSME_f53r
Acender	Transitivo direto	<i>os diaboos sopravõ aq(ue)lles carvõoes e acẽdyã-nos</i>	VisDT_f131r
Achar	Bitransitivo	<i>ally acharás boa folgança</i>	VSME_f60r
Acompanhar	Transitivo direto	<i>moços seus e moças que a (con)panhavã</i>	VDSP_f75v
Acontecer	Inacusativo	<i>veja que aconteçeo a minha filha Eufrosina</i>	VDE_f46v
Acorrer	Transitivo direto	<i>acorrya-me aas armas da oraçom</i>	VSME_f61v
Acrescentar	Bitransitivo	<i>Acreçentando ssenpre as req(ue)zas</i>	VSME_f52v
Acusar	Transitivo direto	<i>toda creatura os acusará</i>	MSJ_f91v
Adereçar	Transitivo direto	<i>rrogo-te que me aderenças</i>	VSME_f60r
Adoecer	Inacusativo	<i>Este cavaleyro veeo a adoecer</i>	VisDT_f124r
Adorar	Transitivo direto	<i>adorey o lenho da Santa Cruz</i>	VSME_f60r
Aduzir	Bitransitivo	<i>quẽ te aduse aás tréevãs</i>	VisDT_f130v
Afastar	Bitransitivo	<i>affastasse de m̃as maas e çujas cuidaçoons</i>	VSME_f61v
Aficar	Transitivo direto	<i>aficarõ muito ho padre</i>	VDE_f43r
Afirmar	Bitransitivo	<i>afirmando ei sobre m̃y os se(os) olh(os)</i>	MSJ_f90r
Afremosentar	Transitivo direto	<i>affremosentando seu rrostro</i>	VDSP_f76r
Afugentar	Transitivo direto	<i>afugõtava toda aquella cuydaçõ</i>	VSME_f61v
Afundar	Ergativo	<i>afundou-se nos áábissos</i>	VisDT_f131v
Aguardar	Transitivo direto	<i>aguardavã os sseus conpanheiros</i>	VSME_f58r
Ajudar	Transitivo direto	<i>que os ajudasse em ssuas tentaçoões</i>	VSME_f53r
Ajuntar	Bitransitivo	<i>ajũtar a t(e)r(r)a aas pedras</i>	MSJ_f90r
Alçar	Bitransitivo	<i>alçou as maaãs ao çeeo</i>	VSME_f56r
Alegrar-se	Inacusativo	<i>alegrou-sse cõ grande prazer</i>	VSME_f63v
Alimpar	Transitivo direto	<i>alinpando a mente dos pecad(os)</i>	VDSP_f76v
Alongar	Bitransitivo	<i>alongues de m̃y a tua ajuda</i>	MSJ_f95r
Alumear	Transitivo direto	<i>alomea este cego</i>	MSJ_f95r
Amar	Transitivo direto	<i>amadores que ha amavam</i>	VDT_f66v
Ameaçar	Transitivo direto	<i>hunhas de ferro cõ que estavã ameeçãdo a alma</i>	VisDT_f130v
Amercear	Transitivo indireto	<i>te amerçeaste de m̃i</i>	VSME_f60r
Amoestar	Transitivo direto	<i>amoesta o abbade Johane do moesteyro</i>	VSME_f63r
Amostrar	Bitransitivo	<i>e amostrar-tẽ-ey o imiigo</i>	VisDT_f130v
Andar	Transitivo direto	<i>andou-o a santa molher ã hũa ora</i>	VSME_f65r
	Inacusativo	<i>Começarõ entõ de andar cõtra o Inferno</i>	VisDT_f130v
Apagar	Ergativo	<i>q(ue)m apagou a minha candeia</i>	VDE_f46v
Aparecer	Inacusativo	<i>o diaboo apareceo nuu</i>	VDSP_f79v
Aparelhar-se	Transitivo direto	<i>aparelhou-se o s(ã)c(t)io homem p(er)a a paixom do Salvador</i>	VSME_f52v
Apertar	Transitivo direto	<i>como ap(er)tam o bagaço das huvas</i>	VisDT_f131r
Apodrecer	Inacusativo	<i>todas apodreçerom</i>	VSME_f62r
Aprazer	Transitivo direto	<i>e se a justiça te praz</i>	MSJ_f93r
Aprender	Transitivo direto	<i>eu nunca aprendy leteras</i>	VSME_f62r
Aproveitar	Transitivo direto	<i>aproveytara muito ã no amor de Deos</i>	VDUM_f73v
Aquecer	Transitivo direto	<i>em qual q(ue)r logar que sse lhe aqueçesse a noyte</i>	VSME_f54r
Arder	Inacusativo	<i>cõ os q(ua)ẽes arderás no fogo do Inferno</i>	VisDT_f124v
Arredar	Transitivo indireto	<i>de ty aredam</i>	MSJ_f95r
Arrepende-se	Inacusativo	<i>o santo homẽ ficou e rrependeo-sse</i>	VSME_f64v
Assemelhar	Inacusativo	<i>seus olhos semelhavã outeiros acesos</i>	VisDT_f126v
Assentar	Transitivo indireto	<i>asentey-me ã huũ canto</i>	VSME_f59r
Assinalar	Transitivo direto	<i>emtom asiinou o abbade Asmarado</i>	VDE_f45v
Atender	Transitivo direto	<i>nom atendendo louvor d(os) homeẽs</i>	VDSP_f77v
Atormentar	Transitivo direto	<i>tu atormentaste assy as tuas carnes</i>	VSME_f56v
Avondar	Inacusativo	<i>Nom te avondava a cidade</i>	VDSP_f80r
Avorrecer	Transitivo direto	<i>estes pecados e maldades agora avorreci</i>	VDSP_f78v
Baratar	Intransitivo	<i>melhor baratam que aquelles que se lançam ao prazer da carne</i>	VDUM_f74v
Bastar	Inacusativo	<i>A m̃y asaz abastam as riq(ue)zas de meu senhor</i>	VDSP_f81r
Bater	Transitivo indireto	<i>bateo aas portas</i>	VSME_f51v
Batizar	Transitivo direto	<i>bautizou-a</i>	VDE_f42v
Beber	Transitivo direto	<i>eu bevia muito vinho</i>	VSME_f61r
Beijar	Transitivo direto	<i>beygou a façe da santa monga</i>	VDE_f49v
Benzer	Transitivo direto	<i>benzeu-a</i>	VDE_f43r
Bradar	Intransitivo	<i>começou o santo homem a braadar</i>	VSME_f54v
Buscar	Transitivo direto	<i>os que te veem e buscam</i>	MSJ_f94v
Caber	Inacusativo	<i>nũca pode caber em esp(er)ança nẽ en penssamẽto</i>	VisDT_f137r
Caçar	Transitivo direto	<i>p(er)a caçar p(er)a p(er)diçom das almas ((L)) dos inoçentes</i>	VSME_f58v
Cair	Inacusativo	<i>e cayã sobre aq(ue)llas brasas acesas</i>	VisDT_f125v
Calar	Transitivo direto	<i>todo aquel ano sse calou</i>	VSME_f63r
Cantar	Transitivo direto	<i>cantavõ muy doces cantos</i>	VisDT_f134v
Çarrar	Ergativo	<i>çarrou-se a nocte</i>	VDUM_f74r
Carregar	Transitivo direto	<i>carregou os nẽbr(os) fedorẽt(os)</i>	MSJ_f96r
Castigar	Transitivo direto	<i>nem as tormentas dos ventos nõ me castigavom</i>	VSME_f58v
Catar	Transitivo direto	<i>catando algũu homẽ santo</i>	VDE_f42v
Cavar	Transitivo direto	<i>o liom começou a cavar a terra</i>	VSME_f65v
Cercar	Transitivo direto	<i>cerquarõ a alma</i>	VisDT_f124v
Cercear	Transitivo direto	<i>nom q(ue)ria que a çerçesse nẽhũu leigo</i>	VDE_f44r
Chamar	Transitivo direto	<i>chamou o abbade huũ mõge</i>	VDE_f45v
Chegar	Inacusativo	<i>chegam(os) aa porta da morte</i>	VisDT_f127v
Chorar	Transitivo direto	<i>E o ssogro chorava ssua nora</i>	VDE_f46v
	Intransitivo	<i>cõ lag(r)mas chorarom anbos</i>	VSME_f54v

Cingir	Transitivo direto	<i>e cingé-o arredor de ssy</i>	VSME_f55r
Coar	Transitivo direto	<i>depois que eram derretudas coavã-nas</i>	VisDT_f125v
Cobiçar	Transitivo direto	<i>o senhor cobliça muito a tua fremosura</i>	VisDT_f135r
Cobrar	Transitivo direto	<i>cobrou o houtro olho</i>	VDE_f49v
Cobrar	Transitivo direto	<i>tanto qui ha tangeo logo cobrou o houtro olho</i>	VDE_f49v
Cobrir	Transitivo direto	<i>cobryo a parte neçessarya do corpo</i>	VSME_f55r
Colher	Transitivo direto	<i>colhia ssua filha</i>	VDE_f46r
Combater	Transitivo direto	<i>me (con)baterom mui bravamente</i>	VSME_f61r
Começar	Ergativo	<i>Aqui sse começa a vida de euffrossina</i>	VDE_f42r
	LOCUÇÃO SEM PREPOSIÇÃO	<i>começou ffallar pallav(ra)s (con)sollatorias</i>	VDSP_f75r
	LOCUÇÃO COM PREPOSIÇÃO DE	<i>começou de lhe beygar os sseus mui santos pees</i>	VSME_f65r
	LOCUÇÃO COM PREPOSIÇÃO A	<i>o liô começou a fazer sinal ao santo homê</i>	VSME_f65v
Comer	Transitivo direto	<i>os pescados que comia ê ho Egipto</i>	VSME_f61r
Cometer	Transitivo direto	<i>E ella cometya muitas vezes baralha</i>	VDUM_f73v
Comprar	Transitivo direto	<i>côprey delles tres paiees</i>	VSME_f60v
Compreender	Transitivo direto	<i>aq(ue)la claridade que te nõ pode comprehender</i>	MSJ_f93v
Comungar	Intransitivo	<i>que eu comungey em ho oratoryo</i>	VSME_f63r
Conceder	Transitivo direto	<i>concedeo</i>	VDSP_f81v
Confessar	Bitransitivo	<i>confesar-m'ey a ty</i>	MSJ_f95r
Confiar	Transitivo indireto	<i>confio ê Deos e em as tuas horaçooês</i>	VDE_f45r
Confortar	Transitivo direto	<i>confortava os sinplezes e fracos</i>	VDSP_f77v
Confundir	Transitivo direto	<i>o fedor delle me cõfonde</i>	VisDT_f131v
Conhecer	Transitivo direto	<i>conhocerõ todoll(os) homêes</i>	VisDT_f136v
Conjurar	Bitransitivo	<i>e te conjuro pollo verbo de Deos êcarnado que</i>	VSME_f62v
Consecrar	Transitivo direto	<i>consecraste</i>	VDSP_f80r
Consentir	Transitivo indireto	<i>ella (con)sentio aas pallavras do s(ã)c(t)o homê</i>	VSME_f55v
Considerar	Transitivo indireto	<i>cõsiirey de filhar a de minha madre</i>	VDUM_f74r
Consolar	Transitivo direto	<i>A qual o s(an)c(t)o bispo Nono consolava</i>	VDSP_f81v
Constranger	Transitivo direto	<i>que me nom costrangesses</i>	VSME_f58r
Contar	Bitransitivo	<i>m[e] contes todas estas cousas</i>	VSME_f56v
Contemplar	Transitivo direto	<i>o avemos de veer e de (con)tenplar su[a] façe</i>	VDSP_f76r
Contentar	Transitivo indireto	<i>te contentaste de muytas e desvayradas nacões</i>	VDSP_f80r
Contorvar	Transitivo direto	<i>por que te (con)torvas</i>	VDE_f49r
Contradizer	Transitivo indireto	<i>possa contradiz(er) aa tua vôtade</i>	MSJ_f94r
Contristar	Transitivo direto	<i>te contristey</i>	VDSP_f80v
Converter	Bitransitivo	<i>os que sse convertem a elle</i>	VSME_f60v
Convidar	Bitransitivo	<i>a karydade de Jhesu Cristo te (con)vidou p(er)a</i>	VSME_f52r
Convir	Inacusativo	<i>convem a ssaber gaanhar vida luxuriosa</i>	VSME_f57v
Correr	Inacusativo	<i>o santo hom(ê) corrya mais que ella</i>	VSME_f54v
Corrigir	Transitivo direto	<i>correglia os /  que  eram de correger</i>	VDSP_f77v
Corromper	Transitivo direto	<i>q(ue)m corronpeu ha ffremosura da minha filha</i>	VDE_f46v
Crer	Transitivo direto	<i>crêr as esc(ri)turas e os conselhos dos bóos</i>	VisDT_f130v
	Transitivo indireto	<i>eu c(re)o ê Jhesu Cristo</i>	VSME_f56v
Crescer	Inacusativo	<i>g(ra)nde esperança de ssaude me creçe</i>	VSME_f62r
Criar	Transitivo direto	<i>este he o que tu c(ri)áás</i>	VisDT_f125r
Crucificar	Transitivo direto	<i>tanto como se te crucificasem outra vez</i>	MSJ_f92v
Cuidar	Transitivo direto	<i>Paulo coidou que era o lleyto do abbade</i>	VDT_f67v
Cumprir	Transitivo direto	<i>e (con)prio ho meu desejo</i>	VDE_f49v
Curar	Transitivo direto	<i>Deos ssoomente ssabe curar a fraq(ue)za humanal</i>	VSME_f52r
Cuspir	Transitivo direto	<i>A s(er)va de Deos q(ua)ndo esto ouviu soprou e cospio o diaboo</i>	VDSP_f80v
Dar	Bitransitivo	<i>nosso rremiidor deu ao sseu pooboo firme paz</i>	VSME_f56r
	Transitivo direto	<i>davõ os sãos segundo a vôtade daq(ue)llas companhas</i>	VisDT_f134v
Declarar	Transitivo direto	<i>declarar</i>	VDSP_f77r
Defender	Bitransitivo	<i>me defenda de ty</i>	VDSP_f80v
Deitar	Inacusativo	<i>deytou-sse aos sse(os) pees</i>	VDE_f47v
	Bitransitivo	<i>deítarõ-na no vêtre daq(ue)lla besta</i>	VisDT_f127r
	Transitivo direto	<i>depoys que deitava muitas lagrimas</i>	VSME_f61v
Deixar	Transitivo causativo	<i>rrogava que me leixasse ficar</i>	VDUM_f74r
	Transitivo predicativo	<i>leixando-o vão e vazio</i>	MSJ_f94r
	Bitransitivo	<i>a quê leyxasse ssua rreq(ue)za</i>	VDE_f42v
	Transitivo direto	<i>leixou a vistidura de molher</i>	VDE_f45r
	Transitivo indireto	<i>nõ leixes de (con)tar o que começaste</i>	VSME_f58r
Deleitar	Transitivo indireto	<i>vos delectastes na grande fremosura desta molher</i>	VDSP_f75v
Demandar	Bitransitivo	<i>demandemos a Noso Senhor que lhe p(ra)za de nos mostrar</i>	VDE_f47r
	Transitivo direto	<i>aaq(ue)lles que o demandã de todo coraçõ</i>	VSME_f66r
Demonstrar	Bitransitivo	<i>que demostraste a mĩ pecador todos os bees</i>	VSME_f62v
Derreter	Transitivo direto	<i>que se derretiam</i>	VisDT_f130r
Derrubar	Transitivo direto	<i>derribam a mynha casa</i>	VDSP_f80r
Desaparecer	Inacusativo	<i>desapareceo o angeo</i>	VisDT_f127r
Descender	Transitivo indireto	<i>decendes ao homê publicano e pecador</i>	MSJ_f90r
Descer	Transitivo indireto	<i>decerás</i>	MSJ_f91r
Descobrir	Transitivo direto	<i>que me todo nom descubras</i>	VSME_f61r
Desejar	Transitivo direto	<i>desejam outra cousa</i>	MSJ_f94v
Desemparar	Transitivo direto	<i>desenpara todas as cousas</i>	VDE_f45r
Desesperar	Inacusativo	<i>desesperes nõ hũa cousa</i>	VDE_f48r
Desligar	Bitransitivo	<i>deslega-me deste laço</i>	MSJ_f95v
Desnudar	Transitivo direto	<i>p(er) ty meesmo ho desnua</i>	VDE_f49v
Desobedecer	Transitivo indireto	<i>temo-me desobedeçer a meu padre</i>	VDE_f44r
Despedaçar	Transitivo direto	<i>p(er)a despedaçar as almas</i>	VisDT_f127v
Despedir	Transitivo indireto	<i>ssalvaron-sse e espidiron-sse huũ do outro</i>	VSME_f64v
Despender	Transitivo direto	<i>despen[de]sse em obras da egreja</i>	VDSP_f81r
Desposar	Transitivo direto	<i>desposa-te cõ Jhesu Cristo</i>	VDE_f44r
Desprender	Transitivo direto	<i>todo o seu tẽpo despenderom ê vaidades</i>	MSJ_f91v

Desprezar	Transitivo indireto	<i>se p(ri)meyram(en)t(e) non desprecar de vīr a ty</i>	MSJ_f94v
	Transitivo direto	<i>desprezaria Noso Senhor tanto trabalho dos frayres</i>	VDE_f47r
Destruir	Transitivo direto	<i>q(ue)m destrou a minha possissom</i>	VDE_f46v
Desvestir	Transitivo direto	<i>E logo desvistyo huū pano mui velho</i>	VSME_f55r
Dever	LOCUÇÃO COM PREPOSIÇÃO DE	<i>Deviam de leixar de pecar por temor d(os) torment(os) d(os) diaboos</i>	MSJ_f91v
	LOCUÇÃO COM PREPOSIÇÃO A	<i>devia homē a amar os filhos mais que Deos</i>	VDE_f48r
Disponer	Transitivo direto	<i>Deos todo poderoso despos e hordenou</i>	VDE_f49v
Dizer	Bitransitivo	<i>E disse ella ao santo homē</i>	VSME_f55v
Doer-Se	Inacusativo	<i>o abbade Panunçio doeu-sse della</i>	VDT_f67r
Doestar	Transitivo direto	<i>começarom de a doestar</i>	VisDT_f124v
Dormir	Intransitivo	<i>dormia em a terra</i>	VSME_f54r
Durar	Inacusativo	<i>o q(ua)ll dorou p(er) muitos días</i>	MSJ_f96r
Duvidar	Transitivo indireto	<i>dovidava</i>	VDE_f49r
E~ader (Acréscitar)	Transitivo direto	<i>a santa molher êadeu mais</i>	VSME_f63r
Edificar	Transitivo direto	<i>de hedificar out(ro) homē</i>	VSME_f52r
Embargar	Transitivo direto	<i>a q(ua)l êbargou a vista d(os) olh(os) del(es)</i>	MSJ_f95v
Embebedar	Transitivo direto	<i>embebeda-me</i>	MSJ_f95v
Emendar	Transitivo direto	<i>e enmendou-os</i>	VSME_f66r
Empecer	Transitivo indireto	<i>nō lhe podyã enpecer</i>	VisDT_f130v
Emprenhar	Transitivo direto	<i>enp(re)nhavã</i>	VisDT_f129r
Empuxar	Transitivo direto	<i>hũa virtude de Deos me enpuxava</i>	VSME_f59r
Encantar	Transitivo indireto	<i>os q(ua)es cada día acatã ã na tua grande fermusura</i>	MSJ_f92r
Encher	Transitivo direto	<i>nō enches o ventre</i>	MSJ_f92v
Encobrir	Transitivo direto	<i>cal logar emcobre tal rrostro</i>	VDE_f46v
Encomendar	Transitivo direto	<i>en cujas mãã(os) encomendo ho meu sp(iri)tu</i>	MSJ_f95v
Endurecer	Inacusativo	<i>os quaes emdureçerã pollos tenpos</i>	VSME_f61r
Enduzir	Transitivo direto	<i>p(er) os quaaes o diabo me êduziã</i>	VDSP_f79v
Enfeitar	Transitivo direto	<i>nom nos affectam(os)</i>	VDSP_f76r
Enganar	Transitivo direto	<i>muytos êganey</i>	VDSP_f78v
Engolir	Transitivo direto	<i>a besta engoly-a</i>	VisDT_f129v
Enjeitar	Transitivo direto	<i>nom engeytaste os meus rrogos</i>	VSME_f60r
Enlaçar	Transitivo direto	<i>emlace</i>	VDSP_f79r
Ensinar	Bitransitivo - OI + OD	<i>e êsynou-lhe como orasse</i>	VDT_f67r
	Bitransitivo - OD + OD	<i>a palav(ra) de Deos que ssempre vive inssyna homē toda sciência</i>	VSME_f62r
Ensujar	Transitivo direto	<i>que homē êçuge o teu corpo</i>	VDE_f44r
Entender	Transitivo direto	<i>êtenderás todas</i>	MSJ_f91v
Entender	Transitivo direto	<i>êtendeo</i>	VDE_f49v
Enterrar	Transitivo direto	<i>enterra em este logar M(ari)a</i>	VSME_f65r
Entrar	Inacusativo	<i>êtrou na p(ri)meira casa</i>	VDT_f66v
Entregar	Bitransitivo	<i>entreguey-a</i>	VisDT_f127v
Enviar	Bitransitivo	<i>lhe emviou hũa letera</i>	VDSP_f78r
Envolver	Bitransitivo	<i>êvolvía a frol da minha mançebia em obras çujas</i>	VSME_f57v
Erguer	Inacusativo	<i>poucas vezes sse podya erger do leyto</i>	VDUM_f73v
Escapar	Transitivo indireto - de	<i>escapando de muitos p(ri)goos</i>	VSME_f61v
	Transitivo indireto - a	<i>p(er)a poderē escapar aas cousas deste ssegre</i>	VSME_f52v
Escolher	Transitivo direto	<i>escolher a vida de meu padre</i>	VDUM_f74v
Esconder	Transitivo direto	<i>nom asconderey nehũa cousa</i>	VSME_f57r
Escrever	Transitivo direto	<i>Esto spreví</i>	VDE_f50v
Esculdrinhar	Transitivo direto	<i>ca nō pode nēhuū de nos esculdrinhar o aviso dos juizos de Deos</i>	VSME_f56v
Escusar	Transitivo direto	<i>nō podes escusar que alã nō entres</i>	VisDT_f127v
Escutar	Transitivo direto	<i>e escuitava muy bem os psalmos</i>	VDE_f43r
Esfoliar	Transitivo direto	<i>p(er)a as esfollar</i>	VisDT_f127v
Esguardar	Transitivo direto	<i>esguardando aquela que tanto desejava veer</i>	VSME_f63v
Espalhar	Transitivo direto	<i>espalhaste o teu p(re)cioso sangue</i>	MSJ_f91r
Espantar-se	Inacusativo	<i>q(ua)ndo virō aq(ue)llo espantarō-sse muito</i>	VisDT_f124r
Esparger	Transitivo direto	<i>esparger muitas lagrimas</i>	VSME_f59v
Esperar	Transitivo direto	<i>E esp(er)arom entom os mizquinh(os) a cruel sentença</i>	MSJ_f91v
	Transitivo indireto - por	<i>esp(er)am por ty</i>	VisDT_f127v
	Transitivo direto preposicionado	<i>esperando a achar alguū s(ã)nc(t)io padre no des(er)to</i>	VSME_f54r
	Transitivo indireto - em	<i>esp(er)ando ã Nosso Ssenhor</i>	VSME_f60v
Esperter	Transitivo direto	<i>chamou e spertou sua madre</i>	VDSP_f80v
Esquecer	Transitivo direto	<i>lhe esqueciã todoll(os) outr(os) sabores</i>	VisDT_f134r
Estar	Copulativo	<i>hũu muy grande lago que estava cub(er)to de jeada</i>	VisDT_f129r
	Existencial	<i>em os rramos desta arvore estavã muitos lirios e muitas rosas</i>	VisDT_f134v
Estatuir	Transitivo direto	<i>Estatuyo</i>	VDSP_f74v
Estender	Transitivo direto	<i>E tendeo entō o angeo a mãao</i>	VisDT_f125r
Estimar	Transitivo direto	<i>Estimo que</i>	VSME_f60v
Exaltar	Transitivo direto	<i>exalcas</i>	MSJ_f94v
Excitar	Transitivo direto	<i>ençitava</i>	VDE_f45v
Falar	Bitransitivo	<i>começou Esmarado de lhe falar</i>	VDE_f47v
Falecer	Inacusativo	<i>a verdade nunca faleçe</i>	VSME_f64r
Falejar	Intransitivo	<i>falejar</i>	VisDT_f124r
Falsar	Transitivo direto	<i>nom falssasse</i>	VSME_f61v
Fartar	Transitivo direto	<i>fartas o pobre justo</i>	MSJ_f94r
Fazer	Intransitivo	<i>fhez tam boo tempo</i>	VDUM_f74r
	Transitivo direto	<i>faziã grandes pellegas</i>	VDT_f66v
	Transitivo causativo	<i>fezeste p(er)der tantas almas</i>	VDT_f66v
	Transitivo predicativo	<i>f[faras d'el saão</i>	MSJ_f95r
	Bitransitivo	<i>ffazia muytas esmollas aos proves</i>	VDE_f42v
Feder	Inacusativo	<i>o fogo fedia muy feramēte</i>	VisDT_f125v
Ferir	Transitivo direto	<i>firir os peitos cō minhas maaos</i>	VSME_f59v
	Transitivo indireto	<i>fery em ela</i>	VDSP_f81v
Ferver	Inacusativo	<i>faziã ferver</i>	VisDT_f127r

Ficar	Copulativo	<i>ficou mui t(ri)ste e choroso</i>	VDE_f46r
	Bitransitivo	<i>todos ficavã os joelhos ante aq(ue)ll rrey</i>	VisDT_f132v
Filhar	Transitivo direto	<i>filhou panos de sagral por prezo de seu pecado</i>	VDT_f66v
Finar	Inacusativo	<i>finar ao gl(ori)oso bar(am)</i>	MSJ_f95v
Fingir	Transitivo direto	<i>fungia que fazia horaçom</i>	VSME_f56v
Folgar	Inacusativo	<i>folgou huũ pouco de sseu trabalho</i>	VSME_f54r
Formar	Transitivo direto	<i>formaste</i>	VDSP_f76v
Fornicar	Intransitivo	<i>nõ fornigas</i>	VisDT_f124v
Fugir	Transitivo indireto - de	<i>fuge de todas as rrequezas de teu padre</i>	VDE_f45r
	Transitivo indireto - a	<i>fugem aas treevas deste mundo</i>	VSME_f64r
	Transitivo direto	<i>aq(ue)l emmiigo que eu queriia fugir</i>	VDSP_f79r
Furtar	Transitivo direto	<i>hũa vaca que furtaste</i>	VisDT_f127v
Ganhar	Transitivo direto	<i>ssenpre homem ganha obras ssem fruto</i>	VSME_f53v
Garnecer	Transitivo direto	<i>a garneço</i>	VDSP_f76v
Gastar	Transitivo direto	<i>gastavã as antradhanhas do meu coraçõ</i>	VSME_f61v
Gemer	Intransitivo	<i>começou de jemer</i>	VisDT_f124r
Gerar	Transitivo direto	<i>que geeraste o verbo de Deos</i>	VSME_f59v
Glorificar	Transitivo direto	<i>gloryffcando Nosso Ssenhor Deos</i>	VSME_f66r
Gostar	Transitivo direto	<i>gostar(om) a morte</i>	MSJ_f92r
	Transitivo indireto	<i>p(er)a gostares agora hũa pouco desto</i>	VSME_f64v
Guardar	Transitivo direto	<i>huũ monge que guardava as portas do m(osteiry)o</i>	VSME_f51v
Guisar	Transitivo direto	<i>guissasse hũa çella solitaria</i>	VDE_f46r
Haver	Existencial	<i>avya na sua boca duas serpentes</i>	VisDT_f126v
	Transitivo direto	<i>eu ey muitas possissooes</i>	VDE_f45v
	Inacusativo	<i>Hũ dia aveo que faziam festa</i>	VDE_f43v
Honrar	Transitivo direto	<i>Horando ho santo homẽ Zozimas ã aq(ue)l moesteiro</i>	VSME_f52r
Humilhar	Transitivo direto	<i>Humilho-me eu a ty</i>	MSJ_f92r
Inclinar	Transitivo direto	<i>ẽclinou outra vez a ssua ffaçe ã terra</i>	VSME_f52r
Interpretar	Transitivo direto	<i>em(re)petou-lhe a esc(r)itura</i>	VDE_f48r
Ir	Inacusativo	<i>todos hiam a Jh(erusalem)</i>	VSME_f57v
Jazer	Inacusativo	<i>hu jazia o corpo da santa molher</i>	VSME_f64v
Jejuar	Intransitivo	<i>cada hũu jejuava como lhe p(ra)z</i>	VDE_f44r
Jogar	Transitivo direto	<i>jogando</i>	VSME_f58r
Julgar	Transitivo direto	<i>ha-de julgar-nos</i>	VDSP_f76r
Juntar	Bitransitivo	<i>e q(ui)seste-a ajuntar cõ os teus sanct(os)</i>	VisDT_f133v
Lançar-se	Bitransitivo - a	<i>se lançava aos pees do abbade</i>	VDE_f48r
	Bitransitivo - em	<i>lançava-m(e) ã t(e)rra</i>	VSME_f61v
Lavar	Transitivo direto	<i>lavey a ffaçe e os pees cõ a augua do rrio</i>	VSME_f60v
Lazerar	Inacusativo	<i>lazeravõ muy mal en esta pena</i>	VisDT_f130v
Lembrar	Transitivo indireto	<i>nembrou da palav(ra) da santa molher</i>	VSME_f63r
Ler	Transitivo direto	<i>liias os psalmos ou outros liv(r)os</i>	VSME_f62r
Levantar	Transitivo direto	<i>huũ dia levantou os olhos contra o horyente aos çeeos</i>	VSME_f54r
Levar	Bitransitivo	<i>levou-o aaquel moesteiro</i>	VSME_f51v
Lidar	Transitivo indireto	<i>lidey cõ as coydações carnaaes</i>	VSME_f61r
Limpar	Transitivo direto	<i>os alinpava</i>	VDSP_f78v
Livrar	Bitransitivo	<i>livrou ho meu corpo e a minha alma de todoll(os) p(r)igoos</i>	VSME_f62r
Louvar	Transitivo direto	<i>e a tua visam glorificam eles e louvam</i>	MSJ_f92v
Maldizer	Transitivo indireto	<i>maldizes ao mizquinho do rico</i>	MSJ_f94r
Mandar	Transitivo causativo	<i>lhe mandou fazer huũa çella peq(ue)na</i>	VDT_f67r
	Bitransitivo	<i>o abbade mandou aa çidade huũ dos frades</i>	VDE_f43v
Manter	Transitivo direto	<i>que a mãteveessẽ</i>	VisDT_f132v
Maravilhar-se	Inacusativo	<i>maravilhava-sse muito</i>	VSME_f56r
Marteirar	Transitivo direto	<i>marteirav'as</i>	VisDT_f131r
Mastigar	Transitivo direto	<i>te mastigam</i>	MSJ_f93r
Matar	Transitivo direto	<i>por que te matas</i>	VDE_f49r
Meditar	Transitivo indireto	<i>meditar nas santas pallav(ras)</i>	VSME_f51r
Menosprezar	Transitivo direto	<i>os que te agora me(os) p(re)çam</i>	MSJ_f91r
Mentir	Transitivo indireto	<i>mêtes em nas cousas</i>	VisDT_f125r
Merecer	LOCUÇÃO SEM PREPOSIÇÃO	<i>pellos teus rrogos mereça achar mis(er)cordia</i>	VSME_f57r
	LOCUÇÃO COM PREPOSIÇÃO DE	<i>mercy de veer todos os ssacramentos</i>	VSME_f60r
Meter	Bitransitivo	<i>mete-o na çella</i>	VDE_f47v
Minguar	Transitivo indireto	<i>nom mĩguava por em de fazer obras de suas mãos</i>	VSME_f51r
Misturar	Bitransitivo	<i>mist[ur]rey-me com os outros</i>	VSME_f60r
Molhar	Transitivo direto	<i>molhando a terra</i>	VDSP_f76v
Morar	Transitivo indireto	<i>morou ã aquella meesma çella</i>	VDE_f50v
Morder	Transitivo direto	<i>mordiam</i>	VisDT_f129r
Morrer	Inacusativo	<i>aqy mor(r)em</i>	MSJ_f92v
Mortificar	Transitivo direto	<i>aviam cuidado de mortificar sseus p(ro)p(rios) corpos</i>	VSME_f52r
Mostrar	Bitransitivo	<i>n(os) mostre aq(ue)lla bem aventurada gl(or)ia</i>	VisDT_f137r
Mover	Transitivo direto	<i>ella movia tam ssolamente os beijos</i>	VSME_f56r
Mudar	Inacusativo	<i>mudou ã tal guysa sua vida</i>	VisDT_f124v
Nascer	Inacusativo	<i>naçeo por rreimir os homeês</i>	VSME_f56v
Negar	Bitransitivo	<i>negu(e)s saude aa minha alma</i>	VDSP_f79r
Nomear	Transitivo direto	<i>nomear o nome de Deos</i>	VDT_f67r
Obedecer	Transitivo indireto	<i>q(ue)ro obedeeçer</i>	VSME_f56r
Obrar	Transitivo direto	<i>a tribulaçom obra paçiençia</i>	VDE_f48r
Ofender	Transitivo indireto	<i>toda creatura que a ty ofendeo</i>	MSJ_f91v
Oferecer	Bitransitivo	<i>hooferecer a Deos oferta</i>	VDSP_f79r
Olhar	Transitivo direto	<i>olhando as gentes</i>	VSME_f58v
Omildar	Transitivo indireto	<i>por que te omildas tanto</i>	MSJ_f90r
Orar	Transitivo indireto	<i>orasse a Deos que lhe mostrasse sse lhe p(er)doara</i>	VDT_f67r
Ordenar	Transitivo direto	<i>hordenou</i>	VDE_f49v
Ornamentar	Transitivo direto	<i>sse ornament(ar)</i>	VDSP_f76r



Omar	Transitivo direto	<i>te horney</i>	VDSP_f80v
Ousar	Transitivo indireto	<i>nã ousavã de hir</i>	VisDT_f127v
Outorgar	Transitivo direto	<i>outorgou</i>	VDSP_f81v
Ouvir	Transitivo direto	<i>q(ua)ndo ouviu sua mensagem</i>	VDSP_f78r
Padecer	Transitivo direto	<i>padecerás muitas penas</i>	VisDT_f127v
Pagar	Transitivo direto	<i>Sse tu pagares o frete do navio</i>	VSME_f57v
Parar Mentos	Intransitivo	<i>parava mentos contra ho des(er)to</i>	VSME_f63v
Parecer	Inacusativo	<i>pareciã fugueiras acesas</i>	VisDT_f130v
Parir	Transitivo direto	<i>pariã s(er)pentos</i>	VisDT_f129r
Participar	Transitivo indireto	<i>participar com os pecadores</i>	VDSP_f78r
Partir	Inacusativo	<i>parti(r)a n-sse dally</i>	VSME_f65v
	Bitransitivo	<i>partyo o que avya cõ os pobres.</i>	VisDT_f132v
Passar	Transitivo indireto	<i>passou p(er)dante elles hũa jogressa</i>	VDSP_f75r
	Transitivo direto	<i>passou todas aq(ue)llas penas</i>	VisDT_f128v
	Inacusativo	<i>passava todo o dya e a noyte</i>	VSME_f61v
Pecar	Intransitivo	<i>Deviam de deixar de pecar por temor d(os) torment(os) d(os) diaboos</i>	MSJ_f91v
Pedir	Bitransitivo	<i>pidi licenca ao sob(re)dito bispo Nono</i>	VDSP_f81v
Pedoar	Bitransitivo	<i>P(er)doado te tem Deos os teus pecados</i>	VDT_f67v
Penar	Inacusativo	<i>tu penarás</i>	VisDT_f125r
Pensar	Transitivo direto	<i>as penas que aly sofreo nõ ha coraçõ que as podesse pensar</i>	VisDT_f127v
Perder	Transitivo direto	<i>p(er)der tantas almas</i>	VDT_f66v
Perdoar	Transitivo direto	<i>te p(er)doou Deos pella tua peendença</i>	VDT_f67v
Perecer	Inacusativo	<i>p(er)ecer(om)</i>	MSJ_f95r
	Transitivo direto	<i>Pereço (sentir/sofrer) a fome en este des(er)to</i>	MSJ_f95r
Perguntar	Bitransitivo	<i>tu me p(re)guntaste agora hũa cousa</i>	VSME_f61r
Pertencer	Transitivo indireto	<i>nẽ p(er)teñencia a elles nẽhũa cousa</i>	VSME_f52r
Poder	Transitivo direto	<i>assy como pôde</i>	VSME_f55r
Pôr	Bitransitivo	<i>põs sua face sobre seus gíolhos</i>	VDSP_f75v
	Inacusativo	<i>E alá poinha todos seus dias</i>	VDUM_f73v
Portar	Inacusativo	<i>cada huũ daquelles môges que assy hyam port(ar) ao des(er)to</i>	VSME_f53r
Possuir	Transitivo direto	<i>todas as cousas que possue</i>	VDE_f48r
Pousar	Intransitivo	<i>pousava</i>	VDSP_f78r
Prazer	Transitivo indireto	<i>nom praza aa santa molher</i>	VSME_f65r
Preceder	Transitivo direto	<i>esta molher nos ha-de p(re)çeder</i>	VDSP_f76r
Predicar	Bitransitivo	<i>p(re)dicava</i>	VDSP_f77v
Pregar	Transitivo direto	<i>começou de p(re)gar a palavra de Deos</i>	VisDT_f136r
Prender	Transitivo direto	<i>p(re)ndeo hũu daquelles dyabóos</i>	VisDT_f125r
Privar	Bitransitivo	<i>nom me q(ue)ras p(ri)var da tua santa morada</i>	VDSP_f76v
Prometer	Bitransitivo	<i>o que prometeo aos homeês</i>	VDSP_f77r
Provar	Inacusativo	<i>eu p(ro)vava p(er)a entrar</i>	VSME_f59r
Puxar	Transitivo direto	<i>puxavã-nas sobre a forja</i>	VisDT_f130r
Quedar	Transitivo indireto	<i>Nom quedey eu de minhas maas obras</i>	VSME_f58v
Queimar	Transitivo direto	<i>queimava as almas</i>	VisDT_f126v
Queixar	Transitivo indireto	<i>começou de sse q(ue)ixar</i>	VDE_f49r
Querer	Transitivo direto	<i>quer a morte dos pecadores</i>	VDSP_f74v
Quitar	Bitransitivo	<i>fosse quitar-sse dos pecad(os)</i>	VDSP_f81r
Receber	Transitivo direto	<i>recebem o teu gl(or)ioso corpo</i>	MSJ_f93r
Recontar	Transitivo direto	<i>rrecontãdo suas mĩguas</i>	VisDT_f127r
Redimir	Transitivo direto	<i>p(er)a nos remilr</i>	MSJ_f90v
Regar	Transitivo direto	<i>os pees do (san)c(t)io bispo Nono regava</i>	VDSP_f78v
Reinar	Intransitivo	<i>regnam os sanct(os) ã no ceoo</i>	MSJ_f94v
Relevar	Transitivo direto	<i>me releve TD mynhas maldades</i>	VDSP_f79v
Renovar	Inacusativo	<i>me rrenovem co(m)[o] de cabo</i>	VSME_f61r
Renunciar	Transitivo direto	<i>eu rrenunciarey ho ssegre e todas as ssuas cousas</i>	VSME_f59v
Reprender	Bitransitivo	<i>de tod(os) me muyto reprendi e reprendo</i>	VDSP_f78v
Representar	Bitransitivo	<i>ho ouvir rrepresenta ao Coraçom que nõ stam en ti os acidentos</i>	MSJ_f92r
Resplandecer	Inacusativo	<i>rresprandeciã como o sol</i>	VisDT_f134r
Responder	Bitransitivo	<i>Respond(ê)-lhe a s(ã)c(t)a molher</i>	VSME_f56r
Ressurgir	Inacusativo	<i>resurgiste</i>	MSJ_f91r
Ressuscitar	Inacusativo	<i>tu resuscitaste</i>	MSJ_f91r
Reter	Transitivo direto	<i>rrete-nas</i>	VisDT_f125r
Revogar	Bitransitivo	<i>revocases a vida sem fim a humanal natura</i>	MSJ_f91r
Revolver	Transitivo direto	<i>ho ãmiigo cruel me revolva</i>	VDSP_f79r
Rezar	Transitivo direto	<i>aq(ue)llo que rrezavã</i>	VDE_f43r
Roer	Transitivo direto	<i>rroya-nas</i>	VisDT_f129r
Rogar	Bitransitivo - OI + OD	<i>rrogou-lhe que orasse a Deos</i>	VDT_f67r
	Bitransitivo - OD + OD	<i>rrogava-a cõ muitas lagrimas que affastasse de mĩ</i>	VSME_f61v
Romper	Inacusativo	<i>sse rronperom</i>	VSME_f62r
Roubar	Transitivo direto	<i>rroubou</i>	VDE_f46v
Saber	Transitivo direto	<i>Sabes quem he Deos?</i>	VDT_f66v
Sacar	Bitransitivo	<i>sacavã-nas do fogo</i>	VisDT_f126r
Sair	Inacusativo	<i>começarom a sayr daq(ue)ll ma[a]o logar</i>	VisDT_f131v
Salvar	Transitivo direto	<i>salvar os pecadores</i>	VDSP_f78r
Sanar	Transitivo direto	<i>saãs os ãfermos</i>	MSJ_f93v
Satisfazer	Transitivo direto	<i>[te] satisfaz(er)</i>	VDSP_f80v
Saudar	Transitivo direto	<i>ssaudou os ffrades</i>	VDE_f48v
Secar	Ergativo	<i>q(ue)m ssecou a minha vinha</i>	VDE_f46v
Seguir	Transitivo direto	<i>segui os preceyt(os)</i>	VDSP_f78v
Semear	Transitivo direto	<i>este sancto fruyto semear</i>	VDSP_f79r
Semelhar	Inacusativo	<i>semelhava a sua cóor brasas vivas</i>	VisDT_f125v
Sentir	Transitivo direto	<i>senty hy huũ odor</i>	VSME_f60r
Ser	Copulativo	<i>molher que foy muyto peccatriz</i>	VDT_f66r
	Existencial	<i>na boca daq(ue)lla besta eram g(ra)ndes chamas de fogo</i>	VisDT_f126v
Servir	Transitivo indireto	<i>s(er)vindo a Nosso Senhor Deos</i>	VDE_f46r

Significar	Transitivo direto	<i>Esta arvor sinifica a s(an)c(t)a ig(re)ja</i>	VisDT_f135r
Sinar-Se	Transitivo indireto	<i>signou-sse do ssignal da cruz</i>	VSME_f56v
Sobejar	Inacusativo	<i>sobejava sobre os mōtes</i>	VisDT_f126v
Sobrepojar	Transitivo indireto	<i>seus sōos sob(re)pojavã sob(re) todollos estormētos</i>	VisDT_f134v
Soer	LOCUÇÃO COM PREPOSIÇÃO A	<i>soē a parir</i>	VisDT_f129r
	LOCUÇÃO COM PREPOSIÇÃO DE	<i>ē como soia de viver</i>	VDUM_f74r
	LOCUÇÃO SEM PREPOSIÇÃO	<i>ssoya sseer quando rogavam</i>	VDE_f47r
Sofrer	Transitivo direto	<i>nō sofrerás tantas penas</i>	VisDT_f125r
Soltar	Transitivo direto	<i>solta-me</i>	MSJ_f95v
Soprar	Transitivo direto	<i>sopravō aq(ue)lles carvōoes</i>	VisDT_f131r
Sorrir	Intransitivo	<i>sorriso-sse</i>	VSME_f58r
Sorver	Transitivo direto	<i>e a tenpestade me sorveo</i>	MSJ_f95v
Soster	Transitivo direto	<i>p(er)a soster a fraq(ue)za do corpo</i>	VSME_f53r
Soterrar	Transitivo direto	<i>ssoterrar este sancto corpo</i>	VSME_f65r
Suar	Inacusativo	<i>começou fortemente a ssuar</i>	VSME_f56r
Subir	Transitivo indireto	<i>ssoby com elles ē ho navio</i>	VSME_f58r
Subjulgar	Bitransitivo	<i>ssubjugasse a carne ao sp(irit)u</i>	VSME_f51r
Sujar	Transitivo direto	<i>nom ēçugarey esta carne com maaos feytos</i>	VSME_f59v
Suplicar	Bitransitivo	<i>suplicou</i>	VDSP_f80v
Suportar	Transitivo direto	<i>nō poderey soportar as tuas obras</i>	VDSP_f80r
Suspeitar	Transitivo direto	<i>aly nō ssospeytará nē hūū que eu ssoo ē elle</i>	VDE_f45r
Suspirar	Intransitivo	<i>e suspirava mui de coraçom</i>	VSME_f65r
Talhar	Transitivo direto	<i>talhou os cabellos</i>	VDE_f45r
Tanger	Transitivo direto	<i>tanger nemhūa out(r)a parte do corpo</i>	VSME_f65r
Tardar	Inacusativo	<i>ē ella tardava</i>	VSME_f63v
Temer	Transitivo direto	<i>temerey os maaos</i>	MSJ_f95r
Ter	Transitivo direto	<i>aq(ue)lles que nom teverē vistidura</i>	VSME_f62r
Ter mentes	Intransitivo	<i>tive mētes do lugar hu estava</i>	VSME_f59v
Tirar	Bitransitivo	<i>q(ua)ndo tirarom o corpo sancto da cela</i>	VDSP_f82v
Tolher	Transitivo direto	<i>nom te tolherã nehuū de</i>	VSME_f57v
Tomar	Transitivo direto	<i>tomou Zozimas o santo corpo</i>	VSME_f65v
Topar	Transitivo indireto	<i>topou cō aq(ue)lla alma</i>	VisDT_f127v
Tornar	Transitivo predicativo	<i>que se tornavã candeas accessas</i>	VisDT_f130r
	Transitivo indireto	<i>tornavã as s(er)pentas aas almas</i>	VisDT_f129r
	Transitivo direto	<i>tornarom suas façes e seus rrostr(os) atras</i>	VDSP_f75v
Torvar	Transitivo direto	<i>porq(ue) te torvarom tanto as tuas cuidaçooēs</i>	VSME_f56r
Trabalhar	Intransitivo	<i>trabalhava muito</i>	VSME_f65r
Trair	Transitivo direto	<i>o seu p(ro)p(ri)o senhor Deos traeo</i>	VDSP_f80r
Tratar	Transitivo indireto	<i>cō que t(r)avã das almas</i>	VisDT_f129r
Travar	Transitivo indireto	<i>cāaes rroazes travarō della</i>	VisDT_f127r
Trazer	Bitransitivo	<i>me trouxe ao seu talamo</i>	VDSP_f80v
	Transitivo predicativo	<i>me o diaboo por os me(os) pecad(os) e maldades tragia emganada</i>	VDSP_f80v
Tremer	Inacusativo	<i>e elle tremendo</i>	VSME_f64r
Trespassar	Transitivo direto	<i>trespasaste as ēssejas dos imiigos</i>	VDE_f49v
Untar	Transitivo direto	<i>untando-o de muitos e desvayrados unguētos</i>	VDSP_f76r
Usar	Transitivo partitivo	<i>husam de çuja e torpe obra</i>	MSJ_f92v
Vangloriar	Transitivo indireto	<i>se gloríam en as suas maas obras</i>	MSJ_f91v
Velar	Transitivo direto	<i>velas</i>	MSJ_f93r
Vencer	Transitivo direto	<i>veençe todas as obras de minha vyda</i>	VDSP_f76v
Vender	Transitivo direto	<i>venderō os beēs que avyam</i>	VDT_f66v
Ver	Transitivo direto	<i>os olhos humanaaes vem ē ty brãcura</i>	MSJ_f92r
Vestir	Transitivo direto	<i>viste vistidura</i>	VDE_f44r
Vigiar	Transitivo direto	<i>que me vigya</i>	VSME_f62r
Vir	Inacusativo	<i>hūa voz veo do çeeo</i>	VDT_f67v
Visitar	Transitivo direto	<i>visita-o</i>	VDSP_f81v
Viver	Inacusativo	<i>vivia nos dileitos do Parayso</i>	VisDT_f131v
Voar	Intransitivo	<i>voavã mult(os) angos</i>	VisDT_f134v

## APÊNDICE B

Lista dos verbos e suas quantidades no documento *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense*

VERBO	QUANTIDADE
Abaixar	3
Abraçar	2
Abrir	14
Acabar	7
Acender	1
Achar	40
Acompanhar	1
Acontecer	9
Acorrer	2
Acrescentar	2
Acusar	4
Adereçar	1
Adoecer	1
Adorar	13
Aduzir	3
Afastar	1
Aficar	1
Afirmar	1
Afremosentar	2
Afugentar	1
Afundar	1
Aguardar	2
Ajudar	3
Ajuntar	5
Alçar	6
Alegrar-Se	3
Alimpar	1
Alongar	2
Alumear	2
Amar	15
Ameaçar	2
Amercear	6
Amoestar	4
Amostrar	1
Andar	43
Apagar	1
Aparecer	13
Aparelhar-Se	1
Apertar	3
Apodrecer	2
Aprazer	13
Aprender	3
Aproveitar	5
Aquecer	1
Arder	3
Arredar	1
Arreponder-Se	1
Assemelhar	8
Assentar	4
Assinalar	1
Atender	7
Atormentar	2
Avondar	5
Avorrecer	2
Baratar	1
Bastar	2
Bater	1

Batizar	9
Beber	6
Beijar	5
Benzer	14
Bradar	6
Buscar	1
Caber	2
Caçar	1
Cair	20
Calar	3
Cantar	17
Çarrar	2
Carregar	1
Castigar	3
Catar	8
Cavar	9
Cercar	5
Cercear	1
Chamar	29
Chegar	38
Chorar	32
Cingir	1
Coar	2
Cobiçar	6
Cobrar	1
Cobrir	4
Colher	1
Combater	3
Começar	63
Comer	25
Cometer	2
Comprar	3
Compreender	1
Comungar	2
Conceder	1
Confessar	3
Confiar	1
Confortar	4
Confundir	1
Conhecer	20
Conjurar	9
Consecrar	1
Consentir	2
Considerar	1
Consolar	3
Constranger	1
Contar	32
Contemplar	2
Contentar	1
Contorvar	1
Contradizer	1
Contristar	1
Converter	1
Convidar	2
Convir	8
Correr	9
Corrigir	3
Corromper	1



Crer	11
Crescer	2
Criar	1
Crucificar	1
Cuidar	25
Cumprir	23
Curar	2
Cuspir	1
Dar	116
Declarar	1
Defender	2
Deitar	13
Deixar	31
Deleitar	5
Demandar	10
Demonstrar	9
Derreter	1
Derrubar	3
Desaparecer	5
Descender	12
Descer	1
Descobrir	1
Desejar	7
Desemparrar	6
Desesperar	1
Desligar	1
Desnudar	2
Desobedecer	1
Despedaçar	2
Despedir	2
Despender	2
Desposar	1
Despreender	1
Desprezar	6
Destruir	2
Desvestir	2
Dever	6
Dispor	1
Dizer	395
Doer-Se	2
Doestar	1
Dormir	4
Durar	4
Duvidar	2
E~Ader (Acrescentar)	1
Edificar	3
Embargar	1
Embebedar	1
Emendar	3
Empecer	2
Emprenhar	1
Empuxar	6
Encantar	1
Encher	2
Encobrir	5
Encomendar	4
Endurecer	1
Enduzir	1

Enfeitar	5
Enganar	2
Engolir	1
Enjeitar	1
Enlaçar	1
Ensinar	10
Ensujar	2
Entender	8
Enterrar	2
Entrar	38
Entregar	3
Enviar	5
Envolver	3
Erguer	1
Escapar	5
Escolher	7
Esconder	10
Escrever	4
Esculdrinhar	1
Escusar	2
Escutar	2
Esfolar	1
Esguardar	2
Espalhar	2
Espantar	4
Esparger	1
Esperar	12
Espertar	2
Esquecer	1
Estar	106
Estatuir	1
Estender	5
Estimar	2
Exaltar	1
Excitar	1
Falar	23
Falecer	6
Falejar	1
Falsar	1
Fartar	6
Fazer	174
Feder	1
Ferir	6
Ferver	1
Ficar	29
Filhar	6
Finar	1
Fingir	2
Folgar	3
Formar	1
Fornicar	1
Fugir	15
Furtar	4
Ganhar	10
Garnecer	1
Gastar	3
Gemer	2
Gerar	2

Glorificar	8
Gostar	6
Guardar	25
Guisar	1
Haver	222
Honrar	3
Humilhar	1
Inclinar	3
Interpretar	1
Ir	104
Jazer	28
Jejuar	4
Jogar	1
Julgar	2
Juntar	3
Lançar	21
Lavar	4
Lazerar (Sofrer)	1
Lembrar	11
Ler	6
Levantar	24
Levar	25
Lidar	3
Limpar	1
Livrar	9
Louvar	7
Maldizer	1
Mandar	38
Manter	2
Maravilhar-Se	10
Marteirar	1
Mastigar	1
Matar	4
Meditar	1
Menosprezar	1
Mentir	2
Merecer	11
Meter	13
Minguar	1
Misturar	1
Molhar	2
Morar	25
Morder	1
Morrer	13
Mortificar	1
Mostrar	30
Mover	5
Mudar	5
Nascer	5
Negar	2
Nomear	1
Obeder	1
Obrar	9
Ofender	1
Oferecer	4
Olhar	13
Omildar	1
Orar	27

Ordenar	1
Ornamentar	1
Ornar	2
Ousar	3
Outorgar	3
Ouvir	72
Padecer	15
Pagar	2
Parar Mentos	2
Parecer	9
Parir	7
Participar	2
Partir	14
Passar	41
Pecar	6
Pedir	6
Pedoar	1
Penar	2
Pensar	21
Perder	8
Perdoar	12
Perecer	4
Perguntar	26
Pertencer	3
Poder	3
Pôr	15
Portar	1
Possuir	3
Pousar	2
Prazer	7
Preceder	1
Predicar	1
Pregar	5
Prender	1
Privar	1
Prometer	9
Provar	2
Puxar	1
Quedar	10
Queimar	7
Queixar	2
Querer	85
Quitar	2
Receber	59
Recobrar	1
Recontar	2
Redimir	2
Regar	3
Reinar	1
Relevar	1
Renovar	1
Renunciar	6
Repreender	3
Representar	1
Resplandecer	3
Responder	27
Ressurgir	1
Ressuscitar	4

Reter	1
Revogar	1
Revolver	1
Rezar	1
Roer	1
Rogar	77
Romper	1
Roubar	1
Saber	48
Sacar	3
Sair	36
Salvar	4
Sanar	1
Satisfazer	2
Saudar	3
Secar	1
Seguir	10
Semear	2
Semelhar	1
Sentir	4
Ser	513
Servir	12
Significar	2
Sinar-Se	4
Sobejar	2
Sobrepojar	5
Soer	13
Sofrer	31
Soltar	1
Soprar	3
Sorrir	1
Sorver	2
Soster	1
Soterrar	8
Suar	2
Subir	4
Subjulgar	1
Sujar	1
Suplicar	1
Suportar	1
Suspeitar	1
Suspirar	4
Talhar	3
Tanger	2
Tardar	3
Temer	17
Ter	34
Tirar	16
Tolher	1
Tomar	36
Topar	1
Tornar	34
Torvar	1
Trabalhar	9
Trair	1
Tratar	1
Travar	1
Trazer	31

Tremer	2
Trespassar	7
Untar	1
Usar	5
Vangloriar	1
Velar	1
Vencer	5
Vender	2
Ver	233
Vestir	8
Vigiar	1
Vir	104
Visitar	5
Viver	32
Voar	5